

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | NPGAU

Mariana de Moura Cruz

VAZIO-HETEROTOPIA:
entre a especulação e a produção do comum

Belo Horizonte
Janeiro 2017

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | NPGAU

Mariana de Moura Cruz

VAZIO-HETEROTOPIA:
entre a especulação e a produção do comum

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Natacha Silva Araújo Rena

Belo Horizonte
Janeiro 2017

FICHA CATALOGRÁFICA

C955v

Cruz, Mariana de Moura.

Vazio-Heterotopia [manuscrito] : entre a especulação e a produção do comum / Mariana de Moura Cruz. - 2017.
236 f. : il.

Orientadora: Natacha Silva Araújo Rena.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

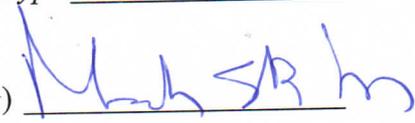
1. Planejamento urbano - Teses. 2. Espaço urbano - Teses. 3. Pós-estruturalismo - Teses. 4. Foucault, Michel, 1926-1984 - Teses. I. Rena, Natacha Silva Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

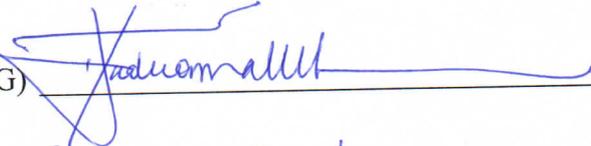
CDD 711.13

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU
– da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 30 de janeiro
de 2017 pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Natacha Silva Araújo Rena (Orientadora - EA-UFMG) _____ *via skype* _____

Profa. Dra. Marcela Silviano Brandão Lopes (Presidente da Sessão-EA/UFMG) 

Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso (EA-UFMG) 

Profa. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli (PUC MG) 

PARA BARTÔ.

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa é sempre resultado de um trabalho do coletivo, não só porque se constrói através de teorias e ideias de diversos autores, mas principalmente porque nasce de reflexões, conversas e contribuições de vários outros. Por isso, agradeço aqui àqueles que não recebem no texto da dissertação (em notas de rodapé ou citações) o devido crédito:

Aos meus pais, Ana Maria e Audary e ao Thiago, por me permitirem correr atrás de todos os sonhos, compreenderem as ausências e ajudarem com todas as coisas da vida.

Natacha, orientadora querida, pelo suporte durante a jornada, pela leitura sempre cuidadosa e por todas as *linhas de fugas* que me ajudou a enxergar. Seguimos!

Lalá e João, companheiros para uma vida toda, pelos momentos de escritas, pelas conversas e angústias compartilhadas mas principalmente por todas as risadas.

Aninha, Camila, Naru, Rubioli e Thati, amigas que o mestrado me deu, fontes de inspiração pela coragem do fazer que transborda de cada uma.

Às professoras e professores que tanto me inspiraram dentro e fora de sala de aula: Geraldo Costa, Jupira Gomes, Heloísa Soares, Margarete Leta, Marcelo Maia, Roberto Monte-Mór e Rogério Palhares.

Às professoras Marcela Silviano Brandão, Roberta Romagnoli e Rita Velloso, pelas generosas contribuições durante a banca de qualificação e por todas os outros momentos de conversas e aprendizados.

Junia, mais que professora, amiga, por ensinar a responsabilidade da docência, atividade que exerce com tanto cuidado e excelência, espero um dia poder exercê-la tão bem.

Aos amigos do GEHL e do COMUM, por me ajudarem a desbravar mundos teóricos tão ricos, com tanta leveza e generosidade.

Ao grupo de pesquisa INDISCIPLINAR e à todos os pesquisadores indisciplinados, por me mostrarem que pesquisar também pode ser um ato de resistência.

Aos amigos e colegas do NPGAU, em especial à Paula Berlando, por ajudar a navegar as burocracias sempre com muita prontidão.

À Capes pela concessão de bolsa de mestrado para realização desta pesquisa.

B, por caminhar sempre comigo (nos *mapas* e na vida).

RESUMO

A presente pesquisa se propõe ao desafio de repensar a forma como identificamos, classificamos e qualificamos os vazios urbanos. Ela parte da hipótese de que os vazios constituem territórios e processos perpassados por significados diversos, não raro contraditórios e que as discussões existentes acerca do tema são ainda insuficientes para compreender amplamente a heterogeneidade que os compõem.

Uma questão em específico deu o tom para o desenvolvimento do trabalho: como analisar os vazios urbanos, de forma a abarcar seus aspectos negativos e positivos conjuntamente? Na busca por respostas a tal questionamento, encontramos no conceito de Heterotopia de Michel Foucault uma abordagem teórica que possibilitou um novo olhar para esses espaços, destacando os aspectos processuais de sua conformação.

A multiplicidade das heterotopias foucaultianas nos permitiu ressignificar os vazios urbanos de maneira a não ignorar os aspectos paradoxais inerente à eles. Este é o argumento que procuramos construir no decorrer do texto. Através das heterotopias os vazios ganharam novas formas de expressão e novas subjetividades que buscamos explorar e evidenciar. A esses novos objetos de análises, damos o nome de vazios-heterotopias.

Palavras-chave: Vazios Urbanos; Heterotopias; Espaço Relacional, Pós-Estruturalismo

ABSTRACT

The present research faces the challenge of rethinking how we identify, classify and qualify urban voids. It is based on the hypothesis that urban voids constitute territories and processes permeated by diverse, often contradictory meanings and that the existing discussions on the subject are still insufficient to comprehend thoroughly the heterogeneity that compose this empty spaces.

One specific question set the tone for the development of the work: how to analyze the urban voids, so as to encompass their negative and positive aspects jointly? In the search for answers to such questioning, we have found, in the concept of Heterotopia of Michel Foucault, a theoretical approach that enabled a new look at these spaces, highlighting the procedural aspects of their conformation.

The multiplicity of foucaultian heterotopias allowed us to reshape the urban voids so as not to ignore the paradoxical aspects inherent in them. This is the argument we seek to construct throughout the text. Through the heterotopias the voids have gained new forms of expression and new subjectivities that we try to explore and evidence. To these new objects of analysis, we give the name Void-Heterotopias.

Keywords: Urban Voids; Heterotopias; Relational Space, Post-Structuralism

RESUMEN

La presente investigación se propone al desafío de repensar la manera en que identificamos, clasificamos y calificamos los vacíos urbanos. Ella parte de la hipótesis de que los vacíos constituyen territorios y procesos atravesados por significados diversos, no raramente contradictorios y que las discusiones existentes sobre el tema son todavía insuficientes para comprender ampliamente la heterogeneidad que los componen.

Una cuestión en particular marcó el tono para el desarrollo del trabajo: cómo analizar los vacíos urbanos de manera a abarcar su multiplicidad y sus aspectos negativos y positivos conjuntamente? En la búsqueda por respuestas a tal cuestionamiento, encontramos en el concepto de Heterotopía de Michel Foucault un enfoque teórico que posibilitó una nueva mirada a tales espacios, destacando los aspectos procesales de su conformación.

La multiplicidad de las heterotopías foucaultianas nos permitió resignificar los vacíos urbanos sin ignorar los aspectos paradójales inherentes a ellos. Este es el argumento que buscamos construir en el transcurso del texto. A través de las heterotopías, los vacíos ganaron nuevas formas de expresión y nuevas subjetividades que buscamos explorar y evidenciar. A estos nuevos objetos de análisis, damos el nombre de Vacíos-Heterotopías.

Palabras-clave: Vacíos Urbanos; Heterotopías; Espacio Relacional, Post-Estructuralismo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação dos vazios no Mapa de Nolli	42
Figura 2 - Desenho proposto para o Falanstério de Charles Fourier	46
Figura 3 - Derelict Lands na área portuária de Canary Wharf, Londres (1983)	47
Figura 4 - <i>Friches Industrielles</i> fotografadas no projeto homônimo de Bernd Becher	48
Figura 5 - Os vazios da cidade modernista no plano da Ville Radieuse de Le Corbusier	50
Figura 6 - Os grandes vazios projetados na Paris de Haussmann	50
Figura 7 - Exemplos do Wasteland ilustrados no artigo de Lynch	52
Figura 8 - O <i>terrain vague</i> em Solà-Morales: fotografia de Manolo Laguillo, Barcelona 1987	55
Figura 9 - O vazio esvaziado da reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1903-1906)	57
Figura 10 - O Panóptico de Bentham desenhado pelo arquiteto Willey Reveley em 1791	88
Figura 11 - Capas de " <i>Il Dispositivo Foucault</i> " (1977) e " <i>Les machines à guérir</i> " (1976)	118
Figura 12 - Grade espacial dos espaços de saúde de Caen	119
Figura 13 - El Pueblo de Nuestra Señora la Reina de Los Angeles (1870)	124
Figura 14 - Comuna de Paris (1871)	124
Figura 15 - Conjunto Habitacional Alexandras Profygyika em 2003	128
Figura 16 - Intervenções heterotópicas no Conjunto Habitacional <i>Alexandras Profygyika</i>	131
Figura 17 - Vila de Pescadores em Ha'Yarkon - A evolução do 'vazio'	133
Figura 18 - Parte do complexo esvaziado da antiga Escola de Engenharia da UFMG	162
Figura 19 - Mancha da Operação Urbana Consorciada ACLO	164
Figura 20 - Vazios levantados dentro da mancha da OUC ACLO no Hipercentro	166
Figura 21 - Estacionamentos na região central de Belo Horizonte (2009)	167
Figura 22 - Perímetro do DISI-Jatobá e da Ocupação Paulo Freire	174
Figura 23 - Terreno da Ocupação Paulo Freire (2002 - 2016)	178
Figura 24 - Ocupações experimentais do projeto Lotes Vagos	184
Figura 25 - 100m ² de Grama, ocupação experimental do projeto Lotes Vagos	186
Figura 26 - Amnésias Topográficas e seus palcos-palafitas	189
Figura 27 - Amnésias Topográficas, palafitas do bairro Buritis	190
Figura 28 - Ocupação Tina Martins, segundo andar antes da limpeza das benárias	196
Figura 29 - Casa de Referência da Mulher Tina Martins	198
Figura 30 - Ocupação Tina Martins no "prediozinho" à Rua Guaicurus	199
Figura 31 - Nova sede da Tina Martins	200
Figura 32 - Área do Parque Jardim América com a entrada fechada.	203
Figura 33 - Mobilizações do Parque Jardim América	204
Figura 34 - Primeira assembleia da Ocupação Paulo Freire	213
Figura 35 - Práticas de fazer-comum na Ocupação Paulo Freire	215

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro resumo das etimologias do Vazio	39
Tabela 2 - Quadro resumo das Categorias do Vazio Urbano	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMC	<i>Architecture, Mouvement, Continuité</i>
BNDES	Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
CDI-MG	Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEPACs	Certificados de Potencial Construtivo Adicional
CODEMIG	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais
COMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CP	Planta de Parcelamento do Solo
DISI	Distrito Industrial Sócio-Integrado
DOM	Diário Oficial do Município
EAUFMG	Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
EEUFMG	Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais
GOMUJA	Grupo Organizado de Moradores e Usuários do Bairro Jardim América
IBA Berlin	<i>International Building Exhibition Berlin</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LPOUS	Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OU	Operação Urbana
OUC	Operação Urbana Consorciada
OUC-ACLO	Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste-Oeste
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PPP	Parceria Público-Privada
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SPU	Superintendência de Patrimônio da União
TeVAP	Tanque de Evapotranspiração
TRT-MG	Tribunal Regional do Trabalho - Minas Gerais
UCLA	Universidade da Califórnia em Los Angeles
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

APRESENTAÇÃO

Adianto um pouco sobre o conceito que será guia para esse trabalho para afirmar que essa dissertação é, ela própria, de algum modo, uma heterotopia: uma sobreposição de diferentes tempos e espaços contraditórios dentro de um texto só. E se começo com essa afirmação, é porque me parece necessário explicar os diferentes ‘fragmentos de espaço-tempo’ que fizeram chegar até aqui.

Essa pesquisa fazia parte de uma outra mais ampla, intitulada “**Os vazios e o comum na produção do espaço urbano**” que foi apresentada para a banca de qualificação em outubro de 2015, ocasião na qual foi possível optar por sua extensão, para que fosse desenvolvida com mais tempo e profundidade, no formato de uma tese. Mas além de ser um projeto de dissertação de mestrado que vai ser estendido, o trabalho é também a continuação de outros estudos e parte de uma longa trajetória de investigações teóricas e práticas acerca dos vazios urbanos buscando novas formulações e reflexões que nos permita abordá-los na contemporaneidade. O que apresento aqui é portanto, uma parte que poderia ser interpretada como metade do tema original proposto, “os vazios”; e apenas alguns apontamentos para a segunda metade, “o comum”, ainda timidamente relacionados.

A escolha por esse recorte específico foi difícil, porque todas as duas partes do texto me pareciam suficientemente desenvolvidas e ao mesmo tempo completamente incompletas. Além disso, as relações entre as duas ainda estavam pouco elaboradas para que me focasse exclusivamente nessa articulação aqui, por isso a necessidade de eleger uma só. Ao final a opção pelos vazios se justifica justamente pela bagagem teórica já acumulada sobre o tema, um conhecimento prévio que com certeza foi reincorporado aqui.

Por fim, a decisão de separar os dois assuntos da pesquisa original exigiu uma série de adaptações e reestruturações ao conteúdo proposto, novos autores e novas contextualizações teóricas tiveram que ser adicionados enquanto outros conceitos e discussões foram por ora abandonados. Tais mudanças foram feitas na expectativa de que o texto possa ser lido e compreendido mesmo que ainda “pela metade”, e que os apontamentos para a próxima etapa possam ser expostos, ainda que incipientes, sem que com isso o trabalho perca seu valor.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	29
2. Sobre os vazios urbanos.....	33
2.1. Etimologias do vazio urbano.....	35
2.2. Uma perspectiva histórica “pré-vazios urbanos”	41
2.3. Uma perspectiva histórica “pós-vazios urbanos”	53
3. Instrumentos de percurso.....	65
3.1. O pensamento pós-estruturalista.....	67
3.2. O espaço relacional	81
3.3. A teoria menor.....	98
4. Um novo conceito: vazio-heterotopia	106
4.1. Uma “genealogia” da heterotopia.....	108
4.2. Muitos Espaços-Outros	117
4.3. Vazio-heterotopia.....	136
5. Vazio-heterotopia – fragmentos de espaço-tempo.....	155
5.1. Vazio-heterotopia – especulações	158
5.1.1. Vazio-heterotopia 01	161
5.1.2. Vazio-Heterotopia 02	166
5.1.3. Vazio-heterotopia 03	171
5.2. Vazio-heterotopia – artisticidades	179
5.2.1. Vazio heterotopia 02.....	183
5.2.2. Vazio heterotopia 04.....	188
5.3. Vazio-heterotopia – função-social	194
5.3.1. Vazio heterotopia 01.....	196
5.3.2. Vazio-heterotopia 05	202
5.4. Vazio-heterotopia – produções do comum	205
5.4.1. Vazio-heterotopia 03	211
6. Considerações Finais.....	217
7. Referências bibliográficas.....	227

1. INTRODUÇÃO

A cidade é um campo de disputas. Essa afirmação quase que axiomática pode ser confirmada nas mais diversas situações do cotidiano urbano. As várias linhas de pensamento crítico sobre a cidade, até mesmo as que se contrapõem, parecem todas ratificar tal fato. Essas disputas tomam formas variadas e podem tratar do confronto pela inclusão social, da rivalidade política ou da concorrência econômica.

No exercício acadêmico e profissional da arquitetura e do urbanismo, tradicionalmente focado no desenho e na organização do território, a forma mais evidente de disputa é aquela pelo espaço: para morar, para se divertir, para manifestar, para transitar, enfim, para viver. E a percepção dessa arena de embate pode ser considerada o ponto de partida dessa pesquisa, uma inquietação que surge ainda durante a graduação e que persiste até hoje: nunca parece haver espaço suficiente para todos, embora se veja tanto espaço sem uso e vazio por aí.

Pensar na cidade como esse campo de disputa, a princípio ‘meramente’ físico-territorial (vícios da formação), foi o que despertou o interesse nos vazios urbanos, que se tornaram objetos de pesquisa desde então. Primeiro, no trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (2009), com a proposta de um *Centro de Apoio ao Ecoturismo na Vila do Biribiri*, abordando a recuperação de antigos galpões industriais abandonados em uma vila que se encontrava igualmente esvaziada. Depois, durante pesquisa de Mestrado em Regeneração Urbana do programa *Erasmus Mundus* (2013), com uma dissertação intitulada *Potencial dos Vazios Urbanos: Analisando áreas vazias e subutilizadas no centro de Belo Horizonte*, que investigou o potencial dos vazios para revitalização e reestruturação urbana a partir do Estado e do planejamento.

No decorrer desse percurso, à medida em que ampliava a percepção do que implicava o “estar vazio” para outras vertentes do urbano (que não somente a espacial), foi possível perceber que as discussões existentes sobre o assunto não eram suficientes. Para cada nova camada de informação acrescentada, reforçava-se a necessidade de encontrar novos marcos analíticos que pudessem auxiliar na compreensão desses processos socioespaciais em maior complexidade e a presente

pesquisa é um resultado dessa demanda. Assim, como prosseguimento dos estudos já empreendidos acerca do tema, **este trabalho tem como objetivo explorar uma nova abordagem teórica para os vazios urbanos.**

Além disso, a revisão bibliográfica sobre o tema revelou diferentes interpretações e perspectivas a partir das quais os vazios são ser investigados, que atribuem à esses espaços vagos conotações diversas e não raro contraditórias. Desse modo, uma questão em específico deu o tom para o desenvolvimento do trabalho: **como analisar os vazios urbanos de forma a abarcar a sua multiplicidade e seus aspectos negativos e positivos conjuntamente?**

Na busca por respostas a tal questionamento, encontramos no conceito de Heterotopia de Michel Foucault uma abordagem teórica que possibilitou um novo olhar para tais espaços, destacando os aspectos processuais de sua conformação. O filósofo francês define as heterotopias como espaços produzidos e reproduzidos a partir de relações de poder localizadas. São inversos às utopias porque não são imaginários inalcançáveis sendo, ao contrário, lugares concretos, utopias realizadas fora de todos os lugares, outros-lugares. Essas heterotopias são múltiplas e possuem um caráter relacional, já que estão em constante transformação de acordo com o tempo e a sociedade a qual pertencem.

Propõe-se então pensar em um novo objeto de análise: um Vazio-Heterotopia, que extrapola – ou sobrepõe – as instâncias de abandono, de falta de uso, de negligência e de sub-aproveitamento que são tradicionalmente consideradas para determinar a vacância, e passa a considerar também outros processos, que vão da especulação à produção do comum. Passam a fazer parte do escopo teórico desses novos territórios a discussão da propriedade privada, do cumprimento da função social, das experimentações estéticas urbanas, e do vazio como *locus* da resistência. **A multiplicidade das heterotopias foucaultianas permitiram resinificar os vazios urbanos de maneira a não ignorar os aspectos paradoxais inerente à eles.**

Para chegar ao vazio-heterotopia contudo, é preciso primeiro compreender as circunstâncias a partir dos quais cada um dos conceitos – vazio e heterotopia separadamente – foram formulados. Além disso é necessário que se apresente o contexto e os marcos teóricos que orientam a junção entre os dois que se pretende

fazer aqui. No intuito de auxiliar nessa tarefa e expor de maneira clara essa nova abordagem, dividimos o presente trabalho em seis capítulos. O primeiro deles - essa própria INTRODUÇÃO - expôs as questões que motivaram a pesquisa, bem como as razões e justificativas para sua realização.

O segundo capítulo – SOBRE OS VAZIOS URBANOS – faz uma revisão bibliográfica de forma a contemplar as diferentes interpretações existentes sobre o tema. São várias as análises de surgimento, formas de definição, e propostas de utilizações para os vazios e os discursos ainda se encontram muito fragmentados. Buscou-se portanto, reunir as provocações e conceituações de diversos autores de forma a explicitar o relativismo a partir do qual é preciso abordar o assunto. A discussão começa com uma investigação epistemológica e prossegue com um resgate histórico sobre os vazios urbanos antes e depois do surgimento do termo, situando os múltiplos significados atribuídos à eles em momentos distintos de produção da cidade.

Em seguida, o terceiro capítulo – INSTRUMENTOS DE PERCURSO – é dedicado à contextualizações teóricas, estabelecendo as bases conceituais que perpassarão toda a pesquisa: o pensamento pós-estruturalista, o espaço relacional e a teoria menor. Cada um desses ‘instrumentos’ são apresentados de forma a elucidar a abordagem escolhida para desenvolvimento do trabalho e igualmente para situar os campos filosóficos a partir dos quais as heterotopias são formuladas. São discutidas, principalmente, as contribuições de Foucault e de Gilles Deleuze e Félix Guattari tanto para os estudos urbanos (ou mais especificamente para o campo da geografia pós-estrutural) quanto para a concepção de uma metodologia de trabalho própria, por meio da teoria menor¹.

O quarto capítulo – UM NOVO CONCEITO: VAZIO-HETEROTOPIA – apresenta uma nova abordagem para os vazios urbanos a partir do conceito de heterotopias e

¹ Esse ‘método menor’ de investigação tem uma repercussão importante no corpo do texto: uma quantidade significativa de notas de rodapé. Esse recurso é usado na tentativa de situar o leitor da maneira mais completa possível nos assuntos discutidos. Por isso para cada autor abordado existe uma nota correspondente, que traz uma pequena biografia e explica quais são suas principais referências. Igualmente recorreremos às notas para fazer pequenas contextualizações históricas, ou para explicar referências do texto que podem não ser óbvias para todos.

está dividida em três partes: a primeira situa o nascimento da heterotopia foucaultiana e faz uma retrospectiva sobre o tema desde seu primeiro uso no prefácio de “As Palavras e as Coisas” (1966), passando por todas as suas inserções dentro da obra de Foucault; a segunda analisa as diferentes apropriações do conceito a partir de diferentes autores que também encontraram nas heterotopias uma boa abordagem teórica para questões espaciais; finalmente a terceira parte apresenta os princípios do vazio-heterotopia recuperando e reinterpretando cada um dos princípios originais propostos por Foucault.

Já o quinto capítulo – VAZIO-HETEROTOPIA: FRAGMENTOS DE ESPAÇO-TEMPO – narra uma série de relatos que nos ajudam a compreender esses novos vazios-heterotopias, divididos em diferentes ‘camadas’ que concebem os processos mais comumente tratados na produção do espaço urbano contemporâneo, embora certamente não sejam os únicos. São construídas ao total quatro camadas de vazios-heterotopias (especulações, artisticidades, função social e produções do comum) observadas a partir de cinco histórias diferentes.

Finalmente o trabalho se encerra com um capítulo de CONSIDERAÇÕES FINAIS, que sintetiza os principais argumentos apresentados, recuperando **os trechos marcados em negrito ao longo do texto**. O objetivo desse capítulo final é apontar as principais contribuições da pesquisa para as discussões dos vazios urbanos, e explicitar os conteúdos essenciais de uma análise espacial pós-estruturalista e menor. Principalmente, pretende-se ressaltar os pontos a partir dos quais o vazio-heterotopia pode continuar a ser discutido, para além das contribuições que se objetivou fazer aqui.

2. SOBRE OS VAZIOS URBANOS

As pesquisas a respeito dos vazios urbanos se tornaram uma constante nos estudos do planejamento nas últimas décadas. Essas investigações foram especialmente relevantes a partir dos anos 1990 (quando os vazios passam a ser objetos de grandes projetos urbanos empreendidos pelo Estado em parceria com o mercado) e permanecem pertinentes pela pluralidade de significados que o termo ainda é capaz de assumir. Os vazios podem ser definidos hoje como elementos e processos urbanos que abrangem perspectivas diversas, de ordem estética, espacial e temporal, e igualmente de ordem econômica, social e política.

A fundamentação teórico-metodológica proposta para esse trabalho prevê uma nova abordagem dos vazios que se vincula ao pensamento pós-estruturalista e, mais especificamente, à concepção foucaultiana de heterotopias. Essa decisão implica pensar o espaço em seu caráter relacional e fluido, por onde se entrecruzam diferentes práticas e processos, baseados na multiplicidade². Contudo, antes de expor os novos critérios de observação à esses espaços, é preciso contextualizar os vazios urbanos e compreender como se articulam os argumentos já consolidados sobre eles.

Existem diversas análises de surgimento, formas de definição, e propostas de utilizações para os vazios. Embora os discursos ainda sejam muito fragmentados, autores clássicos como Choay (1992), Lynch (1990) e Solà-Morales (1995), e outros contemporâneos como Borde (2003; 2004; 2006), Larangeira (2004) e Clichevsky (2000; 2002; 2007) trataram direta ou indiretamente do tema, sempre sob ponto de vistas diversos. A ideia nesse capítulo é passar brevemente por algumas das principais considerações feitas por cada um desses autores.

² A multiplicidade é um conceito chave trabalhado por Deleuze e Guattari, que tem como inspiração a filosofia de Henri Bergson e a teoria físico-matemática de Bernhard Riemann. Segundo os autores, “as multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito”. Ela é composta por singularidades, devires, acontecimentos, espaços-tempos, rizomas e platôs (vários desses conceitos serão tratados ao longo do trabalho). O termo remete à uma nova forma de enxergar o múltiplo, não como adjetivo mas como substantivo e não como um oposto ao uno, mas sem nenhuma relação como ele.

Para contextualizar os vazios, propõe-se a divisão deste capítulo em três partes: a primeira – ETIMOLOGIAS DO VAZIO URBANO – faz um resumo das diferentes expressões e significados que compõem o vocabulário do vazio; a segunda parte – UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA ‘PRÉ-VAZIOS URBANOS’ – situa os vazios na história, antes mesmo do surgimento do termo como um “objeto” específico de estudos, abordando principalmente as mudanças na percepção dos vazios que ocorreram no decorrer do crescimento das cidades; e a terceira e última parte – UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA ‘PÓS-VAZIOS URBANOS’ – situa a discussão a partir do surgimento do termo ‘vazios urbanos’, em meados da década de 1990, e elabora o conceito em sua versão mais contemporânea.

O que se intenciona com essa revisão é lançar as bases para uma nova abordagem teórica dos vazios urbanos, que possa avançar, a partir das contribuições já existentes, no estabelecimento de um conceito-chave que auxilie na compreensão tanto de como esses espaços se configuram e são produzidos dentro dos processos próprios às cidades contemporâneas, quanto sobre quais são os sujeitos envolvidos na sua conformação.

2.1. ETIMOLOGIAS DO VAZIO URBANO

Para compreender do que se trata um vazio urbano é preciso logo de saída entender a grande variedade de significados atribuídos a cada um dos termos em separado, e considerar que a combinação dos dois engendra novas acepções próprias que são tão amplas quanto são distintas. **A ambiguidade do vazio somada à complexidade inerente à todas as questões urbanas é talvez um primeiro indicativo para explicar a variedade de conceituações existentes para o termo e justificar a diversidade de expressões pela qual o mesmo é reconhecido.** Por isso a importância de recontar um pouco sua etimologia.

O dicionário Michaelis da Língua Portuguesa (2010) define vazio como um adjetivo daquilo que não contém nada, destituído de qualidade ou valor, que exprime privação de alguma coisa. Também para o mesmo verbete, significados espaciais se referem ao vazio da habitação sem moradores, do lugar com ocupação bem abaixo da capacidade, ou do espaço de fato desocupado, vago e à disposição.

Todas essas definições remetem a um sentido do vazio que já é senso comum e que faz parte do nosso vocabulário. Destaca-se, principalmente, o fato do vazio se referir, em sua concepção mais fundamental, ao mesmo tempo à falta e à disposição. Ele é o espaço disponível para que algo novo aconteça ou o intervalo de tempo livre para que alguma atividade se desenvolva e é ao mesmo tempo o espaço que não foi preenchido devidamente e a caracterização do desprovemento, da inutilidade e do vão.

Do mesmo modo a definição de urbano é imprecisa. Embora no dicionário a explicação seja relativamente sucinta, delegando ao urbano tudo o que é relativo ou pertencente à cidade, existe no termo uma série de imprecisões e provocações que nos fazem pensar no conceito expandido dos vazios urbanos em variadas instâncias. A origem da palavra vem do latino *urbanus* e é creditado a Ildelfonso Cerdà³ a

³ Ildelfonso Cerdà foi um engenheiro, urbanista e político catalão, autor de “*Teoría general de la urbanización*” uma obra pioneira no campo urbano pela qual é reconhecido por muitos como um dos fundadores do urbanismo moderno. Seu projeto mais importante foi a remodelação de Barcelona em meados do século XIX, com o que ficou conhecido como Plano Cerdà.

propagação de termos correlatos, ao utilizar os termos urbe e urbanização no plano de ampliação de Barcelona em 1850. Todo esse emaranhado de significados distintos deve ser considerado na tentativa de explicar os vazios como um fenômeno urbano.

O trabalho de Andrea Borde⁴ traz grande contribuição à tentativa de assimilar as diferentes manifestações dos vazios urbanos nos estudos do planejamento. A autora busca, em dicionários tradicionais e outros próprios da área do urbanismo, refazer um percurso por todos os “nomes do vazio”. Esse percurso se inicia nas expressões do senso comum, e segue pelas especificações do termo que são próprias ao urbano, buscando responder desde a linguagem, à qual vazio nos remetemos quando falamos de vazios urbanos (Borde, 2006).

A referência primária trazida por Borde vem do Dicionário Houaiss (Houaiss; Villar, 2004 apud Borde, 2006), que data a etimologia da palavra *vazio* ao final do século XIII, para designar aquilo que está desocupado, destituído de matéria, vago. Segunda a autora, o termo passa a ser considerado também como um substantivo a partir do século XVII, com a ascensão das ciências exatas e da física, passando a designar o espaço que não é ocupado por matéria, ou que não possui conteúdo. Uma observação importante levantada nessa primeira interpretação é o fato do termo *urbano* só passar a existir em meados do século XVII, para indicar tudo o que é próprio da cidade ou do sujeito de urbanidade do período barroco (Borde, 2006). Pensar que o termo vazio já designava relações espaciais antes mesmo que o termo urbano passasse a existir, implica considerar a existência de um espaço vazio que antecede o vazio urbano⁵.

4 Andréa Borde é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenadora de pesquisas relacionadas aos vazios urbanos, história urbana e patrimônio cultural. Sua tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ com período sanduíche na Escola de Paris Belleville aborda o surgimento dos vazios urbanos sob uma perspectiva histórica, apoiada principalmente nos autores franceses que pesquisam o surgimento das cidades e dos estudos urbanos, como François Ascher, Françoise Choay e Yves Chalas.

⁵ É possível se perguntar também, a partir da perspectiva espacial, do que se trata o vazio “pré-urbano” ou “sem-urbano” e no que ele difere de um vazio urbano. Embora Borde (2006) não aborde o assunto um artigo da arqueóloga Monica Smith (2008) aponta a relação dos espaços vazios a partir da perspectiva da pesquisa arqueológica, e a importância de tais espaços nas configurações espaciais das cidades antigas. Falaremos um pouco mais sobre isso na continuação desse capítulo.

Para além de sua concepção espacial, existe uma dimensão social do vazio que a arquiteta procura analisar. Essa relação remete à conexão entre vazio e sujeito contemporâneo e passa pelos campos da religião, da filosofia, das ciências sociais e também das ciências exatas. Embora essas construções pareçam a princípio distantes da constituição dos espaços urbanos, é preciso lembrar que todas elas, em maior ou menor grau, são “parte integrante da impermanente forma urbana das grandes cidades” à medida em que o espaço é também constituído por suas relações sociais (Borde, 2006).

A autora explica que, assentado na filosofia, o vazio é concebido inicialmente através da experiência do niilismo, que remete a um vazio intelectual que deriva da falta de qualquer convicção. O niilismo para Nietzsche⁶ expressa um estado de descrença generalizada que conduz à falta de ação e por isso o vazio nesse contexto se liga à negação. Posteriormente, com as ciências sociais, a discussão dos vazios se desenrola no seio da sociedade pós-moderna, marcada por princípios de efemeridade e pela descontinuidade.

Apoiada nos trabalhos de Gilles Lipovetsky⁷ (1989) e Stuart Hall⁸ (2004) sobre a pós-modernidade, Borde também faz referência ao vazio que advém do

⁶ Nietzsche foi um filósofo alemão elencado ao lado de Immanuel Kant e Hegel como um dos principais filósofos do século XIX. Um dos principais conceitos trabalhado por ele revolve a perspectivismo, a partir de um questionamento constante da objetividade da verdade, materializado principalmente no inquirição das doutrinas religiosas. Suas ideias, embora escassamente conhecidas à sua época, serviram de referência para grande parte dos teóricos pós-modernos e especialmente para o pós-estruturalismo que estudaremos adiante.

⁷ Gilles Lipovetsky é um filósofo, sociólogo e escritor francês, que começou sua carreira como um marxista na década de 1960 mas que posteriormente adotou uma abordagem pós-moderna cada vez mais distanciada da dialética de Marx. Andrea Borde faz referência a um de seus principais trabalhos “A Era do Vazio” (1989 [1983]) que aborda a crescente individualização do homem moderno e o enfraquecimento da sociedade na era pós-moderna.

⁸ Stuart Hall foi um sociólogo e crítico cultural jamaicano que viveu e trabalhou na Inglaterra e teve papel fundamental no estabelecimento dos Estudos Culturais como uma disciplina acadêmica no Reino Unido, principalmente através da ampliação de seu escopo para tratar de questões como raça e gênero. Seu trabalho tem como forte referência a obra de Antônio Gramsci, Louis Althusser e Michel Foucault tendo se dedicado em questões sobre hegemonia e cultura através da linguagem. Aqui, é referenciado o seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade” (2004 [1992])

isolamento e da pasteurização da comunicação junto à valorização de um ser individual, que configura a lógica do vazio pós-moderno. Assim, o conceito se relaciona a uma nova subjetividade ligada à produção de outras materialidades e de novas cidades. Assim:

[na sociedade pós-moderna] o vazio adquire, diante da desestabilização promovida pelas mudanças estruturais que estão modificando as sociedades desde fins do século XX, significados simbólicos associados à perda de uma situação anterior, à ausência de qualidades no presente ou à incerteza futura (Borde, 2006, p.34)

Dentre os diversos significados assumidos pelo termo, dois deles se constroem diametralmente também na religião. Constitui-se de um lado um vazio negativo do cristianismo que opera através da falta, da ausência de Deus e da inexistência de fé e leis, da fuga e da busca pelo vago. De acordo com a autora, a bíblia e outros textos religiosos associavam o vazio ao caos, ao início do mundo e à vaidade que nos custou o paraíso e da qual devemos escapar. Por outro lado, estabelece-se no pensamento oriental, uma percepção positiva e expectante do vazio:

[na] concepção dos textos sagrados budistas, para os quais “tudo está em permanente mudança” (Tao te King, 1989), considerando que “o caminho do céu é diminuir o que está cheio e aumentar o que está vazio (I Ching 1972). O vazio está, portanto, no âmago das coisas concebidas como impermanentes; ele não é realidade, mas a concepção de realidade que a mente é capaz de formar; ele não pode ser descrito, definido, apontado ou capturado, ele deve ser alcançado e, para ser conhecido, precisa ser experimentado (Borde, 2006, p. 36)

Por fim, nas ciências exatas o vazio é tido pela matemática, como o que não se pode definir, enquanto para a física remete ao que não é possível limitar (Borde, 2006). Essas formulações, que partem da geometria, ligam o vazio novamente ao espaço, dessa vez à uma noção específica do espaço como receptáculo, como recipiente no qual alguma coisa (ou alguém) pode acontecer (ou se localizar).

Ao retomar o vazio em sua perspectiva espacial, passamos então para a última parte dessa investigação epistemológica: o vazio dos lugares e das cidades, o espaço vago da arquitetura e do urbanismo e que nos propõe de volta aos vazios urbanos. O vazio da arquitetura é definido por Borde (2006) como “o espaço necessário para que os cheios tenham autonomia e identidade”. Para a autora, na arquitetura os vazios são abordados na maioria das vezes somente em comparação à esses cheios - das

construções e dos projetos arquitetônicos – e pensados sobretudo como espaço da interação social. Numa escala ampliada, o lugar do vazio no urbanismo é pensado sempre em oposição ao espaço preenchido, como aquilo que designa o espaço do interstício, o espaço aberto do uso coletivo e principalmente o espaço definido pela autora como consequência de um processo de esvaziamento, que recebe, este sim, o nome de vazio urbano.

Assim Borde (2006) passa pelo conceito a partir de várias disciplinas, e liga o vazio à diferentes categorias analíticas como resume o quadro abaixo:

Tabela 1 - Quadro resumo das etimologias do Vazio

ETIMOLOGIAS DO VAZIO

DISCIPLINAS	CONCEITO	CATEGORIAS ANALÍTICAS
CIÊNCIAS SOCIAIS	Identidade cultural pós-moderna apoiada em deslocamentos e descontinuidades.	Descontinuidades
	Sociedade pós-moderna narcísica que caracteriza a era do vazio.	Efêmero
FILOSOFIA	Niilismo: negação, movida pela vontade como forma de estar no mundo.	Negação
	Vácuo: espaço entre as coisas, necessário para que elas existam de forma separada.	Vácuo
BUDISMO	A vacuidade como condição das coisas impermanentes atingirem a plenitude	Impertinência; Vacuidade
CRISTIANISMO	Tridimensionalidade do vazio: adjetivo, substantivo e verbo.	Esvaziado
MATEMÁTICA	O que não se pode definir.	Indefinido
FÍSICA	O que não se pode delimitar.	Ilimitado
TEATRO	O campo da criação coletiva, das experiências	Intercâmbios
ARQUITETURA	O que não é cheio; o vácuo; o intervalo; o espaço interno.	Intercâmbio

Fonte: Adaptado de Borde (2006)

Esse breve resumo epistemológico serve com ponto de partida para a discussão dos vazios urbanos na atualidade. **As diferentes significações do termo antecipam a diversidade de interpretações possíveis para o processo urbano: das**

descontinuidades e das efemeridades da ciências sociais ao sentido de vácuo e negação da filosofia; da vacuidade expectante do budismo ao esvaziado lamentado do cristianismo; da indefinição na matemática ou do ilimitado na física. Passamos por todas elas para finalmente chegar à uma retrospectiva dos significados já atribuídos aos vazios no decorrer da história da cidade, dos vazios urbanos. A partir daí avançaremos na construção de uma nova definição para os mesmos.

2.2. UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA “PRÉ-VAZIOS URBANOS”

Antes do surgimento do termo ‘vazios urbanos’, as cidades e seus pesquisadores já discutiam, analisavam e ponderavam a questão dos espaços vagos. **A proposta de abordar os conceitos historicamente em um período ‘pré-vazios urbanos’ serve para explicitar que os vazios eram objetos de reflexão antes mesmo que eles fossem nomeados como tal.** O que se pretende é examinar em quais momentos esses espaços ganham destaque nos estudos urbanos, compreendendo as implicações do conhecimento construído historicamente às atribuições que são hoje concedidas ao conceito.

Aprende-se com a morfologia urbana que o ambiente construído é, na sua essência, uma combinação de cheios e vazios. De acordo com Christopher Alexander⁹ (1987) a cidade se organiza em volumes preenchidos e cavidades, espaços positivos e negativos que interagem e se transformam – ou são transformados – para criar espacialidades urbanas. Em um primeiro momento tudo aquilo que não está construído, está vazio. Tal vacuidade espacial está diretamente relacionada à passagem do tempo e às transformações que essa passagem implica ao espaço construído.

O primeiro destaque aos vazios urbanos pode ser atribuído às representações de Giambattista Nolli¹⁰ para a cidade de Roma. As representações cartográficas de Nolli, que tiveram grande influência ao trabalho de Alexander (1987), foram à época consideradas completamente revolucionárias e tinham como grande diferencial a representação dos vazios, principalmente dos espaços públicos.

⁹ Christopher Alexander é arquiteto urbanista austríaco, teórico de design e professor na Universidade da Califórnia, Berkeley. Seu trabalho mais renomado, sobre linguagem de padrões é contribuição importante na interseção entre o campo da arquitetura, sociologia e tecnologia, mas aqui nos interessa a referência ao livro “A Nova Teoria do Desenho Urbano” (1987, tradução nossa), obra publicada junto a Hajo Neis, Artemis Anninou e Ingrid King, que procura por um novo quadro teórico capaz de explicar os processos orgânicos de desenvolvimento urbano, ou seja, aqueles que ocorrem a partir das demandas diárias em um nível tático.

¹⁰ Giambattista Nolli foi um arquiteto italiano conhecido principalmente por seu plano da cidade de Roma, elaborado entre 1736 e 1748. A *Pianta Grande di Roma*, transformou de maneira significativa os modos de representação do tecido urbano e acabou se popularizando como uma técnica de desenho urbano que recebeu o nome de Mapa Nolli.

Era uma grande mudança em relação aos mapas tradicionais que se concentravam em destacar a *urbes* construída, onde as hachuras delimitavam e hierarquizavam construções enquanto o branco ao fundo “sobrava” para indicar o que não era construído e portanto não merecia importância.

Figura 1 - Representação dos vazios no Mapa de Nolli



Fonte: Alexander (1987)

Os mapas de Nolli, desenhados em preto e branco, eram criados de tal forma a fazer com que o vazio também se destacasse, já que não havia uma hierarquia entre as duas cores contrastadas. Muito pelo contrário, o ‘branco-vazio’ do mapa recebe uma nova atribuição, um espaço positivo no qual várias das atividades sociais – cívicas e públicas – ocorriam. Para Alexander (1987) as representações de Nolli e em particular sua planta para a cidade de Roma, eram o grande exemplo de um bom ambiente urbano, pela relação proporcional entre espaços vazios e espaços construídos e por

várias propriedades geométricas¹¹ que ajudavam a definir uma cidade coerente e integrada.

Na presente visão ocidental do espaço, nos esquecemos da poderosa força do espaço visível no Mapa de Nolli, mesmo que ele fosse “lugar comum” em quase toda cultura antiga. Nós temos a tendência de ver as edificações flutuando em um espaço vazio, como se esse espaço entre elas fosse um mar de nada... O efeito de tal visão é devastador: faz do nosso espaço social nele mesmo – a cola e o *playground* do nosso mundo público comum – incoerente, quase inexistente (Alexander et al, 1987, p. 174, tradução nossa)

Contudo, ainda que destacados na representação das cidades, os vazios continuam em “segundo plano” nos estudos urbanos, já que as investigações a respeito do tema são feitas predominantemente a partir dos elementos construídos, das edificações e da arquitetura. Ao contrário das obras arquitetônicas, que são estudadas desde o seu surgimento, os vazios só se tornam objeto de estudos em meados do século XIX, como consequência do crescimento pós-industrial europeu, principalmente na França e na Inglaterra (Borde, 2006).

Nas principais capitais europeias, o adensamento das áreas centrais e o processo de espraiamento contribuem para a estruturação territorial do espaço entre grandes territórios ‘cheios’ e grandes manchas verdes vazias. Nos planos pré-urbanistas, é possível perceber a relação entre áreas adensadas e áreas vazias, que tinham como função a organização de um espaço industrial salubre. De acordo com Françoise Choay¹² (2000) esses primeiros vazios eram funcionais e desempenhavam a função de distanciamento entre atividades.

¹¹ Alexander define um conjunto de propriedades geométricas que seriam indicativas de uma boa forma urbana. Essas propriedades foram definidas através da análise metódica do desenho de várias cidades, e embora seja preciso considerar que a qualidade ambiental e uma idade justa dependem de muitos outros elementos além da morfologia, o trabalho de Alexander é referência para “o que compõe a boa cidade”

¹² Françoise Choay é historiadora francesa, teórica de arquitetura e história urbana. Foi professora da Universidade de Paris e escreveu livros que são até hoje referência para o estudo das cidades e do patrimônio histórico. Suas principais obras são “Alegoria do Patrimônio” (2001 [1992]), “O Urbanismo” (2000 [1979]) e “A Regra e o Modelo” (2010 [1980])

Para a historiadora os pré-urbanistas discutiram, por meio de modelos utópicos, novas formas de ordenamentos urbanos que confrontavam a “pseudo-desordem da cidade industrial”. Essas novas configurações propostas deviam principalmente contornar as condições de higiene lastimáveis dos grandes centros, e não poderiam ser consideradas separadas de uma conjuntura crítica mais ampla, que mirava a sociedade industrial como um todo:

O habitat insalubre do trabalhador, frequentemente comparado com covis, as grandes distâncias que separam o local de trabalho do de habitação (...), os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares. A higiene moral também é considerada: há contraste entre os bairros habitados pelas diferentes classes sociais, chegando à segregação, fealdade e monotonia das construções “para maior número” (Choay, 2000, p.6)

A cidade dos pré-urbanistas se construiu no encaixe de uma dimensão quimérica, dividida em duas concepções distintas: a primeira saudosista de uma suposta unidade orgânica da cidade antiga, que a autora dá o nome de modelo culturalista; a segunda alinhada com o sentimento de desenvolvimento do industrialismo, chamada de modelo progressista.

A principal menção de vazios nos planos pré-urbanistas são feitas com base nos modelos progressistas¹³. A concepção desse modelo tinha raízes no racionalismo científico que acreditava ser possível responder tecnicamente aos problemas colocados pela cidade industrial e pelas relações entre os homens e seu meio (Choay, 2000). A proposta estava pautada na crítica à uma condição de homem individualizado e “alienado” e na constituição de um homem-tipo, com necessidades-tipos que poderiam ser atendidas em espaços-tipo. Era o nascimento de uma nova racionalidade que se aplicaria a todos os projetos utópicos, criados para se reaplicar a qualquer escala populacional em qualquer localidade e em qualquer tempo.

¹³ O pré-urbanismo progressista reúne um conjunto de estudos e modelos de ordenamentos urbanos propostos por intelectuais progressistas (Robert Owen, Charles Fourier, Richardson Cabot entre outros) que acreditavam que as invenções modernas e o “progresso” científico devia ser aplicado na busca por uma sociedade mais igualitária. São os primeiros a criticar o modelo econômico capitalista que começava a se estabelecer, e propunham modelos de cidade que abrigasse uma sociedade menos alienada e menos movida à exploração e ao lucro das atividades fabris.

Choay define como característica geral a todos os projetos utópicos pré-urbanos a busca por espaços vacantes que manteriam as cidades salubres. “Em primeiro lugar, o espaço do modelo progressista é amplamente aberto, rompido por vazios e verdes. Essa é a exigência da higiene” (Choay, 2000, p. 08). Dos planos pré-urbanistas talvez a proposta do Falanstério de Charles Fourier¹⁴ seja a que trate com mais detalhes a relação entre a cidade e seus espaços vazios. São abordados por Fourier os espaços vagos em relação aos cheios, contemplando características como afastamentos, alturas, vias públicas e áreas verdes:

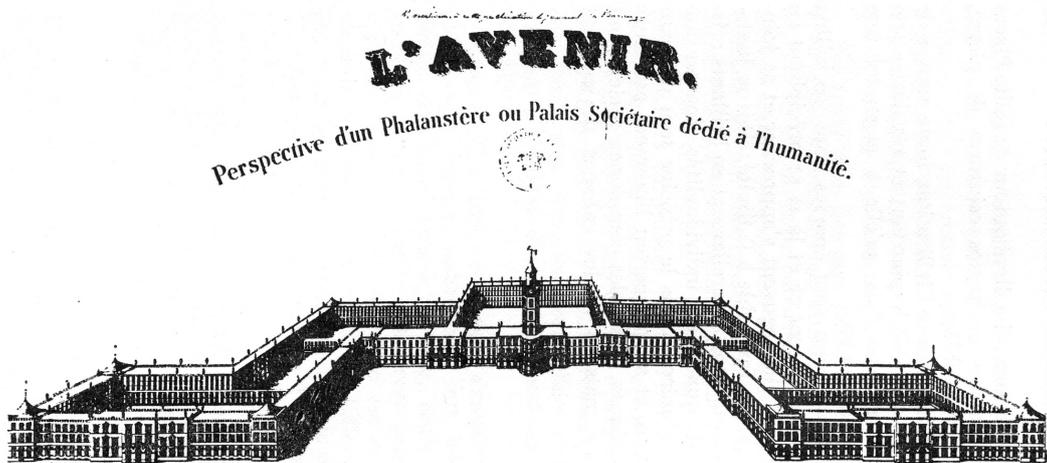
O espaço vazio será duplo no segundo anel, ou local dos arrabaldes, e triplo no terceiro anel, chamado subúrbio (...) O menor espaço de isolamento entre dois edifícios deve ser pelo menos de 6 toesas; 3 toesas ou mais por edifício, mas nunca menos de 3, e 3 até o ponto de separação e muro baixo de divisão. O espaço de isolamento só será calculado em plano horizontal, mesmo nos locais onde o declive seja acentuado. O espaço de isolamento deve ser pelo menos igual à metade da altura da fachada diante do qual se localiza, seja nos lados ou atrás da casa. (Fourier apud Choay, 2000, p. 69)

Os vazios dos projetos do pré-urbanismo progressista possuem um sentido de funcionalidade e de importância projetual que acaba sendo perdido no período pós-industrial, quando o termo passa a conceber significados em sua maioria relativos à obsolescência e à desfuncionalização. Só muito depois é que os vazios voltam a se destacar como elementos-chaves na configuração do tecido urbano, não por acaso no período que Choay (2000) denomina como urbanismo progressista. Principalmente com a arquitetura moderna, positivista e completamente baseada em uma lógica

¹⁴ Charles Fourier foi um importante filósofo francês e um dos percussores do pensamento socialista, especialmente do “socialismo utópico”. Seus ideais progressistas para a época foram influenciados para um grande número de pensadores e teóricos revolucionários, dentre eles o próprio Karl Marx. Fourier rejeitava o capitalismo e as instituições religiosas, bem como questionava as organizações sociais familiares, advogando por uma organização cooperativista como forma de se garantir uma sociedade mais justa. A concretização de várias de suas ideias se deu através do Falanstério, um novo plano para cidades cooperativistas e autossuficientes que constituiriam um estado de harmonia com igualdade de gênero e liberdade de pensamento.

funcionalista na qual “a forma segue a função”¹⁵, o vazio passará mais uma vez a ganhar um forte sentido funcional, como será visto adiante.

Figura 2 - Desenho proposto para o Falanstério de Charles Fourier



Fonte: Wikipédia, 2017a

Embora as menções iniciais aos vazios venham dos pré-urbanistas, **as primeiras discussões acadêmicas a respeito de grandes áreas ociosas datam na verdade do final dos anos 1970**. Essas reflexões surgem dos inventários produzidos na França (1979) e na Inglaterra (1982), e compreendiam o levantamento das *friches industrielles* e das *derelict lands*¹⁶:

Os franceses tomaram emprestado o termo *friche*, até então utilizado unicamente para as áreas rurais, que qualificado de industrial e comercial, ingressa no mundo urbano. As *friches industrielles* designam, assim, terrenos e edifícios de indústrias que transferiram ou cessaram suas atividades e se encontram desocupados ou desafetados (ocupados por edificações em estados diferenciados de conservação há mais de um ano. Nas *friches commerciales* este prazo amplia-se para dois anos, não importando o seu estado físico, desde que tenha uma área mínima útil de 300m² e esteja situada em

¹⁵ Frase célebre do arquiteto Louis Sullivan, que acabou se tornando um dos princípios da arquitetura modernista, indicava uma crítica à ornamentação excessiva e apontava para uma nova forma estética mais compatível com a produção industrial que ganhava folego à época.

¹⁶ A palavra francesa *friche* designava originalmente áreas não cultiváveis, ou terras que não tinham utilidade para a produção agrícola. O termo foi emprestado posteriormente para designar áreas que perderam utilidade, sendo caracterizada de diversas maneiras: *friches industriais*, *friches comerciais* e *friches urbanos*, por exemplo. Já o termo *derelict* tem como significado aquilo que é abandonado pela sociedade, com conotação negativa, associado à negligência e à delinquência.

município de mais de 5000 habitantes. Mas é a *friche urbaine* que mais se aproxima da situação analisada nesta pesquisa, uma vez que compreende os demais usos (residencial, comercial, etc.) da área de influência da *friche industrielle* ou *commerciale* envolvidos também no processo de esvaziamento. Entre os exemplos mais recorrentes de *friche urbaine* estão os vazios portuários que agregam não apenas os vazios da atividade portuária, mas também vazios comerciais, ferroviários e residenciais (...) Os ingleses, que possuíam além de grandes áreas destinadas à atividade industrial, áreas de minas e pedreiras – que demandam uma reabilitação física do solo para sua refuncionalização – relegadas à situação de vacância denominavam, inicialmente essas áreas de *brownfield*. Na medida em que as situações de vacância avançam sobre o tecido consolidado, o termo *derelict land* vai se estabelecendo. Ao transbordarem seus limites físicos e contaminarem a área em torno, produzindo áreas desestabilizadas, passam a ser denominadas *blight areas*. (Borde, 2006, p. 42-43)

Com a crise do sistema produtivo europeu, percebe-se o aumento de terrenos ‘tornados vacantes’, grandes áreas industriais e de infraestrutura abandonadas como zonas portuárias obsoletas e linhas férreas desativadas. Esses espaços são caracterizados como áreas desfuncionalizadas, que perderam suas funções com as mudanças do modelo de produção capitalista e para as quais não se divisava novos usos. A medida em que eles se propagam pelo tecido urbano, surge a necessidade de nomear o fenômeno (Borde, 2006).

Figura 3 - Derelict Lands na área portuária de Canary Wharf, Londres (1983)



Fonte: Google Imagens (2017a)

Figura 4 - *Friches Industrielles* fotografadas no projeto homônimo de Bernd Becher



Fonte: Bernd Becher (1979-1991). Disponível em <http://traac.info/blog/?p=1948>

Assim, o estudo das áreas vacantes avança e aumentam as expressões e os termos criados para designar as diferentes configurações de vazios identificados no território. Além das *friches urbaines* e dos *derelict lands* surgem também os *baldíos*, *blight areas*, *brownfields*, *vacant land*, *lost spaces*, *junkspace*...

Insistimos de novo na constatação de que, como grande parte dos processos urbanos, desde suas primeiras ‘manifestações’ os vazios demonstravam constante multiplicidade. **Vistos nos planos pré-urbanistas como grandes áreas que deveriam permanecer desocupadas pois cumpriam assim sua função de salubridade, tinham uma conotação positiva enquanto conformavam uma categoria de ‘vazio-morfológico funcional’.** Em um segundo momento, já pós-industrial, essa significação é contestada quando os vazios não mais se caracterizavam como espaços realmente vagos, mas passavam a representar os espaços construído e inutilizados, e conformavam assim não uma vacância de ocupação, mas uma vacância de usos, se encaixando em uma categoria de ‘vazio disfuncional’.

Essa conotação negativa que o vazio pós-industrial supõe é novamente contraposta, por sua vez, a partir de outros períodos da história das cidades, como, por exemplo, na dimensão monumental que o vazio ajuda a cumprir na arquitetura moderna. Os modernistas, de volta à busca por uma cidade-modelo como já sonhavam em construir os arquitetos pré-urbanistas, se baseavam nos avanços da construção civil e nas novas técnicas disponíveis para repensar a organização do espaço urbano. Mais uma vez os espaços fechados e densos das cidades industriais precisavam ser abolidos ou contornados para trazer de volta à cidade seu aspecto de ‘humanidade’:

As condições naturais foram abolidas! A cidade radiocêntrica industrial moderna é um câncer que vai indo bem! Aquartelamento e falta de humanidade caracterizam nossos medíocres cubículos de aluguel, mal protegidos contra o ruído (Corbusier, 1946 apud Choay, 2000, p. 185)

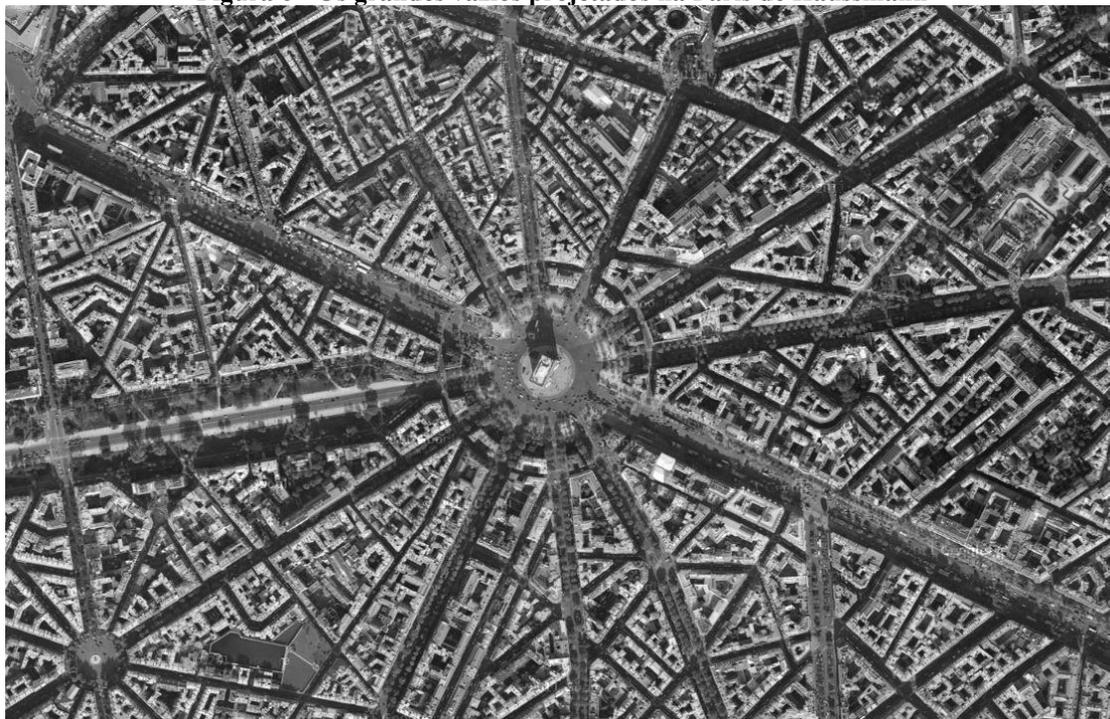
A partir da lógica funcionalista na qual cada setor urbano deve se especializar por uso, a cidade moderna se fragmenta, divide suas funções em arranjos setoriais e transforma suas ruas compactas e densas em grandes vazios. Os “vazios urbanos modernos” se configuravam por meio de grandes áreas livres para circulação e para convívio coletivo e além disso tinham como objetivo a própria monumentalidade que fazia parte do repertório arquitetônico moderno. De acordo com Borde (2006) **a racionalidade moderna está na gênese de formação dos vazios, inaugurados como uma categoria urbana específica com Barão de Haussmann e seu processo de “destruição criativa” no tecido urbano de Paris.**

Figura 5 - Os vazios da cidade modernista no plano da Ville Radieuse de Le Corbusier



Fonte: Corbusier (1924)

Figura 6 - Os grandes vazios projetados na Paris de Haussmann



Fonte: Google Imagens (2017b)

Não obstante, talvez o primeiro teórico a trabalhar a noção do vazio para a cidade contemporânea e a abordar o conceito partir dos espaços subutilizados e desperdiçados no tecido urbano tenha sido Kevin Lynch¹⁷ em um artigo publicado *post mortem*¹⁸, intitulado “*Wasteland*” (Terra do Desperdício). Embora não os trate diretamente como vazios, o artigo de Lynch é uma leitura cuidadosa dos diferentes tipos de ‘espaços-desperdícios’ que podemos encontrar nas áreas urbanas.

O autor aborda desde o desperdício diário das nossas atividades normais – comer, se banhar, e mesmo morrer – até os desperdícios ‘maiores’ da terra abandonada e da decadência urbana. Através da identificação dos diferentes processos que desencadeiam esse declínio, Lynch caracteriza os espaços desperdiçados em tipos. Seu trabalho discute o vandalismo¹⁹, a negligência premeditada e o abandono circunstancial dos espaços urbanos, e é ponto de partida fundamental porque aborda questões espaciais de maneira tangível, territorializável.

A obra também é uma contribuição importante porque discute além do desperdício, o potencial de ‘persistência da cidade’ através do seu próprio desperdício e seu poder de se reinventar e se recuperar junto daqueles que a destroem, ou seja, por meio de sua própria população. Se os vazios significavam o declínio da cidade, residia neles também a possibilidade para mudanças:

“Uma cidade é objeto difícil de se matar, em parte devido à sua localização geográfica estratégica, ao seu concentrado e persistente estoque de capital físico e ainda mais por causa das memórias, motivações e habilidades de seus habitantes” (Lynch, 1990, p. 18, tradução nossa).

¹⁷ Kevin Lynch foi um urbanista Americano, referência nos estudos de análise urbana e autor de *A Imagem da Cidade*, obra importante no campo do planejamento urbano, que trata da percepção das cidades através de processos de legibilidade e identidade, determinados a partir de cinco elementos urbanos: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos.

¹⁸ O artigo publicado em 1990 no periódico *Places* era parte de um manuscrito inacabado no qual Lynch trabalhava no momento de sua morte, em 1984.

¹⁹ Mantemos aqui o termo utilizado pelo autor, sem com isso insinuar algum julgamento de valor ou desconsiderar as várias críticas ao uso do termo.

Lynch já sugeria o declínio, a decadência e o desperdício como partes necessárias ao crescimento e à vida, assim como os locais ociosos e abandonados – em uma analogia com os ciclos do sistema ecológico – como locais do recomeço. Esse primeiro indício de uma dualidade entre o desperdício e a oportunidade são fundamentais para o entendimento contemporâneo do conceito.

Figura 7 - Exemplos do Wasteland ilustrados no artigo de Lynch



Fonte: Lynch (1990)

Passamos então para o próximo subcapítulo – UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA “PÓS-VAZIOS URBANOS” – que discutirá mais detidamente as acepções teóricas dos vazios a partir do momento em que o termo é cunhado e ganha maior proeminência nos estudos urbanos.

2.3. UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA “PÓS-VAZIOS URBANOS”

Consideram-se aqui as concepções de vazios que foram levantadas após o estabelecimento do termo, em meados da década de 1990 e que por isso recebem o nome de “pós-vazios urbanos”. Essa segunda perspectiva compreende uma investigação contemporânea que deve levar em conta duas questões. A primeira é a necessidade de considerar que a formação desses espaços não ocorra de maneira totalmente aleatória, e que a cidade seja, intencionalmente, uma grande produtora de vazios urbanos. Em segundo lugar, é preciso pensar em uma contextualização local, reunir as diferentes interpretações acerca do vazio, que historicamente se desenvolvem segundo a lógica das cidades europeias, sob uma perspectiva latino-americana e brasileira. Nessa caso, mais uma vez a obra de Borde (2003; 2004; 2006) será de extrema importância, juntamente aos estudos de Solà-Morales (1995) e de Clichevsky (2002; 2007)

Embora o contexto histórico até os anos 1990 nos mostre que já existiam várias discussões sobre os espaços vagos e obsoletos da cidade, a temática só passa a ganhar “consistência teórica” a partir de 1995, quando o termo é cunhado no ensaio intitulado *Terrain Vague*, do arquiteto catalão Ignasi de Solà-Morales²⁰. É também nesse momento que os vazios superam um caráter estritamente espacial e passam a incorporar aspectos de ordem estética, para em seguida incorporar aqueles de ordem social, econômica e política. O uso intencional da expressão em francês, que não deveria ser traduzida, se deve à etimologia das palavras *terrain* e *vague*, que de acordo com o Solà-Morales possuíam uma riqueza de significados que se perdiam em outros idiomas:

²⁰ Ignasi Solà-Morales foi professor da Escola de Arquitetura de Barcelona, e pesquisador proeminente das cidades contemporâneas. As suas principais contribuições para o campo dos estudos urbanos vieram das discussões pautadas no “acontecimento” deleuze-guattariano, através da “incorporação na análise dos fenômenos arquitetônicos e urbanos das condições particulares de cada acontecimento e de uma compreensão diferenciada que o espaço e tempo assumem na contemporaneidade” (Sales, 2008, p.222)

Não é possível traduzir com uma só palavra inglesa a expressão francesa *terrain vague*. Em francês, o termo *terrain* tem um carácter mais urbano que o inglês *land*, [...]e refere também a extensões maiores, talvez menos precisas; está ligada à ideia física de uma porção de terra em sua condição **expectante, potencialmente aproveitável, mas já com algum tipo de definição em sua propriedade a qual somos alheios**. Em quanto à segunda palavra que forma a expressão francesa *terrain vague*, devemos atentar que o termo *vague* tem dupla origem latina, além de uma germânica. [...] Mas nos interessa ainda mais as duas raízes latinas que confluem no termo francês *vague*. Em primeiro lugar, *vague* como derivado de *vacuus*, *vacant*, *vacuum* em inglês, ou seja, *empty*, *unoccupied*; mas também *free*, *available*, *unengaged*. A relação entre a ausência de uso, de atividade e o sentido de liberdade, de expectativa, é fundamental para entender toda a potência evocativa que os *terrain vague* das cidades tem na percepção da mesma nos últimos anos. Vazio, portanto, como ausência, mas também como promessa, como encontro, como espaço do possível, expectativa. Há um segundo significado que se superpõe ao de *vague* em francês como *vacant*. Esse é o termo *vague* procedente do latino *vagus*, *vague* também em inglês, no sentido de *indeterminate*, *imprecise*, *blurred*, *uncertain*. De novo, **o paradoxo que se produz na mensagem que recebemos desses espaços indefinidos e incertos não é necessariamente uma mensagem negativa**. (Solà-Morales, 1995, p. 125, grifos da autora, tradução nossa)

Solà-Morales abordou a vacância urbana desde a fotografia, considerando que a percepção que usualmente se tem acerca da arquitetura está fortemente ligada à uma leitura estética do espaço, reelaborada pelas técnicas fotográficas. Começando no final da década de 1970, os espaços abandonados e vazios tornaram-se aos poucos o ponto focal da fotografia urbana, “pontos de atenção, na mais solvente indicação de serem capazes de se referirem à cidade, para indicar com imagens o que as cidades são, e as experiências que temos delas” (Solà-Morales, 1995, p. 125, tradução nossa). Desse modo os *terrain vagues*, segundo o autor, deveriam conformar uma categoria de investigação urbana, por sua relevância na leitura espacial.

Há um motivo para o foco da fotografia contemporânea nas ausências, como método para explicar o cenário urbano. A mudança na realidade das cidades ocorre em um ritmo intenso e o homem contemporâneo se encontra em uma relação de total estranhamento com seu território. Há portanto, um fator de reconhecimento entre os espaços que a cidade não pode explicar, e as incertezas dos homens que as habitam, de modo que “o habitante da metrópole sente os espaços não dominados pela arquitetura como um reflexo de suas próprias inseguranças” (Solà-Morales, 1995, p.129, tradução nossa).

Figura 8 - O *terrain vague* em Solà-Morales: fotografia de Manolo Laguillo, Barcelona 1987



Fonte: Solà-Morales (1995)

É possível perceber uma positividade e uma característica expectante no *terrain vague* de Solà-Morales que se contrapõe à uma conotação ainda negativa do *wasteland* de Lynch. A sobreposição entre os dois aspectos (positivo e negativo) ajudam no aprofundamento do conceito de vazios urbanos mas nenhum dos autores aborda, apesar disso, como as dimensões políticas e econômicas das cidades constituem fatores importantes na conformação e na manutenção desses espaços.

As discussões permanecem focadas no ‘depois’ muito mais do que no ‘antes’, e inculcem ao processo de formação dos vazios um viés natural, como se fossem uma ocorrência esperada da dinâmica urbana. Este é, inclusive, um problema encontrado na contextualização histórica dos vazios como um todo. Predominam estudos e investigações que abordam o processo de formação desses espaços sob um viés ocasionalista: os esvaziamentos parecem acontecer como resultado de uma sucessão casual de eventos, cuja formação se daria de forma contingente. Quando não assim, por uma escolha metodológica dos autores ou por outros motivos, a formação dos vazios simplesmente não chega a ser analisada e discutida criticamente.

O trabalho de Borde (2003; 2004; 2006) possibilita uma ruptura nessa conotação ocasionalista dos vazios, ao analisá-los como consequências de intervenções urbanas específicas ou grandes projetos (vazio projetual), além das abordagens mais conhecidas de vazios como resultados das alterações de funções urbanas de determinadas áreas (vazio estrutural) ou de circunstâncias não-espaciais específicas (vazio conjuntural). Todos esses três vazios conformariam o que a autora denomina como ‘vazios esvaziados’, ou seja, espaços que são intencionalmente produzidos e reproduzidos em um processo constante de desfuncionalizações, refuncionalizações, desafetações e reafetações.

Áreas desafetadas e desfuncionalizadas são aquelas em que as antigas estruturas foram fragmentadas porque determinados usos, atividades e função se tornaram obsoletas. Os processos de refuncionalização e reafetação são aqueles que se impõem para criar as novas edificações necessárias para os novos usos e atividades urbanas. Quando esses processos de refuncionalização/reafetação não são mais suficientes para absorver todos os terrenos desfuncionalizados/dsafetados é que temos a transição para um processo de formação de vazios urbanos, criando situações de vacância diversas. (Borde, 2006)

O ‘vazio esvaziado’ não é entretanto, um fenômeno contemporâneo. **Para Borde a construção de vazios já fazia parte do repertório de intervenções urbanísticas desde meados do século XIX, com uma série de remoções, desapropriações e demolições que tinham como principal objetivo controlar o adensamento populacional** (visto por uma lado como a grande causa dos problemas sanitários da época e por outro lado como uma questão social, para controle das manifestações populares):

O vazio esvaziado, isto é, o vazio que não preexiste, que é produzido, é engendrado também pela racionalidade moderna em nome da qual foram concebidas intervenções urbanas que rasgam as cidades, a partir de meados do século XIX, destituindo-as das suas referências e preparando-as para os novos tempos modernos que viriam. A cidade emblemática desse processo foi Paris, capital do século XIX que, entre 1851 e 1870, foi cortada por uma série de intervenções urbanas. Pouco tempo depois essas intervenções chegariam a Barcelona (1859), Florença (1864-1871) e, no início do século XX a Buenos Aires (1893-1897) e Rio de Janeiro (1903-1906) (Borde, 2006, p.9)

Figura 9 - O vazio esvaziado da reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1903-1906)



Fonte: Google Imagens (2017c)

A produção, reprodução e principalmente a manutenção dos vazios urbanos ao longo do século XX deveu-se, principalmente, ao processo natural de valorização do solo urbano e da consequente retenção especulativa: para um investidor, manter a terra vazia e esperar sua valorização ao longo do tempo pode ser mais lucrativo (ou nos termos do capital rentista, mais *rentável*) do que ocupá-la com qualquer outra atividade, principalmente se consideradas as instabilidades das atividades de comércio, indústria e serviço frente à estabilidade do mercado de terras.

Essa outra perspectiva mercadológica é o referencial teórico para os trabalhos de Nora Clichevsky²¹ (2002; 2007), que avalia os vazios urbanos nas cidades latino-americanas, em busca de soluções aplicáveis pela administração pública, na maioria das vezes por meio de novas políticas públicas e instrumentos legais visando a “saúde econômica da cidade”. A pesquisa da arquiteta avança na discussão sobre vazios não

²¹ Nora Clichevsky é uma arquiteta, professora e pesquisadora argentina, consultora das Nações Unidas e desde 1995 investigadora no Lincoln Institute of Land Policy, em Cambridge nos Estados Unidos. É especialista em mercado de terras e políticas urbanas, e suas pesquisas se focam principalmente no funcionamento dos mercados formais e informais de terra na América Latina, na relação entre os vazios e a recuperação de mais-valia urbana e nos efeitos da informalidade e da pobreza urbana.

só porque a insere em um contexto local – considerando as várias particularidades da nossa urbanização – mas principalmente porque avalia os espaços vazios em suas incidências negativas e positivas, ainda que sob um viés estritamente financeiro.

Para a autora os vazios são espaços positivos porque possuem potencialidades para a ocupação das populações de baixa renda e principalmente, para utilização pelo mercado imobiliário. Mas possuem ao mesmo tempo um caráter negativo para o conjunto da área urbana e da cidade metropolitana, são disfuncionais já que “ao existir uma quantidade de terrenos sem uso, o conjunto da sociedade deve manter, a custos extremamente altos, investimentos em infraestrutura e serviços, assim como sua gestão administrativa” (Clichevsky, 2007, p. 197).

À luz das políticas públicas e da legislação urbanística, Clichevsky se esforça em categorizar os vazios (baseada em experiências empíricas nas principais cidades latino-americanas) para criar tipologias distintas que possam ser utilizadas na elaboração de instrumentos de gestão compatíveis. Os vazios se dividem em três grandes categorias: “terras vazias” (*tierras vacías*) que são resultantes dos processos de loteamento espraiados; “terras vazias latentes” (*tierras vacantes latentes*) compostas por habitações e comércios em áreas centrais obsoletas que permanecem vazios em espera pela valorização que viria de novos usos e revitalizações; e “terras fiscais desativadas” (*tierras fiscales desactivadas*), áreas cujo usos se tornaram desnecessários e que permanecem portanto abandonadas, como as grandes áreas industriais e portuárias (Clichevsky, 2002).

Dessa divisão genérica, sete tipos específicos de vazios são definidos segundo o (i) motivo da vacância; (ii) tamanho do vazio; (iii) usos possíveis e (iv) propriedade:

Tipo 1. Lote legal de 300 m², destinado a moradia, loteamentos para população de baixa renda, terra vendida a prestações, desde os anos 1950. Pode estar (i) não ofertado, sob propriedade do loteador original, a espera de valorização para sua posterior oferta (ii) Ofertada e não vendida por falta de demanda real, e por isso sob propriedade do loteador original. (iii) Vendida a população de baixa renda, que não pode ocupa-la por problemas econômicos, custos de transporte, tempo de transporte, etc. Ou porque comprou como investimento.

Tipo 2. Lote legal, acima de 300m². Destinado à residência da população de classe média e alta. (i) Não ofertada, sob propriedade do loteador original, à espera de valorização para sua posterior oferta (ii) Ofertada e não vendida por falta de demanda real, e por isso sob

propriedade do loteador original. (iii) Vendida a população de baixa renda, que não pode ocupa-la por problemas econômicos, custos de transporte, tempo de transporte, etc. Ou porque comprou como investimento (este é um caso pouco comum)

Tipo 3. Clube de Campo/ Clube Náutico / Condomínios Fechados/ Chácaras. Lotes de aproximadamente 500 e 1000 m². (i) Não ofertados (ii) Ofertados e não vendidos (iii) Vendidos mas não ocupados.

Tipo 4. Terras fiscais, segundo diferentes organizações e estatutos: públicos ou privados.

Tipo 5. Glebas ainda sem loteamento urbano, em interstícios de áreas já urbanizadas. À espera da valorização e posterior loteamento ou para desenvolvimento de grandes projetos urbanos.

Tipo 6. Lotes vagos em Parques Industriais/ áreas comerciais/ áreas de equipamento: (i) Não ofertados (ii) Ofertados e não vendidos (iii) Vendidos mas não ocupados.

Tipo 7. Área industrial ou de depósito desativadas. (Clichevsky, 2007, p.207, tradução nossa)

As categorias propostas por Clichevsky são atualizadas por Adriana Larangeira²² (2004) para incluir também uma categoria de “falsos vazios”, representando terras ocupadas ilegalmente que continuam oficialmente tratadas como vazias ou como áreas de ocupações transitórias. Segundo a autora, é pela dupla condição que apresentam, irregulares urbanisticamente falando e ilegais sob o aspecto da propriedade, que esses espaços acabam se convertendo em territórios invisíveis para as administrações públicas.

Os critérios elegidos também são ampliados no trabalho de Larangeira (2004), e passam a incluir o tempo de permanência do vazio, sua localização e sua condição (de facilmente desenvolvível ou não). Dada a expansão de critérios, Larangeira elabora um novo quadro síntese com as características dos vazios urbanos, para que a partir dele sejam elaboradas soluções e instrumentos urbanísticos específicos.

²² Adriana Araújo Larangeira é uma arquiteta brasileira, doutora em engenharia pela Universidade de Cantabria, Espanha e consultora especial para a UN-Habitat. Coordenou projetos de pesquisas para o Lincoln Institute of Land Policy, entre eles o estudo das terras vacantes na América Latina que deu continuidade ao trabalho de Clichevsky (2007). Foi também Secretária de Habitação para a cidade do Rio de Janeiro e uma das responsáveis pelo projeto Favela-Bairro que promoveu várias ações de “revitalização” nas favelas cariocas.

Tabela 2 – Quadro resumo das Categorias do Vazio Urbano
CATEGORIAS DO VAZIO URBANO

QUANTIDADE	Presente em altas porcentagens	
	Presente em baixas porcentagens	
TAMANHO	Pequenos	
	Grandes	
STATUS	Desenvolvidas legalmente	
	Com possibilidade de adensamento	Baixas densidades
		Edificações abandonadas
LOCALIZAÇÃO	Com restrições legais à ocupação (preservação ambiental etc.)	
	Brownfields (antigas áreas industriais contaminadas)	
	Áreas centrais abandonadas deterioradas	
	Áreas periféricas	
PROPRIEDADE	Terras Públicas	Governo Central
		Governo Regional
		Governo Local
	Terras Privadas	Individual
		Cooperativa de desenvolvimento
		Comunais
Proprietário desconhecido		
TEMPO DE PERSISTÊNCIA COMO VAZIO	Nunca antes desenvolvido	
	Vazio recentemente	
	Vazio há muito tempo	
	Sujeitos à mudanças de conceito	Considerado não edificável no passado (topografia)
		Considerado não interessante para desenvolvimento no passado (pressão de demanda)
	Sem uso aparente (social ou econômico)	
USO ATUAL	Subutilizado em termos de seu “melhor mais rentável” uso	
	Residencial	
DESIGNAÇÃO	Comercial Industrial	
	Preservação Ambiental Histórica Cultural	
CONDIÇÃO	Facilmente Desenvolvido	
	Requer grandes investimentos em reabilitação, descontaminação, implantação de infraestrutura etc.	

Fonte: Adaptado de Lorangeira, 2002

O quadro acima dá outro passo importante para a compreensão dos diferentes aspectos que podem determinar a classificação dos vazios urbanos. Mas, embora a classificação dos vazios seja um importante passo para apreensão desse fenômeno urbano, a divisão entre elementos tão categóricos desconsidera a dualidade e a

impermanência desses espaços. Em situações específicas é possível observar um esforço na direção de incluir alguma das contrariedades inerentes à eles, a exemplo dos “falsos-vazios”, mas na maior parte das vezes, o conceito fica sujeito à uma fragmentação que acaba por criar um “vazio teórico” que não é possível identificar no espaço real. A identificação dessa lacuna foi o que nos levou a abordar os vazios sob uma nova perspectiva, de caráter relacional.

Como parte da bibliografia revista acima indica, os vazios podem desempenhar papéis negativos no contexto urbano contribuindo para a deterioração do espaço público (Lynch, 1990; Choay, 2000), mas podem por outro lado, contemplar funções de resistência, novas possibilidades de produção do espaço e de liberdade (Solà-Morales, 1995; Borde, 2006). **Entender o caráter relativo de qualquer análise empreendida sobre os vazios é um primeiro passo para tentar superar a distância entre a teoria e a realidade.**

O histórico realizado até aqui permite uma compreensão preliminar dos vazios, formulados na ausência mas também na oportunidade de algo novo. As contextualizações apresentadas evidenciam como a terminologia e os significados dos vazios urbanos são reconstruídos juntamente com a história do urbanismo, à medida em que as transformações urbanas vão modificando também nossas impressões sobre esses espaços. Outros fatores contudo, são relevantes para a compreensão dos vazios. Para além dos aspectos espaciais é preciso avaliá-los também a partir de critérios econômicos, políticos ou mesmo artísticos e principalmente a partir de um olhar que não se restrinja ao urbano das grandes centralidades, mas que incorpore também uma escala metropolitana.

O território metropolitano, que normalmente é caracterizado pela fragmentação e pelo espaço construído descontínuo, sugere a existência intrínseca de espaços vazios. Dessa nova configuração territorial surge a compreensão de vazios numa modalidade de terra nua²³, que passa a fazer parte das discussões. Essas terras

²³ De acordo com a legislação brasileira, considera-se Terra Nua o imóvel rural sem benfeitorias ou uso, seja por meio de culturas permanentes ou áreas de pastagem.

nuas, grandes extensões de terras desocupadas que compõem uma região metropolitana, podem ser compreendidas de acordo com Ann Bowman e Michael Pagano²⁴ (2004) como recursos que os governantes municipais regulam, gerem, desenvolvem e preservam.

Já está claro que os vazios são percebidos de maneira diferenciada dependendo do contexto em que se inserem e do sujeito que os identifica. Bowman e Pagano (2004) afirmam que terras nuas são ao mesmo tempo ubíquas e diversificadas e são tanto um problema quanto um recurso para as administrações municipais. Ainda que os autores escrevam sobre vazios no contexto das cidades norte americanas, eles argumentam que enquanto para cidades em expansão espaços vagos representam estoque, para cidades em retração (*shrinking cities*) esses mesmos espaços representam declínio e defluxo de investimentos.

Na visão dos autores, são três os fatores determinantes para definir o valor e a utilidade dessa modalidade específica de vazio urbano: fator fiscal, fator social e fator de desenvolvimento. A importância atribuída à cada um desses fatores define o tempo e tipo de intervenção – ou não intervenção – que cada área vazia pode receber. Os diferentes sistemas de impostos e de taxação da terra urbana, e como a cidade pode atuar de forma estratégica para maximizar sua receita fiscal, são aspectos fundamentais. Isso significa que a cidade pode permitir certos usos que trarão maior renda ao município e evitar usos que venham a representar um fardo, por exemplo, na provisão de infraestruturas em escala metropolitana.

Essa concepção da terra nua como vazio no território metropolitano implica também considerar outros aspectos, como questão ambiental e as próprias limitações conceituais no que diz respeito às determinações de áreas urbanas ou rurais, que envolvem tanto uma definição oficial (legislativa) como uma percepção real da área.

²⁴ Ann Bowman é pesquisadora e professora no departamento de Governo e Serviço Público da Universidade de Texas A&M. Michael Pagano é professor de Ciências Políticas da Universidade de Illinois com foco em finança e municipalidade. Juntos, pesquisaram por anos as cidades a partir das políticas públicas, do Estado e da administração pública. Já publicaram dois livros a respeito das transformações urbanas a partir das dinâmicas financeiras institucionais: “Paisagens Urbanas e Capital (1997, tradução nossa) e “*Terra Incognita*” (2004).

Seria toda terra nua, um vazio urbano? Ainda que as delimitações regulamentadas em planos diretores definam com precisão o que é área urbana, área de expansão urbana e área rural, na prática essa identificação não se dá de maneira objetiva. Roberto Monte-Mór ²⁵(2006) já argumentava que os limites entre o campo e a cidade, e a natureza da divisão entre os dois estão cada vez mais imprecisas e complexas. Essa imprecisão se transpõe do mesmo modo para a definição dos vazios urbanos e para o que se deveria classificar como tal no território metropolitano.

Monte-Mór inicia uma corrente de análise com fundamentação teórica lefebvriana que considera a metrópole como um processo de urbanização extensiva que se desdobrou ultrapassando “cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania” (Monte-Mór, 2006) . Questiona-se portanto, se o urbano do qual esse vazio faz parte é determinado apenas pela legislação e pelo zoneamento ou se perpassa também o que se percebe no próprio território. Ao considerar a primeira opção, o urbano se limitaria a uma determinação que ocorre de acordo com os interesses da administração municipal, que no contexto cada vez mais neoliberal das nossas metrópoles quase sempre responde aos interesses do mercado. Se a segunda opção é tomada como referência, se faz necessário empreender o esforço de determinar quais são os critérios válidos para tal definição.

O vazio metropolitano é apenas uma das abordagens contemporâneas possíveis para os vazios, que tem grande relevância porque diz respeito à condição fundamental da nossa urbanização. Outras abordagens surgirão no decorrer do trabalho à medida em que estabelecemos de maneira mais clara o estudo espacial a partir de um conjunto de relações sociais. De qualquer maneira, as definições até agora expostas revelam o caráter múltiplo dos vazios, de concepções que por vezes parecem contraditórias ou simplesmente não relacionáveis e foi

²⁵ Roberto Monte-Mór é arquiteto e urbanista, professor no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Leciona e pesquisa nas áreas de economia e de urbanismo, com ênfase em teorias da urbanização e do planejamento urbano e regional, principalmente nos temas de urbanização extensiva e intensiva; produção do espaço em populações tradicionais e desenvolvimento da região amazônica.

justamente a falta de unidade na conceituação dos vazios (que de nenhuma maneira deve ser vista como um ‘problema’ mas sim como um ‘desafio’) que impulsionou a procura por um novo conceito que permitisse abordá-los sem perder de vista essa multiplicidade.

Foi na busca por uma forma de compreender a dualidade intrínseca aos vazios, e afim de ampliar uma perspectiva otimista de interpretação, que se chegou à relação entre vazios e heterotopias foucaultianas, numa derivação positiva daquilo que escapa às normas e dribla o espaço hegemônico para se inscrever de forma insurgente no espaço. **Enxergando a possibilidade de abranger em um único referencial teórico as variadas formas de manifestação desses vazios, sem que com isso se perdesse sua multiplicidade, experimentamos a criação de um novo conceito: vazio-heterotopia.**

Mas antes de chegar à ele, é preciso explicar os referenciais teóricos nos quais a própria heterotopia se apoia, e entender o contexto do seu surgimento. Por isso o trabalho apresenta no próximo capítulo o que chamamos de instrumentos de percurso. Nessa parte pretende-se fazer uma contextualização e uma explanação sucinta dos fundamentos que alicerçam uma nova abordagem espacial, que recebe o nome de espaço relacional e que surge principalmente a partir das contribuições dos autores pós-estruturalistas. O espaço relacional, por sua vez, é o ponto de partida para o conceito de heterotopias.

3. INSTRUMENTOS DE PERCURSO

O segundo capítulo deixa claro as diferentes abordagens e a variedade de metodologias empregadas no esforço de delimitação do conceito de vazios urbanos. Todas essas contribuições surgem a partir de diferentes vertentes teóricas e a finalidade desse capítulo é explicitar a corrente adotada aqui, mais especificamente, abordar os instrumentos de percurso²⁶ que orientaram essa pesquisa. Eles conformam o marco teórico-conceitual que fundamenta a discussão sobre os vazios-heterotopias e são apresentados aqui em três partes.

A primeira delas – O PENSAMENTO PÓS-ESTRUTURALISTA – contextualiza a corrente teórica que serve como pano de fundo para desenvolvimento do trabalho, principalmente porque embasa em parte o raciocínio foucaultiano, embora Foucault nunca tenha se assumido como pós-estruturalista e seja considerado por muitos pesquisadores como um teórico “indefinível”. Essa sessão esboça um panorama geral desse novo movimento filosófico e revela alguns de seus principais argumentos²⁷ afim de compreender o momento do seu surgimento e sua relação com o estruturalismo e com o pós-modernismo.

A segunda parte –O ESPAÇO RELACIONAL – aborda uma das repercussões do pós-estruturalismo e do pós-modernismo no campo da geografia, nomeadamente, no estabelecimento de uma teoria relacional do espaço. A ideia de espaço relacional a partir do qual as heterotopias são trabalhadas deve muito ao campo filosófico pós-estrutural. Nele, o espaço, que por tanto tempo foi secundário ou inexistente nas teorias críticas, passa a ser elemento de relevância de pesquisa. Nesse subcapítulo, o trabalho de Murdoch (2006) juntamente às obras de Soja (1989) e Haesbaert (2012)

²⁶ Pego a expressão emprestada da Professora Junia Ferrari, que em seu meticolosos estudos sobre o pensamento e a teoria foucaultiana usa o termo para apresentar as diferentes “caixas de ferramentas” ao qual damos o nome de teoria e que segundo Foucault seriam na verdade instrumentos criados para auxiliar na nossa compreensão da realidade.

²⁷ O intuito desse capítulo é situar a discussão a partir de seus pressupostos teóricos conquanto se reconheça e seja preciso destacar que a essa abordagem não esgota e nem examina na totalidade a rede complexa de debates que atravessam o campo do pós-estruturalismo até hoje.

são tomadas como referência para explorar os desdobramentos que o trabalho de Foucault e Deleuze e Guattari trouxeram principalmente ao campo dos estudos urbanos, partindo do reconhecimento dos mesmos como os principais teóricos a atravessar a relação linguística e assentarem a prática pós-estrutural no espaço.

A terceira e última parte – A TEORIA MENOR – apresenta uma outra influência do movimento pós-estruturalista ao trabalho, evidenciada a partir do conjunto heterogêneo de autores trabalhados aqui. A teoria menor, conceito elaborado por Katz (1996) a partir do posicionamento filosófico de Deleuze e Guattari, auxilia na compreensão dos diferentes interlocutores escolhidos durante o processo de pesquisa. Ao propor trabalhar com uma teoria menor, o trabalho se interessa não só pela inclusão de perspectivas das minorias (que não são necessariamente quantitativas) como da cultura negra, dos pobres urbanos e do feminismo, mas quer também permitir se aventurar por nomes ainda desconhecidos, misturar teoria e prática sem a obrigatoriedade da rigidez científica baseada em um empirismo positivista, nem a necessidade de se ater somente a teóricos tidos como os ‘maiores’ dentro do mundo acadêmico.

3.1. O PENSAMENTO PÓS-ESTRUTURALISTA

O pós-estruturalismo transformou de maneira significativa o modo de fazer e pensar a ciência na contemporaneidade, mas ainda é difícil definir com precisão suas características específicas ou apontar todas as mudanças engendradas por esse novo modo de pensar. Jonathan Murdoch²⁸ (2006) afirma que tal dificuldade se deva principalmente à existência de *muitos pós-estruturalismos*, cada um deles com suas próprias questões teóricas e possibilidades empíricas. Por outro lado a complexidade pode ser atribuída à relação próxima que se estabelece entre o pós-estruturalismo e outras duas correntes teóricas, a pós-modernidade e o estruturalismo.

De fato, para entender o pensamento pós-estruturalista é necessário (ou proveitoso) analisá-lo às vistas desses dois momentos teórico-históricos que lhe são precedentes. Uma primeira possibilidade de investigação, sob um ponto de vista epistemológico, é analisar o movimento a partir da própria teoria estruturalista, lembrando sempre que o pós-estruturalismo não é uma negação completa ao estruturalismo, mas sim uma análise que contesta e progride a partir dos avanços empreendidos por ele (Murdoch, 2006). Um segundo caminho segue o viés histórico para pensar o novo campo filosófico como uma corrente que se assenta em um movimento ampliado de pensamento pós-moderno²⁹, uma interpretação que deve ser feita com cuidado principalmente se considerarmos que vários pensadores pós-estruturalistas foram críticos de algumas vertentes do pós-modernismo.

O que se pretende nessa contextualização é passar brevemente pelas duas abordagens, apresentando ambas perspectivas de modo a compreender os principais

²⁸ Jonathan Murdoch foi um sociólogo britânico, professor de Planejamento Ambiental na Universidade de Cardiff. É reconhecido como um dos pioneiros da abordagem “pós-humanista” no campo da Geografia e do Planejamento Urbano e exceto pelo livro que referenciamos aqui, “*Post-Structuralist Geography: A guide to relational Space*” (2006) todas suas demais obras discutiam a questão da ruralidade no planejamento.

²⁹ Sobre a relação entre as duas correntes, Fredric Jamenson (1997) afirma ter no “pós-moderno” abertura suficiente para contemplar de maneira mas abrangente um grupo heterogêneo de formulações que tentavam explicar as mudanças pelas quais as sociedades e as cidades passavam na consolidação do capitalismo tardio – ou como o próprio autor diz – da globalização. O pós-estruturalismo, por outro lado, seria um conceito rígido demais porque trazia já no nome o peso de uma análise que se faz pela filosofia (e não abrange portanto a economia, a política, as artes, a mídia)

traços desse novo pensar, o contexto do seu surgimento e sua relevância para as ciências humanas aplicadas, em específico para o campo do planejamento urbano. Para tanto, recorreremos a alguns autores contemporâneos que estudam o pensamento pós-estruturalista como Belsey (2002), Murdoch (2006), Williams (2012) e abordamos sucintamente alguns de seus principais pensadores.

ESTRUTURALISMO E PÓS-ESTRUTURALISMO

O estruturalismo emerge como movimento intelectual no início do século XX apoiado no trabalho de Ferdinand de Saussure³⁰, que através dos estudos linguísticos infere que a linguagem só pode ser entendida como um sistema de signos que deve ser mapeado sincronicamente³¹, a partir das conexões entre os vários elementos que a compõem (Murdoch, 2006). Em outras palavras, no estruturalismo o *âmago* (ou aquilo que se encontra em uma posição nuclear, profunda e central) explica e determina o que acontece na *superfície* (nas bordas ou nos limites), produzindo assim uma hierarquização entre o centro e as bordas do conhecimento (Williams, 2009).

Segundo Catherine Belsey³² (2002) a linguagem exerce, depois da alimentação e do abrigo, a função mais crucial para determinar nossas relações sociais e o entendimento de quem somos e o que somos. Por isso a importância dos estudos

³⁰ Ferdinand de Saussure foi um linguista e filósofo suíço. Seu trabalho inaugurou a semiologia e permitiu aos estudos linguísticos maior autonomia no campo das ciências, passando a assumir métodos próprios de análise.

³¹ Sem entrar em muitos detalhes sobre o estudo dos signos de Saussure, explicamos que o mapeamento sincrônico dos signos é aquele que acontece ao mesmo tempo, analisado a partir de um recorte espacial específico se opondo portanto à ideia de diacronia, em que o fenômeno linguístico pode ser estudado a partir de mudanças não-simultâneas, ao longo do tempo. As duas categorias se relacionam a uma outra dicotomia que se estabelece entre língua e fala, sendo a primeira, objeto central dos estudos do linguista. “Para se compreender a língua seria necessário situá-la em um *sistema* e observá-la de acordo com sua evolução no espaço (sincronia) e não no tempo (diacrônica), reduzindo, portanto, a dimensão de sua historicidade” (Cezar, 1995, p. 130)

³² Catherine Belsey é uma pesquisadora e crítica literária britânica, professor de Teoria e Crítica Cultural na Universidade de Cardiff por muitos anos e atualmente professor na Universidade de Swansea. Seu trabalho é focado especialmente na influência pós-estruturalista aos estudos literários, e o efeito dos romances na sociedade moderna. Seu trabalho mais reconhecido é “*Critical Practice*” (1980) além do livro que citamos aqui, “*Poststructuralism: A very Short Introduction*” (2002)

linguísticos e também por isso o trabalho de Saussure se tornou tão relevante não só para esse campo específico, mas para as ciências sociais em geral. A teoria estruturalista auxiliaria, para os autores da época, o entendimento não só da linguagem, mas da própria cultura:

Cultura é sistêmica e deve ser analisada como uma forma social total em que vários elementos se combinam para gerar significados e para estimular ação. Essa visão “sistêmica” significa que as culturas e as sociedades à elas associadas são inevitavelmente fechadas, separadas de culturas e sociedades alternativas (Smith, 2001 apud Murdoch, 2006, p. 7, tradução nossa)

Philip Smith³³ (2001, apud Murdoch, 2006) argumenta que a abordagem estruturalista tem seu fundamento na ideia de ‘profundidade’, em busca de mecanismos generativos que explicariam como opera a superfície caótica da vida social. Esses mecanismos seriam estruturados, seguindo um padrão organizado e compostos por um número específico de elementos, que se combinam para gerar os mais variados fenômenos sociais (além da cultura, das próprias crenças e dos eventos).

Dentre as diversas aplicações da teoria estruturalista, seu uso na antropologia foi, de acordo com Murdoch (2006), aquele que recebeu maior destaque, apoiado principalmente no trabalho de Claude Lévi-Strauss³⁴. O objetivo da antropologia estruturalista era ir além da superfície, focar nas estruturas do conjunto e não em comportamentos individuais:

³³ Philip Smith é sociólogo e professor Americano, leciona Sociologia na Universidade de Yale, abordando principalmente sociologia política e movimentos sociais, cultura e conhecimento e teoria crítica. O livro citado por Murdoch, “*Cultural Theory: an introduction*” (2001) faz um resumo da teoria cultural contemporânea abrangendo os principais pensadores e conceitos-chaves que surgiram no último século, desde o internacionalismo simbólico, o estruturalismo e a psicanálise, passando pelos principais pensadores da época, Foucault, Bourdieu, Habermas e Giddens.

³⁴ Claude Lévi-Strauss foi um antropólogo e etnólogo belga, professor de Antropologia Social no *Collège de France*. Seu trabalho foi fundamental para o desenvolvimento da teoria estruturalista. Seus estudos do comportamento humano partiam do princípio de que “a mente ‘selvagem’ tem as mesmas estruturas da mente ‘civilizada’” e é através do entendimento dessa estrutura que poderíamos compreender os comportamentos humanos.

Nas mãos de Lévi-Strauss, o estruturalismo encontrou seu lugar e a forma antropológica de estruturalismo se destaca atualmente como provavelmente o mais claro exemplo do gênero (...) Lévi-Strauss procurou usar a análise estruturalista como meio de compreender as estruturas subjacentes em diversas culturas humanas. Ele aplicou essa abordagem pela primeira vez no seu livro (1969 [1949]) *The Elementary Structures of Kinship* (As Estruturas Elementares do Parentesco). Neste trabalho, ele reuniu uma vasta gama de material etnográfico, a fim de mostrar que sob as camadas da diversidade cultural encontra-se algum tipo de estrutura subjacente e determinante (Murdoch, 2006, p. 5, tradução nossa)

Uma segunda abordagem a repercutir no campo das ciências sociais foi a polêmica releitura proposta por Louis Althusser³⁵ aos trabalhos de Karl Marx. A releitura althusseriana do marxismo propunha um “corte epistemológico” entre os trabalhos iniciais de Marx (que seriam inspirados demais em outros autores) e seus escritos posteriores (propriamente marxistas) e apresentava uma série de procedimentos científicos “neutros e inflexíveis” para abordar o materialismo histórico marxista de forma a evitar que suas ideias fossem apropriadas indevidamente. Essa nova interpretação surgia como saída ao desgaste que o pensamento marxista sofreu com as interpretações stalinistas que haviam predominado no período do pós-guerra:

A releitura althusseriana implica, por outro lado, em um afastamento de toda e qualquer tendência historicista – de acordo com o anátema presentista proferido contra os historiadores por Lévi-Strauss – suplantada por uma análise eminentemente teórica e descontextualizada com a qual procura evitar a associação entre a ciência histórica e o mundo vivido e a decorrência lógica desta relação: o empirismo. (...) A negação das variantes historicistas e a maximização teórica também são produtos de uma outra operação de subversão a que Althusser submeteu os textos de Marx. Segundo a exegese althusseriana, e de acordo com o paradigma estruturalista, Marx teria sido um dos primeiros a deslocar o homem da posição de objeto essencial da explicação histórica; há em Marx um anti-humanismo teórico, que tem por corolário o reconhecimento e o conhecimento do próprio humanismo: como ideologia. (Cezar, 1995, p. 134)

³⁵ Louis Althusser foi um filósofo marxista francês, professor de filosofia da *École Normal Supérieure* de Paris e por muito tempo membro do Partido Comunista Francês. É a principal referência à corrente marxista estruturalista, e suas principais teorias se referiam ao corte epistemológico, às relações entre contradição e sobre-determinação e aos problemas com os aparelhos ideológicos estatais.

A corrente althusseriana do marxismo foi talvez a mais apropriada das correntes estruturalistas dentro do campo da geografia (como veremos no próximo subcapítulo) e autores de áreas do conhecimento diversas também se apoiaram no estruturalismo, entre eles o próprio Foucault³⁶. A grande difusão dessa corrente de pensamento fez com que se tornasse um dos métodos mais amplamente aplicados para examinar a linguagem, a cultura e a sociedade da segunda metade do século XX. Sua aplicação ao longo dos anos foi contestada entretanto, por apresentar uma série de limitações. O objetivismo e a neutralidade científica de suas análises foi uma delas.

Porque partem de elementos fixos e pré-estabelecidos, os estruturalistas acreditam que o exercício de observação pode ser feito de maneira imparcial, a partir de dados estruturais que são ‘incontestáveis’. O distanciamento em relação ao humanismo e a desconsideração do sujeito como figura importante para o entendimento das relações sociais era uma segunda forte crítica ao movimento. Essas e outras contestações abriram caminho para novas abordagens teóricas com tons menos deterministas. Surgem daí os primeiros referenciais para uma ciência pós-estruturalista.

Essa ‘transição’ tem início nos estudos literários, com as obras de Roland Barthes³⁷. De acordo com Murdoch (2006), Barthes é o principal autor estruturalista a pensar nos limites da corrente teórica, principalmente mediante sua obra *S/Z* (1970)³⁸. Em *S/Z* Barthes sugere que os códigos dentro de uma estrutura de linguagem são sobrepostos de maneira imprevisível, existindo sempre um excesso de significado que

³⁶ Ao analisar a importância da figura do Autor em “As Palavras e as Coisas” Foucault, segundo Revel, se aproxima do que fez Barthes porque baseia sua análise da narrativa nas estruturas internas do texto. Citando a autora, “é provavelmente a partir da constatação dessa “vizinhança” metodológica (que o aproxima igualmente de Althusser, Lévi-Strauss ou de Dumézil) que se tem geralmente associado Foucault à corrente estruturalista” (Revel, 2005, p. 25)

³⁷ Roland Barthes foi um escritor, filósofo e professor de semiologia literária no *Collège de France* e autor de duas obras referências para o início do movimento pós-estruturalista: *Mitologias* (1957) e *S/Z* (1970). Embora seja considerado por muitos o primeiro formulador do pensamento pós-estrutural Barthes fez parte da escola estruturalista e seu trabalho tem grande influência da obra de Saussure, embora já supere em alguns aspectos o pensamento estrutural principalmente no que diz respeito aos papéis não-estáticos entre autor e leitor.

³⁸ *S/Z* foi uma das obras literárias de Roland Barthes de maior destaque. Nela, o autor faz uma leitura minuciosa do conto *Sarrasine*, de Honoré Balzac, buscando explicitar onde estão e quais são os códigos que segundo o autor auxiliariam na análise de sua estrutura narrativa.

abrem esses códigos para interpretações alternativas e justificam a ideia de que é necessário um leitor para trazer sentido ao texto.

O surgimento da figura do leitor, e a importância atribuída a ele por Barthes, é um passo importante na superação do estruturalismo, pois sugere que o significado não pode ser apreendido simplesmente pelo estudo científico de estruturas formais. O sujeito individual, que a princípio poderia ser desconsiderado, volta a ter um lugar de importância nas análises:

“Pós-estruturalismo começa com um relato de como somos capazes de gerar significados, e continua para conceber os seres humanos como animais que distintamente possuem – e são formados por – essa capacidade. Nós somos, isto quer dizer, criaturas da diferença. (Belsey, 2002, p.8)

Mas o próprio Barthes não chega a negar completamente o pensamento estruturalista, sendo inclusive reconhecido como autor influente dentro da corrente teórica. Por isso, para entender a relação entre pós-estruturalismo e estruturalismo é preciso sobretudo apreender, como afirma James Williams³⁹, que o primeiro “não rejeita simplesmente as coisas. Ele trabalha dentro delas para desfazer seus postulados exclusivistas de verdade e pureza” (Williams, 2012, p. 23). O movimento se expõe não como uma rejeição completa àquele que o origina (nem a nenhum outro fundamento teórico) mas como uma tentativa de avançar e questionar pressupostos, sem que com isso os abandone completamente.

Embora ainda haja no pós-estruturalismo o reconhecimento da importância dos sistemas – em detrimento de indivíduos – eles não podem ser pensadas fora de um contexto de complexas relações. Assim, não é exatamente a estrutura que explicaria a organização dos sistemas, mas sim, sua natureza relacional extensiva. Os sistemas seriam portanto abertos, suscetíveis às ações e conexões estabelecidas entre os vários sujeitos e objetos que os compõem. Essas

³⁹ James Williams é um filósofo australiano, professor de Filosofia na Universidade de Dundee. Estuda e leciona principalmente Filosofia Contemporânea Francesa e é autor de vários livros sobre Deleuze, Lyotard e pós-estruturalismo.

relações, por sua vez, são suscetíveis à contestação bem como as interpretações de um texto estão sujeitas a variações, abrindo espaço para uma subjetividade descentrada:

“Existe uma interação entre relações sistêmicas e os embates acerca de significado e identidade. Como Barthes mostrou em seu trabalho sobre mitologias modernas, na sociedade capitalista alguns significados se tornam facilmente privilegiados sobre outros. No entanto, esses significados não são fixos por todo o tempo em um sistema mais amplo (como tendem a acreditar os estruturalistas): eles são passíveis de mudança à medida em que surgem novas interpretações e novas identificações tomam formas. (Murdoch, 2006, p. 10)

O pós-estruturalismo pode ser entendido portanto, como um grupo de teorias que descrevem os sistemas sociais e culturais a partir de uma organização aberta e dinâmica, pautadas em processos de constantes transformações. Essas teorias se afastam de análises formais e acolhem a diferença e o dissenso porque não acredita em explicações determinísticas concebidas a partir de uma estrutura subjacente. Ao invés de uma análise da profundidade, no pós-estruturalismo o que se propõe é uma análise de amplitude (Murdoch, 2006).

O que esse novo campo filosófico oferece é, na verdade “a oportunidade e o motivo para reflexão” ao discutir a relação entre os seres-humanos, o mundo e sua constante necessidade de fazer e de reproduzir significados (Belsey, 2002). Essas novas ponderações não são exclusivamente uma resposta ao estruturalismo, mas são influenciadas por transformações históricas amplas, que se inserem num segundo ‘conjunto’ de pensamento teórico sobre a qual podemos analisar o pós-estruturalismo, chamado pós-modernidade.

PÓS-MODERNIDADE E PÓS-ESTRUTURALISMO

No Dicionário Oxford das Teorias Críticas, organizado por Ian Buchanan⁴⁰ (2010), o pós-modernismo é definido como um conceito polêmico, criado na intenção de “distanciar criticamente” as diferentes disciplinas das ciências humanas das concepções do modernismo. Assim como no pós-estruturalismo, não há consenso sobre o que seria a pós-modernidade, mas de um modo geral, o termo serviu para (i) delimitar um ponto de ruptura epistemológica; (ii) nomear o período histórico atual e (iii) dar nome a um estilo artístico arquitetônico específico (Buchanan, 2010).

Buchanan explica que uma distinção semântica é sugerida na tentativa de distinguir os diferentes significados da palavra e trazer especificidade para cada uma das funções que o termo assume. Assim é esperado que *pós-modernidade* seja utilizado para indicar um período de mudanças históricas, *pós-modernismo* para tratar do estilo arquitetônico e por fim o *pós-moderno* daria conta das transformações conceituais e rupturas epistemológicas com o moderno. Mas o próprio autor admite que tal separação não é inteiramente acolhida ou utilizada (e não será tampouco adotada com rigor aqui)

É no sentido de ruptura com os saberes da ciência moderna que o pós-modernismo mais se confunde com o pós-estruturalismo, principalmente porque os dois conceitos não são necessariamente antagônicos. Para Murdoch (2006) o prefixo “pós” acaba por aproximar os termos em uma tentativa de agrupar características específicas da nossa sociedade contemporânea por meio de uma mudança histórica entre um determinada condição social e outra. Para o autor, o pensamento pós-estruturalista não funciona necessariamente como uma passagem histórica genérica e sim como uma teoria filosófica que surge após o estruturalismo.

Mas afinal em que aspectos o pensamento pós-estruturalista se aproxima e se sobrepõe à teoria pós-moderna? Para responder tal questão é necessário voltar ao

⁴⁰ Ian Buchanan é um teórica cultural australiano, professor de Teoria Crítica e diretor do Instituto de Pesquisa em Transformações Sociais da Universidade de Wollongong. É autor de livros sobre o trabalho de Deleuze e Guattari, Fredric Jamenson e Michel de Certeau e editor de várias obras sobre estudos deleuze-guattarianos.

momento de ruptura com o saber moderno e à mudança para um novo sistema de conhecimento. Essa mudança de sistemas é explicada por Roberta Romagnoli⁴¹ (2009), no histórico de surgimento das ciências e suas alterações ao longo dos anos. De acordo com a autora, as ciências que nascem no ocidente promovem a passagem da religião para a razão como fundamento de uma nova sociedade, a qual damos o nome de moderna.

Na Modernidade o homem passa a ocupar lugar central na explicação do mundo, por meio das leis, da matemática e da consciência do sujeito soberano, substituindo as explicações divinas e o papel antes ocupado por Deus. Da observação e das evidências matemáticas tem início o raciocínio tecnológico e manipulativo que resulta na ascensão das ciências exatas e naturais, amparadas na neutralidade e na objetividade dos métodos formais de pesquisa, “com forte mitificação da racionalidade” (Romagnoli, 2009). As Ciências Humanas nascem nesse contexto extremamente racional e positivista, com a crença de que os fenômenos sociais poderiam ser estudados assim como os naturais, através do empirismo, da quantificação e da generalização.

Os procedimentos metodológicos da ciência moderna, principalmente das ciências humanas, se transformam com o tempo, influenciados por correntes de pensamento diversas mas se mantiveram em sua maioria elucidativos, “sustentando um conhecimento que é, em si, reducionista e homogeneizante, com a pretensão de compreensão plena” da relação entre produzir conhecimento e realidade (Romagnoli, 2009, p. 168). Evidentemente, é preciso evitar generalizações e reconhecer que várias correntes modernas, como a dialética e a fenomenologia⁴², buscaram se afastar de homogeneizações e simplificações. Contudo não se pode negar que de um modo

⁴¹ Roberta Romagnoli é professora da escola de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG), estudiosa de Gilles Deleuze e Felix Guattari e uma das principais referências para o debate da cartografia como método de pesquisa contemporâneo.

⁴² A fenomenologia foi um movimento filosófico que considerou as vivências e as percepções singulares dos observadores como fatores fundamentais na produção do conhecimento científico. O método fenomenológico partiu de uma visão existencial do mundo para investigar a realidade a partir da consciência e da subjetividade. Entre seus principais pensadores temos Edmund Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty.

geral, o paradigma moderno manteve pesquisador e teoria separados do objeto de estudos, como se a realidade pudesse ser desassociada do observador, figura imparcial e inafetada.

A principal ruptura à essa estrutura do pensar tem sua emergência justamente com o pensamento pós-moderno, que busca se afastar das teorias totalizantes da modernidade e considerar a complexidade existente nas concretudes da realidade analisada (Romagnoli, 2009). O conhecimento nesse paradigma emergente se caracteriza pela “busca de ferramentas úteis para o entendimento do mundo e o abandono da ideia de um lugar privilegiado desde o qual podemos compreender definitivamente as relações que nos circundam” (Romagnoli, 2009, p. 168).

Entre o pensamento pós-moderno e o pensamento pós-estruturalista coexistem portanto a rejeição às grandes teorias totalizantes da modernidade, priorizando o conhecimento pautado na interpretação livre e aberta da realidade. Essa rejeição entretanto, não é absoluta, já que, como abordado anteriormente, os sistemas ainda configuram elementos importantes nesse novo campo de estudo. No pós estruturalismo deve-se resistir ao domínio do modelo das ciências e do conhecimento científico, sem contudo abrir mão das potencialidades de uma estrutura pressuposta.

David Harvey ⁴³(2005) foi um dos principais autores a discutir a pós-modernidade, ou o pós-modernismo, a partir da cidade e da arquitetura. Para o autor desde o começo dos anos 1970 presenciamos a uma série de mudanças culturais, econômicas e políticas que envolvem a emergência de uma nova sensibilidade pós-moderna em vários campos e disciplinas. Essas mudanças, estariam relacionadas à transformações do capitalismo contemporâneo e em novas formas de experimentar a relação tempo-espaço. A condição pós-moderna representa não uma total ruptura com

⁴³ David Harvey é um geógrafo marxista britânico, professor da *City Univeristy of New York* (CUNY). Seu trabalho é caracterizado principalmente pela crítica aos efeitos do capitalismo no meio urbano, abordando questões como capital financeiro, renda fundiária, especulação imobiliária e direito à cidade (com marcada influência de Henri Lefebvre)

o modernismo, mas uma nova “dominante cultural” em que elementos modernos reaparecem com diferentes ênfases e intensidades.

Uma das características mais marcantes do pós-modernismo seria a sua “total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico”, uma referência Nietzscheana para enfatizar o caos que domina a vida moderna e a impossibilidade de contorná-lo puramente pelo pensamento racional (Harvey, 2005). Mais uma vez fica claro o distanciamento dos pensadores pós-modernos da ideia de uma verdade absoluta e das teorias totalizantes:

Acolher a fragmentação e a efemeridade de maneira afirmativa tem grande número de consequências que se relacionam diretamente com as oposições de Hassan⁴⁴. Para começar, encontramos autores como Foucault e Lyotard atacando explicitamente qualquer noção de que possa haver uma metalinguagem, uma metanarrativa ou uma metateoria mediante as quais todas as coisas possam ser conectadas ou representadas. As verdades universais, se é que existem, não podem ser especificadas (Harvey, 2005, p. 49)

No campo da arquitetura e do urbanismo, o pós-modernismo rompe com a proposta modernista de planejamento em larga escala, pautado pela racionalidade e pela “uniformidade eficiente” da construção civil industrial, cultivando, no lugar, um projeto urbano que acolhe a fragmentação e a sobreposição dos territórios, de forma a reconsiderar aspectos “ignorados” pela tradição modernista na concepção das cidades: a efemeridade, as histórias locais, os desejos e necessidades individuais (Harvey, 2005). Assim como não existe uma verdade-absoluta não poderia também existir um homem-universal a partir do qual o espaço pudesse ser modulado e produzido em repetição.

A principal alteração todavia se dá no modo como o próprio espaço é abordado. Se para Le Corbusier e seus contemporâneos o espaço deveria se moldar às

⁴⁴ Aqui Harvey faz referência ao trabalho de Ihab Hassan, um professor e teórico literário egípcio erradicado nos Estados Unidos, que estudou por anos o pensamento pós-moderno nas ciências sociais e elaborou em 1985 uma “tabela das diferenças” entre o modernismo e o pós-modernismo que serve como ponto de partida para as análises do autor. É inspirado na “tabela das diferenças” que Harvey vai criar uma outra tabela, que compara a modernidade fordista e a pós-modernidade flexível. (ver: Hassan, I. *The Culture of postmodernism*. In *Theory, Culture and Society*, nº 2 (3), 1985. p. 119-131)

demandas sociais (sempre subserviente) na concepção dos pós-modernistas ele é tratado como algo independente (um espaço autônomo) que pode ser moldado a partir de princípios estéticos que nada tenham de sociais (Harvey, 2005). Na arquitetura (talvez mais do que em outras disciplinas) o pós-moderno se posiciona de forma mais reativa, ou seja, com mais rupturas do que continuidades, à ciência moderna.

Harvey (2005) pondera, contudo, que há grande importância nos feitos da arquitetura moderna, principalmente devido ao contexto do pós-guerra no qual ela ganha proeminência, e por isso não é justo descrevê-la, como fazem muitos dos arquitetos pós-modernos, como um urbanismo fracassado:

Cidades arrasadas pela guerra foram reconstruídas rapidamente e populações foram abrigadas em condições muito melhores do que as do período entre-guerras. Dadas as tecnologias disponíveis na época e a evidente escassez de recursos, é difícil ver como tudo isso poderia ter sido conseguido, exceto por uma variante do que foi de fato feito. E, apesar de algumas soluções terem se revelado mais bem sucedidas (no sentido de gerar ampla satisfação pública, como acontece com a *Unité d'Habitation* de Le Corbusier em Marselha) do que outras (e chamo a atenção para a inclinação pós-moderna de citar, sempre e apenas, as ruínas) , o esforço geral teve razoável êxito na reconstituição do tecido urbano de modo a preservar o pleno emprego, melhorar os equipamentos sociais e materiais, contribuindo para metas de bem-estar social e, de modo geral, facilitando a preservação de uma ordem social capitalista bastante ameaçada em 1945. (Harvey, 2005, p. 72)

Um problema das soluções modernistas, que com intermédio do Estado e do planejamento urbano procuravam atender às necessidades do coletivo (ou do 'povo' considerado como uma unidade homogênea) está justamente na imposição do homem-modelo ou homem-universal. Nessa caso, o padrão e o efeito de multiplicação e repetição que haviam sido cruciais para a produção rápida dos novos habitats urbanos causava também um efeito nocivo: a falta de reconhecimento da multiplicidade do 'povo', e uma pasteurização do sujeito que camuflava problemas enfrentados pelas minorias e por aqueles que não se encaixam no padrão.

A arquitetura pós-moderna se posiciona nesse caso como uma reação à homogeneização urbana de tipologias universais para homens universais, reforçando a necessidade de diversificação, descentralização e desconcentração do espaço. De acordo com Harvey (2005) o produto final é a busca consciente pela fragmentação

dos espaços tidos como sistemas formais autônomos que incorporam estratégias estéticas contextualizadas mas não dependem de nenhum determinismo histórico.

Mas as soluções “particularizadas” e heterogêneas propostas não estão também alheias às críticas (várias delas válidas) já que na busca pela individualização e no caminho contrário das homogeneizações modernistas, o pós-modernismo acabou em muitos casos orientado prioritariamente para uma ordem de mercado, em atendimento ao consumidor rico e privado, e não ao alcance da maioria (Harvey, 2005).

Quando analisado à luz do pensamento pós-estruturalista, é possível compreender a transição de uma arquitetura moderna para uma arquitetura pós-moderna a partir de uma contraposição entre o coletivo (o centro e a estrutura) e o individual (as bordas e a superfície). Se para o modernismo a repetição era de praxe, para o pós-moderno o que predomina é a diferença, e esse é outro ponto de encontro entre pós-modernismo e pós-estruturalismo.

No pós-estruturalismo, talvez com mais ênfase do que na teoria pós-moderna, a sobreposição (mais do que a contraposição) define a relação entre as duas dimensões do pensamento: a estrutura e a interpretação livre; o centro e as bordas; ou a profundidade e a superfície. A soma entre as duas partes se traduz de diferentes formas dentro do conjunto de saberes que são influenciados por esse novo campo teórico. Na geografia (e também em partes no planejamento urbano) essa sobreposição implicou na mudança entre o modo como espaços e lugares eram percebidos: considerados anteriormente como unidades isoladas e herméticas, passam a ser considerados em relação a outros espaços e lugares, numa perspectiva relacional:

Essas relações indicam que espaços e lugares são atravessados por diferentes processos e práticas, do quais alguns emanam de dentro e outros são emanados através do exterior. Espaços e lugares são assim multiplicidades – ou seja, são feitos de práticas espaciais, identificações e formas de pertencimento diferenciadas. (Murdoch, 2006, p.18)

Segundo Murdoch (2006), a *relacionalidade* a partir da qual o espaço passa a ser tratado traz importantes implicações para sua análise, principalmente nas versões deleuze-guattariana e foucaultiana de pós-estruturalismo. Ao invés de pensar no fenômeno geográfico como algo fixo, essa outra abordagem pensa nos territórios

como novos devires que produzem novos potenciais, a partir principalmente de sua abertura. Para entender as implicações desse novo espaço relacional, busca-se na próxima sessão, explicitar suas principais ideias e conceitos, que nos ajudam a compreender também as origens do espaço heterotópico de Foucault.

3.2. O ESPAÇO RELACIONAL

Para Murdoch (2006) o campo da geografia, historicamente focado em análises físico-territoriais, tem no advento do pós-estruturalismo um momento chave de mudança ao se afastar de uma noção do espaço como um recipiente inerte onde práticas e ações se desenrolam, para pensar no espaço como elemento produzido socialmente a partir de confluências diversas. A inércia que era até então atribuída ao espaço é vista por vários autores como resultado de um desinteresse histórico no tema, que por muitos anos foi dado como secundário (em relação ao tempo) ou irrelevante para a compreensão dos fenômenos sociais.

No final da década de 1960 a já mencionada corrente de Marxismo estruturalista, influenciado fortemente pelo trabalho de Althusser, se tornou popular no campo da geografia, principalmente entre os geógrafos radicais (Murdoch, 2006). Segundo o autor, essa influência se concretizou sobretudo na análise geográfica de sociedades pré-capitalistas, nos estudos da forma urbana e da divisão espacial do trabalho, embora tenha sido superada já em meados dos anos 1980 por outras vertentes do marxismo, consideradas mais “realistas”.

John Law e John Urry⁴⁵ (2004, apud Murdoch, 2006) consideram que o Marxismo, tanto em sua forma estruturalista (*althusseriana*) quanto em seu formato mais realista, teve como tendência a produção geográfica de espaços sociais extremamente sistematizados e classificados. Para os autores a teoria marxista carrega uma série de metáforas, todas elas influenciadas por uma noção de “níveis” (como por exemplo na distinção entre infraestrutura e superestrutura) que deram força para uma espacialidade euclidiana, associada a características como altura, profundidade, tamanho e proximidade. A geografia produzida pelo estruturalismo era portanto, uma geografia de espaços topográficos (Law; Urry, 2004 apud Murdoch, 2006).

⁴⁵ John Law e John Urry são dois sociólogos britânicos, professores da *Open University* e da Universidade de Lancaster respectivamente. Juntos publicaram o artigo “*Enacting the social*” (2004) que trata do poder das ciências sociais e seus métodos, explorando as implicações das teorias sociais e como elas influenciam na análise da realidade do século XXI.

É esse o contexto a partir do qual o pós-estruturalismo faz sua incursão no campo da geografia, permitindo a criação de novos imaginários espaciais que antes pareciam excluídos das ciências socioespaciais e do estruturalismo marxista (Murdoch, 2006). O aspecto primordial dessa mudança de olhares se dá principalmente na transformação de uma apreciação notadamente econômica para uma visão cada vez mais cultural do espaço, a transição para uma nova geografia cultural:

A emergência do pós-estruturalismo na geografia coincidiu com o surgimento da geografia cultural como parte de um *mainstream* geográfico. Agora geógrafos poderiam usar análises textuais para “ler” culturas geográficas (por exemplo, paisagens). Essas “leituras” poderiam abrir novas perspectivas em objetos de análise antes negligenciados e poderiam permitir um engajamento com formas plurais e múltiplas de identidade. (Murdoch, 2006, p. 13)

Nigel Thrift⁴⁶ (2004, apud Murdoch, 2006) classifica as versões deleuze-guattariana e foucaultiana do pós-estruturalismo como aquelas que com maior vigor inspiraram essas novas análises geográficas, já que os filósofos seriam os que mais diretamente conceituam o espaço como “territórios de devir que produzem novos potenciais”. Para Thrift tais potenciais derivam da interseção de relações sociais e espaciais que se combinam para gerar espaços que são praticados e experimentados da mesma forma em que nossa identidade social e nossa cultura são praticadas e experimentadas.

Por outro lado, Rogério Haesbaert⁴⁷ (2012) afirma que “filósofos como Foucault” são emblemáticos porque rastrearam, através do espaço, novas formas de compreender o movimento da sociedade, e do mesmo modo Deleuze e Guattari, porque ampliaram a noção de território por meio de conceitos como

⁴⁶ Nigel Thrift é um geógrafo e pesquisador britânico, referência no campo da geografia humana e um dos principais pensadores da teoria não-representacional. Seu trabalho tem forte influência pós-estruturalista e inclui obras como “*Non-representational Theory*” (2007) e “*Knowing Capitalism*”(2005). Publicou vários trabalhos junto à Ash Amin e Doreen Massey, outros teóricos importantes da geografia pós-estruturalista.

⁴⁷ Rogério Haesbaert é um geógrafo brasileiro, professor da Universidade Federal Fluminense. Seu trabalho é focado nos conceitos de território e região, principalmente nos processos de territorialização e desterritorialização, territorialidade e identidade, com forte influência do pensamento pós-estruturalista e principalmente da obra deleuze-guattariana.

desterritorialização, rizoma e cartografia, abrindo “perspectivas para desdobramentos teóricos posteriores”. Para compreender a influência desses dois teóricos na conjectura do espaço relacional, abordamos rapidamente os principais conceitos e contribuições de cada um.

A ‘valorização’ de um aspecto espacial de análise deve muito à corrente estruturalista, mas a mudança na compreensão do espaço está em muitos aspectos ligada ao movimento pós-estruturalista, ou mais especificamente, a um afastamento da concepção estruturalista do mesmo. O espaço, mantido em destaque, passa a ser estudado não mais como um recinto preenchido por entidades e processos, mas passa a ser, ele mesmo feito de entidades e processos (Murdoch, 2006). É a partir do trabalho de Foucault, um ‘pensador geográfico’, que se pode perceber mais claramente essa transição:

Em seus primeiros textos, Foucault ainda opera dentro do paradigma estruturalista, e conquanto ele tenha algumas pontuações importantes sobre o espaço durante essa fase, ele só se torna um pensador geográfico significativo quando se move mais plenamente para (o que agora chamamos) de pós-estruturalismo. Os escritos posteriores de Foucault nos fornecem geografias do espaço relacional maravilhosamente detalhadas e perspicazes, notadamente no contexto de seus estudos sobre disciplina e governo. (Murdoch, 2006, p. 27, tradução nossa)

Assim, Michel Foucault⁴⁸ foi quem estreou a “nova importância” da dimensão espacial da sociedade⁴⁹, pela primeira vez – e mais diretamente – com o ensaio “*As Heterotopias*” (1984; 1986; 2013), e depois ao abordar a “força do espaço” – ainda que indiretamente – em várias de suas obras, principalmente para

⁴⁸ Michel Foucault foi um filósofo e historiador crítico francês, cujo trabalho influenciou consideravelmente o conhecimento contemporâneo. Sua filosofia foi influenciada pelos movimentos de protesto de 68, e servem como ponto de partida para várias análises dos movimentos de resistência contemporâneos, principalmente a partir das implicações do poder no governo, na cidade e no corpo. Embora resistisse a aceitar quaisquer rótulos, Foucault é considerado um dos expoentes da tradição pós-estruturalista dialogando com Gilles Deleuze, Félix Guattari. Suas obras foram referência fundamental para o trabalho e para vários dos outros autores citados aqui, das quais podemos destacar “As palavras e as Coisas” (1966), “Arqueologia do Saber”(1969), “Vigiar e Punir” (1975), “Microfísica do Poder” (1979) e “O Corpo Utopico, As Heterotopias” (2013).

⁴⁹ Pelo menos no cenário internacional, a maioria dos geógrafos credita à Foucault essa mudança de abordagem. No Brasil, contudo, temos em Milton Santos um precursor da perspectiva espacial de análise, inaugurada aproximadamente na mesma época.

suas análises sobre o poder. Para Foucault se no século XIX haviam sido o *tempo* e a história os grandes protagonistas do pensamento crítico moderno, ao final da década de 1960 o *espaço* começava a receber a devida atenção de teóricos e pesquisadores, principalmente a partir do Estruturalismo:

A época atual talvez seja sobretudo a época do espaço. Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, na época do próximo e do distante, do lado ao lado e do disperso. Nós estamos em um momento em que o mundo se experimenta, creio eu, menos como uma grande via que se desenvolve através do tempo que como um uma rede que conecta pontos e que entrecruza sua própria trama. Talvez se possa dizer que certos conflitos ideológicos polêmicos aos dias de hoje se desenrolem entre os fiéis descendentes do tempo e os determinados habitantes do espaço. O Estruturalismo, ou pelo menos aquilo que agrupamos sobre esse nome um tanto generalista, é o esforço de estabelecer entre os elementos que podem ter sido espalhados ao longo do tempo, um conjunto de relações que lhes fazem aparecer como justapostos, opostos, implicados uns nos outros, em suma, que lhes atribuem uma espécie de configuração; e para dizer a verdade, não estão negando o tempo, isso é uma maneira de tratar o que se conhecem como tempo e o que se conhece como história. (Foucault, 2013, p. 46)

Edward Soja⁵⁰ (1989) acredita que a obsessão com a história da qual fala Foucault não acaba com o final do século XIX como o filósofo antecipa. Mas o ensaio de 1966 foi o ponto de partida para muitas análises detidamente espaciais no futuro, e levantou – mesmo que indiretamente – um argumento convincente contra o historicismo que delegava ao espaço um lugar secundário de análise.

Segundo Soja (1989) a espacialização em Foucault nunca foi tão explícita quanto em “*As Heterotopias*” e sua abordagem espacial sempre adotou uma postura mais demonstrativa do que declarativa. Ainda assim, hoje é possível olhar para o conjunto da obra do filósofo e perceber que as implicações dessa interseção entre espaço e tempo sempre esteve presente em seus escritos. Para o autor, Foucault

⁵⁰ Edward Soja foi um geógrafo e pesquisador Americano, professor da Universidade da Califórnia. É autor de “*Thirdspace : Journeys to Los Angeles and other real and imagined places*” (1996) e vários outros artigos que trabalham o espaço a partir do conceito de heterotopias, mas seu trabalho mais conhecido é o livro *Geografias Pós-Modernas* (1989) em que critica o historicismo com o qual o espaço geográfico e social haviam sido tratados no campo da geografia. Para esse livro em especial, se apoia na obra de autores pós-modernos, como o próprio Michel Foucault, Marshal Breman, Fredric Jameson e especialmente no pensamento de Henri Lefebvre.

(juntamente com Lefebvre e Berger) é quem transforma a ciência “na realização de que é o espaço, mais do que o tempo, que esconde coisas de nós, e que a desmistificação da espacialidade e de sua velada instrumentalidade de poder é chave para produzir um senso prático, político e teórico da era contemporânea” (Soja, 1996, p. 61, tradução nossa):

Em contraste à Lefebvre, Foucault nunca desenvolveu suas conceptualizações do espaço detalhadamente ou de forma consciente e raramente traduziu sua política espacial em programas claramente definidos de ação social. Pode-se argumentar contudo (e Foucault concordaria se perguntado) que uma compreensão crítica e abrangente da espacialidade estava no centro de todos os seus escritos, desde a *Folie et deraison: Histoire de la Folie a L'age classique* [traduzido em português como A História da Loucura] (1961) para o seu trabalho em múltiplos volumes sobre a história. (Soja, 1996, p XX, tradução nossa)

Traço distinto e constante no trabalho de Foucault é sua sensibilidade para uma “espacialidade da história”, um apelo implícito ao espaço e todas suas transformações e deslocamentos que diferem seus estudos dos relatos históricos tradicionais (Flynn, 1993 apud Murdoch, 2006). **As narrativas em Foucault evitam qualquer “grandeza histórica” e se focam em recontar particularidades e especificidades, estórias que prezam primeira e principalmente para os detalhes locais.** É na descrição dessas “minúcias” que se revela uma materialidade espacial e é a partir dela que se organizam a maioria dos estudos que querem compreender o espaço por meio de Foucault (Murdoch, 2006).

Um aspecto importante levantado por Murdoch (2006) para compreender a “espacialidade da história” foucaultiana é o comprometimento do filósofo com uma abordagem *nominalista*, ou seja, seu interesse em observar sujeitos e objetos dentro de um contexto de formações discursivas específicas, lógica essa que se estendia também para as relações espaciais, constituídas através de regimes discursivos de vários tipos. Foucault recorreu aos discursos médicos e criminológicos em busca de compreender a loucura e a disciplina e do mesmo jeito examinou os discursos governamentais e institucionais em suas análises sobre o poder. O que ganha destaque é desvendar os impactos que as “formas de saber” – dentro de um contexto de especialistas em sociologia, economia, medicina, etc. – têm nas “formas de fazer” de um determinado contexto territorial. (Murdoch, 2006).

Trabalhando entre métodos arqueológicos e genealógicos⁵¹, Foucault desvelou espacialidades de disciplina, de controle e de poder. Com a arqueologia da loucura a problemática espacial aparece pela primeira vez, por meio do estudo dos locais de tratamento de desvios comportamentais que separam “espaços da razão” de “espaços de insensatez”. O espaço é usado como forma de “traçar padrões de exclusão, ordenamento, moralização e confinamento” (Eldon, 2001 apud Murdoch, 2006, p.34) e revela uma geografia da segregação que segundo Murdoch é trabalhada mais detidamente quando Foucault passa para sua fase genealógica:

As histórias de Foucault não foram meramente espaciais na linguagem que usaram, ou nas metáforas do saber que desenvolveram, mas foram também histórias dos espaços, e complementares aos espaços da história. Essa preocupação com a espacialidade demonstra que Foucault era inevitavelmente atraído para a temporalidade dinâmica das estruturas discursivas e suas complexas imersões em lugares e espaços reais. Temos evidências disso no trabalho de Foucault com a história da loucura, mas esse aspecto é levado bem mais adiante nos estudos que conformam sua fase genealógica. (Murdoch, 2006, p. 37, tradução nossa)

Essa nova fase, estreada com o livro “Vigiar e Punir” (1987 [1975]) é posterior ao lançamento do texto das “As Heterotopias”, o que pode indicar que o ensaio de 1966 já era um prelúdio para suas novas concepções do espaço. A partir do estudo das prisões Foucault leva adiante o interesse já levantado em “História da Loucura” pela relação entre os espaços de confinamento e os regimes discursivos. Mas de acordo com Murdoch (2006) esse foco é direcionado para as relações de poder que sustentam discursos específicos e configuram práticas (sociais e espaciais) de vários tipos. O método genealógico acentua tais relações junto à recursos

⁵¹ Embora seja uma simplificação condenada por alguns autores, é possível separar o trabalho de Foucault a partir desses dois métodos de pesquisa distintos. O primeiro é a arqueologia, que se baseia na construção de um campo histórico a partir de diversas dimensões e com um recorte temporal preciso, buscando compreender a emergência dos discursos de saber de uma determinada época, com fortes influências estruturalistas (Revel, 2005). O segundo é a genealogia, um método de investigação proposto por Foucault para estudar as ciências humanas a partir de Nietzsche, se afastando de um enfoque puramente empírico ou positivista e tentando “desassujeitar os saberes históricos, (...) e torná-los capazes de oposição e de luta contra “a ordem do discurso” (Revel, 2005, p. 53). É uma forma de pesquisa histórica pautada pela singularidade, que não parte de uma pressuposta linearidade histórica e que considera que a própria análise dos fatos pode divergir a partir dos diferentes sujeitos que os analisam, mais influenciada pelo pensamento pós-estruturalista que despontava na época.

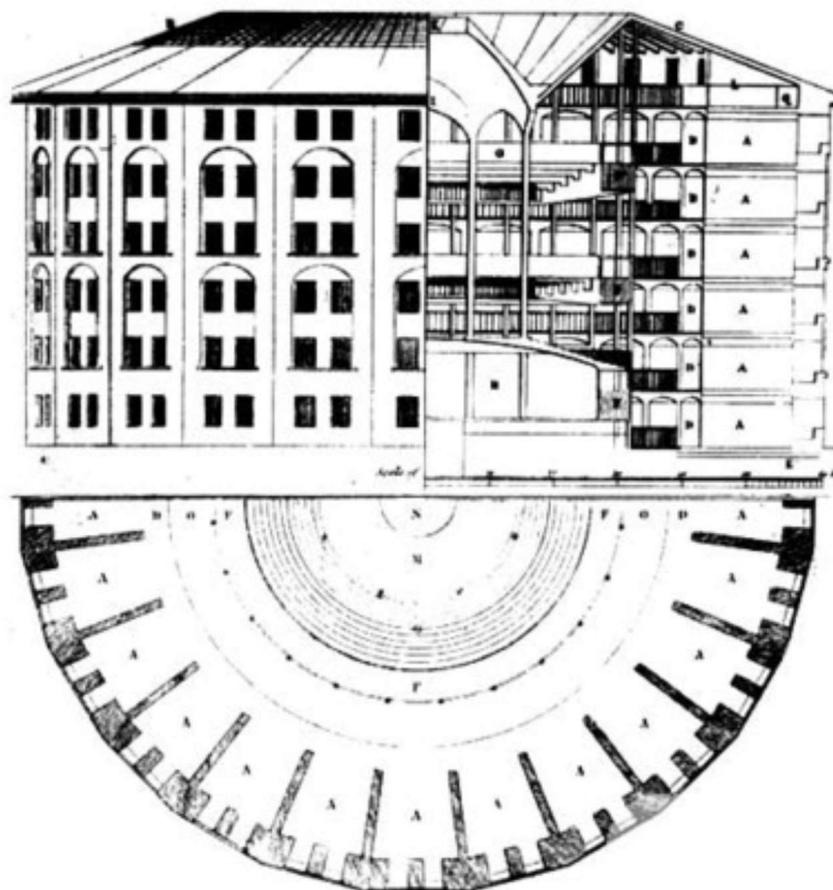
discursivos e materiais e por isso dá atenção especial às conexões entre poder, saber, prática e espaço, sendo portanto o momento em que uma análise relacional ganha mais preponderância no seu trabalho (Murdoch, 2006).

Assim como o manicômio e o asilo materializavam o discurso da loucura, também as prisões materializavam discursos de punição e vigilância. As atividades dos indivíduos encarcerados era reguladas estritamente tanto no tempo quanto no espaço: divisões entre celas, alas e lugares de convívio em momentos específicos ou de confinamento total em outros. Para Foucault (2004 apud Murdoch, 2006) esses espaços disciplinares eram organizados de forma a garantir uma “observação hierárquica” que culminava no pronunciamento de normalidades ou anormalidades. Um dos exemplos mais notáveis dessa geografia está no Panóptico de Jeremy Bentham⁵², que demonstrava com clareza como a “observação hierárquica” e o “julgamento de normalidades” havia sido assimilada às instituições disciplinares da modernidade.

Quando o foco de Foucault se vira para a governamentalidade, os discursos passam a moldar não só locais específicos (numa escala micro) mas também territórios em maiores escalas (sociedades inteiras). Os tratados governamentais se apoiam em certas racionalidades e tecnologias que determinam a forma como o espaço se molda, como ele controla, vigia e mobiliza populações em outras escalas (embora com os mesmos princípios a partir dos quais a linguagem da loucura normaliza e da disciplina pune) (Murdoch, 2006).

⁵² Jeremy Bentham foi um filósofo e jurista inglês, tido tradicionalmente como um dos pais do utilitarismo. Em meados do século XVIII Bentham cria um projeto arquitetônico de prisão que garantiria controle e visibilidade total do espaço, chamado Panóptico. Esse modelo seria replicado em diversos projetos arquitetônicos e urbanísticos e de acordo com Foucault representa uma mudança emblemática não só no tratamento da população carcerária, mas principalmente, na racionalidade organizacional da sociedade moderna como um todo.

Figura 10 - O Panóptico de Bentham desenhado pelo arquiteto Willey Reveley em 1791



Fonte: Wikipédia (2017b)

Em todas essas análises foucaultianas, o poder sempre foi objeto chave, embora alguns autores considerem que só a partir dos seus estudos sobre disciplina e governamentalidade o conceito tenha realmente sido elaborado (Murdoch, 2006). Essa caracterização do poder, que é trabalhada sempre como uma relação e nunca como um objeto, expõe algumas características da sensibilidade espacial de Foucault, que enumeramos abaixo:

- O poder trabalha através dos domínios do saber que especificam como locais específicos devem ser organizados.
- Modos espaciais de organização simultaneamente constituem relações de poder e saber.
- Não há uma distinção clara entre poder, saber, prática e espaço – todos esses aspectos estão entrelaçados uns nos outros.
- Esse entrelaçamento mostra que o espaço é relacional por natureza. (Murdoch, 2006, p. 48, tradução nossa)

As contribuições de Foucault para uma teoria dos espaços relacionais são muito mais extensas e ricas de detalhes do que foi possível recontar aqui. De qualquer modo, ressalta-se que **os principais aportes foucaultianos aos trabalhos dos geógrafos pós-estruturalistas contemporâneos se dão pela noção de que o espaço constitui também relações de saber e poder e principalmente, que o espaço se transforma através dos discursos para segregar, disciplinar e vigiar minorias (ou populações inteiras), um aspecto a partir do qual muitas novas abordagens espaciais (principalmente as pós-coloniais) são construídas.**

Por outro lado, uma contribuição importante para a teoria do espaço relacional veio de Gilles Deleuze e Félix Guattari⁵³, que embora ainda não sejam tão referenciados no campo da geografia quanto Foucault, possuem em sua filosofia um discurso geográfico que é apropriado cada vez mais pelos campo dos estudos espaciais (Haesbaert, 2012). Principalmente por pautarem suas discussões com conceitos de conotações tão espacializadas como desterritorialização, espaço liso, espaço estriado, linhas de fuga, etc.

No rescaldo da transição entre estruturalismo e pós-estruturalismo, Deleuze e Guattari se valem da botânica para diferenciar duas formas distintas do fazer científico, por meio da figura da raiz e do rizoma. De acordo com os mesmos, a ciência moderna se assemelha a um sistema radicular, estruturado desde uma série de ramificações provenientes de uma estrutura central que se organiza de forma hierárquica, partindo de uma estrutura conformada de cima para baixo:

O sistema-radícula, ou raiz fasciculada, é a segunda figura do livro, da qual nossa modernidade se vale de bom grado. (Deleuze; Guattari, 2011a, p. 20)

⁵³ Gilles Deleuze, filósofo e Feliz Guattari, psicanalista e ativista político, são dois dos maiores pensadores do mundo contemporâneo e autores proeminentes do pós-estruturalismo francês, corrente de pensamento que ganha força principalmente pós-68 e que busca novas formas de analisar a realidade afastada do hegelianismo e dos preceitos modernos de razão, objetividade e verdade. As obras de Deleuze e Guattari são fortemente influenciadas pelo pensamento de Nietzsche, Espinoza e . Os principais trabalhos realizados juntos são o Anti-Édipo (1972), Kafka: Por uma Literatura Menor (1975), Mil-Platôs (1980).

A forma de pensamento proposta pelos autores, por sua vez, tem contornos de um sistema rizomático, que se desenvolve horizontalmente, com formas diversas e ramificações que se espriam como linhas, sem subordinações hierárquicas:

Um tal sistema poderia ser chamado de rizoma. Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos, são rizomas (...) O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas e sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos” (Deleuze; Guattari, 2011a, p. 21)

O rizoma ilustra a maneira a partir da qual os conceitos são trabalhados pelos filósofos: uma criação não hierarquizada e descentralizada, que “não começa nem se conclui” mas se encontra sempre no meio (*intermezzo*), que não é média nem intervalo, mas sim “o lugar onde as coisas adquirem velocidade” (Deleuze; Guattari, 2011a). Deleuze e Guattari definem sua teoria como uma “teoria das multiplicidades por elas mesmas”, onde o múltiplo é utilizado como substantivo (e não como um adjetivo) que remete à “própria realidade, e não supõem [sic] nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito”. Assim as multiplicidades se manifestam pelos processos, de subjetivações, totalizações e unificações (Deleuze; Guattari, 2011a, p. 10)

O caráter processual e a força do *intermezzo* está exatamente em não precisar designar uma única saída entre duas ideias opostas, ou definir uma localização fixa das coisas a partir de uma estrutura hierárquica e arborescente, mas trabalhar por meio de linhas de fuga que se conectam e mudam de natureza, escapam e segmentariam, desterritorializam e reterritorializam. Segundo Haesbaert (2012), o caráter rizomático dos conceitos deleuze-guattarianos é um dos principais desafios enfrentados pelos geógrafos que se apropriam de suas ideias para analisar criticamente o espaço.

O geógrafo credita aos filósofos a ascensão da concepção de territórios como processos e do espaço “como um permanente tornar-se e desfazer-se”, mas explica que isso não ocorre sem que interpretações bem divergentes das obras deleuze-guattarianas sejam feitas, inclusive quando abordadas geograficamente. Não há um consenso quanto às formulações utilizadas por outros autores e não há também uniformidade nas análises empreendidas. Para Haesbaert (2012) o primeiro passo para compreensão de uma geografia deleuze-guattariana seria portanto, decifrar a própria

noção de *conceito* trabalhada pelos autores. Quanto à isso, Deleuze (1992), em entrevista sobre a obra “*Mil Platôs*” comenta:

Há noções exatas por natureza, quantitativas, equacionais, e que não têm sentido senão por sua exatidão: estas, um filósofo ou um escritor só pode utilizá-las por metáfora, o que é muito ruim, porque elas pertencem à ciência exata. Mas há também noções fundamentalmente inexatas e, no entanto, absolutamente rigorosas, das quais os cientistas não podem prescindir, e que pertencem ao mesmo tempo aos cientistas, aos filósofos, aos artistas. Trata-se de dar-lhes um rigor que não é diretamente científico, e quando um cientista chega a esse rigor, ele é também filósofo, ou artista. Não é por influência que tais conceitos são indecisos, é por sua natureza ou conteúdo. (Deleuze, 1992, p. 42)

Enquanto a ciência busca nos conceitos uma forma de estabilidade e de especificidade para dominar a realidade, a filosofia ao contrário, busca neles uma possibilidade de desestabilizar, de criar novas conexões dentro de um contexto específico. Assim os conceitos na filosofia não possuem um conteúdo autônomo, ao contrário, estão sempre dependentes de sua contextualização (Haesbaert, 2012). Nessa perspectiva, como trabalhar então os conceitos deleuze-guattarianos em um contexto geográfico-espacial?

A relação entre árvore e rizoma que os filósofos criam para diferenciar os dois modos de saber complementares, se estende também para outros “pares conceituais” que são centrais ao trabalho deles e que nos interessam aqui porque remetem, em alguma medida, à concepções relacionais do espaço: as segmentaridades “molar e molecular”; os espaços “liso e estriado”; a “desterritorialização e reterritorialização”. Embora sejam conceitos extremamente complexos, tentaremos resumi-los aqui com ajuda de Haesbaert (2012), levando em conta sempre o contexto espacial ao qual queremos remetê-los.

A noção de território que é construída pelos autores primeiro por uma perspectiva psicológica (mas depois se estendendo para muito além disso) é ponto de partida para entendermos os processos de desterritorialização e reterritorialização. Se Foucault nos remete ao *poder* para explicar as relações de produção no espaço, Deleuze e Guattari propõem pensar o *desejo* como a força ativa que cria territórios, principalmente através dos agenciamentos (Haesbaert, 2012).

O desejo tem um sentido produtivo que renuncia a relação sujeito-objeto (alguém que deseja e algo que é desejado) porque como explica Haesbaert, ele nunca remete à uma única coisa, mas sim a um conjunto de coisas que incluem sempre um processo de agenciamento que é territorial. É da imbricação entre territórios e agenciamentos que podemos explicar o par desterritorialização-reterritorialização. Enquanto num eixo territorial os agenciamentos operam a partir de conteúdos ou expressões específicas (cada um remetendo à um tipo de sistema e discurso), na desterritorialização esses agenciamentos não mais se apresentam com conteúdos ou expressões distintas, mas sim como forças e funções neutras (ou desestratificadas) :

Os agenciamentos são, assim, moldados nos movimentos concomitantes de territorialização e desterritorialização. Todo agenciamento é territorial e duplamente articulado em torno de um conteúdo e uma expressão, reciprocamente pressupostos e sem hierarquia entre si. Um território, portanto, pode ser visto como produto “agenciado” de um determinado movimento em que predominam os “campos de interioridade” [territorialização] sobre as “linhas de fuga” [desterritorialização], ou, em outras palavras, um movimento mais centrípeto que centrífugo. (Haesbaert, 2012, p. 123)

A desterritorialização está relacionada portanto às linhas de fuga e à exterioridade, “que permitem ultrapassar segmentos e limiares, rumo ao desconhecido, ao inesperado e ao ainda inexistente”, enquanto os processos de reterritorialização remetem às segmentaridades, que atravessam todas as sociedades e que podem ser “molar ou molecular”, embora uma sempre pressuponha a outra (Haesbaert, 2012, p.115). Enquanto buscam explicar a relação entre a micropolítica e a segmentaridade, Deleuze e Guattari afirmam que:

Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são pois atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular. Se elas se distinguem, é porque não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. Mas, se são inseparáveis, é porque coexistem, passam uma para a outra, segundo diferente figuras como nos primitivos ou em nós – mas sempre pressupondo a outra. Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica (Deleuze; Guattari, 2012, p. 99)

Têm-se então um conjunto de “três linhas” que atravessam a sociedade, que são vivenciadas por todos os indivíduos e que configuram diferentes relações com os territórios, todas pautadas no movimento: linhas de segmentaridade molar, que são aquelas dos segmentos rígidos ligados às relações macropolíticas e institucionais e

representadas pela figura do sedentário; linhas de segmentaridade molecular, que se formam a partir de segmentos maleáveis e que provocam desterritorializações relativas que correspondem ao migrante; e por fim linhas de fuga, que também recebem o nome de desterritorialização absoluta, e aparecem na figura do nômade, e são consideradas “primordiais pelo poder de transformação que carregam” (Haesbaert, 2012, p.115).

Sobre a confusão entre as relações das três linhas (que não devem ser entendidas em contraposição mas sim em complementariedade) Deleuze e Guattari (2012b) alertam para uma série de problemas recorrentes em sua interpretação: o primeiro deles diz respeito à concepção particular de cada uma delas, que como explicado acima não devem ser analisadas em isolamento ou tampouco oposição já que é possível “que um mesmo grupo ou um mesmo indivíduo as apresentem [todas] ao mesmo tempo”. O segundo refere-se à importância que normalmente é atribuída às linhas, que pode engendrar diferentes interpretações dependendo do ponto de partida:

Pode-se partir da segmentaridade dura, é mais fácil, é dado; e em seguida ver como ela é mais ou menos recortada por uma segmentaridade maleável, uma espécie de rizoma que cerca as raízes. E em seguida ver como a ela ainda se acrescentam a linha de fuga. E as alianças e os combates. Mas pode-se partir também da linha de fuga: talvez seja ela a primeira, com sua desterritorialização absoluta. É evidente que a linha de fuga não vem depois, está presente desde o início, mesmo se espera sua hora e a explosão das outras duas. Então a segmentaridade maleável não seja mais do que uma espécie de compromisso, procedendo por desterritorializações relativas, e permitindo reterritorializações que bloqueiam e remetem para a linha dura. É curioso como a segmentaridade maleável está presa entre as outras duas linhas, pronta para tombar para um lado ou para o outro – essa é a sua ambiguidade. (Deleuze; Guattari, 2012b, p. 86)

Um terceiro problema diz respeito à imanência mútua das linhas: não é fácil separá-las pois cada uma delas trabalha dentro das outras e enquanto a segmentaridade maleável não para de desestabilizar as linhas molares, as linhas de fuga desmontam e remontam as outras duas, sempre com o risco de tomar caminhos de regressão, reconsolidando linhas ainda mais duras com seus desvios. Por fim, a questão que para os autores é a mais angustiante, concerne os perigos que são próprios de cada linha. Se o perigo das segmentaridades molares e moleculares se mostram mais claramente, no enrijecimento que impede sua modificação e transformação, o caso mais grave é o das próprias linhas de fuga. Não porque elas

correm sempre o risco de se estancarem entre linhas duras ou maleáveis, mas porque podem escapar por buracos negros que nada têm de alegria ou potencia (Deleuze; Guattari, 2012b).

Voltamos então aos territórios, para explicar um último par-conceitual criado pelos autores: o espaço liso e o espaço estriado. Segundo Haesbaert os territórios deleuze-guattarianos comportam sempre vetores de desterritorialização e reterritorialização e muito mais do que objetos, eles são atos, movimentos e relações, “um ritmo que se repete e sobre o qual se exerce um controle” (2012, p.127). O espaço liso que em muito contribui à concepção de um espaço relacional, é tido como o espaço vetorial, projetivo e topológico, que pode ser “ocupado sem se medir” e que se preenche por linhas moleculares e linhas de fuga. Deleuze e Guattari atribuem a esses espaços os processos de desterritorialização, os nomadismos e as migrações, as inconstâncias e os movimentos. Por outro lado, o espaço estriado, que se mede para poder ocupar, é o espaço topográfico e métrico, por onde atravessam segmentaridades duras e por onde as repetições se concretizam, o lugar do sedentário (Deleuze; Guattari, 2012c)

Aplicam-se ao par liso-estriado as mesmas considerações e pontuações que os filósofos fazem para os outros pares: não existem em distinção total embora sejam antagônicos. Eles não tem a mesma natureza e de fato as vezes se comportam em simples oposição, mas por vezes são também marcados por diferenças muito mais complexas chegando inclusive a só existir a partir de sua mistura. Da combinação entre os dois espaços em seus aspectos variáveis e das distintas relações estabelecidas entre eles os filósofos enumeram uma série de modelos: tecnológico; musical; matemático; físico e estético que no fim ajudam a comprovar que:

O espaço liso não pára de ser traduzido, transvertido num espaço estriado; o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso. Num caso, organiza-se até mesmo o deserto, no outro, o deserto propaga e cresce; e os dois ao mesmo tempo. Note-se que as misturas de fato não impedem a distinção de direito, a distinção abstrata entre os dois espaços. Por isso, inclusive, os dois espaços não se comunicam entre si da mesma maneira: a distinção de direito determina as formas de tal ou qual mistura de fato, e o sentido dessa mistura (é um espaço liso que é capturado, envolvido por um espaço estriado, ou é um espaço estriado que se dissolve num espaço liso, que permite que se desenvolva um espaço liso?) (Deleuze; Guattari, 2012c, p. 192)

Dessa abordagem geográfica da filosofia deleuze-guattariana é possível perceber a força do movimento na concepção do espaço, que existe enquanto uma constante “confluência, interrupção e coagulação de fluxos”. Embora se apresentem em pares e por vezes pareçam binários, o que os autores realmente querem frisar é a ideia de movimento, de fluxo constante e de mutações entre dois pontos extremos que são representados por cada ‘lado’ do par. É assim por exemplo quando falam de outro par já analisado, da raiz e do rizoma:

Existem estruturas de árvore ou de raízes nos rizomas, mas inversamente, um galho de árvore ou uma divisão de raiz podem recomeçar a brotar em rizoma. A demarcação não depende aqui de análises teóricas que impliquem universais, mas de uma pragmática que compõe as multiplicidades ou conjunto de intensidades. No coração se uma árvore, no oco de uma raiz ou na axila de um galho, um novo rizoma pode se formar. Ou então é um elemento microscópico da árvore raiz, uma radícula, que incita a produção de um rizoma. (Deleuze; Guattari; 2011a, p.33)

A importância atribuída ao espaço deleuze-guattariano, desdobrado em todos os conceitos expostos aqui (e em vários outros) recoloca a relação entre espaço e tempo e novamente confere ao primeiro um papel fundamental de análise, e não apenas a função de uma “disciplina acessória” (Haesbaert, 2012). Com isso as relações entre os deslocamentos, as segregações, as conexões e as distribuições se tornam cada vez mais elementos chaves de percepção espacial, e sua análise encontra na teoria relacional uma nova via de interpretação.

Nos pós-estruturalismo embora a estrutura (também na figura do macropolítico e do molar) ainda seja um importante plano de observação, o campo do conhecimento se expande para apreciar e dar destaque aos aspectos “não-estruturados” e por vezes ignorado na ciência moderna, as contingências numa escala micropolítica e a pluralidade do molecular. É a incidência do *menor* e dos *desvios* na leitura do espaço.

Para alguns geógrafos essa mudança de olhar implicou na busca por espaços antes negligenciados, que deviam não só ser estudados, mas em sua “descoberta” deveriam possibilitar o empoderamento e a “possibilidade de fala” para os grupos sociais que os compunham, muitos deles ignorados pelas análises convencionais do espaço. Para outros, a mudança deveria se dar no foco do estudo, dedicando-se à

identificar as forças que sistematicamente destituíam de poder e de direitos os grupos sociais já marginalizados (Murdoch, 2006). Essas duas frentes de ação confluíram em uma forma de geografia “da resistência” que deu ênfase aos aspectos *relacionais* pós-estruturalistas: “significado e identidade se formam a partir da interação entre um vasto sistema de relações e de leituras divergentes dessas relações” (Murdoch, 2006, p.13, tradução nossa).

Para Thrift, por exemplo, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista a geografia deveria se desfazer da ideia de espaço como um contêiner prático-inerte e tratá-lo cada vez mais como um “conjunto socialmente produzido de variedades” (Thrift, 2004, apud Murdoch, 2006). Essa mudança se justifica por vários motivos, mas principalmente pelo reconhecimento de que o sujeito humano se implica em ações de significação e também de “corporificação” e que sua ação dentro de “espaços corporificados” pressupõe a relação com outras entidades também corporificadas. Ou seja, os corpos que interagem no espaço (humanos ou não) o fazem mediante ação que se distribui em relações heterogêneas, que incluem como agente ativo o próprio espaço (Murdoch, 2006)

A multidimensionalidade a partir da qual o espaço deve ser compreendido envolve estratos políticos, econômicos, culturais, naturais e principalmente sociais, sem contudo prescindir da dimensão histórica-temporal que por tanto tempo (principalmente na modernidade) prevaleceu. A busca por essa “re-conceitualização” do espaço levou ao desenvolvimento de uma teoria não-representacional, consolidada principalmente a partir do trabalho de Thrift (Murdoch, 2006). Essa nova teoria se fundamenta na ideia de que não é possível representar fielmente o mundo porque estamos no meio dele, co-construindo a realidade com inúmeros agentes humanos e não-humanos, sendo preciso portanto reconhecer que há limitações *no que* realmente conseguimos compreender e em *como* conseguimos compreender (Murdoch, 2006).

O geógrafo considera o próprio conhecimento deveria ser encarado como algo “situado” em um determinado contexto-espaço-tempo e essa perspectiva acarretou em uma série de mudanças para a teoria geográfica. Primeiro ao atribuir aos conceitos um status indefinido, aberto e fluido, com o pressuposto de que o principal propósito de um construto é o de ‘ressonar’ e não o de representar. Depois a partir do entendimento

de que o conhecimento é sempre contextualizado em um espaço material e que esse contexto é sempre “performativo”, ou seja, se dá em espaços e tempos mais ou menos específicos. Finalmente, o conhecimento situado permite reconhecimento da teoria como um instrumento prático para ação localizada, e não como uma verdade universal (Murdoch, 2006):

Da teoria relacional viria a noção de um conhecimento que se produz através da relação e não a partir da representação. Assim, as práticas cotidianas e os fluxos de encontros e interações sociais, mais do que os códigos e os símbolos, são o que engendram as novas formulações teóricas na busca por compreensão do espaço (Murdoch, 2006). O foco na relação e na fluidez que conformam as possibilidades de entendimento desse novo espaço relacional são aportes atribuídos principalmente aos trabalhos de Deleuze e Guattari e de Foucault.

3.3. A TEORIA MENOR

Os processos socioespaciais vigentes exigem cada vez mais a busca por novas abordagens teóricas, principalmente aquelas capazes de abarcar a complexidade das novas territorialidades produzidas. Neste contexto, é necessário pensar nas formas com as quais as correntes teóricas já consagradas se associam com outras teorias atuais da produção do espaço e sob essa perspectiva, um método de trabalho pautado nos preceitos da teoria-menor pode ser pertinente.

O primeiro encontro com a teoria-menor aconteceu durante a última sessão do último dia do Encontro Anual da Associação de Geógrafos Americanos (AAG) em Chicago (2015). Em uma sala lotada de geógrafos, arquitetos, cientistas sociais e outros acadêmicos, os panelistas debatiam, sob diferentes perspectivas, o tema “Micropolíticas e o Menor”. Estava presente à mesa a professora Cindi Katz⁵⁴, autora referência da teoria que embasava as discussões. O objetivo da sessão era repensar a forma como a realidade e as experiências empíricas-práticas eram analisadas a partir da academia e discutir as formas variadas com que o ‘micro’ e o ‘menor’ ganharam força nas ciências sociais (especialmente na Geografia).

Os trabalhos expostos examinavam as formas de pensar, escrever, experimentar e atuar através do *menor*:

As voltas e reviravoltas teóricas – culturais ou não – dos últimos anos são tanto sobre poder e autoridade quanto sobre a produção da teoria e a constituição do conhecimento. E o que está em jogo não é apenas acadêmico. (Katz, 1996, p. 487, tradução nossa)

⁵⁴ Cindi Katz é geógrafa americana pós-estruturalista, professora da Universidade de Nova Iorque, onde leciona principalmente Psicologia Ambiental e Estudos da Mulher. Seu trabalho se concentra na reprodução social e a produção do espaço, teoria social e políticas de conhecimento, com várias obras publicadas na temática dos estudos feministas e das relações entre gênero e espaço.

Segundo John Friedmann⁵⁵ (1987) foi Bentham que, no século XVIII, pela primeira vez impulsionou a ideia de que “o conhecimento cientificamente embasado a respeito da sociedade pode, de fato, ser aplicado para melhorá-la”. À essa noção instituiu-se uma ligação entre a teoria e a prática que vem sendo – não só no âmbito urbano – observada, discutida e reelaborada constantemente. Neste processo se sobressaem, muitas vezes na figura de um único teórico, conceitos e posições para os quais Katz dá o nome de “teorias totalizadoras”, sempre vinculadas à um senso de erudição. (Katz, 1996, p. 487)

A própria obra de Friedmann, “*Planning in the Public Domain: from knowledge to action*” (1987), parte do esforço de identificar, dentro do campo do planejamento urbano, essas teorias totalizadoras e seus autores, partindo de Adam Smith e do próprio Bentham, percorrendo as várias influências intelectuais do planejamento americano, de Saint-Simon à Lefebvre, e identificando também as diferentes correntes da teoria do planejamento, do Materialismo Histórico à Ciência Política.

Embora sejam incontestáveis a contribuição de Friedmann e de todos os intelectuais (e suas respectivas correntes) por ele citados, o artigo de Katz defende uma posição crítica à essas “teorias totalizadoras”, desenvolvendo a noção de uma teoria menor, baseada no conceito da ‘literatura menor’ que Deleuze e Guattari desenvolvem à partir da obra de Kafka:

Um judeu tcheco vivendo em Praga nos primeiros anos do século XX, Kafka escreveu em Alemão, um idioma maior no qual ele era um ‘outsider’. Porque Alemão não era nem sua língua materna, nem o idioma de sua comunidade, Kafka trabalhou com uma linguagem na qual era duplamente deslocado. Deleuze e Guattari argumentam que Kafka, assim como Samuel Beckett, levou esses deslocamentos aos seus limites para criar ‘linhas de fuga’. Essa estratégia política está no centro do que Deleuze e Guattari conceituam como literatura menor: escrever uma ‘literatura menor’ é usar de uma linguagem

⁵⁵ Friedmann é um professor de planejamento urbano americano, um dos pioneiros nos estudos urbanos que contribuiu notavelmente para a consolidação da disciplina do Planejamento Urbano dentro da academia. Em sua principal obra, “*Planning in the Public Domain: From Knowledge to Action*” (1987) Friedmann aborda de maneira radical para a época o modelo tradicional de planejamento, tratando com proeminência de questões como a descolonização e a democratização do espaço urbano.

maior de modo a subvertê-la a partir dela mesma. (Katz, 1996, p. 489, tradução nossa)

Para Deleuze e Guattari uma literatura menor não é menor por pertencer à uma língua menor, mas sim, por se formar a partir da construção de uma minoria, dentro de uma língua maior. Essa condição demarca o que os autores definem como a primeira característica das literaturas menores, o fato das línguas estarem sempre sujeitas à um forte nível de desterritorialização. Esses processos de saídas do território que podem ser relativos ou absolutos, positivos ou negativos – contemplando assim pelo menos quatro tipos diferentes de desterritorialização – e dizem de uma operação das segmentaridades maleáveis, a partir da qual surgem as linhas de fuga, e também a partir do qual se desencadeiam processos de reterritorialização (Deleuze; Guattari, 2012c). São os processos ligados à figura do migrante, e no caso de Kafka, escrever em alemão em Praga era para os filósofos escrever em uma língua desterritorializada, assim como explica também Katz acima.

Essa particularidade é abordada pelos autores novamente em “*Mil Platôs*” de maneira um pouco mais elucidativa, no texto que compõem o quarto platô⁵⁶ da obra, intitulado “*Postulados da Linguística*” :

Assim seria preciso distinguir dois tipos de línguas, “altas” e “baixas”, maiores e menores? Umas se definiriam precisamente pelo poder das constantes; outras, pela potencia da variação. Não queremos simplesmente opor a unidade de uma língua maior a uma multiplicidade de dialetos. É, antes, cada dialeto que se encontra afetado por uma zona de transição e de variação, ou melhor, é cada língua menor que se encontra afetada por uma zona de variação propriamente dialetal. (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 50).

A língua maior e a menor não se conformam a partir de uma oposição binária, mas sim a partir de um sentido de complementação e de extrapolação, de afetações que operam a partir da constância e da variação.

⁵⁶ A tradução brasileira de “*Mil Platôs*” foi publicada, com autorização dos autores, em 5 volumes, mas o texto original era dividido em “capítulos” que receberam os nomes de platôs, e que poderiam ser lidos separadamente com exceção do último deles, “*Conclusão: Regras Concretas e Máquinas Abstratas*” que deveria ser lido somente ao final.

O segundo traço fundamental do menor é o seu caráter político, uma questão recorrente ao pensamento deleuze-guattariano e como se discutirá adiante, característica fundamental no conceito de devir. **Nas literaturas menores, assim como na teoria menor, tudo é político.** Essa especialidade da literatura menor é um contraponto da literatura maior em que as questões individuais, e não as coletivas, tendem a se sobrepôr de forma que o meio social e o coletivo sirvam apenas como pano de fundo para a narrativa:

A literatura menor é completamente diferente: o seu espaço, exíguo, faz com que todas as questões individuais estejam imediatamente ligadas à política. A questão individual, ampliada ao microscópio, torna-se muito mais necessária, indispensável, porque uma outra história se agita no seu interior. (Deleuze; Guattari, 2002, p. 39)

A coletividade é o cerne da terceira e última característica atribuída à literatura menor para os autores. Distanciadas da figura de um mestre, as narrativas menores dependem da solidariedade ativa e se constituem a partir de uma consciência coletiva, que tem papel importante na construção política-revolucionária já que coloca o escritor marginal em condições de “expressar uma outra comunidade potencial, de forjar os meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade” (Deleuze; Guattari, 2002, p. 40)

O problema de uma literatura menor expressa portanto os desafios das minorias, que segundo Deleuze e Guattari são também os problemas de todos nós. Talvez “um problema deles” porque na conjuntura de uma sociedade capitalista é preciso extrair da conformidade do maior um menor que alcance sua potência revolucionária, mas com certeza “um problema nosso” porque nos encontramos em vários tipos de marginalidade⁵⁷. Os filósofos resumem as três características a partir das quais a literatura menor se estabelece e estas vão servir também como ponto de partida para a teoria menor de Katz.

⁵⁷ A marginalidade aqui também pode ser entendida em seu caráter relacional, variando de acordo com a inserção de cada um em contextos diversos de raça, gênero e classe.

A autora argumenta que precisamos causar rupturas com as teorias maiores a partir do uso de teorias menores. Para Deleuze e Guattari, o ‘menor’ é a peça chave da subversão e Katz sugere a teoria menor como um ‘devir’, onde o menor retrabalha o maior partindo de dentro dele. **Por isso para entender a teoria menor é preciso entender também o devir (que nesse caso é sempre menor).** Esse conceito chave ao pensamento deleuze-guattariano surge da crítica ao modelo estruturalista de análise:

Ora, é evidente que o estruturalismo não dá conta desses devires, porque ele é feito precisamente para negar ou ao menos desvalorizar sua existência: uma correspondência de relações não faz um devir. Desse modo, quando reencontra tais devires que percorrem uma sociedade em todos os sentidos, o estruturalismo vê nisso fenômenos de degradação que desviam a ordem verdadeira e que dizem respeito às aventuras da diacronia (Deleuze; Guattari, 2012b, p. 18)

Talvez o jeito mais fácil de explicar o devir é entender que ele pressupõe um estado em que as coisas sempre “estão” ao invés de “serem”. Difere do modo de pensar estruturalista porque quando pensamos em estruturas estamos sempre imaginando posições estáticas, relações estáveis que só com esforço considerável podem ser mudadas. O devir, ao contrário é rizoma, fluido e transitório, mas principalmente minoritário. (Deleuze; Guattari, 2012b). Uma boa explicação sobre o devir é dada por Deleuze em entrevista à Antônio Negri:

As minorias e as maiorias não se distinguem pelo número. Uma minoria pode ser mais numerosa que uma maioria. O que define a maioria é um modelo ao qual é preciso estar conforme: por exemplo, o europeu médio adulto macho habitante das cidades... ao passo que uma minoria não tem modelo, é um devir, um processo. Pode-se dizer que a maioria não é ninguém. Todo mundo, sob um ou outro aspecto, está tomado por um devir minoritário que o arrastaria por caminhos desconhecidos caso consentisse em segui-lo. Quando uma minoria cria para si modelos, é porque quer torna-se majoritária, e sem dúvida isso é inevitável para sua sobrevivência ou salvação (por exemplo, ter um Estado, ser reconhecido, impor seus direitos). Mas sua potencia provém do que ela soube criar, e que passará mais ou menos para o modelo, sem dele depender (Deleuze, 1998, p. 214)

A motivação de Katz para discutir uma teoria menor parte da análise do livro *Geographical Imaginations*, de Derek Gregory⁵⁸, que, de modo similar à Friedmann, examina os textos de teóricos dentro e fora da geografia à procura de uma reflexão crítica sobre as ‘espacialidades da vida social’. Segundo a autora, porque Gregory está programado para “só enxergar os maiores objetos”, deixa de considerar outros teóricos, menores, que poderiam oferecer outras *geografias imaginárias* (*geographical imaginations* como sugere o título) que as grandes teorias dominantes não conseguem (Katz, 1995).

Os teóricos menores compreendem não só aqueles que trabalham numa perspectiva da ‘minoria’ como tema – intelectuais do feminismo, dos estudos pós-coloniais, subalternos, da cultura negra ou teoria *queer* – mas também daqueles que, dentro de uma perspectiva dominante “conscientemente recusam a ‘maestria’ do mundo acadêmico e suas práticas de pesquisa (...) lutando para mudar a teoria e a prática simultaneamente” (Katz, 1995, p. 166, tradução nossa).

Concentrada no ‘devir-menor’ como uma forma de superar uma dualidade do maior *versus* o menor, Katz instiga a importância do devir num sentido metamórfico. **Não há uma relação de tamanho ou importância entre o menor e o maior , “os dois estão entrelaçados em uma requintada e móvel tensão”. Não se trata de uma asserção binária ou de uma oposição entre uma “teoria maior” e outra “menor”, mas sim de uma interpolação entre as duas e isso vale também para as relações entre macro e micropolítica.** Nessa medida, o trabalho de Katz traz contribuições importantes ao momento atual de busca por novas abordagens teóricas:

Seguindo Deleuze e Guattari, considero a teoria maior como contextualmente definida. Ela engloba teoria ou teorias que são dominantes em uma geografia histórica particular sob um conjunto específico de condições. É maior porque é dominante em um geografia histórica particular, e não o inverso. Teoria menor, então, poderia ser melhor contextualizada como intersticial. Ela é definida como menor em relação a uma teoria maior dominante, mas como os

⁵⁸ Derek Gregory é um geógrafo e pesquisador britânico, professor na *Universidade de British Columbia*. Seu trabalho se concentra nos aspectos políticos, culturais e históricos da geografia, e tem forte influência dos textos de Giorgio Agamben, principalmente no que diz respeito à sua teoria do estado de exceção.

contextos mudam, assim também podem mudar as designações de maior e menor ou as fronteiras entre eles. (Katz, 1996, p. 490, tradução nossa)

Ao considerar uma verdade científica como única e válida para todos os sujeitos/situações, estamos inevitavelmente caminhando para uma política de exclusão que se estende a qualquer teoria ou prática derivadas de um paradigma não-dominante ou não-científico. O menor parte do reconhecimento não de uma teoria marginal, mas de uma maneira diferente de trabalhar com o material (Katz, 1996). Assim como Kafka, a teoria menor pretende subverter as teorias totalizantes partindo do centro delas.

Ao pensar a relação entre a teoria e a prática do planejamento e a necessidade de outras abordagens conceituais na análise urbana, a teoria menor se mostra uma fundamentação coerente para ponderar novas ideias e fazeres. No contexto atual, a multiplicidade de sujeitos e linguagens exige não só que o urbanismo considere questões de ordem materiais, normativas e legais, mas que incorpore à equação as vozes dos diversos movimentos que rompem pela cidade.

No contexto brasileiro, as insurgências e as ações de resistência urbana que se expressam na luta dos movimentos urbanos anunciam na prática uma ‘minoridade’ na medida em que se afastam da autoridade, da erudição e da superioridade, e buscam por intermédio da ação produzir “subjetividades, espacialidades e temporalidades alternativas” (Katz, 1996, p. 490) :

A visão de Deleuze e Guattari do menor é promissora porque cria novas formas de subjetividades (tanto para ‘maiores’ quanto para ‘menores’); ela reconhece (e depende) da ação de ‘outros’ em precipitar crises e, com elas, transformação social; ela oferece uma teoria de transformação que funciona a partir de uma relação de opressão; e oferece meios flexíveis para pensar sobre as práticas de modos novos e revitalizados. (Katz, 1996, p. 494, tradução nossa)

É possível presenciar a produção de novas temporalidades e espacialidades quando reconhece-se em pequenas (*micro*) intervenções, um urbanismo que não intenta projetar a cidade como um macro-organismo controlável, mas sim causar transformações de longo prazo com ações de curta duração. Ações essas que não dependem da figura de um especialista, e que se apoiam na mediação de ‘outros’ para gerar transformação social, e são, por isso, práticas menores. Nesse sentido, no lugar

de um resultado final planejado com antecedência o que importa é a experiência vivida a partir da cooperação e colaboração.

Quando anuncia a importância da obra de Deleuze e Guattari à teoria menor, Katz se detém a explicar a importância do ato de devir-menor, um conceito com dimensão política extremamente importante:

Devir-minoritário é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa. É o contrário da macropolítica, e até da História, onde se trata de saber sobretudo como se vai conquistar ou obter uma maioria. (Deleuze e Guattari, 2012b, p. 93)

É essa dimensão política e mesmo revolucionária do menor que carrega uma série de possibilidades, ainda não exploradas, não só para a teoria e a prática, mas também para o ensino do planejamento. “Elas separam geografias convencionais não por desmantelamento da ‘teoria maior’, mas situando a teoria menor em seu meio.” (Katz, 1996, p. 498, tradução nossa). Ao abordar esse novo campo teórico como uma possibilidade da pesquisa acadêmica, pretende-se ressaltar a possibilidade de se trabalhar nos interstícios, escapando da fetichização teórico-bibliográfica, e desenvolvendo uma ciência voltada para a prática e para o que está próximo, no intuito de subverter as lógicas dominantes não só na academia mas no poder.

Coincide aqui a necessidade de trabalhar, como propõe Soja (1996) para o pós-modernismo, além da dualidade e da relação binária entre maior/menor ou entre moderno/pós-moderno e estrutural/pós-estrutural. **É importante para o autor (e também para esse trabalho) se desvencilhar da necessidade de fazer escolhas entre uma ou outra abordagem, entre uma ou outra teoria, e contemplar a possibilidade de trabalhar com abordagens complementares, (como já é característico do pós-estruturalismo) para que não seja preciso se ater exclusivamente a uma concepção ou outra do espaço mas que se permita a combinação de várias perspectivas,** mesmo que o pós-estruturalismo seja o elemento de destaque. É como já afirmavam Deleuze e Guattari:

A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...”. há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. (Deleuze; Guattari, 2001a, p. 48)

4. UM NOVO CONCEITO: VAZIO-HETEROTOPIA

A compreensão foucaultiana de heterotopias se desdobrou ao longo dos anos em uma miríade de interpretações e enredamentos diversos. É possível atribuir parte da profusão – ou imprecisão – do termo à maneira como o mesmo foi construído, não a partir de uma obra ou um estudo aprofundado no assunto, mas de elucidações decorrentes de duas conferências radiofônicas no final da década de 1960. Deve-se considerar também que é recorrente na obra de Foucault a recusa à delimitação de seus estudos como uma teoria uniforme, que se aplique em uníssono em diferentes tempos e lugares. De acordo com Judith Revel⁵⁹ (2005), seus conceitos foram sempre “produzidos, fixados, depois reexaminados e abandonados, modificados ou ampliados num movimento contínuo de retomada e de deslocamento”.

Para Soja (1996), é arriscado trabalhar com o conceito de heterotopias como aporte central para uma análise do espaço porque Foucault quase nada comentou sobre esse texto depois de sua circulação e só autorizou sua publicação já no final de sua vida. **É um texto que tem pouca reverberação no conjunto de sua obra e não costuma ser citado até mesmo por autores que de apoiam em Foucault para análises espaciais. Mas é exatamente por seu caráter menor que nos interessa investigá-lo também.** As heterotopias nos permitem pensar a espacialidade de uma forma distinta, para além dos discursos geográficos vigentes e com uma “imaginação geográfica” própria (Soja, 1996), que aponta sempre para uma perturbação da ordem, um desvio ou um devir-menor.

Neste capítulo nos apropriamos dos princípios das heterotopias foucaultianas para propor uma abordagem inédita para os vazios urbanos. Dessa assimilação desponta um novo objeto de análise que recebe o nome de vazio-heterotopia. É a partir dele que se desdobrarão diversos processos de “imaginação” para situar os vazios no cenário urbano contemporâneo. Mas não é apenas com um equiparar de

⁵⁹ Judith Revel é filósofa francesa, formada em literatura italiana e professora de filosofia contemporânea na Universidade de Paris Panteon-Sorbonne. É especialista no pensamento franco-italiano contemporâneo, e particularmente no pensamento de Michel Foucault, sobre o qual escreveu várias obras.

princípios que se constrói essa nova formulação. Ao contrário, ela se dá a partir da compreensão da história das heterotopias desde seu surgimento – apresentados na seção “UMA “GENEALOGIA” DA HETEROTOPIA – e da revisão de outras análises espaciais que se apropriaram do termo também em busca de novas conceituações.

Se as heterotopias são reconhecidas no campo da geografia normalmente como o espaço do controle e da disciplina, espaços-outros conformados em lógicas de exclusão das diferenças, abordamos aqui uma heterotopia positiva e expectante, como fizeram também outros autores. Ora, se a partir do pós-estruturalismo “a verdade se torna uma questão de perspectiva ao invés de uma ordem absoluta” (James, 2012, p. 31) ao contemplar nesse capítulo as diferentes interpretações já utilizadas no transbordamento das heterotopias para outros universos de análise espacial – tarefa registrada na seção “MUITOS ESPAÇOS-OUTROS” – espera-se que elas abram o caminho para as possibilidades de se pensar em uma nova categoria de vazios, o “VAZIO-HETEROTOPIA” que dá nome à última parte deste capítulo.

4.1. UMA “GENEALOGIA” DA HETEROTOPIA

A abordagem relacional de composições espaciais tão intrincadas no texto foucaultiano “As Heterotopias” (2013) justificam a pluralidade dessa obra definida por Soja (1996) como “frustrantemente incompleta, inconsistente, incoerente”, mas é justamente na sua eventual incompletude e complexidade que reside a possibilidade de construção de novas perspectivas de conhecimento. Nesse sentido apresentamos uma retrospectiva sobre o tema – ou uma espécie de genealogia como definiria Foucault – para que se compreenda sua construção inicial e suas várias dispersões bem como até onde o conceito permite chegar, sem desconsiderar que essa extensão do caminho se constrói com uma série de possibilidades e limitações.

Não poderíamos deixar de concluir que aqui, a longa série de reinscrições do texto em múltiplas redes e estratégias, que a longa série de transformações da figura social de seu autor encontram neste instante de sua trajetória a mais completa forma de recepção? Foucault não declarara, tantas vezes, que almejava menos leitores que utilizadores? (Defert, 2013, p.55)

Não é tratando de espaço que Foucault escreve pela primeira vez sobre as heterotopias. Na verdade, de acordo com Daniel Defert⁶⁰ (2013), sua concepção inicial para o termo aparece no prefácio de “A Palavra e as Coisas”⁶¹. É da relação entre as palavras e suas classificações – ou para citar o autor ‘seus lugares’ – baseando-se em uma análise de discursos, que as heterotopias nascem⁶², em contraponto às utopias, como coisas que “perturbam, sem dúvida porque minam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque quebram

⁶⁰ Daniel Defert é sociólogo, pesquisador e ativista francês. Foi professor de Sociologia em Paris, e seus estudos tratavam principalmente da etno-iconografia e da saúde pública. Foi companheiro de Michel Foucault até a morte do filósofo em 1984, e herdou parte de seus estudos não publicados, material que ajuda a editar e publicar atualmente. Publicou junto com François Ewald o quarto volume de “Ditos e Escritos” (1994) e escreveu o posfácio para o livro “O Corpo Utópico, As heterotopias” (2013)

⁶¹ Foucault, M. *Les mots et les choses*. Paris, Gallimard, 1966 .

⁶² Foucault na verdade pega o termo emprestado da biologia, um verbete usado com frequência em relatórios médicos a partir da década de 1920, para descrever um fenômeno biológico que ocorre fora de seu lugar usual, ou um “deslocamento de um tecido normal que não chega a influenciar o funcionamento geral do organismo”. (Sohn, 2008)

ou entrelaçam os nomes comuns, porque arruínam o avanço da ‘sintaxe’...” (Foucault, 1966, p.9, tradução nossa).

O contexto no qual a heterotopologia é inaugurada por Foucault deve ser considerado: no final da década de 1960, as ciências sociais passavam por uma mudança de paradigma causada principalmente pela teoria estruturalista que, como visto anteriormente, buscava identificar de maneira científica e empirista as estruturas “profundas” que determinam o comportamento social da superfície/sociedade (Murdoch, 2006). O foco nesses conjuntos elementares de relações, fundamentadas na experiência direta e na observação, foi criticado por vários que viam no estruturalismo uma interpretação da realidade que se fazia de maneira a-histórica, já que ignorava as implicações passadas das relações estabelecidas. Embora a suposição de um não-historicismo estruturalista tenha sido contestada até mesmo por Foucault, o fato do **tempo** perder parte de sua soberania na análise estrutural abriu caminho para que uma nova dimensão fosse considerada, o **espaço**.

Já não é novidade que Foucault ocupa lugar de destaque no estabelecimento do espaço como elemento de análise crítica social. Como visto no capítulo anterior o espaço esteve sempre presente (ainda que como pano de fundo) nos estudos da sociedade que o filósofo desenvolvia, e sua investigação se daria não em detrimento de uma análise histórica, situacional, mas de forma a complementá-la, situando relações de espaço-tempo a partir de um novo viés (que em muito contribui para o estabelecimento de uma nova ciência pós-estruturalista). Mas ainda assim, a ocasião de sua fala no Centro De Estudos Arquiteturais é recebida com certo divertimento e desconcerto por parte de Foucault:

Você se lembra aquele telegrama que nos fez rir tanto, em que um arquiteto via uma nova concepção do urbanismo? Mas isto não estava em um livro, estava, afinal, em uma conferência radiofônica sobre a utopia. Pede-me que a refaça no dia 13 ou 14 de março. (Defert, 2013, p. 34)

A conferência radiofônica a qual o autor se refere aconteceu pouco tempo depois da publicação de “As Palavras e as Coisas” em dezembro de 1966, como parte de uma série do *France-Culture* onde Foucault retoma o assunto das heterotopias em uma preleção sobre “Utopia e Literatura”. Nessa ocasião, em uma fala que não dura mais de 15 minutos, o filósofo ensaia pela primeira vez a transição da heterotopia do

discurso – das palavras e das coisas – para o espaço. A narrativa se inicia a partir do sonho “com uma ciência que teria por objeto ‘esses espaços diferentes que são a contestação dos espaços onde vivemos’” (Defert, 2013, p.35). Essa nova ciência, a qual o autor dá o nome de “heterotopologia”, inaugura um novo – e breve – momento de análise explícita e diretamente espacial⁶³ por parte do autor, que só se repetiria novamente com o panóptico alguns anos depois.

O convite ao *France-Culture* havia sido feito para responder à enorme curiosidade que as heterotopias e as utopias haviam suscitado a partir de “As Palavras e as Coisas” (Defert, 2013). O livro já anunciava no prefácio o novo conceito como forma de representar uma “desordem que faz cintilar fragmentos de um grande número de ordens possíveis a partir da dimensão, sem lei nem geometria, do heteróclito, sendo preciso entender essa palavra o mais próximo de sua etimologia” (Foucault, 1966, p. 9, tradução nossa). É assim que o autor chega na heterotopia, que nos ajudaria a entender a ordem existente em coisas inexplicáveis dando como exemplo o sistema de organização da enciclopédia chinesa imaginária de Borges⁶⁴:

O texto cita ‘uma certa enciclopédia chinesa’ onde ele escreve que ‘os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador; b) embalsamados; c) domesticados; d) leitões alimentados apenas de leite; e) sereias; f) fabulosos; g) cães em liberdade; h) incluídos na presente classificação; i) que se agitam como loucos; j) inumeráveis; k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo; l) *et Cetera*; m) que acabam de quebrar o jarro; n) que de longe se parecem moscas’. Dado o espanto com essa taxinomia, o que podemos reunir de bom é que, graças à fábula, nos somos apresentados ao charme de um outro pensamento, que nos mostra o limite do nosso: impossibilidade nua de pensar assim. (Foucault, 1966, p.7, tradução nossa)

⁶³ Ressalta-se aqui, como exposto anteriormente, que o conjunto da obra de Foucault, embora em muito contribua para as discussões espaciais contemporâneas, não tem (com algumas exceções) o espaço como objeto explícito da análise, sendo este sempre analisado a partir das relações de poder, da disciplina, da ordem e do saber.

⁶⁴ Jorge Luiz Borges foi um escritor argentino e um dos principais autores do século XX. Sua obra inaugura uma nova fase da literatura fantástica, principalmente pela análise minuciosa dos objetos, as interpretações múltiplas e a transcendência à qualquer tipo de classificação e dogmatismos. É referenciado por vários escritores, filósofos e literários, como Gabriel García Márquez, Umberto Eco e o próprio Foucault.

Desde a primeira conferência radiofônica de 1966 cresce o interesse, principalmente por parte dos arquitetos, nesses espaços instigantes que Foucault afirma ser necessário estudar. O crescente fascínio com as heterotopias resulta no convite para falar no Círculo de Estudos Arquiteturais⁶⁵ (CEA) no ano seguinte (1967) e nessa ocasião o filósofo replica suas teses relativas ao que define como “espaços outros” já com algumas modificações. É a transcrição dessa segunda palestra, proferida no dia 14 de março de 1967, que faz propagar a ideia de lugares heterotópicos.

De acordo com Defert foi Ionel Schein⁶⁶ quem fez o convite ao filósofo para falar no Círculo de Estudos Arquiteturais (CEA), que na época era tido como “um dos raros círculos de reflexão de arquitetos sem corporativismo”. Todas as conferências eram registradas por estenografia e depois datilografadas e as cópias eram circuladas entre seus membros (Defert, 2013). A visita de Foucault seria descrita por um dos arquitetos presentes como precavida, como mostra a passagem abaixo:

Ele se lembra das precauções oratórias do filósofo para introduzir seu propósito, a insistência sobre sua ignorância quanto as preocupações dos arquitetos. As referências são tomadas da história das ciências (Koyré, Bachelard), da crítica literária (J.P. Richard, Blanchot), da psicanálise existencial (Binswanger), assuntos todos eles, sobre os quais Foucault já havia desenvolvido suas “obsessões do espaço”. (Defert, 2013, p.39)

Mas da palestra no CEA surgem também as reações, comentadas por Foucault posteriormente. Vários presentes consideravam reacionária a insistência do autor em trabalhar o espaço, uma crítica fortemente atrelada à crítica ao a-historicismo estruturalista. De qualquer maneira, a partir do registro datilografado, o texto passeia nos circuitos arquitetônicos sem muito destaque, até a publicação de “Vigiar e Punir”

⁶⁵ *Cercle d'Études Architecturales* foi uma instituição criada em Paris em 1951, responsável pela organização de conferências com o intuito de estudar e discutir a arquitetura fora do âmbito normativo da academia. Os círculos de estudos contavam com arquitetos proeminentes e as discussões eram pautadas na consolidação de novas teorias arquitetônicas, com contribuições importantes de Auguste Perret, Eugene Beaudouin, Le Corbusier e Jean Prouvé., por exemplo.

⁶⁶ Ionel Schein foi um arquiteto, urbanista e historiador francês, um dos fundadores do Grupo Internacional de Arquitetura Prospectiva e pessoa de destaque no cenário arquitetônico francês da metade do século. É o principal representante da arquitetura experimental francesa, sendo o pioneiro no uso de materiais sintéticos na construção civil e criador da primeira casa de plástico em 1956.

(1975) quando “as análises foucaultianas do espaço recebem uma visibilidade nova como lugar de uma dupla articulação do poder sobre o corpo do indivíduo e do saber ao poder” (Defert, 2013, p.46).

As heterotopias, que nunca tinham sido desenvolvidas para além daquela conferência, voltam a ser objeto de interesse teórico impulsionadas pelo destaque que o filósofo confere ao panóptico. O termo ganha, em decorrência deste resgate, maior tessitura quando passa a ser apropriado e aplicado por outros autores, embora o próprio Foucault tenha recebido com surpresa o interesse despertado por suas considerações acerca desses espaços-outros. As heterotopias, analisadas no contexto de “Vigiar e Punir” e também mais tarde em “Microfísica do Poder” (1979), ganham um novo fôlego de interpretações, que se distende em novas discussões no campo das teorias espaciais. Foucault comenta a ênfase recente ao assunto em um entrevista de 1977, quando discutia o panóptico de Bentham:

Seria preciso fazer uma “história dos espaços” – que seria ao mesmo tempo uma “história dos poderes” – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas. É surpreendente ver como o problema dos espaços levou tanto tempo para aparecer como problema histórico-político ⁶⁷ (Foucault, 1977 apud Defert, 2013, p.50)

O manuscrito de 1967 contudo, permanece como uma produção-menor. Foucault não autoriza sua publicação e a circulação do texto continua informal, sendo muito pouco referenciada por outros estudiosos foucaultianos. O ensaio só é publicado oficialmente em 1984, numa versão editada pelo autor como parte da exposição do *International Building Exhibition Berlin* (IBA Berlin) que reunia propostas, ensaios e projetos sob o tema de “A reconstrução da cidade”. É o texto dessa exposição, reunido em um volume de “*Idées, processus, résultats*” do IBA, que foi mais tarde publicado na revista francesa *Architecture, Mouvement, Continuité*:

67 Foucault, M. L’oeil du pouvoir in BENTHAM J., *Le Panoptique*. Paris, Belfond, 1977 (fac-símile da edição francesa de 1791)

Em 1984 Foucault podia acolher favoravelmente a reutilização de sua conferência pelo IBA de Berlim. Os dois organizadores da exposição, o alemão Johannes Gachnang e o italiano Marco de Michelis, conheciam esse texto em sua publicação de 1968 em *Architettura* [publicação não autorizada pelo autor]. Ele sintonizava estranhamente com a estratégia do IBA tal como foi exposta por um de seus responsáveis (...): “executar a ideia de uma cidade por fragmentos”, falar da arquitetura urbana sem traçar primeiramente um plano global de urbanismo; respeitar a variedade histórica e topográfica berlinense; pensar a composição da cidade por ilhotas e até confiar a diversos arquitetos a reconstrução das residências em uma mesma ilha. E, por ocasião de uma reunificação eventual, justificar a conservação da arquitetura stalinista. (Defert, 2013, p. 53)

Constitui-se desde esse segundo momento e principalmente da tradução do artigo da *Architecture, Mouvement, Continuité* (AMC) para o inglês (publicada na revista *Diacritics* em 1986) um segundo fôlego de análise para as heterotopias, muito influenciada também pela tradução dos volumes II e III de História da Sexualidade e pelas chamadas políticas de identidade que ganhavam destaque nos Estados Unidos (Defert, 2013).

Entre o texto da palestra que circulou em 1967 – “As Heterotopias” – e o texto publicado com autorização do autor em 1984 – “De espaço-outros” – existem algumas diferenças que devem ser registradas⁶⁸. A primeira delas está na própria introdução. Enquanto a conferência se inicia como uma ode aos ‘espaços sem lugar’ o texto subsequente é introduzido com uma descrição sobre ‘a grande obsessão’ do século XIX com a história, e a ascensão do espaço no “horizonte de nossas preocupações, nossas teorias, nossos sistemas”.

Essa nova abertura inserida na segunda versão indica, na verdade, uma resposta às críticas recebidas pelo texto original, principalmente aquelas encaminhadas à sua suposta propensão a um pensamento estruturalista. Foucault reconduz a discussão das heterotopias em 1984 deixando claro já de partida, que há

⁶⁸ Consultamos para a dissertação três versões disponíveis do ensaio “As Heterotopias”. (1) A versão original conferência radiofônica de 1966 que foi publicada no Brasil pela Editora n-1 em 2013 em francês e português, com posfácio de Daniel Defert. (2) A versão da palestra proferida ao CEA em 1967, editada por Foucault e publicada na AMC em 1984, com o título “*Des Espaces Autres*”. (3) A tradução em inglês de “*Des Espaces Autres*” publicadas na revista *Diacritics* em 1986 como “*Of Other Spaces*” com tradução de Jay Miskowicz,

uma mudança no modo como percebemos a relação espaço-tempo (uma declaração já discutida em capítulos anteriores), revelando a importância recém adquirida do espaço. Não deixa contudo de contextualizar historicamente as diferentes concepções espaciais ao longo do tempo, dos espaços medievais às descrições espaciais dos fenomenologistas:

O espaço em si, na experiência ocidental, tem uma história, e não é possível ignorar esta 'intersecção fatal do tempo com o espaço'. Pode-se dizer, para refazer grosseiramente essa história do espaço, que ele foi na Idade Média, uma hierarquia de lugares: lugares sagrados e lugares profanos; lugares protegidos e lugares ao contrário, abertos e indefesos; lugares urbanos e lugares campestres (*voilà* para a vida real dos homens); para a teoria cosmológica, havia os lugares supra-celeste opostos ao lugar celeste; e o lugar celeste, por sua vez se opunham ao lugar terrestre; havia lugares onde as coisas foram colocadas porque haviam sido violentamente desalojadas, e em seguida os lugares, no entanto, onde as coisas encontraram sua localização e seu descanso natural. Foi essa hierarquia toda, essa oposição, esta intersecção de lugares que constituíam o que poderia ser chamado grosseiramente de espaço medieval: o espaço de localização. (Foucault, 1984, p.46, tradução nossa).

Em seguida, Foucault diferencia o espaço medieval (hierárquico e binário) do espaço do século XVII, que por intermédio das descobertas de Galileu Galilei passou a ser visto como infinito e aberto. Por fim, no século XX o espaço é substituído por uma nova localização, “definida pelas relações de vizinhanças entre pontos ou elementos, formalmente, nós poderíamos descrevê-las como seriadas, arborescentes ou entrelaçadas” (Foucault, 1984, p. 46, tradução nossa).

Uma segunda mudança entre as duas versões é o aparecimento de um novo princípio da heterotopia, que não foi mencionado na palestra inicial. O sexto princípio⁶⁹, (das funções de ilusão e de compensação) só aparece na versão editada do texto enquanto a fala ao Círculo de Estudos Arquiteturais continha apenas cinco princípios. É também notável que Foucault refute no artigo editado a ideia de uma “ciência heterotológica”. Inicialmente o autor dá ênfase à essa nova ciência, com a qual ele sonha e acredita estar em vias de nascer. Já na segunda versão, ele é enfático

⁶⁹ Trataremos de cada um desses princípios mais detidamente no final desse capítulo.

ao dizer que a heterotopia é um conjunto de descrições, já que a ciência era um termo já “muito galvanizado” (Foucault, 1984).

Por fim, uma terceira divergência entre os dois textos diz respeito aos exemplos utilizados por Foucault para ilustrar esses espaços-outros. De acordo com Soja (1996) o método foucaultiano de análise não se dá por meio de revelações e explicações, mas ao contrário, surge do esforço do filósofo por mostrar e descrever meticulosamente situações reais. Por isso é importante notar que alguns dos exemplos da fala original são abandonados enquanto outros são mencionados no lugar.

O mais emblemático dos exemplos a desaparecer são as heterotopias da brincadeiras infantis, espaços criados e vivenciados pelas crianças definidos como utopias localizadas. A cama dos pais que se transforma em oceano enquanto elas nadam nas cobertas, para logo em seguida se transformar no céu por onde elas pulam de nuvem em nuvem; que depois vira o fundo do jardim e o celeiro, por onde as crianças são transportadas para outros mundos, outras sociedades e outros tempos.

Por outro lado o filósofo acrescenta à nova lista de heterotopias o espelho, espaço utópico e heterotópico ao mesmo tempo:

O espelho é, afinal, uma utopia, já que é um lugar sem lugar. Pelo espelho eu me vejo lá onde eu não estou, dentro de um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície, eu estou lá onde eu não estou, uma espécie de sombra que me doa a mim mesmo minha própria visibilidade, que me permite de me enxergar lá onde eu estou ausente, utopia do espelho. Mas é igualmente uma heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente, e onde ele tem, no lugar que eu ocupo, uma espécie de efeito de retorno, é a partir do espelho que eu de descubro ausente do lugar onde estou, porque me vejo do lado de lá. (Foucault, 1984, p. 47, tradução nossa)

Essas mudanças, embora pouco comentadas podem indicar que talvez de alguma forma os exemplos abandonados não eram capazes de ilustrar com clareza o que Foucault queria dizer com as heterotopias. Assim é possível especular que as brincadeiras das crianças não fossem um bom exemplo porque estavam no limiar entre o real e o imaginário, enquanto o esforço do autor era marcar as heterotopias sempre como espaços reais, embora outros. Já o espelho, poderia ter sido acrescentado para destacar um aspecto pouco trabalhado por Foucault em sua primeira preleção: as heterotopias estabelecem relações também pessoais, relações

que são nossas com o espaço, e não dependem da interação com terceiros. Embora sejam apenas suposições, essas colocações são relevantes na medida que trazem exemplos contestados por alguns autores e celebrados por outros como a “real heterotopia”.

Como veremos a seguir, dentro do lapso temporal percorrido pelo texto (desde 1967 a 1984), **o desenrolar daquilo que poderia ser considerado um ponto de partida do autor na questão do espaço, transbordou em diversas interpretações.** Somando-se à elas as contribuições de outros autores e de outros conceitos trabalhados por Foucault nesse ínterim, nasce uma intrincada e compreensiva proposta de análise espacial, que ainda hoje é resinificada e abordada em diferentes conjunturas. Embora seja também um alvo de crítica⁷⁰, essas novas designações apontam para caminhos distintos e prolíferos de análise, como o que se intenta fazer aqui.

70 Segundo Soja, as heterotopias não seriam “um vazio insubstancial a ser preenchido por intuição cognitiva nem um repositório de formas físicas a serem descritos fenomenologicamente em toda sua resplandecente variabilidade” (SOJA, 1989, p. 17, tradução nossa), embora ele mesmo tenha utilizado extensivamente da noção de heterotopias para construir seu próprio conceito de “*Thirdspaces*” (1996)

4.2. MUITOS ESPAÇOS-OUTROS

À medida em que o espaço ganha destaque no campo das ciências sociais o trabalho de Foucault de uma maneira geral e o conceito de heterotopias especificamente passam a ser examinados e empregados com frequência em diversas pesquisas, principalmente dentro da arquitetura e do planejamento urbano. **O caráter “incompleto” e ambíguo atribuído ao conceito por Soja (1989) nos explica a quantidade de apropriações controversas e contraditórias do termo, que ganha um destaque jamais recebido por outras discussões foucaultianas menores, entre artigos, aulas e entrevistas (Defert, 2013).**

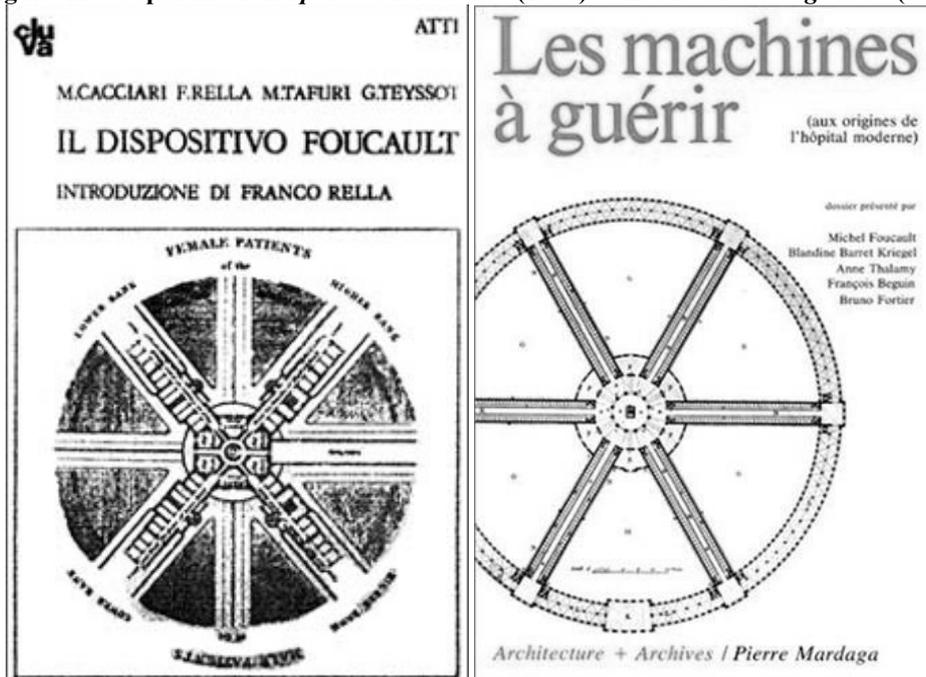
Um dos primeiros teóricos a se apropriarem das heterotopias foi o arquiteto Georges Teyssot⁷¹, na ocasião de um seminário no “*Istituto Universitario di Architettura di Venezia*” no final de 1977, organizado para analisar criticamente as aplicações teóricas de Foucault ao campo da arquitetura (Defert, 2013). Dos ensaios apresentados nesse seminário, reunidos na publicação “*Il dispositivo Foucault*” (1977), vários aspectos do trabalho do filósofo foram discutidos (principalmente a partir do projeto do Panóptico como princípio de um sistema espacial de controle) mas apenas Teyssot trás como referência o conceito das heterotopias:

Esse é o contexto em que reaparecem as heterotopias, na escola de arquitetura de Veneza em dezembro de 1977, primeiro estudo sobre seu uso possível em uma história dos espaços, *Il dispositivo Foucault* que reúne ensaios de M. Cacciari, F. Rella, M. Tafuri, G. Teyssot⁷². A capa, como a de *Machines à guérir*, reproduz um plano de arquitetura panóptico para um hospital inglês. Os autores referem-se essencialmente a *Vigiar e punir* e, exceto Teyssot, a uma reunião de textos de Foucault sobre o poder publicado neste mesmo ano pela editora Einaudi, *Microfisica del potere*. (Defert, 2013, p. 42)

⁷¹ Georges Teyssot é arquiteto francês e professor da Escola de Arquitetura da Universidade de Laval. Por muitos anos lecionou História da Arquitetura e Teoria Arquitetônica no *Istituto Universitario di Architettura di Venezia* onde organizou o famoso seminário *Il Dispositivo Foucault*. Na época, o trabalho tinha como referência o movimento autonomista italiano. É autor e editor de diversos livros, o principal deles sendo “*A topology of Everyday Constellations*” (2013) que discute a relação entre o espaço e a arquitetura com influencia do trabalho de Walter Benjamin.

⁷² Massimo Cacciari, Franco Rella, Manfredo Tafuri e Georges Teyssot foram os organizadores do Seminário *Il Dispositivo Foucault*, que deu origem ao livro homônimo. Os autores são grandes referências da Escola de Arquitetura de Veneza.

Figura 11 - Capas de "*Il Dispositivo Foucault*" (1977) e "*Les machines à guérir*" (1976)



Fonte: Google Imagens (2017d)

O ensaio de Teysot⁷³ (1998 [1980]) é uma demonstração dos espaços heterotópicos pela história da arquitetura, seguindo a irrupção de discursos arquitetônicos em determinados momentos históricos. As heterotopias às quais o arquiteto se refere são ainda aquelas que Foucault menciona em “As palavras e as Coisas” e por isso sua análise parte principalmente do domínio epistemológico, para dele atribuir um sentido topológico que em sua concepção seria “aplicável à classificação dos espaços reais”.

O primeiro exemplo citado por Teysot (1998 [1980]) é o de uma matriz de instituições elaboradas para organizar os espaços de saúde e assistência pública da cidade francesa de Caen, em meados do século XVIII. Por meio de uma “grade espacial” enumeram-se oito espaços diferentes, cada um relativo à uma instituição distinta, que começa pelas *Bon Sauveurs* – espaços onde prisioneiros da nobreza eram mantidos – passando por instituições como o *Hôpital Général* – em que eram acolhidas as crianças indigentes entre 2 e 9 anos de idade, os inválidos, os idosos e

⁷³ Consultamos aqui a tradução em inglês do ensaio original publicado pela revista A + U 121 (1980), uma tradução de David Stewart que foi depois republicada no livro de Michael Hays, “*Architecture Theory Since 1968*” (1998).

parte considerável da população de rua – e *Hôtel-Dieu* – que existem até hoje na França como parte do sistema hospitalar, onde ficavam internados aqueles acometidos por doenças curáveis – até chegar aos espaços dos *Petits-renfermes* – onde ficavam as crianças maiores de 9 anos, órfãs, “bastardas” ou indigentes.

Figura 12 - Grade espacial dos espaços de saúde de Caen

<p><i>Bon Sauveur</i> Local de detenção dos prisioneiros da nobreza ou do rei.</p> <p style="text-align: center;">1</p>	<p><i>Torre Châtimoine</i> Local de detenção dos loucos, prisioneiros e detentos confinados por mandato real.</p> <p style="text-align: center;">2</p>	<p><i>Hôpital Général</i> Local de confinamento das crianças indigentes de famílias legítimas (entre 2 - 9 anos), inválidos, idosos, mendigos, prostitutas, sífilíticos e todos afetados por doenças mentais.</p> <p style="text-align: center;">3</p>	<p><i>Petits Renfermes</i> Local de confinamento das crianças acima de 9 anos, órfãos, indigentes de famílias legítimas ou bastardos.</p> <p style="text-align: center;">4</p>
<p style="text-align: center;">5</p> <p><i>Baillage</i> Prisão Municipal, onde eram mantidos os condenados e acusados em geral.</p>	<p style="text-align: center;">6</p> <p><i>Charite</i> Convento para onde pessoas condenadas por prostituição ou outros crimes delatados pela própria família.</p>	<p style="text-align: center;">7</p> <p><i>Hôtel-Dieu</i> Hospital, onde eram internados os doentes da cidade ou de outros lugares, órfãos, soldados e demais.</p>	<p style="text-align: center;">8</p> <p><i>Extensão do Petits Renfermes</i> Outra instituição para acomodar as crianças acima de 9 anos.</p>

Fonte: Adaptado de Teyssot (1998[1980])

Essa matriz normativa servia para demonstrar que existia uma lacuna entre a lógica médico-institucional do século XVIII e a organização dos serviços de saúde do Estado de bem-estar social moderno. A descontinuidade, que segundo Teyssot sempre recebeu uma ênfase especial nos trabalhos de Foucault, era uma forma de ilustrar o sentido de heterotopias quando aplicada para uma situação histórica real em um determinado tempo e local. As duas principais características de uma heterotopia espacial seriam portanto sua descontinuidade temporal – como uma ruptura dentro de uma ordem de saber específica – e também o aparte de lugares heterogêneos distribuídos dentro de um cenário de “continuidade espacial” (Teyssot, 1998).

Teyssot interpreta o método genealógico de Foucault como uma forma de história que leva em consideração os vários campos do saber, os discursos e as categorias do conhecimento, sem com isso precisar fazer referência à um “assunto que transcenda o campo de ocorrências reais”. Ou seja, uma pesquisa genealógica é menos sobre as origens das coisas e mais sobre entender os modos nos quais surge uma determinada ciência ou um determinado conceito, dentro de um recorte temporal específico. Um exemplo do estudo genealógico de Foucault é dado por Teyssot a partir do conceito moderno de *habitat*, que teria surgido a partir da concepção de “meio”, e passa por Newton e Comte até chegar ao significado que hoje se conhece:

De onde surge o conceito de meio (*milieu* em francês)? Da noção mecanicamente construída de espaço. Newton precisava da noção de um éter em resposta ao problema posado pela definição de um determinado espaço em que forças agiam uma sobre a outra (Descartes, por meio de parêntesis, foi incapaz de conceber a ação da força sem contato entre dois corpos). A enciclopédia afirma, ainda em um sentido puramente mecânico, que a água é o meio no qual os peixes se movem. De acordo com várias traduções do tratado de Hipócrates “*Airs, Waters and Places*” todos os fluidos conhecidos (ar, água, luz) assumem essa característica de substâncias através das quais os efeitos podem ser transmitidos. Auguste Comte, fundador do positivismo, colocou-se dentro dessa tradição mecanicista quando estabeleceu a dialética entre a vida e o meio, que concebeu sob a forma de um problema matemático. "Em um determinado meio, dado um órgão, encontrar a sua função e vice-versa", assim, e ao mesmo tempo, formulando a relação biológica de um organismo com o seu entorno. O valor formativo desses "conceitos" não está apenas dentro de uma determinada ciência; O conceito de meio chegou à noção moderna de *habitat* (nos sentidos biológicos, geográficos e ecológicos) e assim nasceu a preocupação moderna pelo *habitat* como parte do ambiente humano. Um "discurso" que compreende a moradia, a moradia em geral, as medidas de saúde e a densidade. (Teyssot, 1998, p. 302, tradução nossa)

Interessa a Teyssot descobrir as aplicações do método genealógico no campo da arquitetura, ou mais especificamente, responder de que modo ela pode ser considerada dependente do discurso que caracteriza um período específico de tempo e quais são as práticas discursivas da práxis arquitetural. Embora o autor não chegue a realmente responder à tais questões, e se concentre apenas em levantar as várias hipóteses históricas para “reconstruir” o conceito de *habitat* (com todos os seus temas correlatos como a higiene, os padrões de construção, e as funcionalidades), um encaminhamento importante é levantado por ele: a justaposição de abordagens que a arquitetura engloba.

Para o arquiteto a irrupção de um determinado discurso arquitetônico do *habitat* está sempre relacionado à uma de três abordagens distintas: (1) a arquitetura constitui uma prática discursiva bem como uma prática social, técnica e política; (2) a arquitetura é uma forma de produção material que inclui desenhos, planos e modelos e é nesse processo de representação que uma análise epistemológica poderia com mais clareza se basear; (3) arquitetura pertence a um setor de atividade econômica que combina a construção civil com o campo da especulação urbana. A justaposição desses três tratamentos avança em uma heterotopia topológica da arquitetura, como

lugar de sobreposição das três naturezas, e cuja análise possui sempre caminhos distintos a se considerar.

Embora seja um primeiro e importante passo para a expansão das análises heterotópicas, Defert (2013) ainda acredita que o trabalho de Teyssot (1998) faz da heterotopia uma “articulação arquitetural das incongruências do mundo” e se esquece de uma propriedade essencial da interpretação espacial foucaultiana: o espaço é, ele mesmo, um elemento constituinte das relações de saber e poder e não um receptáculo neutro e contínuo de heterotopias. Apesar disso, outras aplicações “mais práticas e menos teóricas” se seguiram desde então. Defert cita como exemplo os ensaios de Soja sobre a cidade de Los Angeles⁷⁴(1995; 1996) e acrescentamos à lista⁷⁵ mais dois trabalhos importantes: as heterotopias da resistência estudadas por Stavrides (2010; 2016) e por fim uma perspectiva diferente do conceito a partir dos próprios vazios urbanos, feitas por Gil Doron e presente no livro de De Caeter e Dehaene (2008)

Soja (1995; 1996) se apropria das heterotopias para reconstruir imagens específicas de tempo-espaço na cidade de Los Angeles, uma abordagem texto-espacial do cenário urbano da cidade que, segundo o autor, é feita por meio de um reequilíbrio entre historicidade e espacialidade. Uma dessas reconstruções (1995) se dá “com uma ajuda extra de Jean Baudrillard”⁷⁶ através dos “locais e visadas”⁷⁷ que compõem a *Citadel* de Los Angeles, um forte urbano localizado bem no centro da cidade, espaço lembrado e celebrado na exibição comemorativa organizada pelos

⁷⁴ O primeiro é o artigo *Heterotopologies* (1995) e segundo o livro “*Thirdspace*” (1996) que estão devidamente citados nas referências bibliográficas.

⁷⁵ A lista de obras, ensaios e artigos de diversas áreas do conhecimento que analisam o espaço urbano sob o viés da heterotopia é imensa. Não é possível conhecer todas e nem é pretensão desse trabalho cobrir as principais delas. Escolhemos aqui os estudos que mais contribuíram para o escopo da pesquisa (a saber, aqueles que tratavam das heterotopias sob o viés da resistência e em relação aos vazios urbanos). Para uma visão ampliada de diferentes estudos heterotópicos indicamos o sítio www.heterotopiastudies.com (acessado em 18 de dezembro de 2016) que enumera um vasto repertório de referências no assunto.

⁷⁶ Jean Baudrillard é um sociólogo e filósofo francês, cujo trabalho está frequentemente associado ao pós-modernismo e mais especificamente ao pós-estruturalismo. Pesquisou principalmente os modos de mediação e de comunicação tecnológica na teoria social, principalmente como os avanços tecnológicos afetam mudanças sociais.

⁷⁷ No original, “*sites and sights*” (Soja, 1995, p. 13), que também pode ser interpretado como “os locais e os pontos turísticos”, considerando nesse caso o interesse histórico na antiga construção.

alunos da Escola de Arquitetura da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) para o bicentenário da Revolução Francesa.

Logo de partida o geógrafo diferencia duas formas a partir das quais podemos olhar para a relação espaço-tempo: a primeira baseada no ‘senso emancipatório’ do poder que a arqueologia e a genealogia conferem à espacialização de *narrativas históricas significativas*; e a segunda focada no ‘senso emancipatório’ que se baseia na cartografia e na heterotopologia do poder, uma espacialização a partir de uma *geografia significativa*. Nesse caso, embora ambas se configurem como perspectivas espaço-temporais, a primeira historiciza a geografia enquanto a segunda espacializa a história (Soja, 1995).

A abordagem heterotópica do autor tem assim o desafio de pensar espacialmente os desdobramentos do tempo, uma tarefa que o mesmo cumpre com a recuperação de diferentes momentos da exibição do bicentenário. A contribuição de Baudrillard nesse sentido se dá pela possibilidade de fazer do próprio exercício da escrita uma descrição da teoria que se quer explicar, assim como o filósofo define que Foucault o faz:

A escrita de Foucault é perfeita, pois o próprio movimento do texto dá um admirável relato do que se propõe: por um lado, uma poderosa espiral geradora que não é mais uma arquitetura despótica senão uma filiação *abismal*, espiral e estrofe sem origem (sem catástrofe também), desdobrando-se cada vez mais ampla e rigorosamente; mas por outro lado, um fluxo intersticial de poder (onde as relações de poder e sedução estão inextricavelmente enredadas). Tudo isso se lê diretamente no discurso de Foucault (que é também um discurso sobre o poder). Ele flui, investe e satura todo o espaço que abre⁷⁸. (Baudrillard, 1987 apud Soja, 1995, p. 13, tradução nossa)

Passando por todos os espaços da galeria, por cada parede recoberta de fotos históricas, por cada um dos filmes exibidos e monumentos construídos, Soja recupera também momentos em que o passado e o presente se entrecruzaram, se congelaram e se anularam. É a partir do espaço da mostra que o geógrafo vai embarcar em diversas heterotopologias da cidade de Los Angeles:

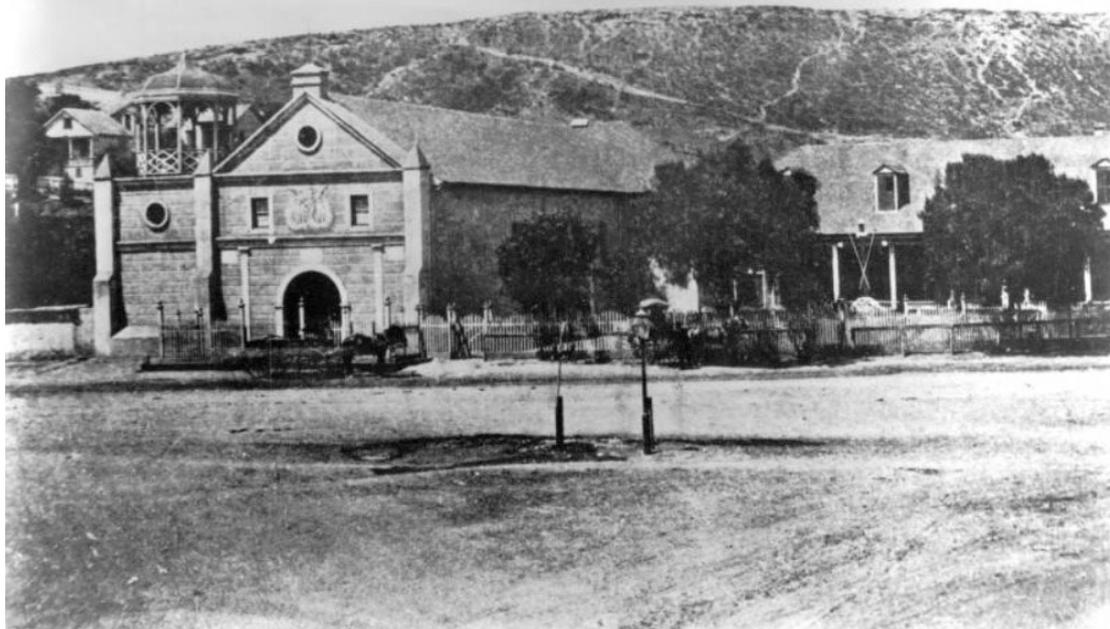
⁷⁸ Baudrillard, J. *Forget Foucault*, Nova York: Semiotext(e), 1987.

Chegamos agora no lugar central da exibição, o centro de todos os centros, movendo-nos um pouco além do monitor de vídeo para a entrada de uma pequena galeria, onde uma *strelitzia* (a flor oficial da cidade) iluminada artificialmente anuncia a Los-Angeles contemporânea. Neste ponto, a narrativa se divide em um conjunto de enredos reveladores em imitação ao labirinto estilhaçado que está posto diante de nós. Cada um conta sua própria história. Elas devem ser lidas simultaneamente, mas, infelizmente, isso não é possível. (Soja, 1995, p.20, tradução nossa)

São lembranças de transformações espaciais e sócio-políticas da Praça da Bastilha; de monumentos bizarros que entrelaçam fortalezas históricas à hotéis pós-modernos; de imagens que remetem ao panóptico e ao sistema prisional de Los Angeles; e em particular a rememoração das camadas do palimpsesto de um sítio local, o El Pueblo, recuperadas a partir da linha do tempo da revolução francesa, entrecruzando momentos históricos e configurações espaciais entre a comuna de Paris, a antiga república Mexicana e a americanização que se seguiu com a chegada dos *yankees*.

A linha do tempo em questão marca momentos históricos da revolução francesa: 1789 - 1830 - 1848 - 1871 - 1889 - 1914 - 1940 - 1968 - 1989, exibidos no sentido contrário (da direita para a esquerda) e conectando Paris à Los Angeles “sincrônica e simbolicamente” no decorrer da história de *El Pueblo de Nuestra Señora la Reina de Los Angeles*, o marco zero da metrópole californiana e atualmente “um parque histórico, monumento estatal e meca turística” (Soja, 1995).

Figura 13 - El Pueblo de Nuestra Señora la Reina de Los Angeles (1870)



Fonte: Google Imagens (2017e)

Figura 14 - Comuna de Paris (1871)



Fonte: Google Imagens (2017f)

O sítio é para o autor a confluência de heterocronias e heterotopologias, profundamente carregado de significações culturais e políticas, onde os nativos pela primeira vez se encontraram com os colonizadores espanhóis e onde parte importante da história americana se passou. A cada momento histórico relevante para a história francófona corresponde uma transformação espacial correspondente em El Paso, como se percebe pela descrição abaixo:

No ano da Comuna de Paris (1871), El Pueblo virou manchete internacional talvez pela primeira vez, quando uma multidão raivosa de 500 freou o movimento de Americanização de Los Angeles através do assassinato de mais de 20 chineses ao longo da *Calle de Los Negros* até chegar ao Plaza. Pouco se lembra desses eventos, já que o sítio de El Pueblo foi depois abandonado em tempo e espaço (...). Em 1889, quando os franceses celebravam o centenário da revolução, a *Calle de los Negros* tinha sido rebatizada de *Los Angeles Street* e o antes decadente El Pueblo foi recriado com o primeiro equipamento municipal oficial do recém-criado Departamento de Parques e Recreação. (Soja, 1995, p. 27, tradução nossa)

Para Soja (1995) em todos os casos citados se encontram as “sementes” para uma desconstrução contextualizada do espaço, que inverte as interpretações modernistas e arriscam novas formas de explorar espaços-outros. Embora Foucault não tenha chegado a realizar tal feito, suas menções às heterotopias demonstram um caminho a ser seguido, delineiam um esboço de um mapa pós-moderno que traz novos significados e novas imagens aos locais e às histórias conhecidas.

Ao final, Soja acredita que embora Baudrillard o tenha auxiliado a investigar os espaços abertos com a exposição do bicentenário, ainda assim não era possível saber a melhor forma de descrever tudo o que viu ou de saber se realmente viu algo. Ele se questiona se é possível um outro jeito de se engajar em uma crítica politicamente embasada da pós-modernidade que seja em si mesma pós-moderna e principalmente reafirma que é preciso sempre se lembrar de Foucault. Para o autor seria preciso recobrar à heterotopologia a possibilidade de criar uma teoria crítica de

resistência. Nesse percalço, a narrativa heterotópica que Stavros Stavrides⁷⁹ (2010; 2016) se empenha em construir pode nos dar algumas pistas.

Stavrides está particularmente interessado em compreender as heterotopias a partir das resistências urbanas, primeiro através dos limiões e fronteiras na experiência da alteridade (2010) depois a partir da produção do comum⁸⁰ (2016). O argumento central do autor se baseia na ideia de que **na criação e no uso social desses espaços, que são sempre vistos como “outros”, existe um potencial de emancipação que precisa ser ativado.** A alteridade, que é normalmente experimentada nos interstícios espaciais e temporais, pode ser encontrada na auto-organização de moradores imigrantes de um determinado complexo residencial, na luta de grupos Zapatistas ou até mesmo nas rebeliões estudantis de Atenas.

O autor define como heterotópicas todas as experiências espaciais que ensaiam um futuro de emancipação social, principalmente aquelas que apontam para práticas potentes de resistência urbana. As heterotopias seriam lugares marcados por “limiões de espaço-tempo” onde as ordens dominantes e o controle de modo geral são questionados. Os limiões tem posição central em sua investigação porque “simbolizam e concretizam o ato socialmente significativo de conectar enquanto separam e de separar enquanto conectam” (Stavrides, 2016, p. 69).

Para testar sua perspectiva, ele analisa a realidade ao seu redor em busca de experiências coletivas que “produzem espaços heterotópicos contidos e extrapolados aos espaços capitalistas dominantes”. Nesses casos, as heterotopias assumem um caráter limiar, sendo presença e ausência em diferentes tempos, existindo tanto como realidades quanto como virtualidades. (Stavrides, 2010)

⁷⁹ Stavros Stavrides é um arquiteto, pesquisador, ativista e professor na Escola de Arquitetura da Universidade Técnica de Atenas, onde leciona disciplinas voltadas para a produção de habitação social e para a experiência do espaço metropolitano. Suas principais produções teóricas incluem “*The symbolic Relation do Space*” (1996); “*Towards the City of Thresholds*”(2010) e o livro mais recente “*Common Space*” (2016)

⁸⁰ Explicaremos com mais detalhes a concepção de produção do comum no capítulo 05 – *Vazios-Heterotopias: fragmentos de espaço-tempo*

Diferente da abordagem de Soja (1996), que conecta espaços e tempos históricos à primeira vista sem nenhuma conexão (numa sobreposição de espaços e tempos incompatíveis assim como caracteriza Foucault), o tratamento dado às heterotopias em Stavrides pode ser considerado detidamente “local”, uma análise de espaços reduzidos em intervalos de tempos prolongados, interessada na prática e nas experiências concebidas do contato com o outro. O arquiteto se foca na justaposição heterotópica como condição de articulação entre poder e espaço e considera as heterotopias não como o lugar da alteridade mas como a passagem para a alteridade, lugares em movimentos nos quais qualquer situação é na verdade um distanciamento de uma ordem prévia sem conhecimento de uma destinação final.

É possível descrever as experimentações sociais produzidas nas heterotopias como essencialmente construtoras dos limiares temporários que levam para o futuro de alteridade. Mas esses limites, estas heterotopias, estão dependentes das inconsistências e das variações da mudança social. Neles, a alteridade radical de emancipação humana é confrontada, aproximada e explorada. Pense na Comuna de Paris de 1871, pense nos assentamentos dos colonos assentados no Chile da Unidade Popular, pense na selva *Lacandona* como uma heterotopia Zapatista, ou, talvez, pense nas ruas de Seattle, Genova ou Atenas no momento de enormes demonstrações dissidentes. Todos eles limiares temporários, todos eles gestos heterotópicos no sentido de uma alteridade emancipadora. (Stavrides, 2010, p. 20, tradução nossa)

Seu mais recente trabalho analisa os espaços comuns de um complexo de habitação social em Atenas, onde práticas de produção do comum são atravessadas por momentos heterotópicos que, segundo o autor, expressam experiências coletivas de alteridade (Stavrides, 2016). O espaço da diferença nesse caso não deve ser visto como o lócus da segregação ou da estigmatização (como na maioria das vezes é interpretado o outro em Foucault) mas sim como a prática de novas e dispersas formas de coletividade urbana. Stavrides acredita que na busca por esses “exercícios urbanos potencialmente emancipatórios” é possível encontrar momentos heterotópicos na história de localidades urbanas específicas.

A localidade em questão é, nesse caso, o Conjunto Habitacional *Alexandras Prosfygika*, um complexo de habitação social construído em Atenas em 1935 para acomodar refugiados de guerra da Ásia Menor. O conjunto, com características tipicamente modernistas, possui apartamentos modestos e modulados em blocos, com grandes áreas vazias entre os prédios, espaços livres sem nenhuma designação de uso.

Esses espaços sofreram transformações significativas ao longo dos anos, passando por períodos de compartilhamento, de uso intenso, de abandono e de degradação.

Figura 15 - Conjunto Habitacional Alexandras Prosfygika em 2003



Fonte: Google Imagens (2017g)

A relação entre o *outro-estrangeiro* em uma *cidade-outra* é examinada pelo autor por meio da análise espacial do próprio complexo e do seu entorno, das relações estabelecidas e interrompidas e dos espaços que emergiram e desapareceram com o tempo:

Os refugiados nem simplesmente aderiram ao seu novo ambiente de habitação, nem escolheram barricar-se num enclave pobre mas aparentemente seguro, destinado a conter uma comunidade urbana cultural e socialmente homogênea. Em suas práticas cotidianas eles desenvolveram relações osmóticas com bairros adjacentes e a cidade e tornaram-se catalisadores da expansão do comum: seus hábitos e sua abertura social influenciaram muitos de seus vizinhos. Em períodos cruciais da história deste complexo, ricos intercâmbios e encontros criaram um mundo compartilhado em expansão. (Stavrides, 2016, p. 66, tradução nossa)

O primeiro momento heterotópico relatado por Stavrides volta ao período da segunda guerra mundial, época em que o território grego estava sob o regime de ocupação alemão, e uma prisão que se localizava bem ao lado do complexo residencial mantinha encarcerados vários presos políticos, principalmente aqueles

ligados aos movimentos de resistência nacional. Stavrides reconta como do terraço de seus apartamentos, residentes tentavam descobrir qualquer informação sobre os detidos, quantos haviam, quais estavam feridos, quais foram executados. Crianças se aproximavam dos muros para recolher mensagens e bilhetes que eram arremessados do outro lado. A relação entre o conjunto e a prisão se intensificava justamente através do limiar entre os dois:

Uma osmose inimaginável entre o espaço da prisão e a área externa do complexo se concretizava por meio de atos que simbolicamente perfuravam o muro que os separava. (Stavrides, 2016, p. 83, tradução nossa)

Esta experiência de solidariedade, que fazia dos resistentes uma parte importante do movimento de resistência, era pro autor um exemplo de um período pontuado por momentos heterotópicos, em que a cooperação entre as partes transformava as relações entre espaços públicos e privados (e em específicos espaços “livres” e espaços de “detenção”) em espaços comuns, espaços em que uma comunidade específica estabelecia uma série de práticas compartilhadas para gerir recursos importantes (informações) em um momento de penúria.

Um outro momento descrito pelo autor remete ao período pós-guerra, e às apropriações dos ‘espaços abertos disformes’ entre as edificações, que recebiam o nome de *alanas*. As *alanas* possuíam um importante papel como espaço público de uso comum, o lugar onde as crianças brincavam, onde os adultos se exercitavam e os adolescentes se rebelavam, locais que estavam em constante processo de transformação por meio dos usos atribuídos e das relações estabelecidas, principalmente em bairros de classe baixa onde o espaço das habitações nunca era suficiente e as pessoas precisavam arquitetar formas informais e criativas de compensar essa falta (Stavrides, 2016).

Alanas eram na verdade espaços de fazer-comum na Atenas do pré-guerra. Pessoas se apropriavam informalmente dos espaços residuais vazios entre os prédios e construções e temporariamente os convertiam em espaços comuns ad hoc. Nenhuma autoridade havia autorizado o uso informal das alanas e esse é o motivo desses espaços muitas vezes parecerem ameaçadoras “terras-de-ninguém” nos mapas cognitivos que a classe média criava para a cidade. (Stavrides, 2016, p. 86, tradução nossa)

A condição de um espaço fora de um regime de propriedade reconhecido (nem público, nem privado) acabou tornando as *alanas* verdadeiras “terra-de-ninguém” e com o decorrer do tempo todos esses espaços livres foram ocupados por carros e transformaram-se em grandes estacionamentos, o resultado de uma postura individual para lidar com um espaço que deveria ser usado em comum. De acordo com o arquiteto:

Os usuários dos estacionamento participavam em uma apropriação individualizada do espaço público e suas práticas de apropriação temporárias do espaço nada mais eram do que atos de arrebatamentos espaciais” que minavam as possibilidades de usos compartilhados e de fazer-comum locais (Stavrides, 2016, p. 87).

As transformações dos usos comuns em usos individuais e também a mudança no perfil dos residentes do conjunto (muitos dos refugiados ao melhorarem de vida se mudavam para bairros melhores, mantendo sempre uma população imigrante e de baixa renda no local) acarretaram em *alanas* completamente degradadas, situação agravada pela falta de manutenção (intencional) por parte da administração municipal, que tinha interesse em desapropriar as famílias e destruir o complexo histórico:

Durante anos recentes os habitantes do complexo foram mais uma vez demonizados como temidos outros. Alteridade foi identificada dessa vez com a pobreza urbana estigmatizada e a marginalização, enfaticamente representadas na imagem dos edifícios abandonados e desertos (...) Hoje a área parece estar completamente abandonada, simbolicamente tanto quanto literalmente ‘fora de ordem’. No coração de Atenas, esse complexo de edifícios representa o tipo de conjunto habitacional degradado que pertence ao passado – para muitos, um passado coletivamente reprimido. (Stavrides, 2016, p. 88, tradução nossa)

O momento heterotópico final é apresentado justamente a partir do movimento que quer resistir à essa degradação e à destruição de *Alexandras Prosfygika*. Na realização de um festival (atividade heterotópica por excelência segundo Foucault) estudantes de arquitetura e ativistas urbanos tentaram sensibilizar a população geral para a importância do complexo e das *alanas* por meio de ocupações temporárias de vários dos apartamentos desocupados e também das áreas de estacionamento com diferentes exposições e performances, gerando mais um vislumbre de heterotopia que trouxe de volta à vida um espaço que por muitos já era dado como morto. O conjunto

pôde mais uma vez ser palco de um fazer-comum, mesmo que temporariamente estabelecido.

Figura 16 - Intervenções heterotópicas no Conjunto Habitacional *Alexandras Prosfygika*



Fonte: Stavrides (2016)

Para Stavrides, o essencial na narrativa heterotópica do *Alexandras* é exatamente compreender que **as heterotopias surgem como momentos pontuais e fragmentados na história dos espaços, e não como uma corrente contínua de eventos que culminam numa heterotopia permanente. Essa observação faz toda diferença quando queremos analisar os espaços contemporâneos a partir de uma teoria relacional. As relações estabelecidas estão em constantes mudanças, transformando e sendo transformadas pelo espaço que as condiciona.** Quando pensamos nos vazios urbanos particularmente, esse conjunto de relações parece ainda mais sujeito à modificações, já que o vazio é o *locus expectante* por natureza, à espera de algo que o preencha.

Um último estudo heterotópico que trazemos aqui trata justamente das heterotopias de vazios urbanos. Na verdade, trata especificamente da heterotopologia dos *wastelands* desperdiçados de Lynch e dos *terrain vagues*, tal como os descreveu Solà-Morales, todos reunidos em um novo conceito de “zonas mortas”. Essa releitura

dos vazios junto às heterotopias foi encaminhado por Gil Doron e faz parte do livro de Lieven De Cauter e Michiel Dehaene⁸¹, “*Heterotopias e a Cidade*” (2008), obra que investiga espaços-outros da nossa cidade contemporânea: museus, shopping centers, condomínios fechados, parques temáticos, mercados de rua e, claro, vazios urbanos. O trabalho reúne uma série de artigos que “fornece um esforço coletivo para reposicionar a heterotopia como um conceito crucial para a teoria urbana contemporânea e redireciona o debate atual da privatização de espaços públicos” (De Cauter; Dehaene, 2008, p. 3)

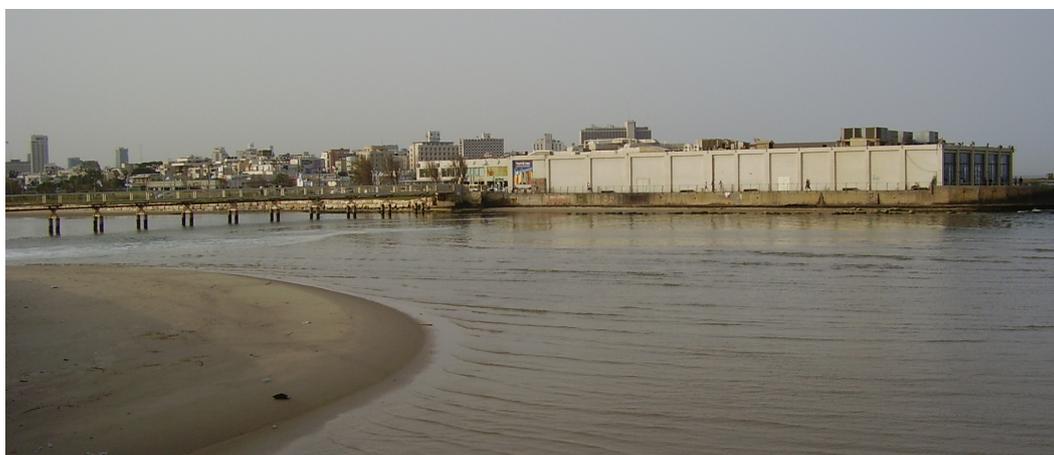
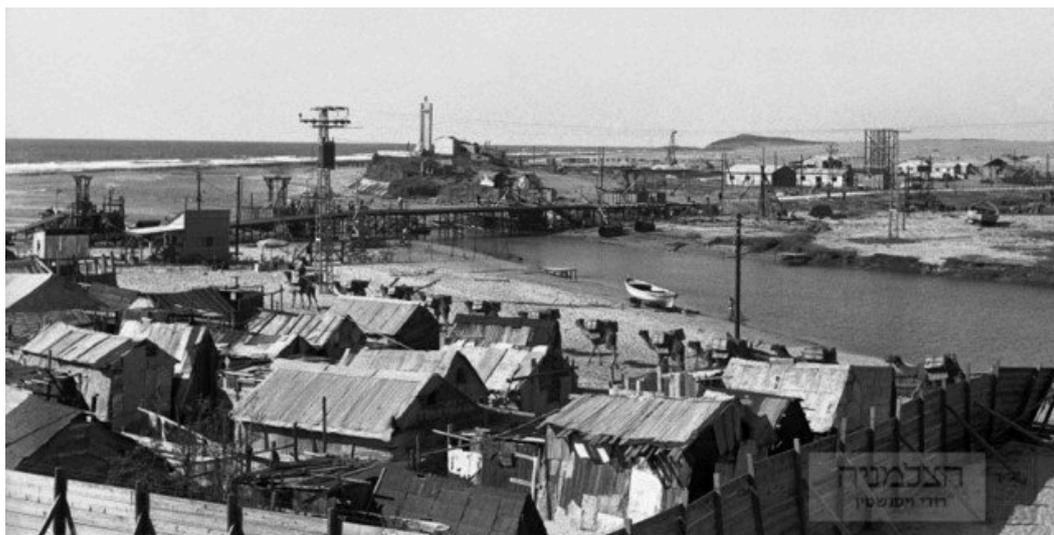
Gil Doron⁸²(2008), trabalha as heterotopias por meio de zonas mortas, mais uma terminologia criada para nomear os vazios urbanos. O nome pretende mostrar a incongruência desses espaços já que “é impensável retratar uma entidade geográfica, uma área, como morta” ao mesmo tempo em que não é possível “zonear” com precisão os espaços mortos da cidade. O termo, emprestado dos jargões dos planejadores urbanos, indica as dificuldades de se teorizar sobre os vazios que não se consegue definir empiricamente. (Doron, 2008)

As heterotopias são analisadas no contexto de um projeto de regeneração urbana proposta para uma área próxima à região central de Tel Aviv, chamada Estuário Ha’Yarkon. Na ocasião de apresentação do projeto, os planejadores insistiam em tratar como ‘zona morta’ uma área que embora degradada, ainda abrigava “usos marginais” e reunia uma série de vestígios arquitetônicos históricos, alguns poucos residentes de uma antiga vila de pescadores palestinos, ruínas de um pequeno forte da era romana e estruturas dilapidadas de galpões portuários da década de 1930.

⁸¹ Lieven de Cauter é um pesquisador belgo, professor de arquitetura e planejamento urbano da Universidade KU Leuven, e sua área de atuação é a filosofia e a história da arte. Michiel Dehaene é professor de urbanismo da Universidade de Eindhoven, e seu trabalho foca na epistemologia do urbanismo, e na relação entre modos formais e informais de desenvolvimento. Juntos, editaram um livro sobre “Heterotopia e a Cidade” (2008) que reúne artigos de vários autores sobre o tema.

⁸² Gil Doron é um arquiteto e escritor britânico, professor da Universidade de Brighton e da *London Metropolitan University*. É um dos fundadores do grupo *Transgressive Architecture*, uma espécie de “*think-tank*” que procura avaliar o papel do design no espaço público a partir das ideias de transgressão de Michel Foucault associadas às ideias de nomadismo deleuze-guattarianas, promovendo ações baseadas na temporalidade, testando e rompendo limites e se autodenominando “nômades urbanos” que “não produzem nem delimitam o espaço, apenas o desterritorializa”.

Figura 17 - Vila de Pescadores em Ha'Yarkon - A evolução do 'vazio'



Fonte: Adaptado de Doron (2008)

A insistência em tratar como morta uma área que ainda contém vários usos é relatada pelo autor como fato recorrente na história do desenvolvimento urbano de Tel Aviv (como também de várias outras cidades como Nova York, Amsterdam e Berlin) e remete à uma outra faceta de um processo de colonização que repetidamente desconsidera o outro em ideais de progresso e desenvolvimento:

O tratamento dessa área como uma tábula rasa – como uma forma de estimular a sua reconversão fácil e tranquilamente – relembra a descrição da área atual de Tel Aviv como um deserto e a percepção da Palestina como um lugar selvagem pelo movimento Sionista como forma de estimular sua colonização na virada dos séculos XIX e XX (...) A representação dos espaços pré-colonizados como um vazio não é única ao caso sionista, ao contrário, é a regra e estratégia de toda colonização (Doron, 2008, p. 205)

A relação entre as zonas mortas e as heterotopias é descrita pelo autor figurativamente como uma disputa (zonas mortas *versus* heterotopias) com poucos pontos de encontro e muitas discordâncias entre os princípios heterotópicos e os espaços vagos. Segundo Doron (2008) o único ponto em comum entre os dois é a sua existência em todas as civilizações. Para todas as outras características, os vazios se posicionam mais como espaços de contraposição aos espaços heterotópicos, de forma a compensar aquilo que falta neles.

Se para o autor os espaços heterotópicos são fechados e excludentes, os vazios ao contrário são espaços sintomaticamente abertos; se as heterotopias podem justapor espaços vários e dentre eles justapor também zonas mortas, essas zonas, por outro lado, não podem comportar espaços heterotópicos; enquanto as heterotopias podem ser transformadas, destruídas ou reconstituídas por cada sociedade ao longo da história, a zona morta inversamente seria a mesma desde o início dos tempos.

A relação entre vazios e heterotopias de Doron (2008) é oposta à que se pretende fazer aqui. Como anunciado anteriormente, o conceito é decididamente aberto e sujeito à interpretações diversas. No caso do arquiteto, a grande diferença não está no modo como as heterotopias são compreendidas mas sim no modo como as “zonas mortas” são tratadas. Não há potencia e nem efemeridade nesses vazios, eles “são” e não “estão”. No exercício de descrição dos mesmos há apenas a resignação da marginalidade e da colonização e é por isso que eles se colocam então tão destoantes das características heterotópicas. **Aqui ao contrário, deseja-se pensar o vazio**

também a partir do que ele tem de positivo e de expectante, e por isso as características heterotópicas são analisadas em proximidade.

Defert acredita que aquela primeira *recepção* ao conceito feita por Teysot e pelos arquitetos da Escola de Veneza – e a ela acrescentam-se também as apropriações posteriores feitas pelos teóricos aqui citados – só podem demonstrar a ambiguidade da própria ideia de recepção:

Não se trata de uma compreensão exata nem de uma real instrumentalização, mas de uma reimplantação polissêmica e polêmica em uma rede de debates políticos, por um lado e de questionamentos epistemológicos, por outro (Defert, 2013, p. 50).

A tentativa de aplicação prática de qualquer conceito é sempre uma tarefa arriscada e repleta de limitações. É reconhecendo esses limites e apostando nas possibilidade das heterotopias que lançamos na próxima seção o conceito de um vazio-heterotopia. Tentaremos demonstrar no capítulo 4 – *Vazios-Heterotopias, fragmentos de espaço-tempo* – mais uma “reimplantação polissêmica e polêmica” dos princípios heterotopológicos, para mostrar como os vazios podem ser também espaços-outros.

4.3. VAZIO-HETEROTOPIA

A aproximação entre os vazios urbanos e as heterotopias foucaultianas parte de uma *experimentação positiva*, um ensaio analítico sob o viés da potência existente nos espaços que escapam às normalidades impostas e sobressaem à uniformidade e ao “reconhecido culturalmente”. As definições de um vazio-heterotopia não sugere uma continuação ou uma equivalência aos espaços-outros que o autor utiliza como exemplos no seu texto, muitos deles – embora não todos – embutidos da ideia de controle e de mudança de condutas. Diversamente, está apoiada nos princípios que o autor enumera como constituintes desses contra-espços.

Foucault define as heterotopias como espaços produzidos e reproduzidos a partir de relações de poder localizadas. Elas são inversas às utopias, porque não são imaginários inalcançáveis ou não-lugares mas, ao contrário, lugares concretos, utopias realizadas fora de todos os lugares e ainda assim localizáveis, são outros-lugares. Uma heterotopia é um local real que se destaca do espaço conhecido. É parte sobressalente de um cotidiano conquanto se manifeste de formas diferentes e em locais e tempos diferentes, sendo capaz de sobrepor, no mesmo lugar, funções contraditórias (Foucault, 1984; 2013).

Com alusões enigmáticas mais do que afirmações assertivas, e com duas versões ligeiramente diferentes, seu texto é interpretado tanto como uma observação daquilo que se insurge quanto do que implica a disciplina. Como dito anteriormente, os exemplos usados por Foucault são múltiplos e demonstram as formas variadas que uma heterotopia pode assumir: zoológicos, bibliotecas, cemitérios, hospitais psiquiátricos, jardins, os espaços de varandas que nas casas antigas abrigavam os forasteiros e até o navio.

Alguns autores críticos ao conceito⁸³ questionam se com tantos tipos de espaços distintos e com caráter tão relacional, não seria de se esperar que toda e

⁸³ Ver Genocchio, B. (1995) ‘*Discourse, Discontinuity, Difference: the Question of Other Spaces*’ in S. Watson and K. Gibson (eds.), *Postmodern Cities and Spaces*, Oxford: Blackwell, 35-46 e também Saldanha, A. (2008) ‘*Heterotopia and structuralism*’, *Environment and Planning A*, 40: 2080- 2096.

qualquer localidade pudesse ser descrita como um exemplo de heterotopia. As heterotopias contudo não são todos os lugares, são espaços singulares de cada tempo e civilização (Soja, 1996). O que se deve perguntar então é o que define a singularidade do urbano contemporâneo? Não há uma resposta única à essa questão, mas algumas delas serão discutidas nesse capítulo.

A relação entre as heterotopias e os vazios já está delineada pelo próprio Foucault na ocorrência dos festivais, lugares heterotópicos ligados ao “tempo no que ele tem de mais fútil, de mais passageiro, de mais precário, o tempo no modo da festa” (Foucault, 1984, p. 47, tradução nossa). Os grandes terrenos utilizados para feiras e exposição temporárias são exemplos de heterotopias *crônicas*, locais que se mantêm vazios por grande parte do tempo, recebendo toda sua potência de uso e de local de encontro duas ou mais vezes ao ano.

Mas para assumir uma categoria de vazios-heterotopias, e compreender os vazios que possuem “a curiosa propriedade de estar em relação a todos os outros locais, mas de uma forma tal que suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontram por eles designadas, refletidas ou reflexionadas” (Foucault, 1984, p.47, tradução nossa) é preciso, mais do que procurar por equivalências nos espaços citados por Foucault, entender como o filósofo descreveu por completo o espaço heterotópico, e a partir dos seis princípios descritos, imaginar esse novo conjunto de outros-lugares.

Como primeiro princípio define-se que **(1) toda civilização constitui suas próprias heterotopias**, nas mais variadas formas. Não existe uma heterotopia universal que tenha permanecido constante e não há também sociedade que não as constitua. Essas heterotopias, de acordo com suas funções, podem ser elementos determinantes para a identidade de uma sociedade, tendo Foucault usado como exemplo as **heterotopias da crise**, privilegiadas pela sociedades identificadas como primitivas, e as **heterotopias do desvio**, características da sociedade moderna.

A crise, de acordo com os exemplos citados, está ligada aos processos biológicos do homem, espaços privilegiados, sagrados ou proibidos por onde homens, mulheres ou crianças passam, lugares que marcam os ritos de passagem próprios do corpo humano (como a menstruação, a puberdade, a núpcia, a gravidez, etc.). Mas

essas heterotopias biológicas estão cada vez mais desaparecendo e no lugar delas temos um crescente número de heterotopias de desvio, lugares à margem da sociedade para onde são enviados os indivíduos de comportamentos desviantes (definidos segundo uma normal social). É interessante que Foucault já reconheça que os desvios modernos têm suas particularidades. É assim que ele identifica, por exemplo, os asilos como heterotopias de desvio já que a improdutividade é uma característica desviante da nossa sociedade moderna capitalista (Foucault, 2013)

Além do desvio da velhice (que também é biológico), outros comportamentos desviantes inserem os indivíduos em espaços heterotópicos. É o caso das prisões e das clínicas psiquiátricas, que o filósofo cita apenas de passagem no texto, mas que serão espaços extensivamente estudados por ele posteriormente. Esses são casos específicos de heterotopias de disciplina e de controle. Um traço comum a essas duas formas de heterotopias – crise e desvio – é que ambas se definem pelo ato de separar e isolar o outro. Enquanto no primeiro caso a separação é vista como um momento importante para o indivíduo e para a sociedade no qual se insere, no segundo caso não é mais sobre marcar um estágio na vida, mas sobre separar uma vida fora dos padrões.

Sobre a relação entre o primeiro princípio heterotópico e os vazios, **é de fácil apreensão que cada sociedade constitua o seu próprio vazio urbano, como vimos, por exemplo, nas diversas concepções do vazios no decorrer de diferentes ‘tempos arquitetônicos’** na cidade pós-industrial, na cidade moderna, etc. Mas em que medida é possível analisar esses espaços como heterotopias de crise e de desvio? Traçando um paralelo com a produção do espaço urbano, é plausível também analisá-los como um desencaminho da cidade “normal”, cotidiana?

Um vazio-heterotopia pode ser um espaço de crise e desvio por força da funcionalidade que lhe falta ou da estética que evidencia suas ausências. Ao imaginar, por exemplo, a cidade como um ecossistema urbano, analogia empregada por muitos teóricos do planejamento, o vazio pode representar um tecido morto ou retomando o significado original da heterotopia na biologia um “deslocamento de um tecido normal que não chega a influenciar o funcionamento geral do organismo” (Sohn, 2008). O que se desloca no vazio é por vezes o seu uso que deixa de existir, sua qualidade espacial que é perdida e até mesmo seus usuários, que deixam para trás um espaço desviado da regularidade.

O isolamento do vazio é outra característica relevante, e ele não precisa necessariamente significar uma reclusão espacial. Como espaços em que a separação ocorre de maneira a revelar ‘um momento crucial na vida das cidades’ (heterotopias de crise) temos os próprios vazios da modernidade, elementos idealizados para acolher a vida social moderna, mas que ao final foram se tornando áreas desertas e isoladas entre grandes blocos de edificações. Como espaços que são excluídos por fugirem dos padrões (heterotopias do desvio) temos o exemplo das edificações históricas abandonadas, desvios espaciais porque foram congeladas em um tempo outro e não podem nem se adaptar e nem se transformar para as necessidades da cidade contemporânea.

Todos esses desvios e crises contudo, não são necessariamente constantes ou definitivos, podem desaparecer ou reaparecer dispostos de outras maneiras. Esse é o cerne do segundo princípio da heterotopia segundo Foucault, já que **(2) “no curso de sua história, toda sociedade pode perfeitamente diluir e fazer desaparecer uma heterotopia que constituía outrora, ou então, organizar uma que não existisse ainda”** (Foucault, 2013, p. 22). Como exemplo para essa segunda propriedade o filósofo fala das casas de prostituição e dos cemitérios. As primeiras como exemplos de espaços heterotópicos que foram propositalmente diluídos e apagados da sociedade europeia ao longo dos anos, os segundos como heterotopias que ganharam e perderam força e importância com o passar do tempo. Sobre os cemitérios, Foucault descreve seu prestígio social por meio de suas localizações:

Até o século XVIII, ele ficava no centro da cidade, disposto lá no meio, bem ao lado da igreja; na verdade, não se lhe atribuía nenhum valor solene. À exceção de alguns indivíduos o destino comum dos cadáveres era muito simplesmente serem jogados na vala, sem respeito ao despojo individual. Ora, é curioso que no mesmo momento em que nossa civilização tornou-se ateia, ou ao menos, mais ateia, isto é, no final do século XVIII, começou-se a individualizar os esqueletos. Cada qual passou a ter direito a seu caixão e à sua pequena decomposição pessoais. Por outro lado, todos esses esqueletos, todos esses caixões, todos esses sepulcros, todas essas tumbas, todos esses cemitérios foram postos à parte, fora da cidade, no seu limite, como se se tratasse ao mesmo tempo de um centro e um lugar de infecção e, em certo sentido, contágio da morte. (Foucault, 2013, p. 23)

Quanto aos vazios, muito se pode discutir acerca de sua circunscrição, seu aparecimento e seu desaparecimento no tecido da cidade. A localização de um vazio

urbano tem sempre um duplo significado: o de uma posição geográfica e o de uma posição “socialmente construída” ou uma posição “*discursiva*” se quisermos nos ater a um vocabulário foucaultiano. Sobre sua posição no discurso, nos referimos mais uma vez à definição do que é o urbano no mundo contemporâneo, uma argumentação já empreendida no primeiro capítulo. Sobre sua localização geográfica, bem como acontece com os cemitérios, o local em que os vazios se encontram diz muito sobre seu prestígio social.

A percepção e o valor atribuído ao vazio localizado numa região central ou numa área densamente ocupada é diferente da percepção do vazio de espaços periféricos. Obviamente, o destaque que esses espaços vagos recebem em um grande centro urbano é em partes fruto de um contraste entre construção e lote vago, ou entre espaço usado e espaço abandonado. Essa divergência é que o gera, de acordo com Solà-Morales (1995) o *estranhamento*, que vem acompanhado de incertezas e instabilidades, mas também carregado de potência. O destaque dos vazios centrais também ajuda a entendê-los como espaços de disputas, sejam elas políticas, econômicas ou de quaisquer outras ordens. Já em áreas periféricas ou em espaços pouco adensados, os vazios parecem mais propensos a se diluírem sem que lhes seja atribuído “nenhum valor solene”. Essa hierarquia é discutida por Foucault com mais detalhe no texto revisado de 1984:

Até o final do século XVIII, o cemitério era localizado no coração da cidade, ao lado da igreja. Nele havia uma hierarquia de possíveis sepulturas. Havia o jazigo coletivo onde os corpos perdiam seus últimos traços de individualidade, haviam alguns poucos túmulos individuais e então haviam os sepulcros dentro da igreja. Esses últimos eram eles mesmos de dois tipos, ou simplesmente lápides com uma inscrição ou mausoléus com estátuas. Esse cemitério alocado dentro do espaço sagrado da igreja tomou uma forma bem variada nas civilizações modernas, e curiosamente, é no período em que a civilização se torna atea, como se pode dizer grosseiramente, que a cultura ocidental estabelece o que é cunhado como culto aos mortos (Foucault, 1984, p. 47, tradução nossa)

A localização geográfica também influencia na necessidade da sociedade em manter esses vazios-heterotopias ou se desfazer deles e isso se relaciona diretamente à função que esses espaços cumprem na cidade, que por sua vez está ligada ao entendimento do conjunto de funções que se atribuem ao espaço urbano como um todo. É necessário apreender quais as vantagens e desvantagens atribuídas em

produzir novos vazios ou extingui-los completamente. Segundo Ana Fani Carlos⁸⁴ (2015) existe uma ruptura no papel das cidades e no seu modo de produção com o estabelecimento do sistema capitalista. Se antes a cidade existia “para atender às necessidades humanas básicas”⁸⁵, na ascensão de um novo modo de produção o seu papel se transforma. A cidade se torna não só meio, mas produto da reprodução social, e o urbano é *locus* condicionante dessa produção.

Nessa mudança de funções, o espaço se transforma em mercadoria e sua produção materializa e é dependente de uma estrutura – de transporte, de moradia e de local de trabalho – que garanta sua manutenção e igualmente sua expansão (Carlos, 2015). Da mesma forma as cidades se transformam à medida em que o capitalismo avança em direção ao neoliberalismo, e em sua nova escala metropolitana, conformam novos desafios e refletem outros problemas dessa produção urbana, concentrados no espaço da metrópole.

Os vazios-heterotopias abrigam formas, conteúdos, funções e usuários distintos. É preciso considerar que esses espaços se alternam entre funções de um espaço-mercadoria, constituído por lógicas cada vez mais neoliberais mas também de um espaço-resistência, configurados a partir dos movimentos sociais e da sociedade civil em diversas outras formas.

Assim sob diferentes perspectivas, diferentes agentes se preocupam em manter ou destruir vazios-heterotopias específicos. De maneira simplificada, poderíamos afirmar que interessa ao mercado e ao Estado a manutenção de vazios-heterotopias que se configuram na lógica do espaço-mercadoria, espaços que atendem à especulação ou à concentração de riquezas (materiais e simbólicas). Do mesmo jeito, interessa ao movimentos sociais destruir esses vazios-heterotopias de mercancias com

⁸⁴ Ana Fani Alessandri Carlos é geógrafa, professora e pesquisadora do campo da geografia crítica na Universidade de São Paulo. Seu trabalho é fortemente influenciado pela obra de Henri Lefebvre e tem ênfase nas transformações socioespaciais a partir das dinâmicas do capital, principalmente no estudo das metrópoles.

⁸⁵ Concepção de cidades de acordo com Lewis Mumford, historiador, sociólogo e crítico literário Americano, particularmente conhecido por seus estudos sobre a cidade e a arquitetura urbana. Entre os trabalhos mais conhecidos, estão “Técnicas e Civilização” (1934, tradução nossa), “A cultura das cidades” (1938, tradução nossa) e “A Cidade na História”(1961).

a construção de outros espaços heterotópicos, para atender às necessidades de um espaço-resistência.

A questão é que em vários momentos esses espaços não se encontram separados, mas sim justapostos em um só lugar, o que também contribui para o estranhamento que atribuímos à eles. Os vazios-heterotopias são muitas vezes espaços que se deseja manter e ao mesmo tempo destruir. Essa discussão já faz referência a dois outros preceitos heterotópicos, que podem ser analisados conjuntamente.

O terceiro e o quarto princípios da heterotopia são provavelmente os que possuem mais margem para reinterpretações mas são também os mais importantes porque tratam diretamente da relação entre espaço e tempo. Esses princípios definem que uma heterotopia pode **(3) justapor em um só lugar real espaços incompatíveis e (4) se relacionar com tempos diferentes – heterocronias – entre o instante e a eternidade.** Foi porque Foucault (2013) considerou o terceiro deles como uma espécie de “regra geral” que nos perguntamos acima se os vazios heterotópicos não seriam sempre espaços que se deseja conservar e simultaneamente extinguir.

Os poucos exemplos que o filósofo traz para ilustrar a sobreposição espacial de lugares conflitantes não parecem figurar um conflito entre ações opostas, mas sim entre ideias antagônicas. Foucault cita rapidamente o teatro e o cinema como espaços em que uma série de lugares “estrangeiros” se encontram. No caso do teatro a disjunção se expressa no palco retangular onde uma série de ambientes estranhos são encenados, já para o cinema, a heterotopia se perfaz no espaço da tela bidimensional que projeta dentro dela um novo espaço de três dimensões.

Um outro espaço heterotópico de justaposição seria o jardim, considerado “o mais antigo exemplo de heterotopias que tomam a forma de lugares contraditórios” (Foucault, 1984). A descrição dos jardins persas nos ajuda a entender o que o filósofo quer dizer quando afirma isso:

Não devemos nos esquecer que no Oriente o jardim, uma incrível criação que tem agora milhares de anos, tinha significados muito profundos e aparentemente sobrepostos. O tradicional jardim dos Persas era um espaço sagrado que deveria juntar dentro de seu retângulo quatro partes representando as quatro partes do mundo, com um espaço ainda mais sagrado do que os outros, que era uma espécie de umbílico; o umbigo do mundo em seu centro (o chafariz e

sua base se encontravam aí); e toda a vegetação do jardim devia se juntar nesse espaço, nessa espécie de microcosmos. (Foucault, 1984, p. 47, tradução nossa)

Junto aos jardins estariam também os tapetes, que para Foucault eram reproduções do primeiro “onde o mundo inteiro vem consumir sua perfeição simbólica” (2013). Enquanto os jardins seriam a menor parcela do mundo representando sua totalidade, o tapete seria a mesma versão móvel pelo espaço. A partir desses exemplos é possível refletir sobre o vazio-heterotopia como uma camada de espaços irreconciliáveis que coexistem, entendendo que a própria ideia de incompatibilidade é mutável, e implica em diferentes temporalidades ou heterocronias. Sobre elas, Foucault dá poucas explicações além de afirmar que são “recortes singulares do tempo” aos quais as heterotopias se ligam (2013) ou “fatias no tempo” para as quais as heterotopias se abrem.

O filósofo afirma que a heterotopia começaria a funcionar em sua “capacidade total” quando os homens chegassem numa espécie de ruptura absoluta com o tempo tradicional. Esses novos tempos humanos da heterotopia – descontinuidades temporais segundo Foucault – estão vinculados a três momentos: quando o tempo não escoar mais e a vida se perde e se dissolve permanentemente; quando o tempo se acumula ao infinito e mantém a vida eternamente preservada; e quando o tempo se encontra no seu modo mais fluido, e transitório, em que a vida é festejada.

O primeiro desses três tempos está relacionado com a morte, e sua heterotopia é mais uma vez o cemitério, que para o homem significa o começo de uma estranha heterocronia em que a vida é substituída por uma quase-eternidade na qual não cessa de se dissolver e desaparecer (Foucault, 1984). Semelhante ao cemitério nesse aspecto, embora completamente diferente em vários outros, está a nossa relação com a internet, espaço cibernético-heterotópico em que nos situamos de maneira tão eterna mas ao mesmo tempo tão efêmera⁸⁶.

⁸⁶ Sobre as relações entre heterotopia e os espaços cibernéticos ver Young (1998)

O segundo tempo, da acumulação, é o tempo no modo da eternidade, e as heterotopias que melhor o representam são os museus e as bibliotecas, onde todos os tempos, todas as épocas e todos os saberes são preservados. Para Foucault, esses são os espaços heterotópicos próprios da nossa cultura moderna, numa busca eterna por acumular. Há também uma relação entre esses espaços e outros que o filósofo classifica como utopias de eternidade (2013) ilustrados como os lugares mais remotos onde o tempo da modernidade parece ainda não ter chegado. É o caso, por exemplo, da vida em Djerba, uma ilha no sul da Tunísia onde Foucault viveu por algum tempo e onde os “homens são convidados a reatar com a mais antiga tradição da humanidade”. Essas utopias de eternidade são próximas das heterotopias da eternidade mas “ao mesmo tempo, são a negação (...), pois não se trata mais, através delas, de acumular o tempo mas, ao contrário, de apagá-lo e volver à nudez e à inocência do primeiro pecado” (Foucault, 2013, p. 24).

O terceiro e último momento, é o tempo das efemeridades, que o filósofo também chama de heterotopias crônicas, que possuem a relação mais explícita com os vazios. Para Foucault, se incluem nessa última categoria as colônias de férias; as festas de todas as noites nas casas de tolerância (heterotopias que não existem mais), mas também os espaços efêmeros da transformação, como os colégios internos “que deviam fazer de crianças, adultos, de camponeses, cidadãos, e de ingênuos, espertos” e as prisões (esses são dois exemplos que ele abandona na versão revisada do artigo). Mas principalmente, as heterotopias crônicas são os espaços dos festivais:

As feiras, estes maravilhosos sítios vazios à margem das cidades, por vezes mesmo no centro delas, e que se povoam uma ou duas vezes por ano com barracas, exposições, objetos heteróclitos, lutadores, mulheres-serpentes e profetistas da boa fortuna. (Foucault, 2013, p.25)

A conexão entre essas características heterotópicas e o vazio-heterotopia é inteligível e a partir dela é possível imaginar um vazio heterotópico como espaço de resistência, quando um prédio abandonado é ocupado ou quando um terreno vazio passa a ser apropriado para usos efêmeros. Há uma incompatibilidade na própria natureza da vacuidade, que a partir da ação de uma ocupação se transforma, mas não deixa de existir por completo (justaposição entre espaços vazios e ocupados). É possível usar como exemplo as ocupações urbanas por moradia, normalmente um

vazio-urbano ocupado por centenas de família, que assume todas as características de um bairro qualquer da cidade sem nunca deixar de ser tratado como espaço vago pelo poder público, que ainda espera poder implantar seu próprio projeto de bairro em uma tábula-rasa inexistente (como é o caso em áreas de interesse imobiliário) ou voltar simplesmente manter o espaço vazio como ele existia antes (em situações de preservação ambiental).

Há também uma multiplicidade de tempos que se estendem ou se encurtam em todos os espaços vazios da cidade. Para tempos acumulados existem os vazios-heterotopias dos lotes vagos que por anos permanecem desocupados, não como um desvio, mas como um padrão, cumprindo sua função que normalmente é especulativa. O mesmo se aplica aos museus, e mais especificamente aos edifícios históricos transformados em ‘memórias de nada’. É uma ocorrência comum: na impossibilidade de se propor novos usos à edificações tombadas, para que as mesmas não permaneçam vazias, são frequentemente transformadas em museus ou espaços culturais de escassa expressão. Ganham um novo uso mas continuam vazias porque pouco ou nenhum “uso real” se faz delas⁸⁷.

Por fim, existem os tempos efêmeros que transformam os vazios dos espaços públicos em vazios-heterotopias, no ato provisório de uma ocupação, nos momentos de encontro das festas de rua, dos protestos e dos carnavais. É o espaço heterotópico no que ele tem de mais insurgente, embora seja importante frisar que nem toda ação insurgente acontece necessariamente no espaço⁸⁸ e que nem todo espaço público é necessariamente um vazio urbano. Quanto à insurgência, ela é definida por Marcelo Lopes de Souza⁸⁹ (2010) como uma prática social que concerne uma ação direta, e

⁸⁷ Mas ao mesmo tempo é possível argumentar que o seu uso está mais ligado à preservação de uma memória coletiva do que à uma utilização cotidiana do espaço. Nesse caso, os edifícios históricos são quase como “bibliotecas” vividas, imagens e referências da paisagem urbana.

⁸⁸ Sobre as práticas sociais no espaço, Marcelo Lopes de Souza comenta: “as práticas sociais não são, necessariamente, forte ou diretamente espaciais (ou espacializadas), ainda que o espaço seja, obviamente, sempre um ingrediente básico da sociedade concreta, uma vez que ele é uma condição primária para a sociedade e a própria vida” (Souza, 2010, p. 30)

⁸⁹ Marcelo Lopes de Souza é um geógrafo e pesquisador brasileiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, referência nos trabalhos sobre desenvolvimento sócio-espacial e movimentos

quando vem atrelada de um forte caráter espacial, normalmente prefigura ações de controle e ocupação do espaço:

Em termos mais específico, contudo, o poder não é exercido apenas no espaço (o que é irrimavelmente óbvio), mas também através do espaço e por meio do espaço – isto é, por meio das formas do substrato espacial material (formas espaciais), das configurações territoriais e das imagens de “lugar”. No que diz respeito à resistência (contrapoder, insurgência), esta é muito frequentemente exercida mediante processos de territorialização – ou seja, mediante o controle e a ocupação do espaço. (Souza, 2010, p. 31)

Sobre as diferenças entre um espaço público e um vazio-heterotopia, sob o risco de soar extremadamente funcionalista, pode-se afirmar que o espaço público só se torna um vazio quando não exerce função nenhuma, nem de lazer, nem de descanso, nem como espaço de contemplação ou de proteção ambiental. Essas funcionalidade é, indiscutivelmente, sujeita a diversas interpretações.

Possivelmente outro bom critério para diferenciar vazios-heterotopias e espaços públicos possa ser exatamente a potência latente do espaço (ou a propensão de cada lugar) para a ocupação. Em outras palavras, a perenidade de algumas ocupações em determinados espaços pode ser um indicativo de heterotopia, como se os vazios pudessem porventura ser ocupados de maneiras mais resistentes e prolongadas do que os espaços públicos em eventos de manifestação. Essa hipótese contudo, precisaria ser desenvolvida com mais detalhes, já que pode ser justamente na força do uso cotidiano daquele espaço público que se encontra sua maior potência insurgente (quando por exemplo um protesto bloqueia uma avenida movimentada, ou quando se ocupam espaços simbólicos como as câmaras de vereadores ou os prédios das administrações municipais). A questão nesse caso, poderia ser colocada de uma outra maneira: toda ação espacial insurgente, é heterotópica?

Essa pergunta é o que nos conduz de volta ao texto de Foucault e para as duas últimas heterotopologias apresentadas. O autor circunscreve, nos quinto e sexto⁹⁰ princípios da heterotopia, dois aspectos diferentes do que podemos chamar de “dualidades justapostas” que relacionam os espaços heterotópicos aos espaços “não-heterotópicos”. Um desses preceitos diz respeito à **(5) a existência nas heterotopias de um sistema de aberturas e fechamentos e o outro descreve (6) a divisão entre dois funcionamentos heterotópicos que são relacionais a todos os outros espaços “de fora”: a função da ilusão e a função da compensação.**

O espaço heterotópico para Foucault não permite necessariamente o livre acesso como acontece com os espaços públicos, e portanto as heterotopias sempre possuem um sistema de abertura e de fechamento que ao mesmo tempo “as isola e as torna penetráveis”. Em sistemas fechados a entrada só ocorre de maneira compulsória, como é o caso das prisões e dos quartéis gerais, ou por intermédio de ritos de purificação, como acontecem nos banhos turcos (que requerem purificação meio-religiosa e meio-higiênica) e nas saunas escandinavas (de purificação somente higiênica). A obstrução das entradas nesse caso, está ligada à necessidade de permissão de acesso, que só é garantida mediante certos gestos.

Outras heterotopias, no entanto, apresentam sistemas acessíveis e “constituem pura e simples abertura” embora ainda assim possuam traços curiosos de exclusão (Foucault, 1987). O filósofo dá como exemplo os antigos casarões brasileiros do século XVIII, que possuíam logo na entrada um quarto destinado à receber viajantes e tropeiros, de forma que os visitantes ficassem dentro, mas ao mesmo tempo completamente fora do espaço da casa:

... havia sempre, disposto ao lado da porta de entrada, mas antes da porta de entrada, um pequeno aposento diretamente aberto ao mundo exterior e que era destinado aos visitantes de passagem; ou seja, qualquer um, a qualquer hora do dia ou da noite, podia entrar nesse aposento, podia lá descansar, podia fazer o que quisesse, podia partir

⁹⁰ Como já explicamos no início do capítulo, o sexto princípio só aparece na versão editada do texto, de 1984, embora partes do sexto princípio (ilusão e compensação) já fossem comentadas dentro do quinto princípio original (2013 [1966]). É possível que Foucault os tenha separado no texto revisado para deixar o texto mais fluido e compreensível.

no dia seguinte pela manhã sem ser visto nem reconhecido por ninguém; porém, na medida em que esse aposento não se abria, de modo algum, para a própria casa, o indivíduo ali recebido jamais podia penetrar no interior da própria moradia familiar. Este aposento era uma espécie de heterotopia inteiramente exterior. (Foucault, 2013, p.27)

É possível reinterpretar por meio do quinto princípio, as noções de vazios entre espaços públicos e privados, dos locais de transição e da ideia de acessibilidade que é ao mesmo tempo concedida e negada em tantas instâncias. É o vazio aberto dos espaços residuais sem nenhum controle e também os vazios fechados dos edifícios abandonados cercados por tapumes, que funcionam sob um sistema que ao mesmo tempo os tornam próximos e distantes.

Pode-se pensar também nos sistemas de abertura e fechamento a partir das segmentaridades e das linhas de fuga deleuze-guattarianas, ou nas relações entre o molar e o molecular. Existem vazios-heterotopias que podem sim funcionar a partir do poder e da opressão, especialmente quando pretendem sempre “pasteurizar” aqueles que os adentram. Isso pode ocorrer, por exemplo, em vazios-heterotopias ocupados por movimentos sociais organizados, quando a estrutura hierárquica do movimento é transferida também para os seus modos de gestão do espaço. Ou quando no caso das ocupações como espaços de resistências, presenciamos a repetição das mesmas práticas do espaço-mercadoria. Não é incomum que esses espaços se tornem molares⁹¹. Em outros casos, os vazios ativam relações de poder que se ligam à potência e à horizontalidade, sendo em tais situações “heterotopias-moleculares”.

O último traço das heterotopias foucaultianas defronta espaços de ilusão e compensação, entendidos pelo autor como desdobramentos “entre dois polos extremos” onde se opõem as funções de criar um imaginário que esconde aquilo que o espaço tem de mais real ou ao contrário, criar um outro espaço real, perfeito e organizado em oposição ao espaço conturbado e desordenado do cotidiano (Foucault, 1984). É nesse último princípio que Foucault acredita estar a essência das

⁹¹ Lembrando que não se deve necessariamente atribuir aos pares “molar – molecular” ou “linhas de fuga – segmentaridades” os atributos de “ruim – bom”. Como afirmam Deleuze e Guattari, molar e molecular coexistem, uma pressupõe a outra e por isso são ambas necessárias.

heterotopias: “elas são a contestação de todos os outros espaços” seja através da ilusão que denuncia a própria realidade como ilusão, seja pela criação um espaço perfeito que compense toda a desordem do nosso mundo real(Foucault, 2013).

É por meio da compensação que haveriam funcionado as colônias, que em algum grau exerceram também uma função heterotópica:

Seguramente, as colônias tinham uma grande utilidade econômica, mas existiam valores imaginários que lhes eram agregados e, sem dúvida, estes valores eram devidos ao prestígio próprio das heterotopias. Foi assim que, nos séculos XVII e XVIII, as sociedades puritanas inglesas tentaram fundar na América sociedades absolutamente perfeitas; foi assim no final do século XIX e ainda no começo do século XX, nas colônias francesas (Foucault, 2013, p. 28)

Se as colônias operavam como espaços de compensação, o exemplo oposto seriam os bordéis que concretizados com intermédio das fantasias foram “uma heterotopia que é sutil ou hábil demais para querer dissipar a realidade com força única das ilusões” (Foucault, 2013). Nesse caso não se pretende recompensar desordem nenhuma, mas sim demonstrar como toda a existência e o “lado de fora” são ainda mais ilusórios.

Imaginar funções de ilusão e compensação para os vazios é o último passo nessa série de correspondências e porque o autor não dá muitas explicações ou descrições espaciais desse princípio (além dos dois exemplos citados aqui) é provavelmente o mais difícil deles. Por isso, é preciso primeiro refletir: é possível reinterpretar a ilusão de modo literal, como um espaço que engana, enquanto a compensação remete à um espaço que recompensa? Em caso afirmativo, as aproximações se dão mais uma vez a partir da relação entre espaços de resistência e espaços de mercado.

Com o processo de transição do capital industrial para o capital financeiro e a crescente virtualização da economia, principalmente em investimentos no mercado imobiliário, a reprodução do espaço metropolitano passa a depender cada vez mais da reprodução do urbano. Do início de um “movimento que vai do espaço enquanto condição e meio do processo de reprodução econômica ao momento em que, aliado a esse processo, o espaço, ele próprio, é o elemento da reprodução” (Carlos, 2011, p.

25) percebe-se o espaço historicamente construído como matéria prima para a reprodução da cidade.

Incide aos vazios, uma função de especulação estratégica que se realiza com a permissão e por vezes o incentivo do Estado, para acomodar novos meios de reprodução do capital. As dinâmicas de especulação imobiliária e os dispositivos de regulação do mercado de terras, assim como a passividade perante os instrumentos compulsórios previstos para auxiliar o cumprimento da função social, resultam em uma concentração de “vazios especulativos” constituídos para reserva imobiliária. Esses são espaços propositalmente não utilizados, que se mantém desocupados ou não construídos, à espera de uma valorização do entorno que ocorre não raramente por meio de grandes aportes de dinheiro público em obras de revitalização ou requalificação, permitindo ao proprietário apropriar-se dos investimentos coletivos para lucro pessoal.

Assim, os vazios-especulativos são heterotopias da ilusão, que alimentam e legitimam uma sequência conhecida dos processos de urbanização, que começam pela deterioração e pela conseqüente necessidade de requalificação dos espaços urbanos, dentro do qual o ciclo do capital se realiza e o capital financeiro se reproduz com intermédio do mercado da construção civil:

Frente ao envelhecimento e à inadequação das áreas do centro da metrópole para a realização dos novos negócios, as empresas voltadas ao setor de serviços modernos e ao setor financeiro são obrigadas a optar por novas localizações, sem se desprenderem, contudo, da centralidade, o que gera um movimento de expansão da área central como desdobramento da centralidade histórica, como condição necessária do processo[...] Essa situação obriga o estabelecimento de novas estratégias que se realizam a partir de uma ampla aliança entre as frações do capital (industrial e financeiro), exigindo do Estado políticas urbanas de renovação/requalificação das áreas ocupadas da metrópole, bem como de mudanças nos códigos de construção, leis de zoneamento, além da aplicação de leis de desapropriação seguidas da expulsão da população residente, tornando a urbanização um negócio rentável. (Carlos, 2015, p. 55)

Essa conjuntura se repete não só para as empresas dos setores financeiros e de serviços. Ao analisar os programas de requalificação de áreas centrais⁹², que foram empreendidos nas principais metrópoles brasileiras, observa-se a mesma sucessão de fatos em várias delas: áreas previamente ocupadas por classes dominantes, que receberam investimentos massivos de infraestrutura ao longo dos anos, são abandonadas por seus ocupantes originais, geralmente assim que o adensamento populacional passa a atrair novos usuários intensificando o fluxo de pessoas e de serviços. No momento em que as classes dominantes partem, retiram-se também os investimentos públicos na área, e esse cenário de abandono acelera um processo de deterioração urbana e desvalorização imobiliária, seguidos de uma reapropriação dos espaços, ainda que parcialmente, pelas classes mais baixas.

Desse modo, por anos os centros históricos se dividiam entre vazios urbanos e usos residenciais e de serviços voltados para classes populares. A aparente desqualificação urbana desses espaços, acentuada pelo descaso do Estado, surge depois como elemento legitimador de grandes projetos de requalificação urbana, quase sempre atrelados aos agentes do mercado, vide exemplos das Parcerias Público Privadas (PPPs) e das Operações Urbanas⁹³ (OU) que se repetem por todo o Brasil.

Interessa ao Estado e ao mercado, portanto, a reprodução dessas heterotopias ilusórias, que no fundo são “expressões do poder da propriedade privada” (Borde, 2006, p.8), porque eles atendem duplamente à lógica de financeirização do capital, primeiro como mercadorias sob as quais a especulação imobiliária produz valor de troca e novamente enquanto matéria prima para reprodução urbana:

⁹² Área centrais, nesse caso, representando os antigos centros históricos municipais, que não necessariamente configuram uma centralidade atualmente.

⁹³ Parcerias Público Privadas (PPPs) são contratos firmados entre a administração pública (Estado) e um parceiro privado (mercado) para realização de um determinado projeto, seja de construção, melhoria ou gestão de espaços. O Estado entra com o aporte financeiro e o ente privado se compromete a prestar obras ou serviços para a comunidade. Já as Operações Urbanas (OU) são um instrumento urbanístico previsto no Estatuto da Cidade, que permitem ao Poder Executivo Municipal intervir nas legislações municipais vigentes de forma a viabilizar projetos que sejam de interesse público, podendo ser realizadas de forma Simplificada (OUS) ou Consorciada (OUC). (Mais detalhes sobre PPPs e OUCs estão disponíveis no sítio: <http://ouc.bh.indisciplinar.com/>, acessado dia 07 de janeiro de 2017).

O espaço urbano que se reproduz no capitalismo enquanto mercadoria generaliza-se através da realização da propriedade privada da terra consolidando o espaço metropolitano, que é densamente edificado (principalmente nas áreas centrais). O capital, produtor do espaço, criou uma barreira ao seu pleno desenvolvimento: o espaço como raridade na metrópole. (Carlos, 2015, p. 55)

Mas apesar de trazerem consequências por vezes perversas para a cidade, os vazios urbanos podem servir também para resistir à ordem dominante, para gerar transformação ou insinuar novas formas de se pensar a produção do espaço. Seriam dessa forma heterotopias de compensação. A própria visão do planejamento, que enxerga nos vazios uma oportunidade para reestruturas urbanas, indica um caminho positivo de análise. Embora as estratégias normalmente propostas incluam grandes projetos que beneficiam o investidor privado e induzem muitas vezes à processos de gentrificação, a ideia de um espaço expectante propício à transformação não deixa de ser animadora.

Joan Busquets⁹⁴ (1990) já enxergava os vazios como um espaço de potencialidades. Para o autor, a nova categoria de *terrain vague* proposta por Solà-Morales abria uma perspectiva positiva e estimulante para um fenômeno que por muito tempo foi analisado como negativo e problemático. O arquiteto classificava os espaços vazios como oportunidades internas através da categoria de “grande cidade e suas oportunidades”. Para ele os espaços vazios e obsoletos como as antigas estações de trem que não podiam ser reformadas, as antigas áreas portuárias e as áreas residuais do beira-mar constituíam espaços privilegiados se utilizados sob uma visão urbana geral de reestruturação.

Busquets já levantava os riscos de uma visão especulativa (e ilusória) crescente nesses espaços, por isso propunha que os espaços de propriedade pública

⁹⁴ Joan Busquets é arquiteto e planejador urbano espanhol, antigo professor da Universidade Politécnica de Barcelona e atualmente professor na Escola de Design da Universidade de Harvard. Busquets era o diretor do Departamento de Planejamento Municipal de Barcelona e coordenou o famoso projeto de reestruturação da cidade para as olimpíadas de 1992. Depois disso, foi responsável por planos de reestruturação urbana de várias cidades europeias, como Toulouse (França), Delft (Holanda) e A Coruña (Espanha).

servissem de exemplo com projetos que privilegiassem um programa de usos mistos (residencial, serviços, comercial, etc.) e com medidas antiespeculativas que transformassem esses vazios em novos elementos cívicos, reequilibrando áreas periféricas com a criação de novas centralidades. A receita de Busquets entretanto, falha ao desconsiderar o jogo de forças e os interesses em comum entre Estado e mercado, à medida em que o primeiro nem sempre opera à favor do interesse público, privilegiando muitas vezes o interesse privado no lugar: o impasse entre a ilusão e a compensação portanto não se resolve.

Expostos todos os princípios da heterotopia foucaultiana, resta ponderar sobre os paralelos traçados. Para isso, recorreremos ao último exemplo usado por Foucault, o barco, “a heterotopia por excelência” que invoca de certo modo todos os princípios da heterotopologia citados:

O grande barco do século XIX, é um pedaço de espaço flutuante, lugar sem lugar, com vida própria, fechado em si, livre em certo sentido, mas fatalmente ligado ao infinito do mar e que, de porto em porto, de zona em zona, de costa a costa, vai até as colônias procurar o que de mais precioso elas escondem naqueles jardins orientais que evocávamos há pouco – pelo menos desde o século XVI – ao mesmo tempo, o maior instrumento econômico e nossa maior reserva de imaginação. (Foucault, 2013, p. 30)

Mais uma vez, o que o filósofo afirma para essas grandes navegações serve também para pensar os vazios-heterotópicos na cidade: nas civilizações que não as possuem, os sonhos vão morrendo aos poucos, as aventuras vão sendo substituídas pelas espionagens assim como os piratas são trocados por policiais. Como é possível assumir então, que as heterotopias sejam apenas os espaços de controle, se com essa conclusão Foucault deixa transparecer ideais de um espaço tão otimista? Essa última comparação é também aquela que reforça a possibilidade de se pensar nos vazios-heterotopias como uma experimentação positiva ao conceito que por tanto tempo se ligou exclusivamente à disciplina e à ordem.

O caráter relacional da heterotopia, quando misturando espaços ideais e reais faz dela uma ferramenta preciosa para produzir ‘um imaginário real’ ou para conjecturar ‘realidades outras’. As heterotopias são fluidas e transitórias e permitem resinificar os espaços de maneira a não ignorar o positivo e o negativo inerentes à ele. Através delas, a finalidade dos vazios ganham novas formas de

expressão e novas subjetividades. O vazio-heterotopia se revela assim como fragmento de um espaço ilusoriamente uniforme, um pedaço do todo que evidencia aquilo que está fora dele. **Emaranham-se às suas justaposições, noções de legalidade e ilegalidade, legitimidade e ilegitimidade, permanências e efemeridades, todas elas sobrepostas e questionadas por meio de perspectivas diversas.**

Existem limitações às correlações construídas, mas existem também vicissitudes. Em especial, fica claro que para entender um vazio-heterotopia é preciso rastrear processos e relações constituídos no/com/através do espaço (Souza, 2010). É do exercício dos corpos que subvertem as relações de poder, resinificam os lugares, criam novas formas de expressão e novas subjetividades que os vazios podem se tornar heterotópicos. E é isso que tentaremos demonstrar no último capítulo.

5. VAZIO-HETEROTOPIA – FRAGMENTOS DE ESPAÇO-TEMPO

Dentre as diversas características do vazio-heterotopia analisadas acima, que se complementam e se anulam em diferentes situações, **a única constante parece ser a sua ativação a partir de um determinado conjunto de relações**. Isso nos leva a afirmar que um vazio só se transforma em heterotópico a partir de ações e relações instituídas por meio dele: apropriações, abdições, ocupações, transformações. Por isso, para compreendê-los é imprescindível o olhar para a prática e para o cotidiano, principalmente para os casos em que tais territórios são colocados em pauta, seja pela disputa, pelo descaso ou pela insurgência:

Devemos então reservar o termo heterotopia para a descrição de relações de espaço-tempo no contexto da emergência de tais lutas, tais resistências? Poderia ser que, precisamente quando a ordem que expressa uma específica articulação de poder e espaço é ameaçada por uma “desordem” em que “fragmentos de um grande número de ordens possíveis cintilam”, é que condições heterotópicas nascem? (Stavrídes, 2016, p. 112, grifos da autora, tradução nossa)

Acreditamos que sim e por essa razão apresentamos uma série de narrativas que nos ajudam a compreender esses novos vazios-heterotopias, divididos em algumas das ‘camadas de desordem’ que anunciam fragmentos de novas ordens possíveis. Essas camadas representam os processos que com maior frequência nos deparamos ao analisar a produção do espaço urbano contemporâneo, mas certamente não são as únicas. Seria proveitoso que se pudesse fazer, assim como propunha Soja (1995), uma leitura simultânea de todas elas, mas como isso não é possível, as apresentamos assim mesmo, segmentadas. **São ao total quatro camadas de vazios-heterotopias (especulações, artisticidades, função social e produções do comum) observadas a partir de cinco histórias diferentes.**

Cada um dos relatos carrega fragmentos de outros tempos e espaços, embora tenham como ponto de partida um conjunto de relações específicas. Esses fragmentos são heterogêneos, alguns curtos outros dilatados, uns precisos no seu recorte temporal, enquanto outros se desenrolam em temporalidades diversas. Cada narrativa pode aparecer através de uma ou mais camadas, e sua leitura pode se dar através das divisões de camadas propostas, ou através da identificação numérica do relato.

O **vazio-heterotopia 01** aborda a experiência da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, um espaço autogerido pelas integrantes do Movimento de Mulheres Olga Benário⁹⁵ junto à uma rede de apoiadores. A casa, o primeiro caso de ocupação feitas exclusivamente por mulheres e para as mulheres em Belo Horizonte, teve seu início como uma ocupação em um edifício abandonado no centro da cidade e é hoje uma referência internacional.

O **vazio-heterotopia 02** relata o projeto de ocupações temporárias e experimentações que recebeu o nome de Lotes Vagos, realizado pelo Grupo Ambulante Construções. Através de uma série ocupações provisórias em vazios urbanos de Belo Horizonte o grupo promoveu a transformação de espaços privados em temporariamente públicos, envolvendo no processo a população local com o intuito de questionar o caráter exclusivamente mercantil com os quais esses espaços normalmente são tratados.

O **vazio-heterotopia 03** narra a luta por moradia digna e por acesso à cidade da Ocupação Paulo Freire, que faz parte de um conjunto de ocupações conhecidas como Ocupações do Barreiro. Os moradores da Paulo Freire ocuparam, com o apoio do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas⁹⁶ (MLB), um terreno de propriedade pública que se encontrava vazio por mais de 20 anos. A Paulo Freire é uma das mais recentes ocupações urbanas da cidade e tem como diferencial um repertório de estratégias de ocupação e gestão que foi adquirido pelos movimentos a partir das experiências de outras ocupações.

⁹⁵ O Movimento de Mulheres Olga Benário surgiu em 2011 durante a Conferência Internacional de Mulheres que ocorreu na Venezuela e está presente hoje em 17 estados brasileiros. De acordo com o blog do movimento, o Olga luta pelo socialismo e pela igualdade de direitos, o “por melhores condições de vida” para as mulheres. (informações retiradas do sítio: <http://movimentodemulheresolgabenario.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>, acessado em 24 de agosto de 2016)

⁹⁶ O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas é um movimento social nacional, dividido em coordenações regionais e estaduais e composto por famílias sem-teto que lutam pela reforma urbana e pela moradia digna. O MLB adota a ocupação como principal estratégia de reivindicação, para questionar a soberania da propriedade privada e para mostrar, através da ação, que soluções aos problemas urbanos enfrentados pela grande maioria dos pobres brasileiros poderiam ser alcançadas através do trabalho coletivo e da cooperação entre cidadãos e Estado. (Informações retiradas do sítio: <http://www.mlbbrazil.org/>, acesso em 27 de Agosto 2016)

O **vazio-heterotopia 04** apresenta o projeto Amnésias Topográficas, duas intervenções nas palafitas de concreto de alguns prédios do bairro Buritis em Belo Horizonte, transformadas em cenários-trajetos para dois espetáculos teatrais. Explorando uma condição mais abstrata de vazios, seus idealizadores pretendiam percorrer as “instabilidades, indeterminâncias, desorganizações, imprecisões e ambiguidades da cidade”, utilizando o corpo como forma de ação e apropriação do espaço.

Finalmente, o **vazio-heterotopia 05** faz referência ao conflito do Parque Jardim América, a última área verde do bairro homônimo em Belo Horizonte, para a qual foi aprovado um empreendimento de duas torres residenciais. No caso do parque, ao contrário dos outros, a luta dos moradores organizados em movimento é pela preservação do vazio, um local de recreação e uso público, mas acima de tudo um espaço de valor histórico e simbólico para os moradores do entorno, que resistiu por muito tempo ao processo de mercantilização da cidade.

Esses espaços heterotópicos mesmo em suas camadas distintas evocam outros estratos, insinuam sobreposições a espaços diversos, numa relação de lugares em movimentos tal como falava Stavrides (2010): de sua condição heterotópica o vazio deve ser visto não como um lugar de alteridade, mas como uma passagem para alteridade. Assim como na heterotopia, não há uma forma pura de vazio-heterotopia, mas diferentes combinações que reverberam umas nas outras. Espera-se que os relatos abaixo demonstrem de maneira suficientemente clara, tais reverberações.

5.1. VAZIO-HETEROTOPIA – ESPECULAÇÕES

“Ocupem os terrenos baldios, pois lá estão só para especulação imobiliária”. Essa frase custou à João Pedro Stédile, liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma ameaça de processo pelo Ministério Público do Rio de Janeiro. O pedido teria sido feito pelo então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1997, conforme nos conta Ermínia Maricato ⁹⁷(2000). Não havia nada de novidade no que Stédile falava, já que desde sempre a especulação imobiliária esteve relacionada com os vazios. Mas inferir que a especulação pudesse justificar processos de ocupações figurava “incitação à baderna” e ao descumprimento da lei, e por isso era ato grave.

Já foram abordados aqui os princípios por trás da ideia de uma vazio especulativo operando a partir de espaços de ilusão e compensação. Nesses vazios, lugares tidos como ociosos escondem um espaço que cumpre uma função real de especulação. Essa percepção faz parte de um consenso geral, principalmente no campo do planejamento, já que a maioria dos estudos dos vazios urbanos são elaborados a partir da análise de tais processos especulativos. Esses processos, que resumidamente consistem em adquirir ou manter um bem imóvel com o único propósito de esperar por sua valorização ao longo dos anos, possuem quatro vertentes reconhecidas de ação (que não são necessariamente as únicas).

Uma primeira vertente, se trata da construção de grandes projetos (principalmente para habitação de interesse social) em regiões extremamente afastadas das áreas consolidadas, deixando entre o tecido urbano existente e a nova construção um grande espaço vazio. A lógica dessa estratégia, muita usada por grandes incorporadores imobiliários, é esperar que o poder público provenha a infraestrutura de ligação entre área consolidada e área recém construída, principalmente a partir da pressão dos moradores da nova região. Essa infraestrutura,

⁹⁷ Ermínia Maricato é arquiteta e pesquisadora brasileira, professora da Universidade de São Paulo e ativista política. Foi Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano de São Paulo e também Secretária Executiva dos Ministério das Cidades, criado sob sua coordenação. Parte da esquerda dos movimentos de base, foi e é uma das principais referências sobre a Reforma Urbana no Brasil.

realizada com dinheiro público (e portanto um ônus coletivo) acabam valorizando as áreas vazias que ficaram no intermédio e se tornaram, sem nenhum esforço do proprietário, mais acessíveis e ao mesmo tempo mais bem localizadas, ou seja, valorizadas.

A segunda vertente consiste em deixar um imóvel vazio mesmo em áreas já consolidadas, na expectativa por mudanças de legislação urbana que possibilitem condições melhores de exploração econômica dos terrenos ou à espera de circunstâncias mais vantajosas de ocupação como ocorre por exemplo quando um imóvel é mantido ocioso à espera do esvaziamento de construções vizinhas e da possibilidade de remembramento de lotes para construções que permitam uma alta densidade de usos. Essa é uma lógica de especulação que está por trás de muitos dos estacionamentos existentes na cidade, que embora não mantenham os imóveis ociosos, são mantidos ocupados com a função de esperar por melhores condições de venda.

Uma terceira estratégia, consiste na desvalorização premeditada de uma determinada área da cidade. Essa desvalorização não só ajuda na valorização de outras áreas concorrentes como engendra um processo de desvalorização-requalificação que já explicamos anteriormente, uma ocorrência comum aos antigos centros históricos. Áreas providas de boa infraestrutura passam por um longo processo de esvaziamento que não é evitado pelo poder público e muitas vezes é inclusive impulsionado por ele. Nesses casos há um encadeamento cíclico de consequências, onde o abandono da área gera sua desvalorização e contribui ainda mais para seu esvaziamento. Essas áreas, que são taxadas de degradadas, se transformam em um grande estoque imobiliário especulativo. Os preços caem com a desvalorização da região, os investidores compram e mantêm os espaços vazios, a degradação constantemente acentuada pelo abandono atinge um nível problemático, o poder público interfere provendo obras de melhorias e requalificação e os proprietários mais uma vez lucram com o ônus coletivo.

A quarta e última vertente, ligada à uma forte tendência de financeirização da cidade, está na venda de títulos financeiros como os Certificados de Potencial Construtivo Adicional (CEPACs) atrelados às práticas de grandes Operações Urbanas Consorciadas (OUC) que se realizam por meio de Parcerias Público Privadas (PPPs).

Essa estratégia é a que opera talvez com mais contribuição do Estado, e atinge um nível de “especulação virtual” que tem fortes consequências para a cidade real, conforme explica Mariana Fix⁹⁸:

[Com a regulamentação dos CEPACs] os benefícios oferecidos nas operações urbanas, que eram ainda "comprados" diretamente na prefeitura, passaram a ser comercializados na forma de CEPACs, certificados emitidos pela prefeitura e utilizados para pagamento de obras ou leiloados na Bolsa de Valores. Como qualquer título financeiro, o preço dos certificados oscila conforme o interesse do mercado, visto que é determinado em leilões e passa, depois, a ser negociado no mercado secundário. A especificidade é que isso deve ocorrer em função da expectativa dos investidores em relação às possibilidades de valorização de uma região da cidade. Nessa lógica, passa a ser desejável, portanto, que essa valorização aconteça. Na definição da Bovespa, os CEPACs são justamente "ativos de renda variável, uma vez que sua rentabilidade está associada à valorização dos espaços urbanos". Com isso, cria-se a possibilidade de um novo tipo de especulação imobiliária financeirizada, com os investimentos feitos segundo os parâmetros e as expectativas próprios de uma lógica de valorização de tipo financeiro. Outra consequência é que a prefeitura, ao emitir os CEPACs, precisa garantir as condições para que esses ativos se valorizem, ou corre o risco de criar uma espécie de moeda podre. Começa a parecer razoável, portanto, que seja mobilizada para promover essa valorização, por exemplo, por meio da concentração ainda maior de investimentos públicos. (Fix, 2009, p.52-53)

Todos esses processos são pano de fundo para o surgimento de vários vazios urbanos, e muitas vezes se mantêm presentes mesmo quando o vazio, em sua propriedade heterotópica, abriga relações sociais distintas como práticas de produção do comum, novas experimentações artísticas ou até mesmo novos usos privados. O que se pretende apresentar aqui é justamente um pouco dessas “camadas especulativas” presentes em vários dos vazios-heterotopias, que podem ser presenciadas a partir de pequenos momentos pontuais ou de momentos históricos e

⁹⁸ Mariana Fix é arquiteta e pesquisadora brasileira, lecionou na Escola de Arquitetura da Universidade de São Paulo e hoje é professora no Instituto Econômico da UNICAMP. Publicou vários artigos e ensaios sobre o direito à cidade, planejamento e políticas de habitação social, investimentos financeiros e mercado de terras e mais recentemente financeirização, globalização e parcerias público privada. Faz parte do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP. Seus principais trabalhos são “Parceiros da Exclusão” (2001) e “São Paulo, Cidade Global” (2007).

prolongados da cidade. A partir dos relatos queremos evidenciar vazios-heterotopias em que se sobressaem camadas de especulação.

5.1.1. VAZIO-HETEROTOPIA 01

No dia 03 de maio de 2016 a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) enviou uma equipe para desligar o registro de fornecimento de água de um “prediozinho” abandonado na Rua Guaicurus, o antigo restaurante da Escola de Engenharia Universidade Federal de Minas Gerais (EEUFMG). O edifício em questão, que por anos permaneceu vazio (mas ainda assim com seu fornecimento de água ligado) havia sido recentemente ocupado por integrantes do Movimento de Mulheres Olga Benário e interromper o fornecimento era a estratégia do Estado na tentativa de forçá-las a desocupar o lugar.

No mesmo dia, algumas horas depois, foi a vez da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) tentar fazer o mesmo. É de grande ironia pensar que água e energia permanecessem por tanto tempo ligadas conquanto não houvesse quem pudesse usá-las. Ao espaço antes abandonado, tudo se servia: água, eletricidade, o passar do tempo... para as novas ocupantes, tudo era negado. No caso desse vazio-heterotopia o uso do espaço era o desvio, e a vacância, ao contrário, era a normalidade.

No final de 2010 a Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (EEUFMG) foi transferida oficialmente para o *campus*, desocupando o último prédio de um conjunto de edificações que abrigavam os diferentes departamentos, oficinas, refeitórios e diretórios da faculdade. O complexo, em processo de esvaziamento desde várias décadas antes, era composto por um total de onze edificações⁹⁹ nos quarteirões que conformam o cruzamento entre a Rua Espírito Santo

⁹⁹ Edifício Alcindo Vieira (Avenida Santos Dumont, 174); Pavilhão José Renault Coelho (Guaicurus, 243); Galpões da Oficina Christiano Ottoni (Rua Guaicurus, 187 e 203); Prédio da antiga Biblioteca da EEUFMG (Rua da Bahia, 112); Edifício Cássio Pinto (Rua Guaicurus, 315 ou Rua Espírito Santo, 96); Edifício João Fulgêncio de Paula (Rua Guaicurus, 214); Edifício Professor Lourenço Baeta Neves (Rua Guaicurus, 200); Prédio da Associação de Ex-Alunos (Rua da Bahia, 52) Edifício Arthur da Costa

e a Rua Guaicurus, no Centro de Belo Horizonte. Além deles, também fazia parte do patrimônio da EEUFMG o prédio da antiga sede que se localizava também na Rua Espírito Santo, no bairro Lourdes.

Figura 18 - Parte do complexo esvaziado da antiga Escola de Engenharia da UFMG



Fonte: Acervo pessoal (imagem de satélite do Google Maps)

Embora o conjunto fosse completamente esvaziado somente em 2010, datam do ano 2000 as primeiras autorizações encontradas para alienação dos prédios da Escola de Engenharia, e de muito antes disso os primeiros edifícios abandonados. Essa primeira autorização provinha do Projeto *Campus 2000*, que transferiu várias das unidades externas da universidade para o *campus* Pampulha, entre elas, os prédios da EEUFMG.

Em Dezembro de 2000 a Resolução Complementar 04/2000 da Universidade Federal de Minas Gerais autorizou a alienação de vários bens imóveis da UFMG ,dentre eles dez dos onze imóveis¹⁰⁰ da Escola de Engenharia, que seriam adquiridos

Guimarães (Rua Espírito Santo, 35) e Edifício Álvaro da Silveira (Avenida do Contorno, 842). Informações obtidas através de pesquisa cartorial e dos decretos e outros textos legislativos encontrados.

¹⁰⁰ Parece tarefa quase impossível descobrir informações que *a priori* deveriam ser públicas, como os edifícios e terrenos que compõem o patrimônio imóvel de Universidade Federal de Minas Gerais. Encontrar quaisquer dados referentes ao mercado imobiliário em Belo Horizonte é sempre uma tarefa

pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) através de financiamento do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Posteriormente, em Decreto Federal sem número de 10 de Julho de 2002, a Universidade fica autorizada a alienar os mesmos imóveis da Escola de Engenharia, com exceção ao prédio localizado à Avenida Santos Dumont, a primeira sede da EEUFMG em 1912, edifício onde se encontra hoje o Centro Cultural da UFMG.

As negociações com a Prefeitura de Belo Horizonte entretanto não foram adiante e os imóveis foram transferidos para o patrimônio da União no início de 2005, conforme o artigo 13 da Lei 11.098/2005 de 13 de Janeiro de 2005. Finalmente, no final do ano de 2006 o Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG) manifesta oficialmente interesse na aquisição do conjunto. As transações foram concluídas no final de 2007, tendo o Tribunal repassado para a universidade recursos que foram utilizados para as obras da nova sede no *campus*, de forma a acelerar a desocupação dos prédios no centro. A posse do conjunto passou a ser do TRT a partir de meados de 2011:

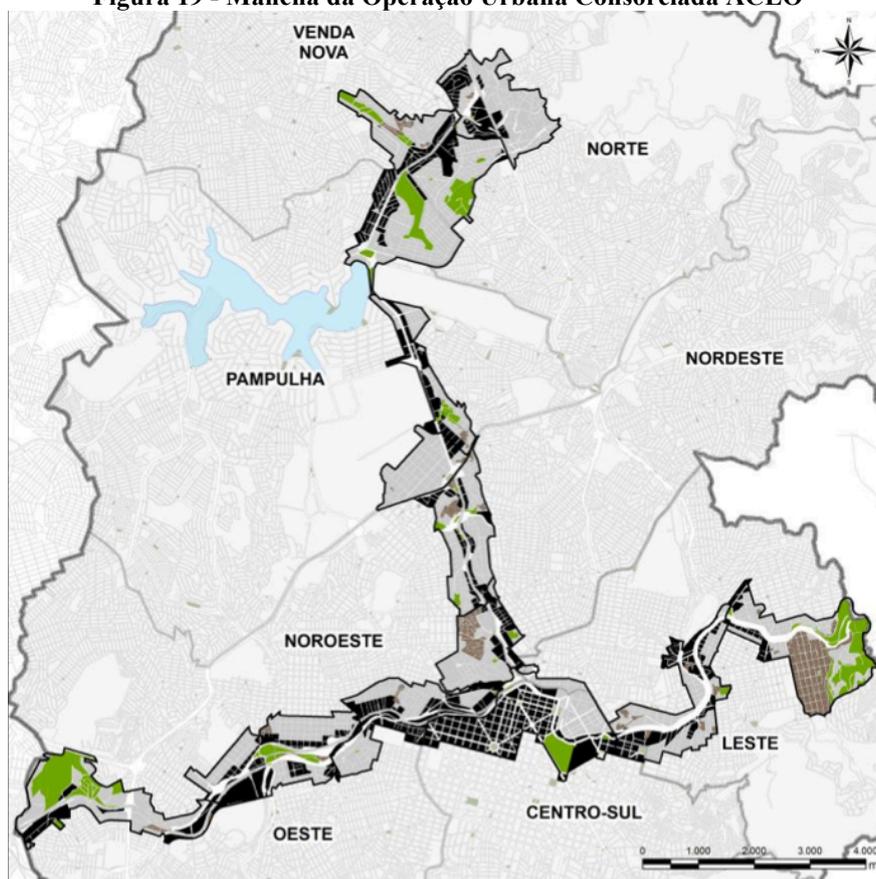
À procura de um endereço definitivo que comportasse todas as varas do trabalho de Belo Horizonte, em 1998, quando a Universidade Federal de Minas Gerais deliberou pela transferência da Escola de Engenharia da UFMG, fundada em 1911, para o *campus*, na Pampulha, a direção do tribunal manifestou o interesse pelos prédios, para a instalação do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte. Formalizado pela Secretaria do Patrimônio da União o termo de reserva do complexo para o TRT de Minas, este, em 2007, transferiu recursos à UFMG para a conclusão da nova sede da Escola de Engenharia no *campus*, viabilizando a efetiva transmissão da posse ao tribunal em abril de 2011. (Sales, 2013, p. 5)

Todas essas negociações se desenrolaram dentro de um contexto geral de abandono e degradação do Centro de Belo Horizonte. O fechamento da Escola de Engenharia teve papel fundamental nesse processo, já que privou o espaço da presença de uma camada significativa de seus usuários, os estudantes. O decurso da deterioração na área central e a relação entre esse esvaziamento urbano e a incidência

hercúlea, por isso embora tenhamos encontrado esses onze imóveis listados como patrimônio da Escola de Engenharia, não podemos afirmar que eles sejam os únicos. Podem ainda haver imóveis nessa lista, dos quais ainda não temos conhecimento.

de grandes projetos urbanos é flagrante, e um dos casos mais emblemáticos na capital talvez seja o da Operação Urbana Consorciada Nova BH (OUC Nova BH), transformada posteriormente em Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste-Oeste ¹⁰¹(OUC ACLO).

Figura 19 - Mancha da Operação Urbana Consorciada ACLO



Em preto as zonas de adensamento, em cinza as zonas de amortecimento, em verde as áreas de preservação e em marrom as áreas de ZEIS Fonte: Belo Horizonte (2015b)

As Operações Urbanas Consorciadas partem da modificação dos parâmetros urbanísticos de uma determinada área da cidade, flexibilizando determinações quanto ao uso e ocupação do solo para implantação de projetos de interesse público, com a finalidade de “promover transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e

¹⁰¹ A mudança de nome se deu no final de 2014, após o ajuizamento de uma Ação Civil Pública contra o projeto da OUC Nova BH, que dentre várias ilegalidades era acusada de não cumprir com o quesito obrigatório da participação popular no desenvolvimento do projeto. Depois disso, o plano foi retomado com um novo nome, e como parte do acordo da ação judicial da OUC Nova BH, a prefeitura se comprometeu a cumprir várias obrigações no desenrolar da nova OUC ACLO (Indisciplinar, 2015b)

valorização ambiental em áreas urbanas definidas pelo Plano Diretor municipal” (Indisciplinar, 2015b). Essas operações, previstas pelo Estatuto da Cidade funcionam a partir da financeirização do território com a venda de títulos conhecidos como CEPACs, já abordados anteriormente por Fix (2009).

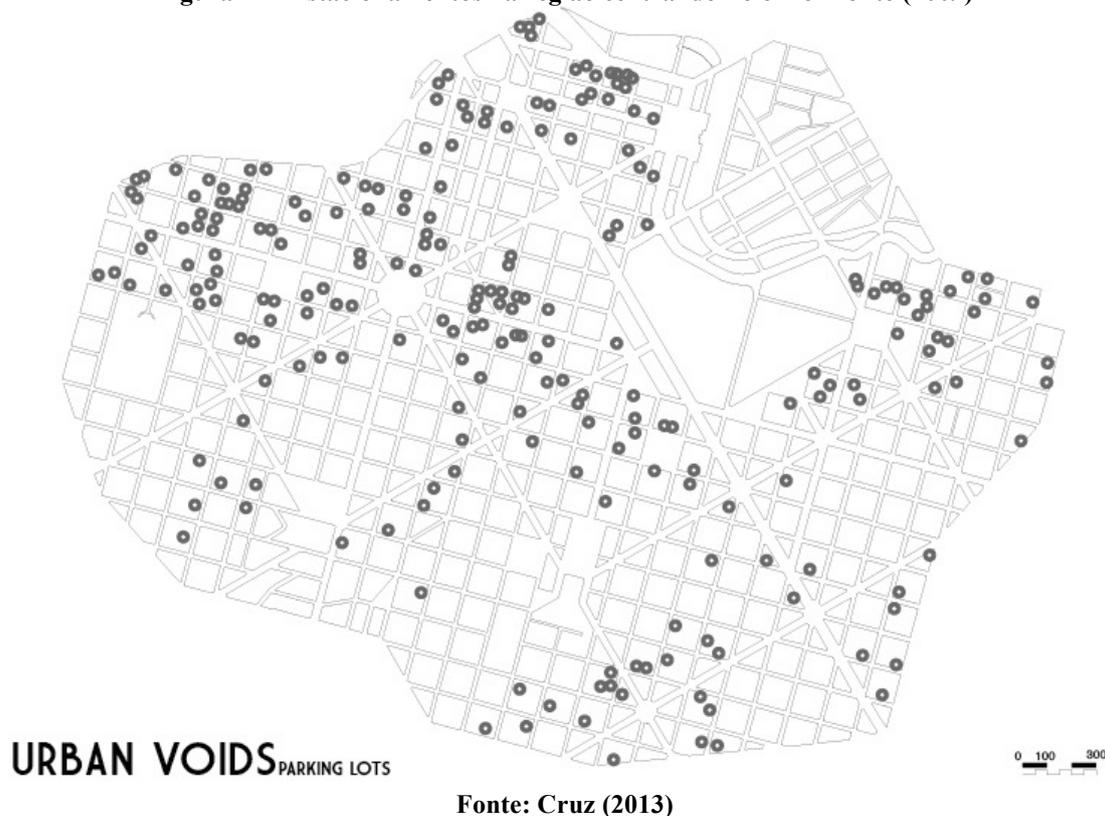
No caso da OUC ACLO a área delimitada pelo projeto cobre parte considerável do território da cidade, seguindo por dois dos principais eixos de articulação viária da cidade: a Avenida Antônio Carlos, que faz a ligação entre a região central e a zona norte da cidade e a Avenida Teresa Cristina, eixo de ligação entre as regionais leste e oeste. Dentro da área delimitada encontra-se todo o hipercentro de Belo Horizonte, para o qual a proposta é adensamento e é nessa interseção que o vazio-heterotopia da Tina Martins se cruza também com a OUC ACLO.

Os vazios do centro são classificados pela OUC como ‘áreas renováveis’ em oposição às áreas consolidada. Essa classificação é mais uma forma de atuação do mercado na produção da cidade, já que qualquer imóvel que não cumpra em totalidade seu potencial construtivo está sujeito a ser considerado como ‘renovável’¹⁰². As áreas renováveis da OUC viabilizam um maior adensamento da área central justificado pela infraestrutura existente e compatível com tal concentração de novos usos. O adensamento do Hipercentro não é necessariamente algo a ser evitado, mas é preciso pensar em quem dita as regras para que isso aconteça, para que os novos usos garantam a permanência dos usos existentes, o que raramente é o caso.

¹⁰² De acordo com o texto de apresentação da OUC (Belo Horizonte, 2015) só seriam consideradas consolidadas as construções tombadas ou de interesse histórico-cultural; bens públicos; Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); praças e parques; equipamentos de uso coletivo; lotes com projeto aprovado e coeficiente de aproveitamento superior à 1,0 e principalmente edificações com três ou mais pavimentos fora da área do centro ou edificações com cinco ou mais pavimentos dentro da área central.

vagos, construções abandonadas, imóveis subutilizados e áreas de estacionamento, sendo os últimos correspondentes a quase dois terços dos registros feitos (255 áreas de estacionamento, exatamente). Dentre os bairros com a menor concentração de vazios estava o Funcionários, um dos mais tradicionais e antigos bairros da cidade, que desde a construção e da inauguração da capital passa por processos de especulação. O levantamento feito na época indicava apenas 25 vazios urbanos a partir dos parâmetros municipais previstos¹⁰³ (pouco mais de 6% dos vazios totais levantados) dos quais 16 eram estacionamentos (dentro da média de 6% de estacionamentos levantados).

Figura 21 - Estacionamentos na região central de Belo Horizonte (2009)



¹⁰³ O Plano Diretor Municipal de Belo Horizonte dita parâmetros específicos para determinar se uma propriedade está vazia ou subutilizada. Esses parâmetros são definidos como forma de regulamentar a identificação de imóveis onde possam ser aplicados instrumentos para garantir o cumprimento da função social da propriedade, como o IPTU Progressivo. Para saber mais sobre os parâmetros de Belo Horizonte consultar Cruz (2013)

Como retrair então os vazios especulativos desse bairro? Stael Costa¹⁰⁴ (1998) aponta um caminho por meio da retrospectiva histórica das legislações de uso e ocupação do solo em Belo Horizonte com elaboração de “cenários urbanos” para o Bairro Funcionários desde a década de 1960 até os anos 1990. Com esses cenários simulados, a autora procura evidenciar principalmente o desaparecimento das antigas casas dos funcionários por consequência da demolição e do surgimento de vários novos lotes vazios, além da classificação das “casas sobreviventes” como verdadeiros vazios urbanos, subutilizadas, abandonadas ou mantidas (vagas) apenas por obrigação das leis patrimoniais.

Costa (1998) apresenta em detalhes o plano original da cidade e a localização do bairro Funcionários dentro da poligonal desenhada pela Avenida do Contorno, que definia os limites entre a zona urbana e as zonas suburbanas e rurais. A malha ortogonal era característica da zona urbana consolidada, com lotes matematicamente divididos:

O Plano original de Aarão Reis estabelecia uma malha ortogonal composta de quarteirões com 120m de comprimento de cada lado compostas de 10 lotes com testada mínima de 12 metros. Quarteirões eram contidos em ruas com 12 metros de largura intercalados de 3600 em 3600 metros por avenidas diagonais. Quanto ao parcelamento das quadras o traçado dos lotes com testada de 12 metros e comprimento de 30 metros. Também ocorrem lotes com testadas mínimas de 15 metros e comprimento de 30 metros, naqueles quarteirões situados nas conferências de ruas paralelas e diagonais. No encontro das avenidas diagonais com ruas paralelas são criados quarteirões triangulares e a junção destes cria um largo que é denominada Praça. Os quarteirões que as circundam são triangulares formados de lotes com 15 de largura e 30 de comprimento. (Costa, 1998, p. 02)

Os primeiros sinais de especulação do bairro aparecem tão logo da sua construção, já que com controle rígido de crescimento dentro da zona urbana e preços incompatíveis com a população composta principalmente de operários da construção

¹⁰⁴ Stael Costa é arquiteta e pesquisadora brasileira, professora de Planejamento e Projeto do Espaço Urbano na Universidade Federal de Minas Gerais. Seu trabalho tem ênfase especial no estudo da morfologia e paisagem urbana, percepção do meio ambiente construído e desenho urbano e planejamento.

civil, a ocupação suburbana, das áreas não planejadas e carentes de infraestruturas foram as primeiras a acontecer. Essa ocupação inicial das zonas suburbanas é apontada como uma estratégia especulativa à medida em que o reparcelamento das zonas concêntricas à área central da cidade não previa áreas verdes ou equipamentos públicos nem qualquer instalação que garantisse aos novos espaços a qualidade urbana que estava assegurada à área central (Costa, 1998)

A autora identifica no primeiro cenário simulado (1960 a 1970) uma ocupação do solo consolidada, com casas ocupadas e lotes remanescentes já vendidos. O uso predominantemente residencial era dividido entre as casas de classe média alta que ocupavam as frentes dos lotes e as construções menores que eram sublocadas para classes mais baixas nos fundos dos terrenos. Já no segundo cenário (1970 a 1980) o uso comercial passa a ganhar predominância: os porões passam a ser ocupados por bares, aumentam os números de boutiques ao longo da Avenida Getúlio Vargas e a concentração de atividades no local começa a gerar os primeiros engarrafamentos:

O bairro inicia sua vocação apresentada hoje, nas estatísticas, como o bairro que possui mais bares por m² nas grandes cidades. Está aí enterrada de vez sua vocação residencial. No final dos anos 70 se inicia o processo de modificação do tecido urbano com construções de maior número de pavimentos nas esquinas. E alguns lotes já se encontram vagos nas esquinas, utilizados como estacionamento. (Costa, 1998, p. 01)

O segundo cenário marca a mudança observada a partir da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1976, que de acordo com a autora era extremamente formalista, dividindo a cidade por usos e impedindo as misturas necessárias para tornar o tecido urbano diversificado. Essa falta de diversificação levou à gradual exaustão do tecido urbano, o que fica evidente a partir do terceiro cenário (1980 a 1990), resultado da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1985. Embora a LUOS de 85 tenha estipulado a possibilidade de usos mistos para o bairro, perdeu o controle sobre as ações do mercado imobiliário na região ao estipular uma “Comissão de Ajuste” que seria responsável por aprovar caso a caso as novas propostas de construções e modificações, acentuando os processos de especulação imobiliária no bairro:

Atuando caso a caso, a Lei foi sendo modificada à sabor de pressões econômicas e projetos particulares de tal forma que perdeu a noção do todo, virando uma colcha de retalhos, confeccionada ao sabor de interesses particulares, onde a população afetada perceberia as

consequências sobre seu dia a dia somente quando as construções estivessem prontas. E nisto invariavelmente o nível de qualidade de vida foi se deteriorando assustadoramente. O que se observa da Lei de 1985 é que além de perversa com a população, por outro lado proporcionou inúmeros lucros aos incorporadores. Ao permitir o remembramento de lotes, proporciona o aumento do coeficiente de aproveitamento multiplicando em proporções geométricas a possibilidade de construção. Ao não levar em consideração o sistema viário existente, o sítio natural criou zonas de permeabilização no solo e principalmente não levou em consideração as consequências da superpopulação na infraestrutura urbana, nos serviços básicos, na insolação das edificações e iluminação natural. (Costa, 1998, p. 4)

Esses processos de demolição e remembramento de lotes acentuaram-se ainda mais a partir de 1990, quando boatos de uma nova legislação mais restritiva fizeram com que incorporadores e empresários corressem para aprovar seus projetos. São do início da década a maioria dos lotes vagos que permaneceram na área, dentre os quais se encontram os que foram levantados em 2009 (Cruz, 2013).

Quanto ao último cenário (a partir de 1990) a projeção incluía especulações principalmente por meio do que a autora chama de “jogo da espera”: as demolições de edificações antigas produzem lotes vagos que são transformados provisoriamente em estacionamentos enquanto aguardam pela demolição de outros imóveis antigos até que no final do jogo seja possível juntar três ou quatro estacionamentos para a construção de um novo edifício com alta densidade de ocupação vertical. Parte desse jogo se repete até hoje, com variações para se adequar à nova estrutura urbana do bairro Funcionários. Atualmente, construções abandonadas se transformam em estacionamentos, prédios em ruínas se transformam em estacionamento e até edificações que previam outros usos viram estacionamento.

Embora tenham um uso e cumpram de certo modo uma função coletiva, é questionável a apropriação de grandes áreas urbanas – principalmente aquelas que contam com boa infraestrutura de transporte – para o estacionamento de veículos. Os argumentos a favor de considerá-los vazios passam pela possibilidade de estacionamentos subterrâneos, ou pelo debate entre a prevalência do direito do carro *versus* o direito do cidadão. Nas próprias legislações municipais, os estacionamentos aparecem como espaços ociosos, à exemplo do novo projeto de lei do Plano Diretor de Belo Horizonte (PL 1749/15) que considera como subutilizados os lotes em áreas

de ocupação preferencial que são ocupados apenas por área de estacionamento (Belo Horizonte, 2015, p.8).

A grande questão contudo é que não se pode ignorar que os estacionamentos cumpram também uma função-social dentro da nossa sociedade que é afinal motorizada. Assim esses espaços se tornam também heterotópicos porque asseguram em um mesmo intervalo de tempo um vazio especulativo e produtivo, que desperdiça um espaço útil da cidade mesmo quando promove o seu uso.

5.1.3. VAZIO-HETEROTOPIA 03

A história do vazio-heterotopia da Ocupação Paulo Freire pode ser recontada em conjunto com as demais Ocupações do Barreiro e remonta à períodos anteriores ao surgimento de Belo Horizonte. A regional onde se encontram essas ocupações, que já na década de 1850 abrigava uma fazenda de mesmo nome, foi um importante ponto de produção agrícola e abastecimento de alimentos para todo o entorno, inclusive para a capital futuramente inaugurada. A Fazenda do Barreiro, reconhecida historicamente como polo agrícola regional, foi aos poucos sendo desmembrada e ocupada, o asfalto tomou o espaço das plantações e a vocação local foi aos poucos se transformando, por influência de cidades vizinhas (principalmente Contagem), se tornando com o passar dos anos um polo industrial. Hoje, além do reconhecido caráter fabril, o Barreiro é também identificado como o local de confluência de várias ocupações urbanas por moradia de Belo Horizonte. A história desse vazio, transformado por usos tão variados, manteve como constante a intercalação entre momentos de forte interesse desenvolvimentista estatal, acompanhado por longos períodos de descaso e abandono.

O primeiro registro de interesses públicos na área data do final do século XX, anos antes da inauguração de Belo Horizonte em 1897. Aproveitando-se dos recursos naturais e da vocação agrícola já existentes no local, o presidente da então Província de Minas Gerais compra grande parte das terras da Fazenda Barreiro e cria ali uma Colônia Agrícola. Não demora muito contudo para que a falta de investimentos públicos fizessem com que a colônia se estagnasse. Para recuperação da área foi preciso uma nova leva de investimentos, dessa vez por parte da recém inaugurada prefeitura de Belo Horizonte, que em 1907 passa a investir novamente na região:

Para garantir o cultivo das terras, o governo do estado as vendia para colonos. Muitos deles eram brasileiros, mas haviam também imigrantes, como italianos, portugueses e alemães. (...) Por falta de investimento do governo estadual, a antiga colônia do Barreiro logo foi extinta. Seus moradores, no entanto, continuaram ali, eles produziam mesmo sem o apoio do estado. Anos depois, em 1907, por perceber a necessidade de aproveitar os recursos naturais do local, a prefeitura criou uma nova colônia agrícola. Ela se chamava Vargem Grande. Mas qual era o interesse de Belo Horizonte na região? Por que, mesmo sendo um lugar considerado afastado, na época, o Barreiro era tão importante para a cidade? A relevância da região estava ligada à presença de muitos cursos d'água (...) [que] eram aproveitados para irrigação das plantações. (Belo Horizonte, 2008, p.21)

A primeira Estação Férrea da região é instalada poucos anos depois, em 1917, próximo à outra fazenda cujo nome inspirou a estação (e posteriormente o próprio bairro): Fazenda Jatobá. A partir daí começavam os primeiros sinais de urbanização do Barreiro, com a instalação de outra Estação Ferroviária na Fazenda do Pião (hoje Barreiro de Baixo), a construção do “Palácio dos Governadores” (uma casa de descanso para os presidentes da província) e com a realização do primeiro loteamento do vilarejo, em terras da antiga Fazenda do Pião (Belo Horizonte, 2008). O desenvolvimento da área, ainda que muito ligado à produção e escoamento de alimentos, fez com que em 1948 o Barreiro fosse transformado em cidade satélite de Belo Horizonte:

O prefeito da capital mineira, pelo potencial e pela história do lugar, planejou que a área seria destinada à atividade rural, com intensificação da produção de gêneros agrícolas. Com Belo Horizonte cada vez maior, o Barreiro seria responsável por fornecer alimentos à cidade. (Belo Horizonte, 2008, p. 22)

Os interesses agrícolas contudo, não perduraram na região. Transformado em cidade-satélite o Barreiro começa a receber cada vez mais usos industriais, principalmente na sua porção norte, mais próxima do recém inaugurado Parque Industrial de Contagem. A mudança na orientação econômica do bairro acompanha uma mudança política introduzida pelo novo governador Israel Pinheiro, propulsor de um novo ciclo de industrialização no estado com a criação dos parques industriais. Essa mudança nos aproxima dos vazios que hoje reconhecemos como Ocupações do Barreiro.

No início dos anos 1970, os militares então no poder inauguram um novo sistema de distritos industriais que ganha força principalmente pela criação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG). O CDI-MG, por meio de uma série de parcerias com várias prefeituras municipais começa um novo ciclo de industrialização que abrange não só a capital mas também as cidades no interior do estado.

No final de 1972 a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) e a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG) firmam um convênio para implantação de distritos industriais na cidade. Como parte do acordo caberia ao CDI-MG elaborar os estudos para escolha das áreas de implantação, fazer os levantamentos topográficos e todos os projetos técnicos, além de executar as obras necessárias para urbanização interna dos distritos. A PBH, por outro lado, ficaria responsável pela aquisição e liberação dos terrenos escolhidos, além da execução das obras externas às áreas em desenvolvimento, garantindo a conexão entre os novos distritos e a cidade (Belo Horizonte, 1972).

É desse convênio que surge o Distrito Industrial Sócio-Integrado do Jatobá¹⁰⁵ (DISI-JATOBÁ) onde hoje se localizam Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva, Nelson Mandela e Paulo Freire¹⁰⁶. O local escolhido para o novo distrito fazia parte da antiga Colônia Vargem Grande, um terreno de aproximadamente 4.000.000m² que foi declarado em caráter de urgência como área de interesse público em 1973, designada à desapropriação para implantação do novo distrito industrial ou de qualquer outra obra de interesse municipal (Belo Horizonte, 1973).

Acompanhando o histórico de leis, decretos, resoluções e portarias publicados desde o início da década de 1970 é possível retratar a trajetória desse distrito que se tornou um grande vazio urbano pelos próximos 40 anos. Passados dez anos da publicação do decreto que autorizava a desapropriação do terreno, foi aprovado em

¹⁰⁵ “Os distritos industriais sócio-integrados apresentam uma visão social e não apenas econômica, uma vez que consistem em aglomerados industriais compostos, também, por serviços sociais como saúde, educação, lazer e moradia, disponibilizados aos funcionários das indústrias” (Trama, 2016, p. 09)

¹⁰⁶ As cinco Ocupações do Barreiro

Maio de 1983 um “Convênio de Cooperação Técnica-Financeira” para a construção do Distrito Industrial Sócio-Integrado do Jatobá (DISI-JATOBÁ), que deveria ser executada numa parceria entre PBH e CDI-MG com a interveniência da Secretaria do Estado de Industria, Comércio e Turismo (Belo Horizonte, 1983).

Figura 22 - Perímetro do DISI-Jatobá e da Ocupação Paulo Freire



Em vermelho o perímetro do distrito de acordo com o site da CODEMIG. Em laranja a localização da Ocupação Paulo Freire. Fonte: Acervo Pessoal

O termo de cooperação traz pela primeira vez informações sobre os custos dessas operações, atribuindo à obra um orçamento de 3.800.000.000,00 Cr\$ (três bilhões e oitocentos milhões de cruzeiro¹⁰⁷). A maior parte do terreno (3.361.489m²) já havia sido comprada pela CDI-MG, que esperava receber com o acordo um aporte por parte da PBH para aquisição do terreno restante. Com esse novo convênio, ficou estabelecido que todas as obrigações quanto ao planejamento e a execução das obras

¹⁰⁷ A título de curiosidade, o valor em cruzeiros, se convertido para reais, significa uma quantia inferior à R\$ 0,01 centavos. Por outro lado, para uma comparação um pouco mais compreensível, pode-se considerar que o salário mínimo em 1983 era igual a Cr\$ 57.120,00 (cinquenta e sete mil e cento e vinte cruzeiros) o que significa dizer que o terreno valia aproximadamente 66.500 vezes um salário mínimo, o que hoje equivaleria a R\$ 62.335.434,00 (sessenta e dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil e quatrocentos e trinta e quarto reais)

do DISI-JATOBÁ ficariam nas mãos da CDI-MG, que ganharia também total autonomia na promoção e comercialização dos terrenos.

O Distrito Industrial Sócio-Integrado do Jatobá é inaugurado então em 1986, dividido em duas manchas. A primeira delas, denominada “Jatobá-A” um pouco mais à noroeste e com ligação direta à atual MG-040 e outra com nome de Jatobá-B, um pouco mais a sudeste, com uma área consideravelmente maior. Por determinação do convenio de cooperação a maior parte dos investimentos iniciais foram destinados à Jatobá-A (que hoje é conhecido como CDI Jatobá) deixando a porção B (hoje reconhecida como Distrito Industrial do Jatobá) em segundo plano.

Embora já estivesse lançado oficialmente desde 1986, o projeto do DISI-JATOBÁ (porção B) só foi aprovado entre 1991 (anuência prévia) e 1992 (loteamento aprovado), conforme consta na Planta de Parcelamento do solo (CP) do local¹⁰⁸. A partir de sua aprovação as vias foram construídas, os lotes divididos e aos poucos vendidos ou concedidos à terceiros para instalação de novas atividades industriais. Como previsto para um empreendimento sócio-integrado, partes do terreno também foram destinadas à construção de novas unidades habitacionais.

Acontece que grande parte dos terrenos não receberam nenhum uso, industrial ou social, e permaneceram por todos esses anos vazios. Na grande maioria das vezes os lotes foram repassados para investidores privados, que recebiam a cessão de uso ou até mesmo a propriedade do imóvel alienado como contrapartida para instalação de equipamentos e atividades industriais que nunca se concretizaram, permanecendo os novos proprietários com grandes terrenos vazios à espera da valorização imobiliária da região.

Embora seja difícil ter acesso às informações à respeito da propriedade desses terrenos e pouco se saiba especificamente sobre a propriedade dos lotes ocupados pela

¹⁰⁸ Informações obtidas através do Sistema de Plantas On Line (SPOL) da Prefeitura de Belo Horizonte, disponível pelo sítio <http://portal5.pbh.gov.br/plantacp/inicio.do> (acessado 04 de janeiro de 2016). A consulta é online e gratuita e é possível obter a Planta CP de qualquer parcelamento urbano aprovado a partir do logradouro, do endereço, do nome do bairro, do número da Planta CP e até mesmo do IPTU do imóvel cadastrado.

Paulo Freire (2016), dois casos específicos da ocupação do Barreiro merecem ser relatados aqui, como forma de demonstrar numericamente a valorização econômica que esses vazios podem receber com o passar do tempo. O primeiro caso diz respeito ao lote que hoje é local de moradia para as famílias da Ocupação Eliana Silva (DPMG, 2012). O segundo corresponde ao terreno onde atualmente se localiza a Ocupação Irmã Dorothy (CGE, 2016).

Em janeiro de 2002 a CDI-MG repassa com contrato de compra e venda o lote nº 29, da quadra 155 do Bairro Jatobá, com área aproximada de 15.000,00m² para a Construtora Ourivio S/A, pelo valor de R\$ 122.031,92. A transferência tem como contrapartida a criação de novos empregos para a região por meio de instalação de um novo empreendimento industrial, mas em uma ação provavelmente ilegal, o terreno é repassado no mesmo dia (23/01/2002) à Brasquímica Produtos Asfálticos em contrato de dação em pagamento¹⁰⁹ pelo valor de R\$ 424.984,97, um valor quase 4x acima do valor de compra na mesma data. Alguns meses depois, em maio, o imóvel é mais uma vez transferido como dação em pagamento da Brasquímica para a POTT Participações e Serviços Ltda., pelo valor de R\$145.415,85, que por sua vez repassa o imóvel (novamente em dação) para o Banco Bradesco quatro meses depois por R\$ 500.000,00. Finalmente o Banco Bradesco revende o terreno para proprietário privado oito anos depois, em 2010, por um valor muito próximo daquele que o imóvel possuía ainda em 2002, R\$146.000,00. (DPMG, 2012).

A mesma situação se repete com o lote nº 26 da mesma quadra também possui uma área aproximada de 15.000m². O CDI-MG vende o terreno no final de 2001 para a empresa PARR Participações Ltda. pela quantia de R\$ 121.582,24 e a PARR, sem cumprir quaisquer das contrapartidas estipuladas no contrato de venda (que determinavam a finalidade da venda como implantação de instalação industrial) transfere o terreno no ano seguinte (abril de 2002) como dação em pagamento no valor de R\$ 600.000,00 para o Banco Rural S/A que permanece como proprietário do

¹⁰⁹ Dação em pagamento é o pagamento de uma dívida por meios outros do que aqueles estipulados contratualmente entre credor e devedor. Nesse caso por exemplo, uma dívida em dinheiro que é paga com um imóvel é uma dação em pagamento, sendo o valor do imóvel considerado equivalente ou parcial ao valor da dívida total.

lote até 2011, quando o mesmo é revendido para as empresas JSC, JS, LACG e TRAMM Locação de Equipamentos Ltda. de novo pelo valor “irrisório” de R\$ 182.373,36. (CGE, 2016) A TRAMM por sua vez, revendeu o imóvel para ASACORP por R\$ 532.992,20 (DPMG, 2011)¹¹⁰.

As irregularidades nas transações deste e de outros imóveis do CDI-MG, que hoje se transformou na Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais (CODEMIG) são tão absurdas que viraram objeto de denúncia da Controladoria Geral do Estado (CGE) e estão sendo apuradas atualmente¹¹¹. Além da especulação imobiliária, as transações dos imóveis do Distrito do Jatobá parecem indicar também enriquecimento ilícito na ordem de aproximadamente R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais) com várias empresas envolvidas na venda ou dação de pagamento de 18 imóveis dos quais apenas dois cumpriram sua função determinada em contrato – instalação de atividades industriais e metade se encontram vazios ou ocupados (o que para o poder público também é considerado como “vazio-invadido”) (CGE, 2016)

Mesmo com vários donos no curso dos últimos 15 anos e com elevados valores negociados, a maioria desses terrenos permaneceu vazia, servindo em alguns momentos para usos marginais como bota-fora ilegal de resíduos, lixão, mas sem nunca cumprir sua função determinada. Essa situação foi revertida em vários deles quando a população organizada junto aos movimentos sociais passou a destinar um novo uso ao imóvel, fora do circuito das transações bancárias ilegais. Afinal, os “legítimos proprietários” não parecem tão legítimos assim à medida em que não cumpriram com suas obrigações contratuais. Os lotes permaneceram abandonados e subutilizados por mais de 25 anos sem que o governo do Estado tampouco reclamasse sua posse (já que não se cumpria a finalidade da venda) e estabeleceu-se um imbróglio jurídico sobre a real propriedade dos terrenos, situação que permite a

¹¹⁰ Essa última transação não consta no relatório feita pela CGE mas constava na denúncia da Defensoria Pública de Minas Gerais, de 2011. As datas entre os dois documentos não coincidem, por isso consideramos as datas presentes no relatório mais atual (CGE, 2016).

¹¹¹ Para detalhes ver **Relatório de Auditoria nº 5383.0052.16** (CGE, 2016)

resistência das famílias no território com menores ameaças de despejo, embora ainda sem garantias de permanência no local.

Ainda assim, no início de 2016, a CODEMIG anunciou um novo Programa de Revitalização e Modernização, a ser aplicado em 13 distritos industriais do estado de Minas Gerais, dentre os quais se encontram o Distrito de Jatobá.

Quanto ao terreno da Paulo Freire, não há muitas informações publicadas sobre sua cadeia dominial. Depois de muita pesquisa só foi possível descobrir que o atual proprietário do lote, uma empresa de transporte rodoviário, já possuía desde 2013 licença prévia concedida para empreendimento pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (COMAM) com publicação no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte (DOM). Essa licença teve seu prazo prorrogado a pedido dos proprietários novamente em 2015, mas ainda em 2016 o imóvel seguia inutilizado.

Figura 23 - Terreno da Ocupação Paulo Freire (2002 - 2016)



Fonte: Acervo Pessoal, base cartográfica: Google Earth

5.2. VAZIO-HETEROTOPIA – ARTISTICIDADES

De acordo com Borde (2006) a coexistência de sentidos positivos e negativos dos vazios – que transitam entre espaços de especulação, de projetos públicos e privados, de apropriações culturais ou sociais – faz emergir uma nova dinâmica de urbanidade. É possível enxergar os vazios como “laboratórios privilegiados de novas concepções e sociabilidades urbanas” (Borde, 2006, p.13) que alteram o processo de produção do espaço por terem se tornado elementos estruturadores da cidade. Dentre as diversas atividades que se desenvolvem nos espaços vagos (e os transformam) estão as experimentações estéticas, que permeiam os vazios de camadas de artisticidades.

É possível pensar o vazio pelo viés das artes, a partir do qual os espaços vagos são reconhecidos como espaços de potência positiva. Primeiro partindo do próprio Solà-Morales e da fotografia, quando os espaços vagos se convertiam em “fascinantes pontos de atenção”. Depois focando no trabalho de Carlos Teixeira¹¹²(1999) que reconta também pela fotografia e pela arte, uma história do vazio que permite descobrir vários momentos em que o vazio da cidade foi o ponto central de uma exposição, de uma performance ou de uma intervenção.

Para Solà-Morales (1995) os vazios são potência do estranhamento, da incerteza e da instabilidade. O que deve ser explorado e exaltado é sua própria condição vazia e não uma futura possibilidade de ocupação. Assim a arte contemporânea luta para preservar os vazios e os espaços-outros da cidade. Através do cinema, da fotografia, da performance e das artes plásticas, o vazio se torna refúgio para as imposições abusivas e controladoras da cidade homogeneizada.

Um exemplo da exaltação ao vazio na arte contemporânea é recontada por Teixeira (1999) com a exposição “*Le Vide*” de Yves Klein (1958). Uma sala na

¹¹² Carlos Teixeira é arquiteto mineiro e fundador do estúdio de arquitetura e urbanismo Vazio S/A, que desenvolveu vários projetos de intervenção arquitetônica e artística em vazios de Belo Horizonte. É o autor de vários livros que abordam o potencial interventivo dos vazios, entre eles “Em Obras: História do Vazio em Belo Horizonte”(1999); “Espaços Colaterais” (2008) e “O Condomínio Absoluto” (2009).

pequena galeria Iris Clert em Paris, totalmente pintada de branco, criava um ambiente que seria para o artista a própria “zona neutra” onde as pessoas poderiam se concentrar nas suas próprias sensações e na realidade do espaço e não na sua representação. A instalação, que teve grande repercussão na época, anunciava a positividade de um reino sensível, que no espaço se manifestava como um grande vazio. Os convites eram distribuídos com um pequeno cartão que permitia a entrada gratuita, mas aqueles que chegassem sem o convite especial teriam que pagar uma taxa de três dólares para visitar o espaço.

A noite de abertura da exposição é descrita por Klein¹¹³ como uma noite intensa, a galeria está completamente lotada e as pessoas se aglomeram ao lado de fora, esperando por uma chance de visitar o espaço. A polícia é chamada para controlar o tumulto e controlar também os visitantes frustrados que entre outras coisas querem que o artista explique porque cobrava três dólares dos convidados para que eles vissem absolutamente nada. A repercussão é resumida por Klein da seguinte maneira:

Planejada para durar oito dias, a exibição teve que ser estendida por uma semana a mais. Todos os dias mais de 200 visitantes corriam para seu interior [...] a experiência humana é de uma vasto e quase indescritível escopo. Alguns não podem entrar, como se impedidos por uma parede invisível. Um dos visitantes grita para mim um dia da porta “Eu voltarei quando o vazio estiver cheio” e eu respondo “Quando estiver cheio você não poderá mais entrar”. Frequentemente as pessoas permaneciam dentro por horas, sem dizer uma única palavra, e alguns temem ou começam a chorar. (Klein, 1982, s.p, tradução nossa)

Para Teixeira (1999), na instalação de Klein o vazio deixa de representar apenas o espaço vacante, para conceber também o espaço da abertura e da liberdade, que colocava os espectadores em contato direto com um espaço que era ao mesmo tempo ‘sensibilizante’ e ‘sensibilizado’, que simultaneamente se transformava pela presença do indivíduo-usuário, ele mesmo modificado pelo espaço em branco:

¹¹³ O relato de “Le Vide”, feito pelo próprio Klein e presente em SICH, Sidra. Stuttgart Cantz, 1994, p. 137-138 está também disponível online pelo site <http://web.tiscali.it/nouveaurealisme/ENG/klein5.htm> acessado em 30 de dezembro de 2013.

Um vazio como arte liberada de todas as suas amarras, já que esta estava sendo exibida desprendida dos confinamentos das telas esticadas, dos pedestais e das paredes, e longe dos exercícios de pintar e de esculpir. Não era o vazio como uma negação, e sim, o vazio como puro otimismo. Residindo em algum lugar entre o físico e o espiritual, Le Vide não procurava negar ou transcender o mundo, mas, sim, revelá-lo em sua totalidade, em seu modo latente, em seus novos territórios ainda inexplorados. (Teixeira, 1999, p. 207)

Está anunciado no “*Le Vide*” de Klein o espaço de energias latentes que os vazios representam para a cidade. Porque os vazios representam sentidos de incompletude urbana, para os quais os homens inventam respostas criativas, como “reação de um corpo que precisa de problemas para exercitar sua capacidade de pensar e reagir contra as irregularidades” (Teixeira, 1999, p. 272).

É através dos vazios também, ou da relação com os espaços abertos e públicos da cidade que vários grupos de artistas vão atuar, desde meados do século XX, para discutir a relação entre o público e o privado. Enquanto o campo das artes já celebravam o vazio¹¹⁴, a arquitetura todavia ainda perdurava em tratá-los cegamente como os espaços de desperdício.

Para retomar uma potência transformadora desses espaços, a arquitetura se volta (naturalmente) para a concepção dos vazios como os prováveis *locus* de revitalização de uma cidade que constantemente os ignora mas que raramente consegue se expressar pelos cheios. Há nos espaços vagos, de acordo com Teixeira (1999), uma força e energia que são estratégicas na busca do equilíbrio entre o construído pela arquitetura e o vácuo necessário do desenho urbano, e esse equilíbrio ocorre através de um urbanismo da “ecologia cinza”. Esse novo urbanismo, seria cinza porque encontraria um meio-termo entre a produtividade e a constante necessidade de planejamento nas cidades de um lado e a “rendição ao improvisado e à necessidade da improdutividade” do outro.

¹¹⁴ Além de Klein temos como exemplos o poema da página em branco de Stéphane Mallarmé; a música do silêncio de John Cage e o filme do cineasta Wim Wenders, “Wings of Desire” (Teixeira, 2009) e também os trabalhos dos Situacionistas, do grupo Fluxus, Land Art e TAZ, que embora tratassem mais da interface entre espaços públicos e privados, repensaram territorialidades muitas vezes construídas a partir dos vazios (Ganz, 2009)

Como resposta a um crescimento tão especulativo e mesquinho, os vazios da ecologia cinza introduzem um tipo diferente de produtividade; uma produtividade que nos permite uma suspensão temporária da atração gravitacional da necessidade, da função, da lógica, do senso comum e de tudo geralmente associado a palavra urbanismo. Eles aceitam a necessidade da perda, aceitam o delírio coletivo das cidades: o delírio do dispêndio e da improvisação, dos jogos e das festas, dos carnavais e dos festivais, das compras e dos rituais arcaicos - atividades ligadas à cultura dos eventos. Eles recebem os excessos que estão fora do domínio da economia clássica, incorporando uma alucinação antieconômica que, afinal, é fundamental para o funcionamento da economia dos economistas. Nesse sentido, os citados "espaços públicos desplanejados" podem ser vistos como saudáveis manifestações em uma cidade onde o mercantilismo acabou por preencher todos os vazios planejados; eles podem ser vistos como uma ocupação espontânea do espaço urbano em uma cidade que desistiu de se planejar. Ecologia cinza: urbanismo dos detritos, dos gastos e do desperdício que, numa inversão de valores, se transformam em matéria prima para um ecossistema a um só tempo ineficiente e eficiente. (Teixeira, 1999, p.277)

Mas no percalço da revitalização urbana, a arte pode ganhar um outro papel, que caminha na esteira contrária da potência transformadora que normalmente se espera encontrar, mas que deve ser considerado relevante tanto quanto. É quando, como afirma Natacha Rena¹¹⁵ (2016), o discurso da arte e da cultura servem como base para a expropriação dos bens comuns e para a privatização dos espaços coletivos da cidade: a revitalização através do embelezamento, da higienização e da gentrificação.

Essa desvirtuação da produção artística, que conforma também as bases para um vazio especulativo, é explicada a partir do contexto de neoliberalismo crescente em que a cidade substitui o papel antes exercido pela fábrica (como local onde o trabalho era explorado e a mais-valia extraída) e a produção cotidiana dentro e fora das fábricas vira mercadoria através do capital financeiro. A arte se transforma, como

¹¹⁵ Natacha Rena é arquiteta e pesquisadora brasileira, professora na Universidade Federal de Minas Gerais e coordenadora do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, cujo trabalho é focado na produção do espaço urbano contemporâneo a partir dos processos de globalização, conectando teoria e prática através da atuação em redes. Seu trabalho tem influências deleuze-guattariana, foucaultianas e principalmente nos trabalhos de Hardt e Negri.

todos os outros processos, em um produto a ser consumido, e por isso um objeto de segregação social.

Nesse sentido, as próprias camadas de artisticidades presentes nos vazios-heterotopias podem tomar aspectos distintos, e configuram elas também, exemplos de dualidades justapostas. As experimentações estéticas que atravessam os espaços vagos possuem elas próprias propriedades de abertura e fechamento, possibilidades para inclusão de novos sujeitos ou para segregação dos sujeitos existentes. As experiências recontadas aqui, embora focadas mais nos usos insurgentes dos vazios artisticamente transformados, não podem deixar de considerar essa outra faceta das práticas estéticas.

5.2.1. VAZIO HETEROTOPIA 02

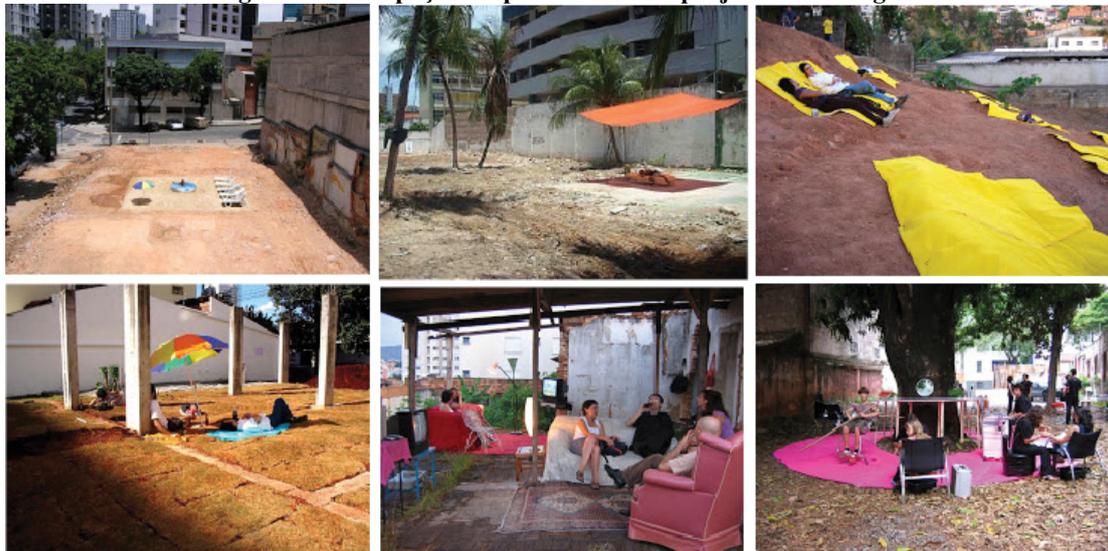
Um total de dezesseis ocupações experimentais ocorreram em lotes vagos espalhados por Belo Horizonte (e algumas outras cidades) entre abril de 2005 e março de 2008. Essas ocupações foram propostas por vários artistas, moradores vizinhos, grupos de pesquisa e coletivos urbanos em articulação ao grupo *Ambulante Construções*, composto pelos arquitetos Louise Ganz e Breno Silva¹¹⁶. A ideia era experimentar através de uma prática político-estética, formas de ativação dos espaços da cidade tidos como ociosos, com a participação das comunidades do entorno. Todas essas experiências foram reunidas em um livro, *Lotes Vagos* (2009) que discute a relações estabelecidas através desses experimentos urbanos, entre o espaço e seus “usuários”.

Foram proposições diversas, entre indicar o caminho das estrelas no chão de terra batida à desenhar os caminhos percorridos pelos transeuntes em um lote de esquina que era também um atalho; ou transformar o espaço ocioso em uma espécie de *spa* funcionando como extensão do salão de beleza vizinho e reativar com móveis

¹¹⁶ Louise Ganz e Breno Silva são arquitetos e artistas, idealizadores do projeto *Lotes Vagos*, que O trabalho realizado em conjunto tem influências de Michel Foucault mas principalmente dos Situacionistas e da obra de Guy Debord.

emprestados a sala de estar de uma casa abandonada em escombros. Intervenções diversas que duraram poucas horas, alguns dias ou até mesmo meses. Mas aquela que recebeu mais destaque no livro foi a primeira ação executada, que recebeu o nome de “100m² de grama”.

Figura 24 - Ocupações experimentais do projeto Lotes Vagos



Fonte: Adaptado de Ganz; Silva (2009)

Essa ocupação experimental aconteceu justamente em um dos lotes vazios do Bairro Funcionários, um terreno com 500m² onde permaneciam há mais de sete anos, entre lixos, matagal e poças d’água, as estruturas de fundação de uma obra abandonada. A ocupação, que se estendeu por três meses (entre abril e junho de 2005) teve como principal catalisador um tapete de 100m² de grama que o grupo negociou com uma empresa de paisagismo, instalado no local junto aos moradores. Esse espaço gramado foi ponto de partida para uma série de experiências que evidenciavam as relações cotidianas entre os indivíduos presentes e o próprio espaço:

Não convocam e não convidam ninguém, apenas “ativam os 100m², sem necessariamente contratar, solicitar, apenas começar a plantar e aguardar o que e quem chega, problematizando a possibilidade do ACONTECIMENTO”. Deixando os outros 400m² de área “potencialmente sob tensão”, ficariam à espera de uma adesão espontânea das pessoas para que elas o incorporassem em seu cotidiano (Ganz; Silva, 2009, p. 39).

As intervenções aconteciam sempre com a permissão dos proprietários, que topavam a ocupação por vislumbrarem alguma vantagem pessoal específica, acharem a ideia interessante ou simplesmente por acreditarem que “não fazia diferença

alguma”. No caso específico do lote do Funcionários, o interesse do proprietário era conseguir com a intervenção uma limpeza para o terreno que constantemente recebia multas e notificações da prefeitura pelo estado de abandono em que se encontrava, com acúmulo de resíduos, focos de criadouro de mosquitos e matagal não capinado (Ganz; Silva, 2009).

Foram vários encontros com os moradores do entorno para definir os detalhes da ação. Nesses encontros uma moradora em especial se interessou pela possibilidade de transformar, ainda que provisoriamente, aquele espaço descuidado. Era ela que havia feito por todos esses anos as denúncias junto à prefeitura, insistindo sempre para que alguma providência fosse tomada para remediar a situação daquele lote que se destacava do espaço conhecido. O terreno abandonado já era para a vizinha uma heterotopia à medida em que se sobressaía de um cotidiano local manifestando tempos passados de uma obra inacabada que foi congelada no espaço.

Ficou decidido depois de alguns encontros pelo plantio de 100m² de grama, que ocorreram após a limpeza do espaço, que foi conseguida através de um acordo com a prefeitura. A limpeza do lote, feita por uma equipe da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) fazia parte de uma negociação entre os arquitetos e a PBH. A proposta inicial previa aos lotes emprestados a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) durante o tempo em que permanecesse ocupado, mas esse acordo não foi possível. No lugar, a prefeitura disponibilizou o serviço de limpeza e roçagem dos lotes que tivesse um contrato de empréstimo de no mínimo dois meses.

Feita a limpeza, foi a vez do espaço ser transformado pelos arquitetos, junto à vizinhos, amigos e também curiosos que passavam no entorno no momento da intervenção. As placas de grama foram instaladas ao longo de uma semana e no final de semana foi organizado um churrasco, como dia de descanso. Todos os dias diferentes interações ocorriam e transformavam o espaço: envolvimento dos vizinhos, do comércio local que oferecia lanches, da escola infantil em frente ao lote que planejava uma horta com alunos e pais. Várias ações se desdobraram a partir daquele plantio de grama, que foi afinal o grande ativado do lugar:

Todo o processo foi uma construção de situações. A experiência estética está em todo o processo, que envolveu o acoplamento da ação, das pessoas, ‘do público’ e do espaço. Laços afetivos se

criaram espontaneamente entre as pessoas e o lugar. Desprendimentos e desejos foram revelados. Forças coincidentes que agiram como transformadores na vida cotidiana. Os 100m² de grama foram o ativador do lugar. Os outros 400m² ficaram disponíveis para que as pessoas incorporem-no a partir de seus interesses e desejos. Entendemos que ativar os 100m² é ativar todo o lote pois coloca em evidência a existência de possibilidades. (Ganz; Silva, 2009, p. 28)

Por meio da ocupação do vazio os autores identificam uma série de ações micropolíticas que ultrapassam a arte e a arquitetura e são desencadeadas pelas relações estabelecidas no uso do espaço. Essas relações parecem indicar para a criação de linhas de fuga, momentos potentes de transformação em que as lógicas maiores são subvertidas ou pelo menos questionadas. Nesse caso, o que se questiona é principalmente a hierarquia da propriedade privada e também a possibilidade de transformação que existe no que é efêmero.

Figura 25 - 100m² de Grama, ocupação experimental do projeto Lotes Vagos



Fonte: Ganz; Silva (2009)

Primeiro é o próprio jogo de interesses que se estabelece entre todos os envolvidos, o proprietário que empresta o terreno, os artistas que dão o primeiro passo para a intervenção, os vizinhos e os passantes que se apropriam do terreno e também as empresas e negócios que patrocinam a empreitada (como por exemplo a empresa de paisagismo que doou as placas de grama com a condição de ter em troca uma faixa de propaganda afixada na entrada do lote). Esse jogo de interesses desencadeia processos de negociação que são também ações micropolíticas e que os autores denominam como “táticas de infiltrações”. Uma terceira micropolítica são os próprios circuitos de relações estabelecidos a partir da ação, na tentativa de conseguir um espaço emprestado, de negociar uma limpeza, de arrumar 100m² grama, etc. (Ganz; Silva, 2009).

Mas quiçá o ponto mais relevante para a experiência dos “100m² de grama” seja a análise que os artistas fazem da relação estabelecida entre a arte e o Estado-capital, já que suas ações foram sempre realizadas a partir de patrocínios de grandes empresas e leis de incentivo fiscal. Para Ganz e Silva (2009) dentre os vários interesses e forças que compunham a ação e suas negociações, talvez esse fosse o interesse mais velado, um campo de forças que nem sempre fica evidente, mas que está sempre presente “nos sistemas das artes financiadas por grandes empresas”. Nesse contexto, a arte se vê limitada em vários aspectos, que é preciso de alguma forma “superar sem extrapolar” para que ainda assim sejam práticas de resistência:

Converte-se em artista responsável social por demanda prescrita empresarial, para fazer valer seu campo de trabalho nas artes contemporâneas, e se for preciso, para mantê-lo. Então se submete a diversas passagens de trabalhos e tendências: bolsas, residências artísticas, arte pública, sites, contextualismos, arte participativa, e a veleidade desse processo soa como amadurecimento artístico. Aqui detectamos a resistência da resistência. (...) Se por um lado os trabalhos dessa vertente do sistema das artes possuem a característica de resistência ao modo prescrito de existência consumista, tendo como grande foco as amarras do capitalismo mundial integrado, por outro, passam a resistir de extrapolarem esse sistema das artes na medida em que um distanciamento perturbaria a própria inserção deles nesse sistema. (Ganz; Silva, 2009, p. 58)

Assim, a experiência de “100m² de grama” se coloca dentro do sistema à medida em que é financiado por ele, mas ao mesmo tempo fora porque a partir do vazio heterotópico estabelecem-se “relações e vínculos afetivos, políticos e mesmo econômicos que dificultam a cooptação em sua inteireza deste ‘trabalho’ pelo sistema

das artes” (Ganz; Silva, 2009, p. 63). É, por esse ponto de vista, uma ação de devir-menor que ativa pessoas, relações e espaços e que desaparece com a mesma velocidade em que transforma quando é existente.

5.2.2. VAZIO HETEROTOPIA 04

As instalações Amnésias Topográficas idealizadas pelo arquiteto Carlos Teixeira junto à Louise Ganz deram novos usos a uma forma de vazio urbano muito inusitada, mas ao mesmo tempo muito presente nas cidades: as palafitas de concreto que sustentam edificações por toda a cidade. A pedido do grupo Armatrux, uma companhia de teatro de rua, o arquiteto projetou, em duas ocasiões diferentes, palcos fragmentados por entre as palafitas de prédios residenciais do bairro Buritis, em Belo Horizonte.

Teixeira (1999, 2008, 2010) vem estudando e experimentando com os vazios urbanos há muito tempo, e Amnésias - embora não seja seu único projeto nesse tema - é certamente um dos mais conhecidos:

A paisagem das grandes cidades é composta por muitos elementos residuais. Regiões vacantes, vazios subutilizados e terrenos baldios são áreas abertas à pressões econômicas e sociais que produzem a cidade. Amnésias Topográficas, no entanto, é um projeto que procura entender as estratégias de projeto nesses locais, buscando mostrar tanto os limites das intervenções convencionais quanto as possibilidades de intervenções efêmeras. (Teixeira, 2010, p. 22)

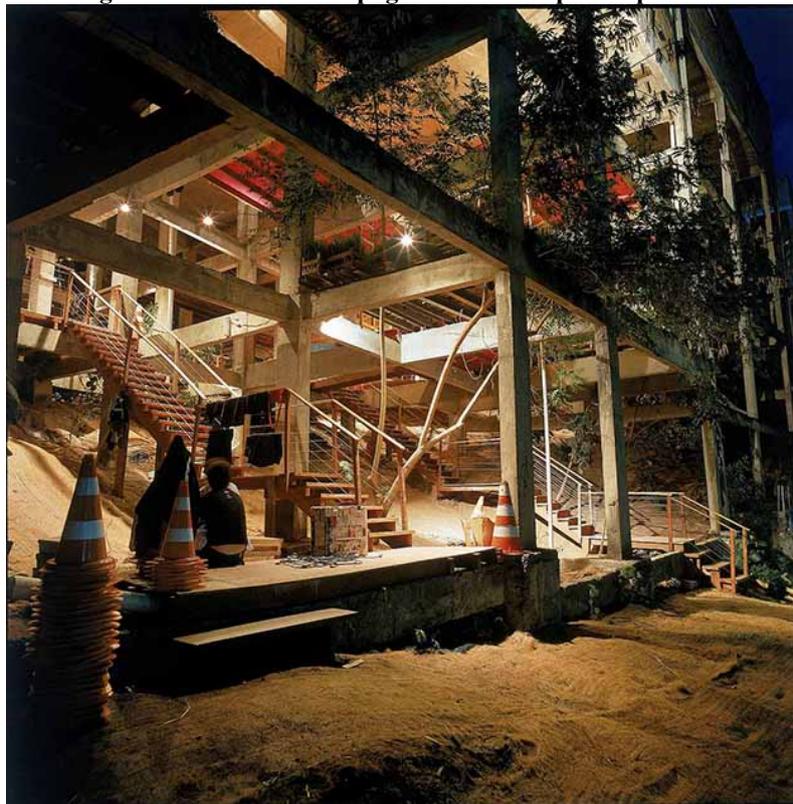
As estruturas de palafitas dos edifícios são analisada pelo arquiteto em comparação com os pilotis da arquitetura moderna, elementos que soltavam a edificação do terreno liberando um vazio no térreo, um espaço que serviria de comunicação entre os espaços privados do edifício e os espaços públicos da rua, mas principalmente um lugar por onde a natureza e a vegetação pudessem ser integrados aos espaços arquitetônicos. As palafitas, por sua vez, seriam uma espécie de mutação do pilotis, uma novo corpo estranho de ligação entre natureza e arquitetura:

Com algumas semelhanças: ambos servem para separar os prédios da natureza e do contato direto com o terreno. E com diferenças fundamentais, também: ao contrário do pilotis, que em princípio servem para integrar os prédios e moradores nas áreas verdes, as palafitas mantêm a natureza como algo intangível. No final, os dois

principais elementos do bairro (mato e palafitas), ambos de uma beleza espetacular (ainda que um espetáculo despercebido), ironicamente não são acessíveis nem para moradores e nem para a comunidade em geral. (Teixeira, 2010, p. 28)

Junto à Louise Ganz, Teixeira cria um vazio-heterotopia teatral, transformando as estruturas aparentes de dois prédios vizinhos em uma sucessão de passarelas, escadas e plataformas, criando palcos multi-nivelados por onde os artistas se apresentaram. As intervenções acontecem em dois espetáculos distintos, cada uma com um formato particular. No primeiro projeto, Amnésias I, uma arquibancada para plateia foi construída em um lote vago nos fundos do terreno, assim o público assistia aos atores que se moviam de um tablado para o outro. Em Amnésias II, os espectadores se tornaram em parte ativa do espetáculo e percorreriam caminhos por entre tábuas de madeira, enquanto os atores apresentavam micro-cenas, criando uma nova experiência teatral, uma perspectiva e uma interação diferentes para atores e observadores.

Figura 26 - Amnésias Topográficas e seus palcos-palafitas



Fonte: Teixeira (2010)

Através do projeto, os arquitetos procuravam abordar as relações entre os espaços públicos e privados e principalmente discutir a crescente privatização da

cidade. Amnésias se configurava como uma crítica pertinente à falta de relação entre a arquitetura e seu território imediato, o próprio lote, situação frequentemente imposta pelo mercado que precisa sempre aproveitar o máximo do espaço, com o menor investimento possível. Era também uma crítica à falta de criatividade (ou de poder de negociação?) dos arquitetos para lidar com esses impasses. (Teixeira, 2010)

Figura 27 - Amnésias Topográficas, palafitas do bairro Buritis



Fonte: Teixeira (2010)

Belo Horizonte é uma cidade de relevo acidentado e em vários bairros a questão topográfica é um desafio. Somados às características físicas naturais do território, já vimos em Costa (1998) que também as legislações urbanísticas de parcelamento, ocupação e uso do solo (LPOUS) são fatores determinantes para o processo de produção do espaço urbano. O trabalho de Leticia Epaminondas¹¹⁷(2006) nos ajuda a compreender os resultados desses dois componentes (característica topográfica e legislação urbanística) na organização territorial e na composição do espaço construído do Buritis.

¹¹⁷ Leticia Epaminondas é arquiteta da Prefeitura de Belo Horizonte e mestra em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Sua dissertação de mestrado “A legislação urbanística e a produção do espaço: estudo do Bairro Buritis de Belo Horizonte” (2006) analisa as principais leis municipais de parcelamento ocupação e uso do solo especialmente sua relação com a produção do espaço urbano, usando o bairro Buritis como estudo de caso.

O bairro Buritis, na região oeste da cidade, fazia parte da Fazenda Tebaídas, e permaneceu como parte da Zona Rural do município até meados da década de 1970 quando começou a ser desmembrada e alguns de seus terrenos vendidos (Epaminondas, 2006). Nessa ocasião, a primeira lei de uso e ocupação do solo da cidade era aprovada (Lei nº 2662/76) e definia o bairro Buritis como uma Zona de Expansão Urbana (ZEU) inserido em uma área com predominância de ocupação unifamiliar de acordo com seu modelo de parcelamento.

O loteamento do bairro foi lançado e divulgado como um grande projeto residencial unifamiliar, nos moldes de um condomínio, mas sua concretização, principalmente no que diz respeito às dimensões dos lotes, seguiu muito mais as determinações de um perfil mercadológico instituído (a propaganda de que o Buritis seria um bairro exclusivamente residencial e unifamiliar) do que das definições da legislação.

Assim sendo e a despeito do discurso dos proprietários, o projeto de parcelamento foi desenvolvido seguindo o modelo tradicionalmente adotado em Belo Horizonte - reduzido número de vias, quarteirões extensos com o máximo de aproveitamento em lotes comercializáveis, áreas verdes e de equipamentos coletivos localizados em terrenos de relevo acidentado e de menor valor de mercado ou onde o parcelamento não era legalmente admitido. A topografia acidentada do local, a configuração dos quarteirões, a previsão de especialização dos espaços - maior diversidade de usos nas vias coletoras e arteriais, usos residenciais nas vias locais - todos estes fatores concorriam para a criação não de um novo “modo de morar” mas para reprodução de um espaço economicamente eficiente para a reprodução do capital imobiliário (Epaminondas, 2006, p. 83)

O modelo de adensamento adotado no início do bairro gerou uma ocupação de baixa volumetria, com unidades residências maiores do que as normalmente encontradas na zona sul transformando o lote do Buritis em um “produto diferenciado no mercado de imóveis do município”. Mas apesar da rapidez com que os lotes foram vendidos, poucos deles foram realmente ocupados, indicando que “o bairro se inseria num comportamento mais conservador de mercado imobiliário, direcionado para utilização dos terrenos como reserva de valor” (Epaminondas, 2006, p. 85).

O boom de ocupação do bairro acontece mesmo a partir da década de 1990, até 1995 ainda seguindo os parâmetros da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1985 (Lei nº 4034/85) mas a partir de 1996 obedecendo às determinações da nova LPOUS (Lei

nº 7166/1996) . Essa nova legislação, ao classificar a área do Buritis como Zona de Adensamento Preferencial (ZAP) potencializou o interesse imobiliário no bairro, e disparou um ciclo de construções já bem diferentes daqueles divulgados no início do loteamento:

A nova classificação foi definida considerando a infraestrutura implantada e a grande disponibilidade de terrenos vagos no bairro,¹¹³ mas também levando em conta os conflitos presentes na ocasião da discussão da LPOUS. Segundo entrevista com Sra. Flávia M. P. AMARAL (2005), setores ligados à construção civil condicionaram a aceitação de parâmetros mais restritivos para a ZA à adoção de ZAP para as áreas consideradas de expansão da Zona Sul da cidade, o zoneamento do Buritis teria entrado neste acordo, como uma espécie de mecanismo compensatório. Restringia-se, de um lado, a capacidade de atuar em áreas tradicionalmente mais valorizadas¹¹⁴ e, de outro, abria-se uma nova frente de atuação, mais variada, com parâmetros legais mais permissivos e com maior facilidade de aquisição de lotes - os terrenos eram desocupados, não demandando custo de demolição e eram relativamente mais baratos (Epaminondas, 2006, p. 87)

É nessa situação que vários prédios começam a ser construídos no bairro. De acordo com Epaminondas entre 1997 e 2000 foram aprovados 167 projetos para o bairro, com uma área construída de 318.371,16 m². Mas se as condições de legislação e mercado estavam favoráveis o mesmo não podia ser dito quanto às condições topográficas, e a união entre esses três aspectos foi o que gerou o cenário de palafitas que encontramos hoje. A LPOUS permitia um coeficiente de aproveitamento máximo de 1,7 e como as estruturas não contam como área construída, a solução para o aproveitamento máximo do potencial construtivo do lote era a que se observa hoje pelo bairro: empilhar apartamentos em uma estrutura a vários e vários metros do chão, construindo vários “andares” que embora tenham altura considerável, não entram nos cálculos do potencial construtivo.

Em Amnésias Topográfica o vazio-heterotopia das palafitas evidencia a justaposição de heterocronias e de espaços contraditórios exatamente como Foucault a descreveu, no espaço do teatro. As heterocronias do Buritis sobrepõem mudanças de legislação e dinâmicas imobiliárias que resultaram em um cenário urbano completamente atípico no nosso imaginário de cidade (afinal, palafitas não fazem parte do nosso ideal de paisagem urbana).

Se para Foucault a disjunção se expressava no palco por onde uma série de lugares estranhos são encenados, no caso de Amnésias não só o palco era uma justaposição de espaços outros, mas todo o vazio se configurou como tal. Um elemento construtivo que virou ao mesmo tempo cenário e possibilidade de reflexão, momento de abertura para espaços nunca acessados, não só porque são privados mas também porque são praticamente invisíveis no cenário urbano (embora contraditoriamente sejam tão marcantes na paisagem).

5.3. VAZIO-HETEROTOPIA – FUNÇÃO-SOCIAL

Abordar os vazios a partir da função social significa analisar a falta de usos, de construções ou de funcionalidade de um determinado espaço dentro de uma perspectiva de interesses da coletividade. Dessa forma, é um vazio urbano o prédio público abandonado em áreas centrais que poderia ser utilizado como habitação de interesse social¹¹⁸, mas que se encontra desocupado. Igualmente não cumprem sua função social e portanto, configuram vazios urbanos, os terrenos particulares que se mantêm desocupados ou subutilizados, à espera de um aumento do valor do terreno que proporcione aos seus proprietários benefícios individuais no futuro, num processo contínuo de especulação imobiliária, como já abordamos anteriormente. Ao ponderar os vazios-heterotopias a partir do interesse coletivo, define-se que eles são espaços para os quais novos usos e apropriações são desejáveis ou até mesmo necessários (se assim prevê a legislação).

A concepção de função social, que “foi introduzida no discurso jurídico no início do século XX pelo francês Léon Duguit¹¹⁹ sob influência do pensamento de Saint-Simon e de Auguste Comte¹²⁰” (IPEA, 2015, p. 35) se entende como a prevalência de uma função coletiva acima do direito absoluto da propriedade privada. Essa concepção incube aos terrenos (nesse caso tanto os rurais quanto os urbanos, de acordo com a legislação) o cumprimento de alguns requisitos determinados por lei para garantir o aproveitamento racional e adequado de recursos, tanto dos recursos naturais quanto dos recursos de infraestruturas providos pelo espaço urbano.

¹¹⁸ O exemplo da habitação social é usado por ser um dos usos que permitem flexibilização dos parâmetros de ocupação em algumas legislações municipais, apresentando condições favoráveis e desejáveis para implementação em áreas centrais.

¹¹⁹ Léon Duguit foi um filósofo do direito e jurista francês, autor de livros importantes para a área do direito como “Fundamentos do Direito”(1911), “Transformações Gerais do Direito Privado” (1912, tradução nossa) e “Transformações Gerais do Direito Público”(1913, tradução nossa) . Seu trabalho se embasa na crítica às ideias jurídicas tradicionais, com grande repercussão no campo do direito público.

¹²⁰ Saint-Simon foi um economista francês e um dos principais precursores do socialismo moderno, considerado por muitos como o pai da sociologia juntamente à Auguste Comte, filósofo francês e idealizador da filosofia positivista, uma concepção de mundo não-teológica a partir do qual se desenvolveu a ciência moderna.

No contexto brasileiro, o Estatuto da Cidade já prevê instrumentos que abordam o vazio sob a perspectiva da função social, denominando tais espaços como solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado (Brasil, 2001). Na legislação brasileira a aplicação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, bem como o IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, são procedimentos de prevenção de vazios urbanos, à medida que induzem o cumprimento da função social da propriedade.

A ausência de função social auxilia além disso, na distinção entre áreas vazias e áreas verdes. Áreas de parques, praças e espaços verdes em geral, embora muitas vezes se configurem vazios (por falta de usos, por falta de construção ou por falta de usuários) cumprem uma função social, seja como espaço de lazer e convívio, ou como espaço de preservação ambiental, e por isso não podem ser considerados vazios urbanos. Contudo, ainda que o recorte metodológico seja extremamente objetivo, sua delimitação ainda esbarra em algumas contradições. A começar pela própria diversidade na determinação do cumprimento da função social, já que de acordo com o artigo 182 da Constituição Federal “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” (Brasil, 1988).

Isso significa que cabe à cada município a definição do que seria ou não um vazio urbano no seu território, podendo este ser determinado por diferentes parâmetros. O relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2015) que avalia a regulamentação e a aplicação dos instrumentos compulsórios e do IPTU progressivo nos municípios brasileiros, demonstra que os dispositivos presentes nos planos diretores se diferem muito, tanto porque partem de diferentes diretrizes ou objetivos de política urbana, quanto porque os critérios para delimitação das áreas de incidência dos instrumentos compulsórios ocorrem de maneira um tanto aleatória, sem nenhum tipo de estratégia comum (IPEA, 2015, p.50).

Uma outra discussão acerca da função social se faz pertinente, ao abordar áreas de estacionamento como vazios urbanos, o que também já comentamos anteriormente.

5.3.1. VAZIO HETEROTOPIA 01

Em meio às comemorações do Dia Internacional da Mulher, integrantes do Movimento de Mulheres Olga Benário ocuparam, junto de outras apoiadoras, o Edifício Cássio Pinto, antiga propriedade da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e atualmente em posse do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MG), uma edificação de apenas dois andares na esquina com a Rua Espírito Santo e bem no Centro de Belo Horizonte, que se encontrava há quase vinte anos desocupada.

Figura 28 - Ocupação Tina Martins, segundo andar antes da limpeza das benárias



Fonte: acervo pessoal

A ocupação foi planejada para dar destaque à pauta das mulheres trabalhadoras na data que marca a luta pelo direito das mulheres mundialmente e recebeu o nome de Tina Martins¹²¹, reivindicando inicialmente mais casas abrigos, delegacias 24 horas e creches em tempo integral. O ato estava vinculado à uma série de outras ações realizadas nacionalmente pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, movimento feminista classista que luta pelo direito e pela segurança das mulheres e que em Minas Gerais está fortemente articulado ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e às ocupações urbanas.

O que seria originalmente um ato político temporário, se transformou em ocupação permanente muito rapidamente, já que de acordo com algumas benárias¹²² já era possível perceber naquelas primeiras vinte e quatro horas, a força da pauta e a urgência das reivindicações feitas. Era também notável que a localização geográfica do espaço se traduzia em visibilidade à causa, quase como se fosse preciso realmente “ver com os próprios olhos” para apreciar a luta coletiva que ali se estabelecia.

Já no primeiro dia de ocupação ocorre a primeira reunião na Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) que abriga o Conselho Estadual da Mulher (Girundi, 2016) e a partir de então, transcorreram-se 87 dias de ocupação na Guaicurus, dos quais 67 foram acompanhados por mesas de negociação que envolviam instâncias de governo federal, estadual e municipal.

Desde o início da ocupação e das negociações com o Estado parece ter ficado claro a impossibilidade de transformar aquele vazio-heterotopia (que aos olhos do estado ainda era vazio mesmo quando estava ocupado) em casa abrigo, principalmente pelas restrições mandatórias à um espaço de abrigo que garantam a segurança e a privacidade da abrigada. Assim a Ocupação Tina Martins

¹²¹ O nome é uma homenagem à Esperitina Martins, jovem anarquista e militante feminista que aos 15 anos se transformou em uma referência na luta da mulher operária quando, durante os confrontos entre grevistas e militares conhecido como a Batalha da Várzea em Porto Alegre, jogou na cavalaria da Brigada Militar uma bomba escondida em um buquê de flores, causando sérios danos à tropa e culminando na vitória dos trabalhadores. (Informações retiradas do sítio: <http://mulheres-incriveis.blogspot.com.br/2014/06/espertirina-martins.html>, acessado em 24 de agosto de 2016)

¹²² Em Belo Horizonte, as integrantes do Movimento de Mulheres Olga Benário se tratam pelo nome de benárias, termo que pego emprestado aqui.

foi aos poucos se transformando em um espaço destinado ao acolhimento e ao fortalecimento das mulheres, construindo uma pauta de luta feminista através da experiência vivida durante os quase três meses no imóvel.

Durante esse tempo, uma intensa programação foi proposta para a casa, e várias das atividades abordavam direta ou indiretamente a construção de uma pauta feminista na cidade. Surge daí uma função social que o espaço vazio nunca abrigou. Foram realizados aulões, rodas de conversa, oficinas de canto, de violão, cine-debates e vários eventos culturais e todas as atividades propostas tentavam seguir o mote “feito por mulheres, para mulheres”. As discussões giravam em torno da emancipação financeira, emocional e material da mulher, discutindo a disparidade no mercado de trabalho, a violência doméstica e vários outros tipos de violência institucionalizada, as obrigações familiares e a falta de representatividade política.

Figura 29 - Casa de Referência da Mulher Tina Martins



Fonte: Adaptado de fotos disponíveis na página da Tina.

Além das vivências diretas com as abrigadas e da contribuição de uma rede ampla de apoiadoras feministas e apoiadores diversos, foi também a partir das próprias mesas de negociação que as atividades propostas pela Tina iam tomando

forma, que as pautas defendidas iam se transformando e se consolidando, e que um projeto de Casa de Referência começava a nascer. É portanto, fundamental entender de quem era o vazio ocupado, já que esses proprietários, talvez mais do que os outros, foram atores importantes nas negociações.

No caso da Ocupação Tina Martins compunham as mesas de negociação o Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MG) e a Superintendência de Patrimônio da União (SPU) juntamente com outros representantes de instâncias estaduais e municipais, além, é claro, das representantes do Movimento de Mulheres Olga Benário e dos advogados da Tina Martins. Foi a partir dessas negociações que surgiram todas as resoluções para a desocupação do edifício, e a transferência da Tina Martins para outro vazio localizado no bairro Savassi.

Figura 30 - Ocupação Tina Martins no "prediozinho" à Rua Guaicurus



Fonte: Google Maps

Após um intenso processo de negociação com o Estado, ficou definido que a Tina desocuparia o prédio à rua Guaicurus, e passariam a ocupar um outro vazio na região da Savassi, que antes abrigava o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e se encontrava desocupado desde sua saída, em 2011¹²³. No dia 02 de

¹²³ Essa data foi informada por uma das integrantes da Tina Martins mas ainda não foi possível confirmar a informação.

Junho de 2016, após 87 dias de ocupação e ações que se constituíam através de vivências comuns, as *benárias* se despediram do prédio no centro, e deram boas vindas à nova Casa de Referência da Mulher Tina Martins, localizada em uma das áreas mais nobres da cidade de Belo Horizonte.

A mudança para um novo vazio de certo transformou o cotidiano da casa, principalmente ao deixar de ser uma ocupação para se tornar um espaço com a tutela do Estado. A primeira das mudanças veio com o próprio nome. De acordo com integrantes do Olga Benário, o novo nome para a Tina Martins é uma junção das duas funções que o espaço da casa pretende abrigar: de um lado, permanece o desejo a de ser casa abrigo, ainda que com algumas limitações e adaptações; do outro lado, surge a ideia de se tornar um centro de referência, ideia essa que foi crescendo e se consolidando junto com a ocupação. A Tina renasce então como Casa de Referência da Mulher, um espaço autogestionado que se propõe a funcionar a partir de quatro eixos.

Figura 31 - Nova sede da Tina Martins



Fonte: Acervo pessoal

O primeiro eixo é o de assistência emergencial, que trabalha junto à rede de enfrentamento do estado para receber e encaminhar mulheres vítimas de violências ou em situações de vulnerabilidade. O segundo eixo promove a informação permanente, trabalhando em direção à conscientização das mulheres de seus direitos, e dos locais existentes e procedimentos necessários para que elas lutem por ele. O terceiro eixo é o

da independência financeira, através da criação de uma rede de apoio que possibilite às abrigadas conhecer novos ofícios, participar de cursos de capacitação e receber o apoio necessário para sair da condição de dependência financeira do abusador. O quarto e último eixo é o da formação cultural, que se desdobra em formação política, cultural e econômica, e que se aplica não só às abrigadas (em uma série de atividades internas) mas também à comunidade externa e às apoiadoras (através de várias atividades externas).

Atualmente, percebemos que o acolhimento e as demais atividades da casa se apoiam nas mesmas práticas de autogestão que ajudam a construir e a promover o espaço. Todas as atividades realizadas pela Tina Martins, desde a limpeza da casa, à alimentação das moradoras, até as atividades voltadas para o público externo, que incluem aulas de línguas estrangeiras, palestras e rodas de conversas, são realizadas coletivamente, por benárias e abrigadas. Além das atividades do dia-a-dia, várias ações pontuais são realizadas juntamente à uma rede de apoiadoras:

Dentro das paredes da Casa Tina Martins, a vida parece a de uma grande comunidade. Tudo é compartilhado, as tarefas são divididas, e o dia a dia é sempre comum. Porém, trata-se de um lugar com mulheres vítimas de violência, que tentam se reerguer depois de suas tragédias pessoais. Ali não há julgamento, burocracias ou perguntas invasivas: a porta está sempre aberta. (Ferreira, 2016)

O vazio-heterotopia da Tina apresenta um sistema de abertura e fechamento que é talvez sua característica mais peculiar (principalmente no que normalmente conhecemos das dinâmicas de ocupação). É um vazio que se encontra aberto para o uso de todos, como afirma Ferreira (2016) mas que ao mesmo tempo tem seu acesso restrito. Essas restrições atendem ao próprio propósito da Casa, que sendo um espaço também para acolhimento de mulheres em situação vulnerável deve garantir lugares de privacidade e recolhimento. Assim, o quinto princípio heterotópico se expressa na Tina com o mesmo efeito: um sistema que as isola e as torna penetráveis. Como um sistema fechado, a entrada depende de uma série de ‘ritos’ que passaram inclusive a ser mais explícitos e restritivos a partir da determinação do Estado. O primeiro e mais fundamental desses ritos é o próprio ‘ser mulher’. Mas como um sistema aberto, continua disponível para participação e contribuição de todos, recebendo atividades externas, buscando parcerias e apoio da comunidade e se posicionando como um local onde “a porta está sempre aberta”.

5.3.2. VAZIO-HETEROTOPIA 05

O conflito do Parque Jardim América teve início em 2011, quando moradores vizinhos tomaram conhecimento de um projeto residencial proposto pela construtora MASB para o local, que destruiria a última área verde do bairro Jardim América e uma das poucas áreas verdes remanescentes de toda a regional Oeste de Belo Horizonte para a construção de duas torres residenciais ¹²⁴(Indisciplinar, 2015a).

A área, conhecida como chácara Jardim América é o vazio remanescente de uma antiga fazenda da região, que foi loteada dando origem ao bairro em 1929 (Aquino, 2015, p. 34):

A mata do Jardim América está localizada na Barão Homem de Melo, próximo ao número 600, possui área de 22mil m², e é uma das poucas áreas verdes remanescentes na regional Oeste de Belo Horizonte. A área compreende um quarteirão inteiro de mata nativa com árvores centenárias e variabilidade de fauna, que fazem parte de um ecossistema que modifica diretamente o microclima do seu entorno. Apesar do seu valor ecológico, o terreno é particular e possui um grande valor de mercado. Assim, surge um conflito de interesses, entre moradores e empreendedor. (Indisciplinar, 2015a)

Ao se informarem melhor da proposta da construtora, algumas pessoas se uniram e formaram o Grupo Organizado de Moradores e Usuários do Bairro Jardim América e Adjacências (GOMUJA). Junto o grupo iniciou uma série de ações para impedir a realização do empreendimento proposto e garantir a preservação da mata que é não só patrimônio natural para a região, mas igualmente patrimônio histórico. Eles conseguiram, em seu primeiro contato com o Ministério Público uma “medida liminar suspendendo a intervenção de qualquer edificação na área até decisão final do processo”, mas grande retrocesso acontece quando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (COMAM) aprova a licença prévia para construção do empreendimento. (Aquino, 2015, p. 34)

¹²⁴ Um empreendimento que previa 276 apartamentos, 23 lojas, 48 salas comerciais e mais de 700 vagas de garagem.

No decorrer dos anos o Parque Jardim América vem resistindo às pressões do mercado imobiliário e ao processo crescente de mercantilização da cidade, sendo o espaço preservado pelos moradores do entorno como um local de recreação, além de um espaço de valor histórico e simbólico. Nesse caso, é o vazio que possui em si uma função social: a do lazer ‘desprogramado’, criado a partir da coletividade e das possibilidades de uso que se dão além daquelas prescritas pelo planejamento urbano.

Figura 32 - Área do Parque Jardim América com a entrada fechada.



Fonte: Google Maps

O Parque Jardim América representa um vazio-heterotopia completamente distinto dos demais. Primeiro porque nesse caso a luta é pela manutenção do vazio-parque que se tornou um patrimônio coletivo do bairro. O que se deseja preservar no Parque é uma memória e um direito de uso e as relações que se estabelecem no espaço possuem características próprias, que misturam ao mesmo tempo o desejo pela eternidade e pela efemeridade. Nesse caso a eternidade se manifesta pela vontade de preservar um local que se tornou uma ‘herança’ histórica para aqueles do seu entorno. Mais do que preservar uma área verde, ou para além da conservação da natureza, o que se anseia é a manutenção de uma história, de várias temporalidades que se sedimentaram naquele vazio que por muito tempo permaneceu acessível, ao uso ou à contemplação distante. De um espaço que esteve aberto e que agora, mesmo fechado,

continua a evocar tempos passados. Ao mesmo tempo, é uma busca pelo efêmero porque o vazio do Parque JA é uma expressão do desejo da brevidade, da possibilidade de usar e usufruir do local por um curto espaço de tempo e depois poder ir embora, com a garantia de que o espaço permanecerá lá para usos futuros.

Figura 33 - Mobilizações do Parque Jardim América



Fonte: Adaptado de fotos disponíveis na página do Parque JA

Além disso, é também um vazio-heterotopia distinto porque se conforma fora de um viés de ocupação constante ou provisória do espaço. Os momentos de apropriação do vazio-parque remete mais uma vez aos diferentes tempos, mas principalmente remetem à uma nova relação com o espaço que até então não se discutiu. O Parque JA é um exemplo de que manter um vazio não é menos importante do que ocupa-lo. O vazio-heterotopia pode ser contraditório mesmo em sua condição vaga, porque prevê uma urgência que é diferente. Como não há demanda por ações cotidianas as atividades as relações estabelecidas são muito distintas. Mas não deixam de ser contudo potentes.

5.4. VAZIO-HETEROTOPIA – PRODUÇÕES DO COMUM ¹²⁵

Bem como ocorre com os vazios, muito se tem discutido atualmente acerca da concepção de comum. O termo, que começou a ganhar destaque no discurso das lutas e resistências mundiais a partir do final da década de 1990 (Dardot; Laval, 2015; Hardt e Negri, 2009; Linebaugh, 2008) é hoje chave de várias discussões e movimentos que buscam alternativas ao neoliberalismo e aos projetos capitalistas vigentes. Entretanto, embora largamente utilizado, muito ainda se questiona quanto à clareza do conceito, e o que ele realmente representa.

Entender a produção do comum na contemporaneidade é uma tarefa complexa e requer um esforço de reconstrução histórica, política e econômica que extrapola o campo do planejamento urbano, engendrando por assuntos que estamos pouco acostumados a estudar. Partindo das formulações contemporâneas de Antônio Negri e Michael Hardt¹²⁶ em “*Commonwealth*” (2009) é possível identificar o comum como uma coleção de processos e recursos que se efetuam além dos registros do público e privado, ao passo que são produzidos e geridos de forma coletiva. Ao permitir a criação de novas práticas sociais de reprodução, esse comum é *resistência positiva* e traz novas contribuições à usual dicotomia entre comoditização mercantil e controle estatal (Hardt e Negri, 2009).

Os autores distinguem o comum e sua produção de acordo com duas categorias principais: a primeira, definida como comum material, inclui os recursos naturais tais como o oceano, o solo, a floresta, as fontes minerais e outros elementos que são finitos e para o qual o acesso é usualmente restrito; a segunda consiste no que os autores definem como comum artificial, compreendendo as produções de

¹²⁵ A produção do comum é a última das camadas descritas aqui e é também aquela a partir da qual o trabalho pretende dar continuidade na tese. A junção entre os dois impõe o desafio teórico de articular a abordagem conceitual extremamente especializada dos vazios a uma teoria do comum inspirada na práxis e no cotidiano. Indicamos aqui as primeiras aproximações entre os dois e pretendemos dar prosseguimento no decorrer do doutorado.

¹²⁶ Antonio Negri é um filósofo político e ativista italiano de raiz marxista, uma das principais referências dentre os autonomistas italianos da década de 1970. Michael Hardt é um teórico literário e filósofo americano, que coautora com Negri a trilogia “*Empire*” (2000), “*Multitude*” (2004) e “*Commonwealth*” (2009). O trabalho da dupla é fortemente influenciado por teorias pós-estruturalistas, com referências como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guattari.

subjetividades, os trabalhos intelectuais, linguísticos e afetivos que resultam da interação social para os quais a lógica de escassez e restrição normalmente não são aplicáveis (Hardt e Negri, 2009).

Há na definição de Hardt e Negri entretanto, um lacuna entre um conceito que já indica o comum como prática constitutiva, mas que não consegue distinguir claramente as práticas dos recursos aos quais se referem. O comum passa a ser compreendido com frequência como resultado, e não como ação, o que induz a uma certa reificação do termo. Nesse sentido, o trabalho de Pierre Dardot e Cristian Laval¹²⁷ é fundamental. Retomando a construção teórica de *Commonwealth* os autores franceses são capazes de diferenciar com mais clareza o **comum**, como princípio político baseado em colaboração e práticas de auto-gestão (Dardot; Laval, 2015), dos **comuns**, no plural, definidos como os ativos que produzem ou resultam de tais atividades colaborativas.

Podemos repensar o comum unicamente com a condição de romper com o cara a cara metafísico entre o sujeito livre e a coisa material ao alcance de seu domínio soberano. Por este motivo, nos dedicaremos a promover aqui o uso do substantivo ao falar do comum, mais do que nos conformarmos com o adjetivo “comum”. Não porque não possamos nos permitir falar dos comuns para designar os objetos construídos e sustentados por nossa atividade, o que é uma forma de substantivação, mas sobretudo porque rejeitaremos falar dos “bens comuns” ou inclusive do “bem comum” em geral. O comum não é um bem, e o plural não muda nada a esse respeito, porque não é um objeto ao qual se deva ter à vontade, seja para possuí-lo ou para constituí-lo. É o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e trabalhar com eles para preservá-los, estendê-los, e conseguir que sobrevivam. É, por este mesmo motivo, o princípio político que define um novo regime das lutas na escala mundial. (Dardot, Laval, 2015, p. 58, 59 tradução nossa)

A própria noção de comuns, precisa portanto, ser diferenciada da concepção de bens comuns, à medida em que se entende que o primeiro termo compreende um arranjo muito mais amplo em relação ao segundo (Dardot; Laval, 2015, p 160). Na

¹²⁷ Pierre Dardot é filósofo e pesquisador francês, dedicado aos estudos de Marx e Hegel. Christian Laval é professor de sociologia, especialista da filosofia utilitarista de Bentham e dos estudos do liberalismo. Juntos são coordenadores do grupo de pesquisa *Question Marx*, e escreveram também o livro “A Nova Razão do Mundo” (2016). Suas obras têm com referencia os trabalhos filosóficos de Michel Foucault, Hannah Arendt, Espinoza e Cornelius Castoriadis.

teoria econômica dominante se distinguem os bens de acordo com preceitos de rivalidade – quando o uso individual acontece em detrimento do uso dos demais – e exclusividade – quando através da propriedade é possível impedir o acesso livre ao recurso. De acordo com essa lógica, pode se dividir os bens entre privados, que são rivais e exclusivos; e públicos, os bens não-rivais e não-exclusivos (Dardot; Laval, 2015).

Contudo, a partir dos anos 1970 fica claro para os principais teóricos da economia política que essas duas classificações não eram capazes de compreender todos os bens econômicos existentes, e surge então a necessidade de classificar também os bens mistos. Nessa segunda classificação entram os bens de clube [*club goods*] que compreendem bens exclusivos e ao mesmo tempo não-rivais e finalmente os bens comuns [*common goods*] que são, ao contrário, não-exclusivos mas rivais (Dardot; Laval, 2015).

É justamente na gestão desses bens comuns que o extensivo trabalho empírico de Ostrom (2009) se baseia: recursos naturais ou artificiais, finitos, que não são regidos por um regime tradicional de propriedade (público ou privado), e que compõem o que a autora denomina de Conjunto de Recursos Comuns [*Common Pool Resources - CPR*]. Definir bens comuns automaticamente como recursos com acesso liberado que são ao mesmo tempo sujeitos ao esgotamento representou, para muitos economistas e ecologistas, sempre uma fórmula à *tragédia*¹²⁸. O trabalho da economista, entretanto, mostra que é possível gerir e produzir bens comuns através da criação de novas instituições. O que diferencia os bens comuns de tantos outros postulados de economistas e ecologistas no assunto é a meticulosa pesquisa de campo empreendida por ela.

A autora identifica, através da análise de casos bem sucedidos de gestão de bens comuns, oito princípios para a boa Instituição de Conjunto de Recursos Comuns (CPRs): a clara definição de fronteiras entre usuários e bens; a provisão apropriada de

¹²⁸ A tragédia nesse caso refere-se ao ensaio “A Tragédia dos Comuns” [*Tragedy of the Commons*] publicado em 1968 pelo ecologista americano Garrett Hardin, no qual postula que o acesso livre à recursos finitos através de práticas de gestão comuns e sem nenhuma forma de controle público ou privado, só poderiam resultar na superexploração e na possível extinção de tais recursos.

regras de acordo com as condições locais; regras criadas e adaptadas através de acordos coletivos entre os próprios utilizadores, monitoramento para garantir que os benefícios da gestão e os custos da utilização não sejam desiguais; sanções por parte também de agentes externos (se necessário) para contornar violações das regras; acesso rápido à mecanismos para resolução de conflitos; reconhecimento pelas autoridade governamentais do direito à organização própria e finalmente, para CPRs que são parte de sistemas maiores, a possibilidade de trabalhar em redes em múltiplos níveis (Ostrom, 1990, p.90)

Embora Ostrom se limite à concepção de gestão dos comuns fundamentada nos preceitos de uma teoria econômica neoclássica, que não rompe com uma perspectiva funcionalista dos bens e que ainda tem por objetivo último o desenvolvimento econômico, o grande mérito do seu trabalho está em reintroduzir o papel fundamental das instituições (Dardot; Laval, 2015).

A iniciativa de Ostrom não trata de buscar um único modelo que atue em todas as partes, apresenta um quadro analítico de variáveis que interagem e condicionam a instauração de certas formas de ação. Não há uma única boa maneira, que se possa aplicar a todos os casos, de conduzir os comuns. A teoria de Ostrom, que permite uma grande diversidade e concede muita importância à dinâmica das instituições, pretende, acima de tudo mostrar que certo número de questões devem ser resolvidas para que um sistema de exploração seja perene (Dardot; Laval, 2015, p. 172, tradução nossa)

Ainda que seu trabalho esteja focado na análise de gestão de bens comuns, Ostrom é uma referência importante na discussão da instituição do comum, que por sua vez fica bem delimitado através dos trabalhos de Dardot e Laval. Todavia, ainda é necessário procurar em outras fontes, uma interpretação mais específica do que seriam os comuns. Para tanto, o trabalho de David Bollier¹²⁹(2014) é de grande contribuição. Em seu livro “*Think Like a Commoner*”, Bollier narra o redescobrimto dos comuns, listando uma série de recursos e processos que estão

¹²⁹ David Bollier é um escritor e ativista americano, estudioso do comum e grande propagador do conceito sob uma perspectiva contemporânea. É autor de vários livros sobre o assunto, e fundou em 2010 o Grupo de Estratégias do Comum (*Commons Strategies Group*, tradução nossa), consultoria que trabalha com a promoção e divulgação do comum internacionalmente.

hoje ameaçados pela grande onda de privatizações e *cercamentos*¹³⁰ que testemunhamos nas últimas décadas. Os exemplos incluem o compartilhamento de sementes das mulheres de Erakulapally, o sistema operacional GNU/Linux, a construção de uma rede de conhecimento através de sítios eletrônicos como o Wikipedia, a produção acadêmica nas universidades e até mesmo a gestão de uso das ondas em Oahu, Havai.

Para entender os comuns é necessário “ir além da oposição reducionista entre sujeito-objeto, que produz a comoditização de ambos(...) [já que] diferente dos bens privados e públicos, os comuns não são *commodities* e não podem ser reduzidos à linguagem da propriedade” (Ugo Matei, apud Bollier, 2014, p. 164, tradução nossa). O autor delimita os comuns como a combinação entre um recurso, uma comunidade e um conjunto de práticas sociais, que podem ser classificados como comuns de subsistência, de comunidades tradicionais e indígenas, comuns sociais e cívicos, digitais, culturais e referentes ao conhecimento, comuns urbanos, entre outros. Mas atentando para a ausência de uma metodologia formalizada para qualificar os comuns, Bollier deixa claro que a classificação proposta é apenas uma, entre uma série de categorizações possíveis. Muito provavelmente, culturas diferentes nomeariam produções comuns de maneiras diferentes (Bollier, 2014).

A diferenciação entre os termos – comum, comuns e bens comuns – que se intenta empreender aqui, é necessária por duas razões: a primeira é a relevância de entender o comum como um projeto político, um princípio que está imbricado de práticas comuns e de reivindicações dos comuns, que se torna elemento articulador das lutas anticapitalistas em todo o mundo (Dardot; Laval, 2015); a segunda é a importância de expandir o espectro de processos e de recursos considerados constitutivos desse comum, ou seja, ampliar nosso entendimento quanto às diferentes

¹³⁰ Traduzimos o termo *enclosures* como *cercamentos*, para falar tanto do processo histórico de cerco das terras feudais inglesas na transição para o modo de produção capitalista, como também para explicar os processos contemporâneos de privatização dos espaços nas cidades capitalistas de governança neoliberal.

formas de comuns existentes, que vão além dos bens comuns e estão intrinsecamente relacionados à prática¹³¹.

O comum e os vazios ganham destaque nas discussões mais ou menos na mesma época, em meados da década de 1990, sob perspectivas bem diferentes: os vazios como instrumentos de grandes projetos urbanos parecem ser objetos que possibilitam o avanço do urbanismo neoliberal; por outro lado, o comum, como discurso emergente nos movimentos altermundialistas, aparece como instrumento de resistência. Os dois conceitos se interseccionam principalmente a partir dos processos de ocupação, já que a produção do comum pressupõe uma comunidade e de um conjunto de práticas para gestão ou produção de um recurso comum.

É também por meio de um vazio-heterotopia de ocupação que ficam mais evidentes as características de um espaço relacional a partir de uma perspectiva menor. Retomando as contribuições de Foucault para tal abordagem teórica, percebemos nas ocupações de maneira mais destacada a transformação do espaço através do discurso, da disciplina e das relações de poder. Por outro lado, numa interpretação deleuze-guattariana evidenciam-se nas ocupações as linhas de fugas e as desterritorializações com grande capacidade de transformação.

Quando se aborda a possibilidade de um vazio-heterotopia para a produção do comum é preciso um olhar detido nas relações estabelecidas a partir de uma coletividade que se estabelece no espaço por motivos diversos. Existe também um fator de temporalidade, entre a produção do comum e as insurgências, que também já foi abordado aqui. Os vazios-heterotopias possibilitam provavelmente usos mais prolongados do espaço, o que garante tempo suficiente para o estabelecimento de novas práticas de gestão do espaço e o surgimento (que pode ser prévio ou não) de uma comunidade. Essas ocupações podem acontecer por motivos diversos, mas os casos em que a temporalidade é mais prolongada e a igualmente a comunidade se determina com características mais evidentes são as ocupações pela luta por moradia, como é no caso das ocupações urbanas.

¹³¹ Para um resumo das diferentes abordagens do comum a partir dos diferentes autores, ver post no blog <http://indebate.indisciplinar.com/>

5.4.1. VAZIO-HETEROTOPIA 03

No final de maio de 2015 um número aproximado de 300 famílias ocuparam um vazio de aproximadamente 20.000m² no entorno da Avenida Perimetral, uma das principais vias de acesso do bairro Vila Santa Rita na região do Barreiro, uma área de ocupação historicamente industrial na cidade. O vazio reivindicado era um lote abandonado que fazia parte de uma gleba maior, na qual quatro outras ocupações urbanas já se localizavam: Camilo Torres (2008), Irmã Dorothy (2010), Eliana Silva (2012), Nelson Mandela (2014). Juntas, essas cinco ocupações são conhecidas como Ocupações do Barreiro.

O vazio-heterotópico de uma ocupação tem como princípio básico a justaposição de lugares reais e irreconciliáveis (terceiro princípio heterotópico). Primeiro a partir das relações instituídas com o mercado, ou mais especificamente com um suposto proprietário do terreno, já que o vazio ocupado pelas famílias se transforma em um lugar de urbanidade própria, um desenho urbano, casas, ruas e espaços públicos, sem nunca deixar de ser tratado como vazio por aqueles que acreditam ser, legalmente, os detentores do espaço. Isso se repete com frequência, em várias ocupações: os proprietários (que em muitos casos é o próprio Estado), ainda esperam implantar seu próprio projeto em uma tábula-inexistente. É o caso por exemplo das ocupações Maria Vitória e Maria Guerreira¹³² que foram despejadas de um terreno público onde a prefeitura diz querer instalar uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI). É também a situação das Ocupações do Izidora, onde o Estado por meio de uma parceria público privada (PPP) pretende instalar um grande projeto de Operação Urbana¹³³(OU).

É também uma justaposição de lugares no relacionamento estabelecido com o Estado, e na possibilidade de acesso à cidade, principalmente através dos discursos da

¹³² Para entender o despejo das ocupações Maria Guerreira e Maria Vitória: <http://freigilvander.blogspot.com.br/2016/06/despejo-das-ocupacoes-maria-vitoria-e.html> Acessado em 08 de janeiro de 2017.

¹³³ Para entender o conflito emblemático das Ocupações do Izidora e da Operação Urbana do Isidoro: http://oucqh.indisciplinar.com/?page_id=696 Acessado em 08 de janeiro de 2017

falta. A ocupação é vista muitas vezes como um lugar de precariedade, e há realmente muito de precário em seus espaços. Mas existem outras camadas além da falta nesses espaços, que o Estado não consegue ou não quer enxergar. Existem uma série de saberes, de processos e de estratégias que esses espaços adotam numa perspectiva de ‘abundância’ muito mais do que de ‘falta’. Na carência de esgoto canalizado por exemplo, as famílias instalam seus próprios tanques de evapotranspiração (TeVAPs) e fossas ecológicas (com auxílio do saber técnico da universidade). Na impossibilidade de acessar os serviços públicos básicos porque seus endereços não são reconhecidos, as famílias se organizam e criam seus próprios serviços, como acontece com a Creche Tia Carminha¹³⁴, na ocupação Eliana Silva.

Isso não quer dizer, absolutamente, que as ocupações sejam autossuficientes ou que seus territórios não sejam marcados por precariedades e disputas, nem significa que elas possam/queiram/devam funcionar sem a ajuda do Estado. Mas seus espaços de ‘abundância’ evidenciam que a ocupação vai muito além do que enxerga o Estado, e que existem muitas outras camadas que precisam também ser consideradas.

Através do acompanhamento do processo de consolidação da Paulo Freire desde seu início é possível identificar uma série de processos colaborativos e autogestionados que apontam para as práticas de fazer-comum que configuram uma dessas camadas mencionadas acima. Três delas em particular serão discutidas aqui: o estabelecimento das assembleias, a cozinha comunal e os hortas urbanas.

A prática de tomada de decisão através das assembleias é o *modus operandi* de muitas das ocupações urbanas, principalmente aquelas organizadas junto aos movimentos sociais. Sobretudo nos primeiros meses a reunião de moradores é uma parte essencial da vida cotidiana da ocupação, ocorrendo diariamente e as vezes tão frequente quanto duas vezes ao dia. Existe, além de um objetivo prático, um significado simbólico para tantos encontros: a assembleia é a primeira instância em que uma prática de comunidade é publicamente promovida. E porque as ocupações

¹³⁴ Para saber mais sobre a Creche Tia Carminha e sobre a Vila Eliana Silva acesse o sítio: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1739519186292728&id=1638573893053925&ref=nf Acessado em 08 de janeiro de 2017.

são normalmente planejadas com a coordenação de movimentos sociais com orientações políticas específicas, o espaço da assembleia serve também como espaço de ágora, e se torna uma esfera importante para construção política. É através desse espaço (embora não exclusivamente) que muitas das novas lideranças são identificadas e muitas das estratégias de resistência, consolidação e crescimento da ocupação se articulam.

Na Paulo Freire a primeira assembleia aconteceu na manhã seguinte à entrada ao terreno. Famílias ocupantes juntamente com alguns dos coordenadores do MLB e outros membros da rede de apoiadores da ocupação, se reuniram para estabelecer o Estatuto Interno da comunidade. Nesse documento questões importantes foram definidas, como a segurança das mulheres, a dinâmica do trabalho coletivo e a divisão de tarefas. É também durante a primeira assembleia que ficam definidas as comissões responsáveis por cada uma das tarefas cotidianas e das principais necessidades do grupo nesse início de empreitada, como segurança, construção, alimentação, cuidado com as crianças e mobilização externa.

Figura 34 - Primeira assembleia da Ocupação Paulo Freire



Fonte: Foto disponível pela página da Paulo Freire

Porque a urgência inicial é a de ocupar a maior parte do terreno possível e também porque em situações de ocupação a segurança é reforçada por números de presentes, as primeiras casas são construídas rapidamente, normalmente feitas de materiais provisórios e improvisados como tendas e madeirites. Os esforços de

construção dos primeiros dias está direcionado à construção de três espaços: os banheiros coletivos, a creche e a cozinha comunal.

Como indicado por um integrante do movimento, a assembleia é um espaço importante no início da ocupação, mas perde sua força à medida em que a permanência dos moradores no terreno se torna mais estável. Se durante as primeiras semanas os encontros se realizam em uma frequência diária, após algum tempo eles passam a acontecer de forma mais espaçada, ocorrendo uma vez a cada semana e eventualmente a cada quinze dias ou mensalmente. A participação nessas reuniões, que é obrigatória no início, se flexibiliza com a passagem do tempo já que os moradores possuem seus empregos e outras várias demandas e obrigações para cumprir em casa. A assembleia, ainda assim, continua sendo um espaço de referência para as práticas de tomada de decisão na ocupação.

Mas, pelas palavras de um dos moradores, o lugar onde todo mundo realmente se conhece e se aproxima é na cozinha comunal. E esse cotidiano do trabalho diário na cozinha tem muito a nos ensinar sobre as relações sociais construídas nas ocupações, principalmente no que diz respeito à redes de solidariedade e de compartilhamento. Primeiramente, as relações estabelecidas através da necessidade da alimentação, condição básica de sobrevivência, nos mostra que talvez mais do que nos espaços “formalmente instituídos” como os da assembleia, é na força das tarefas diárias que muitas das ações colaborativas e muito do fazer-comum são moldadas. Existe uma potencia de produção do comum nesses espaços que por vezes é ignorada ou subvalorizada.

Na Paulo Freire, como em outras ocupações, um cronograma de atividades é criado nos primeiros dias, e residentes, na maior parte mulheres, se revezam na tarefa de preparar e cozinhar os cafés-da-manhã, os almoços e os jantares para toda a comunidade. Conversas informais com algumas dessas mulheres – aquelas mais envolvidas com as atividades da cozinha no início da ocupação – revelam que em muitas situações a cozinha era o espaço em que sentiam real abertura para conversas e discussões importantes para a ocupação, sendo o local onde se sentiam confortáveis a expressar suas opiniões.

Um segundo aspecto importante da cozinha comunal é o fato de constituir um espaço comum que estabelece com mais proeminência uma rede de colaboração e solidariedade com “o resto da cidade¹³⁵”. A cozinha é, juntamente com a creche, o espaço que recebe maior apoio externo, principalmente através das doações de alimentos que são feitas por apoiadores individuais ou por pequenos comerciantes do entorno, através de parcerias. Para alguns membros do movimento, essa ligação é um passo importante para o reconhecimento da ocupação como um espaço legítimo de residência e de reivindicação por condições dignas de moradia.

Figura 35 - Práticas de fazer-comum na Ocupação Paulo Freire



Fonte: Adaptado de fotos disponíveis na página da Paulo Freire (facebook)

Finalmente, as hortas urbanas são uma terceira prática de fazer-comum que parece apontar para um potencial de produção do comum nesses territórios. Além de ser uma fonte de segurança alimentar, as hortas urbanas são outro ponto central de

¹³⁵ Usamos da expressão entre aspas para que não incorra no comentário a ideia de que as ocupações seriam territórios fora da cidade.

socialização e trocas entre os moradores, que se destacam porque são pensados para o futuro da ocupação e não para cumprir necessidades coletivas específicas da urgência dos primeiros meses no local. Na Paulo Freire, por exemplo, três áreas permanecem vazias e reservadas para o cultivo de hortaliças, legumes e verduras, embora pouco ainda tenha sido realizado nessa direção.

Essas hortas nos conectam de volta às heterotopias originais de Foucault, principalmente com os jardins. Ainda que as hortas coletivas não tenham se concretizados, elas já existem em vários pequenos vazios dentro da ocupação: nas áreas intersticiais entre os lotes, na entrada das casas, nos quintais. Os jardins foucaultianos seriam a menor parcela do mundo representando o mundo em totalidade. No caso das hortas, elas também tem um aspecto heterotópico próprio: são lembranças de terras distantes, ou heranças de tradições familiares, memórias que impregnam o território com suas relações afetivas.

Além do fazer-comum existente no exercício do plantio em si, há outro aspecto importante a ser abordado com relação às hortas: é interessante perceber como movimento social bem como os moradores já conseguem identificar a força dessas práticas na disputa em seu âmbito político, e como a universidade tem um papel importante nesse aspecto. A proposta das hortas urbanas estão conectadas à uma forte ideia de preservação da natureza, um discurso fortemente adotado pelas ocupações de modo geral. Declarar a preservação do verde surge como forma de combater a posição do Estado que tende a opor natureza e ocupações, normalmente usando do discurso da preservação como fundamento lógico para as remoções. Ao internalizar a necessidade da preservação natural as ocupações criam não só mais uma forma de garantir a subsistência, mas conjuntamente mais uma ferramenta de resistência.

Assim, as atividades desenvolvidas junto à universidade, que incluem intervenções de grupos de extensão, aulas e exposições práticas e até acompanhamento técnico por parte de professores, pesquisadores e alunos, que auxiliam no fortalecimento dos laços entre moradores e o verde do entorno, sejam através da criação de fossas ecológicas com tanques de evapotranspiração (TeVAPs), do mapeamento do verde nas ocupações, ou por meio de projetos específicos como o que se iniciará agora, para instalação das hortas na Ocupação Paulo Freire.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS ¹³⁶

A presente pesquisa procurou explorar uma nova abordagem teórica para os vazios urbanos, motivado principalmente pela seguinte questão: **como analisar os vazios urbanos de forma a abarcar a sua multiplicidade e seus aspectos negativos e positivos conjuntamente? (p.30)**. Na busca por um conceito que auxiliasse nessa tarefa encontramos nas Heterotopias de Michel Foucault (1984; 1986; 2013) um fio condutor para as análises empreendidas, dado que a **multiplicidade das heterotopias foucaultianas permitiram resinificar os vazios urbanos de maneira a não ignorar os aspectos paradoxais inerente à eles (p.30)**.

O trabalho se inicia buscando compreender os significados já atribuídos aos vazios urbanos, ressaltando logo de saída que **a ambiguidade do vazio somada à complexidade inerente à todas as questões urbanas é um primeiro indicativo para explicar a variedade de conceituações existentes para o termo e justificar a diversidade de expressões pela qual o mesmo é reconhecido (p.35)**. Partindo de uma recapitulação etimológica, abordamos os diferentes significados que o vazio assumiu nas diferentes disciplinas e ciências humanas, passando por seus sentidos religiosos, filosóficos e matemáticos e destacando a dualidade intrínseca em quase todos os campos analisados.

As diversas abordagens existentes **antecipam a diversidade de interpretações possíveis para o processo urbano: das discontinuidades e das efemeridades da ciências sociais ao sentido de vácuo e negação da filosofia; da vacuidade expectante do budismo ao esvaziado lamentado do cristianismo; da indefinição na matemática ou do ilimitado na física. (p.40)**. Com esse enunciado em mente, ensaiamos uma revisão bibliográfica o mais abrangente possível, de forma a contemplar as diferentes interpretações existentes sobre o tema, reunindo os

¹³⁶ Nessas considerações finais recuperamos os principais argumentos do trabalho, destacados ao longo do texto em negrito. Aqui, os trechos destacados aparecem com o número de páginas onde podem ser encontrados. Indicamos a sua localização de forma a criar um índice remissivo que possibilite outras formas de leitura, por assuntos ou por outros interesses específicos, por exemplo.

diferentes estudos existentes sobre os espaços vagos e procurando compreender os valores atribuídos à eles em diferentes momentos históricos e arquitetônicos.

O primeiro destaque aos vazios urbanos pode ser atribuído às representações de Giambattista Nolli para a cidade de Roma (p.41). Nos mapas de Nolli os espaços públicos e os vazios ganhavam uma ênfase ainda não recebida nas representações cartográficas e com isso foi possível perceber a importância que o espaço vazio passa a receber no planejamento da cidade, como local por onde a vida cívica e pública acontecia.

Foram recuperadas ao longo do segundo capítulo as diferentes interpretações dos vazios urbanos desde os planos pré-urbanistas até a metrópole contemporânea, navegando por acepções ora positivas e ora negativas atribuídas à esses espaços. **Vistos nos planos pré-urbanistas como grandes áreas que deveriam permanecer desocupadas pois cumpriam assim sua função de salubridade, os vazios tinham uma conotação positiva enquanto conformavam uma categoria de ‘vazio-morfológico funcional’.** Em um segundo momento, já pós-industrial, essa significação é contestada quando os vazios não mais se caracterizavam como espaços realmente vagos, mas passavam a representar os espaços construído e inutilizados, e conformavam assim não uma vacância de ocupação, mas uma vacância de usos, se encaixando em uma categoria de ‘vazio disfuncional’ (p.48).

Na arquitetura moderna, os vazios urbanos já assumem a ambiguidade citada logo no início do texto. **A racionalidade moderna está na gênese de formação dos vazios, inaugurados como uma categoria urbana específica com Barão de Haussmann e seu processo de “destruição criativa” no tecido urbano de Paris (p.49).** Eles se transformam em um atributo necessário à monumentalidade e à higienização das cidades e assim se mantêm de Haussmann a Le Corbusier. Por todos esses anos contudo, o vazio não é assimilado como um objeto de estudo e , **as primeiras discussões acadêmicas acerca de grandes áreas ociosas datam na verdade do final dos anos 1970. (p.46).**

O grande impulso para as pesquisas dos vazios urbanos acontece mesmo a partir do olhar fotográfico para a cidade do arquiteto catalão Ignasi Solà-Morales. **Embora o contexto histórico até os anos 1990 nos mostre que já existiam várias**

discussões sobre os espaços vagos e obsoletos da cidade, a temática só passa a ganhar “consistência teórica” a partir de 1995, quando o termo é cunhado no ensaio intitulado *Terrain Vague* (p.53). É a partir dos *terrain vagues* mais do que em qualquer outro momento anterior que os vazios passam a ser analisados como elementos urbanos carregados de possibilidades e expectativas.

O jogo de antagonismos só se intensifica a partir daí. Sobrepõem-se às abordagens estéticas e artísticas dos *terrain vagues* outros referenciais como as disputas econômicas, o papel do Estado que cada vez mais se converte em Estado-capital e opera em benefício ao mercado; as disparidades sociais e a disputa pelo espaço. Nesse cenário um novo sentido dos vazios vem à tona, revelando que **a produção, reprodução e principalmente a manutenção dos vazios urbanos ao longo do século XX se deve, principalmente, ao processo natural de valorização do solo urbano e da consequente retenção especulativa (p.57)**. Desse modo, uma outra categoria de espaços vagos é apresentada, na figura do **vazio metropolitano que é apenas uma das abordagens contemporâneas possíveis para os vazios, mas que tem grande relevância porque diz respeito à condição fundamental da nossa urbanização. (p.63)**

Entre cenários de expectativas e especulações encerramos as contextualizações epistemo-históricas dos vazios com a com a asserção de que **entender o caráter relativo de qualquer análise empreendida sobre eles é um primeiro passo para tentar superar a distância entre a teoria e a realidade (p.61)**. O trabalho prossegue então na intenção de desvelar, ainda que de maneira incipiente, um novo campo teórico que pudesse auxiliar na abordagem da relatividade inerente aos vazios ou a multiplicidade que compõem esses espaços.

No terceiro capítulo são analisados o pensamento pós-estruturalista e as principais contribuições dos autores desse campo filosófico para as concepções de uma teoria do espaço relacional. Apresentam-se também, os princípios de uma teoria menor que pode ser considerada como o motor do percurso metodológico que orientou a construção de um novo conceito de vazios-heterotopias.

Para entender o pensamento pós-estruturalista, o analisamos em comparação a outros dois campos teóricos: o estruturalismo e o pensamento pós-moderno. O

estruturalismo, resumidamente, defende que as sociedades possam ser analisadas a partir de uma visão sistêmica, focada no entendimento das suas estruturas subjacentes, mecanismos estruturados que se combinariam para gerar os mais variados fenômenos sociais. **Embora ainda haja no pós-estruturalismo o reconhecimento da importância dos sistemas – em detrimento de indivíduos – eles não podem ser pensadas fora de um contexto de complexas relações (p.57).**

Também de maneira simplificada, explicamos que **o pós-estruturalismo pode ser entendido como um grupo de teorias que descrevem os sistemas sociais e culturais a partir de uma organização aberta e dinâmica, pautadas em processos de constante transformações (p.58).** Comparando esse novo modo de pensar e fazer a ciência com o pensamento pós-moderno, é possível constatar por sua vez que entre os dois **coexiste a rejeição às grandes teorias totalizantes da modernidade, priorizando o conhecimento pautado na interpretação livre e aberta da realidade (p.61).** A pós-modernidade compreende uma ruptura ampla com um modo de pensar moderno positivista baseado na crença de que os fenômenos sociais poderiam ser estudados, assim como os naturais, através do empirismo, da quantificação e da generalização.

Tomando o pós-estruturalismo como ponto de partida, analisamos em seguida as contribuições de três dos seus principais pensadores para a formulação de uma teoria relacional do espaço, o primeiro deles o próprio Foucault e junto à ele os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. Logo de saída afirma-se ter sido **Michel Foucault quem estreou a “nova importância” da dimensão espacial da sociedade (p. 83).** Um olhar panorâmico sobre o seu trabalho evidencia que **as narrativas em Foucault evitam qualquer “grandeza histórica” e se focam em recontar particularidades e especificidades, histórias que prezam primeira e principalmente para os detalhes locais (p.85).**

Assim, decorremos sobre dois dos principais aportes foucaultianos aos trabalhos dos geógrafos pós-estruturalistas contemporâneos: **a noção de que o espaço constitui também relações de saber e poder e principalmente, que o espaço se transmuta através dos discursos para segregar, disciplinar e vigiar minorias (ou populações inteiras), um aspecto a partir do qual muitas novas abordagens espaciais (principalmente as pós-coloniais) são construídas (p.89).**

Logo depois, é a vez de analisar as contribuições de Deleuze e Guattari para essa nova concepção espacial. Da abordagem geográfica da filosofia deleuze-guattariana é possível perceber a força do movimento na concepção do espaço, que existe enquanto uma constante “confluência, interrupção e coagulação de fluxos” (p.79). Os vários pares conceituais abordados nessa seção, molecular-molar, raiz-rizoma, segmentaridades e linhas de fuga, espaço liso e espaço estriado, todos eles ajudam na compreensão da **multidimensionalidade a partir da qual o espaço deve ser compreendido, que envolve estratos políticos, econômicos, culturais, naturais e principalmente sociais, sem contudo prescindir da dimensão histórica-temporal que por tanto tempo (principalmente na modernidade) prevaleceu (p.96).**

Sobre o espaço-relacional, conclui-se que sua investigação pressupõe **um conhecimento que se produz através da relação e não a partir da representação. Assim, as práticas cotidianas e os fluxos de encontros e interações sociais, mais do que os códigos e os símbolos, são o que engendram as novas formulações teóricas na busca por compreensão do espaço (p.97).**

O último instrumento de percurso a ser abordado é justamente a teoria menor, que também é fundamentada no pensamento pós-estruturalista de Deleuze e Guattari. A teoria menor é uma extrapolação teórica de Cindi Katz ao conceito de literatura menor trabalhado pelos filósofos e serve como referencial metodológico para o desenvolvimento de toda a dissertação, partindo da compreensão de que **nas literaturas menores, assim como na teoria menor, tudo é político (p.101)**

Para situar o menor deleuze-guattariano foi **preciso primeiro entender o conceito de devir (que nesse caso é sempre menor) (p.102)** e explicamos que a forma mais simplificada de compreender o devir é pensa-lo como **um estado em que as coisas sempre “estão” ao invés de “serem” (p.102).** O conceito apresenta um contraponto ao modelo estruturalista de análise já que segundo os autores:

É evidente que o estruturalismo não dá conta desses devires, porque ele é feito precisamente para negar ou ao menos desvalorizar sua existência: uma correspondência de relações não faz um devir. Desse modo, quando reencontra tais devires que percorrem uma sociedade em todos os sentidos, o estruturalismo vê nisso fenômenos de degradação que desviam a ordem verdadeira e que dizem respeito às aventuras da diacronia (Deleuze; Guattari, 2012b, p. 18)

Também é importante e ressaltado no texto que **não há uma relação de tamanho ou importância entre o menor e o maior**, “os dois estão entrelaçados em uma requintada e móvel tensão”. Não se trata de uma asserção binária ou de uma oposição entre uma “teoria maior” e outra “menor”, mas sim de uma **interpolação entre as duas e isso vale também para as relações entre macro e micropolítica (p.103).**

Por meio da teoria menor e do espaço relacional chegamos então aos vazios-heterotopias. O conceito de Foucault vem de um **texto que tem pouca reverberação no conjunto de sua obra e não costuma ser citado até mesmo por autores que de apoiam em Foucault para análises espaciais. Mas é exatamente por seu caráter menor que nos interessa investigá-lo também (p.106).** Por isso contextualizamos o surgimento das heterotopias, que surgem no final da década de 1960, explicando o posicionamento de Foucault com relação ao conceito e sua propagação, destacando os momentos em que o texto ganha fôlegos de circulação e apropriação, principalmente na área da arquitetura e urbanismos.

As heterotopias circulam em duas versões diferentes de uma mesma conferência radiofônica proferida pelo filósofo em dezembro de 1966. Uma versão é a transcrição completa da fala de Foucault publicada no livro “O corpo utópico, As heterotopias” (2013) e a outra é uma versão revisada pelo autor antes de sua morte, autorizada para publicação na revista *Architecture, Mouvement, Continuité*, com o título “*Des Espaces Autres*” (1984). As heterotopias anunciam **o desenrolar daquilo que poderia ser considerado um ponto de partida do autor na questão do espaço, e que transbordou em diversas interpretações (p.116).**

Muitos autores se apropriaram do conceito, e no quarto capítulo, antes de anunciar os princípios de um vazio-heterotopia, nos detemos a recontar um pouco dessas outras apropriações. **O caráter “incompleto” e ambíguo atribuído às heterotopias por Soja (1989) nos explica a quantidade de apropriações controversas e contraditórias do termo, que ganha um destaque jamais recebido por outras discussões foucaultianas menores, entre artigos, aulas e entrevistas (p.117).**

Nos detemos nas interpretações feitas por quatro autores: o primeiro deles é Georges Teyssot (1998 [1980]), escolhido por ser o primeiro autor a ensaiar uma reapropriação das heterotopias para analisar a arquitetura na história; o segundo é o próprio Soja (1995;1996) uma referencia no campo da geografia pós-moderna e também um dos autores que mais trabalhou o conceito de heterotopia nesse contexto; outro autor escolhido foi o arquiteto Stavros Stavrides (2010; 2016) citado porque traz aportes importantes à uma concepção positiva para as heterotopias e finalmente Gil Doron (2008) que foi selecionado por trabalhar também com a relação entre vazios urbanos e heterotopias, embora tenha chegado em conclusões bens distintas .

A principal contribuição desse resgate de diferentes apropriações dos vazios foi a percepção de que **as heterotopias podem surgir como momentos pontuais e fragmentados na história dos espaços, e não como uma corrente contínua de eventos que culminam numa heterotopia permanente. Essa observação faz toda diferença quando queremos analisar os espaços contemporâneos a partir de uma teoria relacional. As relações estabelecidas estão em constantes mudanças, transformando e sendo transformadas pelo espaço que as condiciona (p.131).**

As aproximações entre vazios e heterotopias são imaginadas sem ignorar que **a tentativa de aplicação prática de qualquer conceito é sempre uma tarefa arriscada e repleta de limitações. É reconhecendo esses limites e apostando nas possibilidade das heterotopias que lançamos o conceito de um vazio-heterotopia (p.135).** A definição de um vazio-heterotopia se delineia **não como continuação ou uma equivalência aos espaços-outros que Foucault cita como exemplos no seu texto, muitos deles – embora não todos – embutidos da ideia de controle e de mudança de condutas. Diversamente, está apoiada nos princípios que o autor enumera como constituintes desses contra-espacos (p.136).**

Os princípios do vazio-heterotopia são então expostos, conforme a síntese apresentada abaixo:

- **Primeiro Princípio: toda civilização constitui suas próprias heterotopias (p.137).** Dele, vem a afirmação de que toda civilização constitua também seus próprios vazios-heterotopias, comprovada logo no segundo capítulo quando

analisamos as diferentes concepções dos vazios urbanos no decorrer da história da cidade.

- **Segundo Princípio:** “no curso de sua história, toda sociedade pode perfeitamente diluir e fazer desaparecer uma heterotopia que constituíra outrora, ou então, organizar uma que não existisse ainda” (p.139), que é reinterpretada nos vazios heterotopias a partir das formulações de vazios-mercadorias e vazios-resistência que a todo o tempo diferentes grupos sociais querem manter ou destruir.
- **Terceiro Princípio:** a heterotopia justapõe em um só lugar real espaços incompatíveis (p.142), um dos princípios heterotópicos mais relacionáveis aos vazios à medida em que por muitas vezes há uma incompatibilidade na própria percepção daquilo que está o não vago, como no caso de lugares ocupados que ainda assim são ‘tratados’ como vazios.
- **Quarto Princípio:** as heterotopias se relacionam com tempos diferentes – heterocronias – entre o instante e a eternidade (p.142), o que para os vazios-heterotopias significa uma multiplicidade de tempos acumulados ou perdidos, no caso de edificações históricas que permanecem congeladas numa época pretérita, ou nos tempos efêmeros das ocupações provisórias e das festas.
- **Quinto Princípio:** existem nas heterotopias um sistema de abertura e fechamentos (p.147), que é assimilado na relação entre espaços públicos e privados e vazios aos quais é possível o acesso ou não.
- **Sexto princípio:** as heterotopias se dividem entre duas funções que são relacionais a todos os outros espaços de fora: a função da ilusão e a função da compensação (p.147), reinterpretadas também a partir das funções de especulação e de resistência do espaço, ligando os vazios-heterotopias às insurgências mas também aos processos de gentrificação e de financeirização da cidade.

Das heterotopias concluímos que seu o caráter relacional, quando misturando espaços ideais e reais faz dela uma ferramenta preciosa para produzir ‘um imaginário real’ ou para conjecturar ‘realidades outras’ (p.153). Nelas emaranham-se noções de legalidade e ilegalidade, legitimidade e ilegitimidade, permanências e efemeridades, todas elas sobrepostas e questionadas por meio de perspectivas diversas (p.154).

Várias reelaborações, contextualizações e extrapolações são empreendidas a partir dos princípios heterotópicos e fica claro que várias outras ainda existem. Com todos os argumentos expostos a conclusão que se chega é de que a **única constante de um vazio-heterotopia é sua a ativação a partir de um determinado conjunto de relações (p.155)**. Isso significa que um vazio só se torna heterotópico por meio da ação, e das relações estabelecidas por/com/através dele. Cabe ao último capítulo portanto, colocar a abordagem heterotópica em uso e experimentar narrativas de vazios-heterotopias a partir de uma série de fragmentos de espaço-tempo.

O quinto capítulo se divide entre **quatro camadas de vazios heterotopias (especulações, artisticidades, função social e produção do comum) que são exploradas a partir de cinco histórias diferentes (p.155)**: A Casa de Referência da Mulher Tina Martins; o projeto Lotes Vagos; a Ocupação Paulo Freire; as instalações das Amnésias Topográficas e o Parque Jardim América. Cada uma dessas histórias apresenta momentos heterotópicos contínuos ou fragmentados, remetem à outros espaços e outros tempos ou se mantêm no tempo da efemeridade. A partir de cada um deles, procurou-se realmente ‘testar’ uma abordagem heterotópica de análise, em alguns casos com mais sucesso do que outros.

As narrativas se desenvolvem sempre a partir de um caso específico e dele tomam caminhos diversos. Assim o vazio-heterotopia da Ocupação Tina Martins nos leva às operações urbanas enquanto o vazio-heterotopia da Ocupação Paulo Freire desvela camadas de ilegalidades jurídicas e processos de especulação imobiliárias com o aval do Estado. Da mesma forma, as intervenções artísticas de Lotes Vagos nos levam pela história do surgimento de Belo Horizonte e do bairro Funcionários enquanto se expressam artisticamente pela ocupação do espaço e no vazio-heterotopia do Parque JA o espaço vazio é celebrado e defendido do mercado.

Sobre a pergunta inicial do trabalho, **como analisar os vazios de forma a abarcar sua multiplicidade e seus aspectos positivos e negativos**, acreditamos que os vazios-heterotopias sejam uma das respostas ou caminhos possíveis, embora ainda apresente limitações. Das dificuldades em se trabalhar com o conceito estão principalmente os riscos de acabar o instrumentalizando demais, ao procurar por formas excessivas de correlação entre teoria e realidade. Por outro lado, a principal contradição está exatamente na dificuldade em descrever as relações espaciais que são

por vezes tão complexas quanto efêmeras. É possível “intuir” devires no espaço, mas apontá-los, descrevê-los e situá-los é tarefa muito mais complexa.

De todo modo, é possível considerar que o novo conceito aponta para possibilidades originais de análise dos vazios urbanos. Espera-se que os apontamentos feitos aqui contribuam para novas abordagens, que sejam cada vez mais apropriadas para abarcar a complexidade das novas territorialidades produzidas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, C. et al. **A New theory of urban design**. New York: Oxford University Press, 1987

AQUINO, R. Parque Jardim América. **Revista Natureza Urbana**. Belo Horizonte, vol.1, p. 35-38, 2015. Grupo Indisciplinar, Belo Horizonte, 2015.

BELO HORIZONTE. **Resolução nº 256, de 4 de dezembro de 1972**. Aprova Convênio que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI-MG, para a implantação de áreas industriais no Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1972.

BELO HORIZONTE. **Resolução nº 509, de 5 de maio de 1983**. Aprova o convênio de cooperação técnica e financeira para o Distrito Industrial Sócio-Integrado do Jatobá que, entre si, fazem a Companhia de Distritos, Industriais de Minas Gerais – CDI-MG e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com a intervenção da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo. Belo Horizonte, 1983

BELO HORIZONTE. **Resolução nº 567, de 3 de abril de 1984**. Aprova o termo de re-ratificação ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para o Distrito Industrial Sócio - Integrado do Jatobá. Belo Horizonte, 1984.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 11.005, de 3 de abril de 2002**. Aprova o Loteamento de um terreno indiviso relativo a duas áreas situadas no Bairro Jatobá. Belo Horizonte, 2002.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 15.119, de 11 de janeiro de 2013**. Altera o Decreto nº 14.685/2011, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado no Distrito Industrial do Jatobá, nesta Capital. Belo Horizonte, 2013.

BELO HORIZONTE. **Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Barreiro. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008. 62p.

BELO HORIZONTE. **Projeto de Lei nº 1749/2015**. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providencias. Belo Horizonte. Disponível em <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/projetos-de-lei-e-outras-proposicoes>>, acessado em 25 de outubro de 2015.

BELO HORIZONTE. **Apresentação Pública da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I + Leste-Oeste**. Belo Horizonte: PBH, abril de 2015 (2015a)

BELO HORIZONTE. **Apresentação COMPUR da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I + Leste-Oeste: Plano Urbanístico e EIV**. Belo Horizonte: PBH, setembro de 2015 (2015b)

BELSEY, C. **Poststructuralism: A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press, 2002. 119p.

BOLLIER, D. **Think like a commoner: a short introduction to the life of the commons**. Gabriola Island (CA): New Society Publishers, 2014.

BORDE, A. **Percorrendo os vazios urbanos**. In: Encontro Nacional da Anpur, 10, 2003, Belo Horizonte. Anais do X Enanpur. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

BORDE, A. **Vazios Urbanos: Avaliação Histórica e Perspectivas Contemporâneas**. Volume 8, n. 5. Anais Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.anpur.org.br/>, acessado em 18 de julho de 2013

BORDE, A. **Vazios Urbanos: Perspectivas Contemporâneas**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BOWMAN, A.O'M; PAGANO, M.A. **Terra Incognita: Vacant land and urban strategies**. CIDADE. Washington, DC. Georgetown University Press. 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990**, art. 4º, § 3º; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 – Regulamento do Imposto sobre a Renda. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade. Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>.

BRASIL. **Decreto sem número de 10 de Julho de 2002**. Autoriza a Universidade Federal de Minas Gerais a alienar imóveis que menciona, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005**. Autoriza o poder executivo a transferir para o patrimônio da União, no todo ou em parte, os imóveis pertencentes à Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília, DF, 2005.

BUCHANAN, I. **Dictionary of Critical Theory**. New York: Oxford University Press, 2010. 500p.

BUSQUETS, J. **Ideas fuerza para la regulación y la actuación en las grande ciudades**. In: Seminari Las Grandes Ciudades en la Década de los Noventa. Madrid, Abril 1990. p.41-48,

CAMARGO, A. Governança para o século 21. In: TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 307-322.

CARLOS, A. A tragédia urbana. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHO, D.; ALVAREZ, I. P. **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CARLOS, A. **A condição espacial**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011. (p.13-36)

CENZATTI, M. **Heterotopias of difference**. In: DEHAENE, M; DE CAUTER, L. Heterotopia and the City. Public space in a postcivil society. Abingdon: Routledge, 2008. p.75 - 86

CEZAR, T. **Estruturalismo e Pós-Estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico**. In: Anos 90, Porto Alegre, n. 4, dezembro 1995. p. 129 - 151

CGE, Controladoria Geral do Estado. **Relatório de Auditoria nº 5383.0052.16**. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG, Governo do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. 36p. Disponível em http://controladoriageral.mg.gov.br/images/documentos/RA_5383_0052_16_CODEMIG.pdf. Acessado 04 de janeiro de 2017

CHOAY, F. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2000. (p. 1-56).

CLAVEL, M. **Víctimas de un Mapa: Arquitectura y Resistencia en el Tiempo de la Cultura Flexible**. Tese de Doutorado no Programa Arquitectura y Urbanismo Sostenibles. Universidad de Alicante. 2012 . 497p.

CLICHEVSKY, N. (org.). **Tierra vacante en ciudades lationamericanas**. Canadá: Lincoln Institute, 2002.

CLICHEVSKY, N. **La Tierra Vacante “Revisitada”**. *Elementos explicativos y potencialidades de utilización*. In: Cuaderno Urbano. Espacio, cultura, sociedad. n. 6, Universidad Nacional del Nordeste Resistencia, Argentina. Outubro, 2007. p. 195 – 219

CLICHEVSKY, N. **Vazios urbanos nas cidades latino-americana**. In: SMU (2000). Caderno de Urbanismo n.2. Vazios e o Planejamento das Cidades, 2000.

COSTA, S. A ação das forças políticas, sociais e econômicas na especulação do tecido urbano. Volume 5, n. 5. **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Campinas, 1998. Disponível em <http://www.anpur.org.br/>, acessado em 10 de dezembro de 2015

CRUZ, M. **The Potential of Urban Voids: Analyzing Vacant and Underutilized Areas in the Center of Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado em Regeneração Urbana pelo programa Erasmus Mundus. École Nationale de Architecture de Paris La Vilette. Paris, 2013. 115p.

DARDOT, P; LAVAL, C. **Común, Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI**. Tradução de Alfonso Díez. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015. 544p

DE ANGELIS, M; STAVRIDES, S. **On the Commons: A Public Interview with Massimo De Angelis and Stavros Stavrides.** E-Flux Journal, v.17, jun-aug. 2010

DE CAUTER, L; DEHAENE, M. **The Space of play.** Towards a general theory of heterotopia. In: DEHAENE, M; DE CAUTER, L. **Heterotopia and the City.** Public space in a post-civil society. Abingdon: Routledge, 2008. p.75 - 86

DE CAUTER, L.; DEHAENE, M. **Heterotopia and the City.** Public space in a postcivil society. Abingdon: Routledge, 2008. 345 p.

DEFERT, D. **“Heterotopia”:** Tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles. In: FOUCAULT, M (1926-1984). **O corpo utópico; As heterotopias.** Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013. p. 33 - 55. DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Kafka: Para uma literatura menor.** Porto: Editora Assírio & Alvim, 2002. 148p.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2011a.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 2.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2011b.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 3.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 4.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2012b.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2012c.

DELEUZE, G. **Conversações: 1972-1990.** Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998

DORON, G. ‘...those marvellous empty zones at the edge of cities’: Heretotopia and the ‘dead zone’. In: DEHAENE, M; DE CAUTER, L. **Heterotopia and the City.** Public space in a post-civil society. Abingdon: Routledge, 2008. p.203 – 214

DPMG, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. **Ação Civil Pública.** *Processo nº 1147849-64.2011.8.13.0024.* Belo Horizonte, 1º de junho de 2011.

DPMG, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. **Ação Civil Pública, com pedido de liminar.** *Processo nº 2531908-55.2012.8.13.0024.* Belo Horizonte, 12 de setembro de 2012.

DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault. Uma trajetória Filosófica.** Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 299p.

EPAMINONDAS, L.M.R. **A legislação urbanística e a produção do espaço:** estudo do Bairro Buritis em Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em Geografia . Instituto de Geociência da UFMG. Belo Horizonte, 2006.

ESCOLAR, C. 2002. **La teoría menor, el tiempo histórico y la práctica simbólica compartida.** In: Cinta moebio 15: p. 280-285 , disponível em www.moebio.uchile.cl/15/escolar.htm

FERREIRA, B. Abrigos oferecem nova chance a mulheres vítimas de violência. **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, 07 de Agosto de 2016. Caderno Cidades. Disponível em <http://www.otempo.com.br/cidades/abrigos-oferecem-nova-chance-a-mulheres-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%A2ncia-1.1351019> . Acessado em 18 de Agosto de 2016.

FIX, M. Uma ponte para a especulação – ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, abril 2009. p. 41-64. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000100003&lng=en&nrm=iso . Acesso 30 de dezembro de 2016.

FOUCAULT, M (1926-1984). **O corpo utópico; As heterotopias.** Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013. 55 p.

FOUCAULT, M. **Des espaces autres, Hétéretopies [1967].** *Architecture, Mouvement, Continuité*, no 5. 1984. p. 46-49

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder (1979).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 28a Edição, 2014. 432p.

FOUCAULT, M. **Of Other Spaces, Heterotopies [1967]** . Tradução de Jay Miskowiec. In: *Diacriticis*, no 16. 1986. p. 22-27

FRIEDMAN, J. **Dois séculos de teoria do planejamento: uma visão geral.** In GIACOMONI, J. PAGNUSSAT, J.L. (org.) Planejamento e Orçamento Governamental: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. p. 29 - 111

FRIEDMANN, J. **Planning in the Public Domain: from knowledge to action.** Princeton: Princeton U. Press. 1987

GANZ, L; SILVA, B. **Lotes Vagos:** ocupações experimentais. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas ICC. 2009, 112p.

GIRUNDI, A. **Casa de Referência da Mulher Tina Martins.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais: UFMG, 2016. Trabalho de Conclusão de

Curso – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

GOOGLE IMAGENS. **Derelict Lands na área portuária de Canary Wharf, Londres (1983)**. 2017a. Disponível em <https://goo.gl/images/6waHTf>. Acessado em 08 de janeiro de 2017.

GOOGLE IMAGENS. **Os grandes vazios projetados na Paris de Haussmann**. 2017b. Disponível em <https://goo.gl/images/wFBdYa>. Acessado em 08 de janeiro de 2017.

GOOGLE IMAGENS. **O vazio esvaziado da reforma de Pereira Passos para o Rio de Janeiro, conhecida como “bota abaixo” (1903-1906)**. 2017c. Disponível em <https://goo.gl/images/aBQjrK>. Acessado em 08 de janeiro de 2017.

GOOGLE IMAGENS. **Capas de “Il Dispositivo Foucault” (1977) e “Les machines à guérir” (1976)**. 2017d. Disponíveis em <https://goo.gl/images/DWYdx9> e <https://goo.gl/images/qen9Ct> respectivamente. Acessado em 08 de janeiro de 2017.

GOOGLE IMAGENS. **El Pueblo de Nuestra Señora de La Reina de Los Angeles (1870)**. 2017e. Disponível em <https://goo.gl/images/n2f0dp>. Acessado em 08 de janeiro de 2017.

GOOGLE IMAGENS. **Comuna de Paris (1871)**. 2017f. Disponível em <https://goo.gl/images/R8F4oR>. Acessado em 08 de janeiro de 2017.

GOOGLE IMAGENS. **Conjunto Habitacional Alexandras Prosfygika em 2003**. 2017g. Disponível em <https://goo.gl/images/bIM1z4>. Acessado em 08 de janeiro de 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Commonwealth**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2011

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multitude**. Penguin Press: USA, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola. 2005. 349p.

HARVEY, D. The creation of the Urban Commons. In: HARVEY, D. **Rebel Cities**. London: 2013

INDISCIPLINAR. **Parque Jardim América: Relatório de Frente de Ação**, 2015a. Disponível em: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/o-parque-jardim-america/> . Acesso em 20 de agosto de 2016.

INDISCIPLINAR. OUC.BH Indisciplinar. **Relatório de pesquisa sobre Operações Urbanas em Belo Horizonte pelo grupo de Pesquisa Indisciplinar**. 2015b. Disponível em: <http://oucbh.indisciplinar.com/> . Acesso em 04 de janeiro de 2017.

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e IPTU progressivo no tempo: regulamentação e aplicação**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos: IPEA, 2015.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1997. p. 13-79

JONES, A. 1999. **Dialectics and difference: against Harvey's dialectical 'post-Marxism'**. In Progress in Human Geography: an international review of geographical work in the social sciences and humanities, 23(4), pp. 529-555.

KATZ, C. **Major/Minor: Theory, Nature, and Politics**. In: Annals of the Association of American Geographers, 85:1,1995. p. 164-168.

KATZ, C. **Towards Minor Theory**. In: Environment and Planning D: Society and Space 1996, volume 14, 1996. p. 487-499.

LARANGEIRA, A. **Tierra Vacante en las Ciudades de America Latina: Desafíos y Oportunidades**. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2004. 35p.

LINEBAUGH, P. **Stop, Thief! The Commons, Enclosures and Resistance**. Oakland: PM Press, 2014. 289p

LINEBAUGH, P. **The Magna Carta Manifesto: Liberties and commons for all**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2008. 352 p.

LYNCH, K. **The Waste of Places (Journal Places) [1984]**. In: Forum of Design for the Public Realm: Vol. 6, Issue 2. University of Califórnia. Berkeley. 1990

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.121-192.

MONTE-MÓR, R.L.M. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 14p. (Texto para discussão 281), 2006

MURDOCH, J. **Post-structuralist geography: a guide to relational space**. London: SAGE Publications, 2006.

NEVES, H. **Mapa [ou] um estudo sobre representações complexas**. In: re[do]bra], vol. 1, num.5, 2008. Disponível em: <http://www.corpocidade.dan.ufba.br> . Acesso em 16 de Agosto 2016.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

RAMOS, T. T. **Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro**. Polis [en línea] 27|2010. Publicado 18 de abril de 2012. Acesso 24 de Junho de 2015 no site <http://polis.revues.org/916>

RENA, N; MAYER, J. CANETTIERI, T. **Metrópole biopolítica, urbanismo neoliberal e ocupações enquanto resistência biopotentes**. In: *Tercer Seminario Internacional Gestión Social de la Ciudad y el Territorio*. Trabalho apresentado na mesa “Desarrollo urbano, políticas públicas y su articulación con la gestión social del territorio. Bogotá, 2015.

RENA, N. Arte, Espaço e Biopolítica. In: CUNHA, M.H; OLIVEIRA, B. RENA, N. (org.) **Arte e Espaço: Uma situação Política do século XXI**. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2016. p. 26-79

REVEL, J. **Michel Foucault Conceitos Essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz. 2005. 96 p.

ROMAGNOLI, R.C. **A cartografia e a relação pesquisa e vida**. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, vol. 21, no. 2, maio/agosto 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000200003&script=sci_arttext>. Acesso em 09 maio 2016.

SALES, M.M.L. **Territórios de intermediação: uma hipótese para a análise e o projeto da cidade contemporânea**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 297p.

SALES, W. Enfim, um endereço definitivo para a 1ª Instância. [Editorial] **Revista Interativa**, no. 17 , p. 5 - 7, maio/junho 2013. Disponível em <https://www.trt3.jus.br>. Acesso em 14 de junho 2016.

SOHN, H. Heterotopia: anamnesis of a medical term. In: DEHAENE, M; DE CAUTER, L. **Heterotopia and the City**. Public space in a post-civil society. Abingdon: Routledge, 2008. p.41- 50

SOJA, E. Heterotopologies: A Remembrance of Other Spaces in the Citadel-LA. In: Watson, K.; Gibson, K (org) **Postmodern Cities and Spaces**. Oxford: Blackwell, 1995. p. 13-34

SOJA, E. **Postmodern Geographies**. The Reassertion of Space in Critical Social Theory. Londres: Verso Books. 1989. p. 10 – 42

SOJA, E. **Thisrdspace**: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places. Oxford: Blackwell. 1996. 348p.

SOLÀ-MORALES, I. **Terrain Vague**. Anyplace (pp. 118-123), The MIT Press. Cambridge, 1995.

SOUSA, C.A. **Do Cheio para o Vazio** : Metodologia e Estratégia na Avaliação de Espaços Urbanos Obsoletos. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2010.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p.

SOUZA, M.L. **Com o Estado, apesar do Estado e contra o Estado**: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. In: Revista Cidades, Vol. 7, número 11– Formas Espaciais e política(s) urbana(s). São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.12-47.

STAVRIDES, S. **Common Space: The city as commons**. Londres: Zed Books, 2016. 256p.

STAVRIDES, S. **Towards the city of thresholds**. Trento: Professional Dreamers, 2010. 153p.

TAYLOR, A; GESSEN, K. **OCCUPY! Scenes from occupied America**. Londres: Verso Books, 2011. 216p.

TEIXEIRA, C.M. **Em Obras**: História do Vazio em Belo Horizonte. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1999. 336 p.

Teixeira, C.M. **Entre**. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas ICC. 2010, 380p.

TEIXEIRA, C.M.; MARQUEZ, R.; CANÇADO, W. **Espaços Colaterais**. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2008. Disponível pelo sítio <http://www.colaterais.org/en/> acessado em 13 de agosto de 2013

TEYSSOT, G. Heterotopias and the History of Space. In: HAYS, M. **Architecture Theory Since 1968**. Cambridge: The MIT Press, 1998. p. 296-305

TONUCCI FILHO, J. B. M. **Urban commons and extended urbanization in the global South metropolis**: some evidencies of alternative modes of production from Belo Horizonte, Brazil. In: Association of American Geographers (AAG) Annual Meeting, Paper Session: Global perspectives on (re-)theorizing the urban through

modes of production #2 – Challenging the notion of planetary urbanization. Chicago, 2015.

TRAMA, C. **Proposta de transformação de um Distrito Industrial em Parque Industrial Ecológico: um estudo de caso em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado em Ciências em Planejamento Energético. Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ/COPPE. Rio de Janeiro, 2016. p. 07 - 11

UFMG. **Resolução Complementar nº 04/2000 de 21 de dezembro de 2000**. Autoriza a alienação de bens imóveis da UFMG. Belo Horizonte, 2000.

VILLAÇA, F. **Análise do parcelamento, da edificação e da utilização compulsórios**. In: BRUNA, G. C. (Org.). *Análise do parcelamento, da edificação e da utilização compulsórios: análise do direito de preempção; análise do direito de superfície*. São Paulo: Fundação para a Pesquisa Ambiental; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo USP, 1983.

WILLIAMS, J. O que é o pós-estruturalismo? In **Pós-estruturalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

YOUNG, S. **"Of Cyber Spaces: The Internet & Heterotopias"**. In: *M/C: A Journal of Media and Culture* 1, no. 4 (1998). Disponível em: <http://www.uq.edu.au/mc/9811/hetero.php> . Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

WIKIPÉDIA. **Desenho proposto para o Falanstério de Charles Fourier**. 2017a. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Phalanst%C3%A8re>. Acessado em 08 de janeiro de 2017.

WIKIPÉDIA. **O Panóptico de Bentham desenhado pelo arquiteto inglês Willey Reveley em 1791**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pan-%C3%B3ptico>. Acessado em 08 de janeiro de 2017.